



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA APLICADA

ADRIANO PAULINO DE ALMEIDA

**(GRANDE) BOM JARDIM: Reterritorialização e Política de
Representação à Luz da Nova Pragmática**

FORTALEZA, CE

2014

ADRIANO PAULINO DE ALMEIDA

**(GRANDE) BOM JARDIM: Reterritorialização e Política de
Representação à Luz da Nova Pragmática**

Dissertação submetida ao Programa de Pós Graduação em Linguística Aplicada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Ruberval
Ferreira.

FORTALEZA-CE

2014

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Universidade Estadual do Ceará

Sistema de Bibliotecas

Almeida, Adriano Paulino de.

(Grande) Bom Jardim: reterritorialização e política de representação à luz da nova pragmática [recurso eletrônico] / Adriano Paulino de Almeida. - 2014.

1 CD-ROM: il.; 4 ¼ pol.

CD-ROM contendo o arquivo no formato PDF do trabalho acadêmico com 281 folhas, acondicionado em caixa de DVD Slim (19 x 14 cm x 7 mm).

Dissertação (mestrado acadêmico) Área de concentração: Linguagem e Interação.

Orientação: Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira.

1. movimentos sociais. 2. nova pragmática. 3. política de representação. 4. reterritorialização. 5. memória social. I. Título.

ADRIANO PAULINO DE ALMEIDA

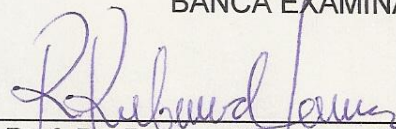
“(GRANDE) BOM JARDIM: RETERRITORIALIZAÇÃO E POLÍTICA DE REPRESENTAÇÃO À LUZ DA NOVA PRAGMÁTICA”

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística Aplicada do Centro de Humanidades da Universidade Estadual do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Linguística Aplicada.

Área de Concentração: Linguagem e Interação

Aprovada em: 27 / 06 / 2014.

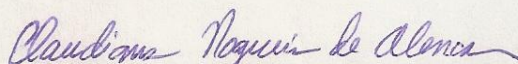
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Raimundo Ruberval Ferreira (Orientador)
Universidade Estadual do Ceará – UECE



Prof. Dr. Eduardo Gomes Machado (1º Membro)
Universidade Federal do Ceará - UFPB



Profa. Dra. Claudiana Nogueira de Alencar (2º Membro)
Universidade Estadual do Ceará – UECE

Ao meu pai Assis (*in memoriam*).

À minha mãe Laura

**Aos meus irmãos Eliseu, Francisco,
Édiu e Carlim.**

AGRADECIMENTOS

A escrita de um trabalho acadêmico para mim é uma atividade de religamento com o plano espiritual. Assim, mesmo que a produção dissertativa seja uma ação solitária, eu não me sentia sozinho nas inúmeras horas que eu dediquei nos últimos dois anos ao esforço intelectual de produzir conhecimento sobre a Rede DLIS e o território Grande Bom Jardim. Eu estava acompanhado sempre dos meus guias espirituais, os quais eu evocava sempre e sempre. O ambiente de produção, pra mim, pode até ser bagunçado, com livros e textos espalhados pelo chão, pela cama, pela escrivaninha. Ele só não pode estar desprotegido pela espiritualidade. Assim, dedico esse trabalho às energias da natureza, as quais são identificadas por entidades ancestrais de grandes sabedorias, que me canalizaram sempre os pensamentos. Há quem chame isso de *insights*. Eu chamo de despertar ou religamento.

Agradeço à minha mãe Laura pela sua grandiosidade de ver o mundo e por sua luta e por sua preocupação em proporcionar um bom lugar neste aos filhos, dotada de uma sabedoria da escola da vida, mulher de uma personalidade forte e ativa que incansavelmente sempre esteve em meu apoio na realização dos meus projetos de vida, que já deixou de comer, bordou, lavou roupas para fora e jogou no bicho para que eu tivesse com que ir à escola, à faculdade. Embora fale objetivamente sem filtros e intempestivamente tem um coração enorme e acolhedor, uma compreensão divina que me tranquiliza e me motiva a ter como Ihe retribuir toda a dedicação de uma vida.

Agradeço às lideranças das organizações associativas integrantes da Rede DLIS e ao Centro Herbert de Souza, que confiaram a mim e ao Caio a oportunidade de produzir conhecimento sobre suas práticas políticas, as quais, no meu estudo, interessam as práticas político-discursivas. Desde 2010 a Rede DLIS e o CDVHS vivem um momento de aproveitamento do acúmulo que somente a grande jornada permite. E eu percebo que não é por acaso que simultaneamente dois técnicos dos seus quadros humanos recebem a oportunidade de estudá-los. Que os conhecimentos produzidos possam de alguma maneira ser úteis aos jovens pesquisadores e, sobretudo, ao desenvolvimento do território Grande Bom Jardim.

Eis que os nossos lugares por afinidade pela causa são os movimentos reivindicatórios periféricos. E eu assumi a luta do GBJ desde a primeira vez que fui lá por volta de 2000. E a minha participação na pesquisa intitulada *Diagnóstico Socioparticipativo do Grande Bom Jardim*, em 2002-2004, pela UECE, foi somente o canal. Muito do que aprendi devo à experiência de dez anos no GBJ.

Agradeço ao Caio a partilha sempre generosa de dados e registros sobre o território e a Rede DLIS, material coletado referente à pesquisa dele de mestrado. Ficamos de realizar uma comunicação dos nossos trabalhos e de outros afins como forma de retribuir e contribuir com a luta do movimento social local. Agradeço aos amigos e amigas do coração e de todas as horas, com quem sempre posso contar.

Agradeço ao meu amigo Ruber, que se não fosse ele acreditar em mim, na minha capacidade acadêmica, eu não teria voltado aos bancos da academia. Passei quase dez anos na militância política, na nobre arte do fazer acontecer fazendo. Quando não mais a vida acadêmica me interessava, eis que tudo se articulou e me encaminhou para a UECE novamente. Então que eu percebi que a linguagem é ação no mundo, que é perfeitamente possível fazer acontecer um projeto político de desenvolvimento territorial falando por meio de artifícios e engenhocas sociais que somente se operam discursivamente. Mas eu tenho um ritmo que é só meu. E se não fosse os arroubos intempestivos quando necessários do ariano orientador Ruberval Ferreira os tempos não se casariam. Assim, agradeço aos dois, ao amigo e ao orientador, pela jornada vivida, pelo crédito no meu taco e pela confiança desconfiada. Creio que soubemos muito bem separar os lugares e os assentos nessa viagem. Peço desculpas se não desenvolvi a contento do esperado.

Agradeço ao apoio técnico incondicional do mestre em geografia Victor Bento, que me assessorou na produção de mapas temáticos acerca do espaço social urbano pesquisado, os quais foram úteis para melhor caracterizar o território Grande Bom Jardim. Agradeço ao amigo Vinícius Frota pela tradução do resumo.

Agradeço às colaborações sensatas e prestimosas, esculpidas à luz da experiência dos professores que compuseram a banca de qualificação do meu projeto de pesquisa, o professor Dr. João Batista e o professor Dr. Eduardo Machado.

Agradeço aos amigos de militância do direito humano à memória, que tomam a memória como instrumento político para transformar a realidade. Com eles aprendi que era possível articular a memória ao fazer político, trazer a narrativa dos moradores periféricos para o centro político onde as decisões são tomadas, e a partir disso utilizar a memória social como instrumento de pesquisa em linguística aplicada. Agradeço a todos os “negos” e a todas as “negas” dos 12 Pontos de Memória de primeira geração do Programa Pontos de Memória e a todas as iniciativas comunitárias em memória e processos museais, que desde 2009 nos reconhecemos como iguais na luta, numa estrada resistente e resiliente da vida periférica.

Agradeço aos professores e professoras do Programa de Pós Graduação em Linguística Aplicada, com os quais pude conhecer a história da disciplina, as teorias e as diversas correntes que disputam no campo da linguística, no esforço pela afirmação desta área do conhecimento. Na condição de um bacharel em ciências sociais que sou, agradeço à paciência dos amigos e das amigas que compartilharam dicas de leituras e compuseram comigo equipes de seminário.

Agradeço à família Bezerra pelo abrigo na sua casa nos meses finais de escrita, momento de quebra-cabeça na produção da análise. Os Bezerras assistiram-me compreensivamente eu dispensar horas a fio aos livros e sentado ao computador, espalhando textos, livros e notebook pela casa. Em especial, agradeço ao Rafael Bezerra pela compreensão do meu pensamento vago e distante em momentos a dois, ele esperando eu voltar de uma viagem cognitiva para articulação de conceitos, para montagem de estratégia de análise como que em um transe mediúnico, naqueles momentos de pique na produção de sinapses, em que o corpo até pode descansar, mas a mente não. Nestes momentos, a retenção da atenção é exclusiva da dissertação, pois é comum nos tempos de escrita a gente se afastar do texto, mas é mais comum ainda o texto não se afastar da gente. É justamente nestes processos que chegamos às sínteses. Agradeço ainda por compreender as horas e os dias em que tive que me dedicar aos estudos e à escrita. Dizem que em período de escrita de tudo acontece. Compreendi isso na pele.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior pelo apoio aos estudos e à pesquisa entre os meses setembro/12 a abril/14.

Oro mi má

Oro mi maió

Oro mi maió

Abadô ieieô

Oraieieô Oxum

Atoto, Omulú, Obaluaê

asè

RESUMO

Esta dissertação problematiza o campo de luta do movimento popular urbano reivindicatório periférico pelo direito às políticas públicas bem como busca evidenciar as consequências dessa luta nos deslocamentos operados na estrutura de poder. Para tanto, buscou explicitar o poder de certas artimanhas político-discursivas lançadas mão pelo sujeito Rede de Desenvolvimento Local, Integrado, Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS), utilizadas estrategicamente para constituir poder simbólico e político ao coletivo com vistas a se produzir por meio da linguagem uma política de representação e um poder de domínio sobre o espaço social, afirmando identidades institucional e territorial. A Rede DLIS é um sujeito coletivo composto por organizações associativas de moradores, por equipamentos sociais, por instituições religiosas e por organizações não governamentais atuantes na região sudoeste de Fortaleza, Ceará, que tem como missão garantir o desenvolvimento territorial e o bem viver de uma população de 211 mil habitantes (censo IBGE/2010). O objetivo central da pesquisa é identificar as estratégias político-discursivas que o agente social Rede DLIS aciona, ou seja, as políticas de representação que essas estratégias põem em cena e o que estas são capazes de realizar em termos de um processo de reterritorialização, através das estratégias e das tecnologias sociais de ação e das práticas políticas do referido agente, à luz da Nova Pragmática. A imersão do pesquisador no contexto de pesquisa deu-se por via da *Participação Observante*. O pesquisador coletou e manipulou dados primários e secundários. A estratégia analítica inspirou-se no método etnográfico e fundamentou-se na Teoria dos Atos de Fala. A primeira unidade textual apresenta o contexto do tema pesquisado, a problematização do objeto, delineando as questões da pesquisa e o caminho da análise. A unidade 02 desenvolve um debate teórico das categorias que consideramos centrais para a pesquisa, *linguagem, política de representação, atos de fala e ideologia*, buscando, quando oportuno, articular teoria e objeto de pesquisa. A unidade 3 traz uma síntese de história dos movimentos sociais urbanos no Brasil e a sua relação com o processo de urbanização das cidades brasileiras, fazendo um recorte nas décadas 1970, 1980 e 1990. O capítulo recupera, numa escrita etnográfica, a memória da mística da organização social da região, o conceito social *Comunidade de comunidades*, fruto da atuação das congregações missionárias a partir de 1980, e finaliza numa síntese dos projetos do Centro Herbert de Souza numa linha do tempo. A parte 04 desenvolve um debate conceitual articulando espaço social e espaço simbólico com o território e o agente social pesquisado. A unidade 05 estabelece primeiramente abordagens acerca dos conceitos de *Memória Social*, da *Nova Museologia* e de *Política de Representação*, e as relações possíveis com o projeto de desenvolvimento local. Centralmente, busca identificar no contexto do jogo discursivo os atos de fala dotados de uma força ilocucionária capazes de realizar o projeto político do agente social.

Palavras-chave: Movimentos Sociais, Nova Pragmática, Política de Representação, Reterritorialização, Memória Social.

ABSTRACT

This thesis discusses the battlefield of the peripheral urban popular demands for the right to public policies and seeks to show the consequences of this struggle in shifts operated in the power structure. To do so, it was sought to explain the power of certain political-discursive tricks introduced by the subject Rede de Desenvolvimento Local, Integrado, Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS), used strategically to be symbolic and political power to the collective with a view to produce through the language a politics of representation and power of dominion over the social space, affirming institutional and territorial identities. The Rede DLIS is a collective subject composed of associative organizations of residents, of social equipments, of religious institutions and of non-governmental organizations that works in the southwest region of Fortaleza, Ceará, whose mission is to ensure the territorial development and the good life of a population of 211 000 inhabitants (IBGE census / 2010). The central objective of the research is to identify the political and discursive strategies that social agent Rede DLIS triggers, i.e., the politics of representation that these strategies put on the scene and what they are able to accomplish in terms of a process of reterritorialization, through strategies and social technologies of action and political practices of that agent in the light of New Pragmatics. The immersion of the researcher in the context of research took place via *Observant Participation*. The researcher collected and manipulated primary and secondary data. The analytical strategy was inspired by the ethnographic method and was based on the Theory of Speech Acts. The first textual unit presents the context of the research topic, the problematization of the object, outlining the research questions and the way of analysis. The unit 02 develops a theoretical discussion of the categories that we consider central to the research, *language, politics of representation, speech acts and ideology*, seeking, when appropriate, linking theory and research object. Unit 3 presents a summary of the history of urban social movements in Brazil and its relation to the process of urbanization of Brazilian cities, making a clipping in the decades 1970, 1980 and 1990. The chapter recovers, on an ethnographic writing, the memory of the mystic of the social organization of the region, the social concept of *Community of Communities*, resulting from actions of missionary congregations since 1980, and ends in a summary of the projects of Centro Herbert de Souza on a timeline. Part 04 develops a conceptual debate articulating social space and symbolic space with the territory and the social agent researched. The unit 05 first establishes approaches to the concepts of *Social Memory*, the *New Museology* and the *Politics of Representation*, and the possible relations with the local development project. Centrally, seeks to identify in the context of the discursive game the speech acts endowed with illocutionary force capable of accomplishing the political project of social agent.

Keywords: Social Movements, New Pragmatics, Politics of Representation, Reterritorialization, Social Memory.

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 –	Dimensões Geográficas do Território GBJ.....	99
Tabela 2 –	População Residente no Território GBJ.....	100
Tabela 3 –	População Residente no Território GBJ por Gênero.....	102
Tabela 4 –	Domicílios Particulares Permanentes no Território GBJ.....	103
Tabela 5 –	Índice de Desenvolvimento Humano por Bairro.....	107
Tabela 6 –	Mapeamento das Organizações da Rede DLIS/2012.....	191
Tabela 7 –	Participação Geral das Entidades Rede DLIS - Exercício 2012....	199
Tabela 8 –	Participação Geral das Entidades da Rede DLIS - Exercício 2013.....	201

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Território no Mapa da Cidade.....	21
Mapa 2 – Comunidades de Pertença GBJ.....	28
Mapa 3 – Média de Moradores por Domicílio/Habitação – Grande Bom Jardim.....	101
Mapa 4 – Demografia – Distribuição Populacional/nº Habitantes - Grande Bom Jardim.....	104
Mapa 5 – Distribuição Populacional (0-19 anos)/Demografia – Grande Bom Jardim.....	105
Mapa 6 – Localização de Terreiros do Grande Bom Jardim.....	181
Mapa 7 – Dos Terreiros de Umbanda/Candomblé.....	182
Mapa 8 – Ocupações com Áreas de Conflitualidade.....	182
Gráfico 1 – Índice de Desenvolvimento Humano por Bairros de Fortaleza (IDH-B).....	108
Gráfico 2 – Principais Equipamentos por Categoria.....	109
Gráfico 3 – Linha do Tempo Institucional do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (1992 – 1999).....	152
Gráfico 4 – Linha do Tempo Institucional do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (2000 – 2009).....	153
Gráfico 5 – Linha do Tempo Institucional do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (2010 – 2014).....	154
Fotografia 1 – Visita Hugues de Varine ao Museu Comunitário da Identidade Territorial GBJ/Rede DLIS.....	225
Fotografia 2 – Reunião Rede DLIS Maio/14.....	240
Fotografia 3 – Acampamento pelo Direito à Cidade.....	243
Fotografia 4 – Ato pelo Direito à Participação.....	248
Fotografia 5 – Spot Divulgação Ato pelo Direito à Participação.....	249

Fotografia 6 – Audiência com o Prefeito de Fortaleza (2013-2016).....	250
Fotografia 7 – Encontro das Redes com a Gestão Municipal.....	251

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAV	Associação Comunitária do Anel viário
ACOJARN	Associação Comunitária do Jardim Nazaré
ACPJ	Associação Comunitária do Parque Jerusalém
ACMVP	Associação Comunitária dos Moradores Vila Planalto
AEUSM	Associação Espírita de Umbanda São Miguel
AMBS	Associação dos Moradores do Bom Jardim
AMCM	Associação dos Moradores da Comunidade do Marrocos
ANPOCS	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais
ASCOPAN	Associação Comunitária dos Moradores do Parque Nazaré
CAF	Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza
CCVH	Centro de Cidadania e Valorização Humana
CDPDH	Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos
CDVHS	Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza
CEB's	Comunidades Eclesiais de Base
CEGIS	Centro de Educação em Gênero e Igualdade Social
CEPEC	Centro Popular de Educação e Cultura – Pé no Chão
CEUECE	Conselho de Umbanda do Estado do Ceará
COMPASA	Conselho Comunitário do Parque Santo Amaro
CONAM	Confederação Nacional das Associações de Moradores
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DLIS	Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável
DER-CE	Departamento de Estradas de Rodagem do Ceará
DHESCA's	Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais
ETUFOR	Secretaria de Transportes Urbanos de Fortaleza
FBFF	Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza
FIFA	Federação Internacional de Futebol Associado
GBJ	Grande Bom Jardim
HABITAFOR	Fundação de Habitação de Fortaleza
IBRAM	Instituto Brasileiro de Museus

ICOM	Conselho Internacional de Museus
INODEP	Instituto Ecumênico para o Desenvolvimento
IPLANFOR	Instituto de Planejamento de Fortaleza
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LOA	Lei Orçamentária Anual
MAPFOR	Monitoramento de Ações e Projetos Prioritários de Fortaleza
MSMC	Movimento de Saúde Mental Comunitário
MUF	Museu de Favelas
NASE	Núcleo de Apoio Socioeducativo
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PDDUA	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental
PDPFor	Plano Diretor Participativo de Fortaleza
PDA	Plano de Desenvolvimento de Área
PDT	Partido Democrático Trabalhista
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPA	Plano Pluri Anual
PROS	Partido Republicano da Ordem Social
PSB	Partido Socialista Brasileiro
PSL	Partido Social Liberal
PTC	Partido Trabalhista Cristão
PT	Partido dos Trabalhadores
REAJAN	Rede de Articulação Jangurussu e Ancuri
REFSA	Setor de Trens Suburbanos da Rede Ferroviária Nacional
RMF	Região Metropolitana de Fortaleza
SEAC	Secretaria de Ação Comunitária
SECIDADES	Secretaria das Cidades
SECULTFOR	Secretaria de Cultura de Fortaleza
SHEU	Sociedade Comunitária Habitacional da Estrada da Urucutuba
SME	Secretaria Municipal de Educação
SER II	Secretaria Executiva Regional II
SER V	Secretaria Executiva Regional V

SER VI	Secretaria Executiva Regional VI
SOLIDU	Organização Granja Portugal Solidária
SEUMA	Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente
SITFOR	Sistema Integrado do Transporte Público de Fortaleza
UMBC	União dos Moradores do Bairro Canindezinho
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	20
2	LINGUAGEM, POLÍTICA DE REPRESENTAÇÃO E IDEOLOGIA.....	38
2.1	LINGUAGEM, REPRESENTAÇÃO LINGUÍSTICA E POLÍTICA DE REPRESENTAÇÃO.....	38
2.2	ATO DE FALA E FORÇA PERFORMATIVA DA LINGUAGEM: QUESTÕES ELEMENTARES PARA SE PENSAR NA PERSPECTIVA DE UMA NOVA PRAGMÁTICA.....	42
2.3	A IDEOLOGIA DO DISCURSO COMPETENTE INSTITUCIONALMENTE AUTORIZADO.....	50
3	MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS.....	57
3.1	APRESENTAÇÃO.....	57
3.2	CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS.....	57
3.3	ALGUNS ELEMENTOS HISTÓRICOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: DÉCADAS 1970-1990.....	66
3.3.1	Reminiscências dos anos 1970 e um panorama geral.....	66
3.3.2	A década de 1980.....	70
3.3.3	Década de 1990: das lutas dos movimentos populares para as lutas brasileiras.....	77
3.4	URBANIZAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO BRASIL.....	83
3.5	A MODERNIDADE NA ESCALA METROPOLITANA.....	95
3.6	MOVIMENTOS POPULARES URBANOS NO CONTEXTO DA CIDADE DE FORTALEZA.....	112
3.7	A MÍSTICA DA ORGANICIDADE POLÍTICO-ASSOCIATIVA TERRITORIAL: COMUNIDADE DE COMUNIDADES.....	118
3.8	O PAPEL POLÍTICO DO CENTRO HERBERT DE SOUZA NA CONSTRUÇÃO DO IDEÁRIO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - PROJETOS ESTRUTURANTES.....	146
4	ESPAÇO E AGENTE SOCIAL.....	155
4.1	ESPAÇO SOCIAL E ESPAÇO (PODER) SIMBÓLICO.....	155
4.2	O BINÔMIO TERRITÓRIO-REDE E SEU DESDOBRAMENTO	

	POLÍTICO-CULTURAL.....	175
4.3	O AGENTE REDE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL.....	188
5	A FALA ENQUANTO AÇÃO.....	207
5.1	UMA RÁPIDA COLOCAÇÃO.....	207
5.2	MEMÓRIA SOCIAL E POLÍTICA DE REPRESENTAÇÃO.....	208
5.3	A PERSPECTIVA DE MEMÓRIA E DE MUSEOLOGIA DO AGENTE.....	219
5.4	MEMÓRIA E FALA ENQUANTO ESTRATÉGIAS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA POLÍTICA DE REPRESENTAÇÃO.....	230
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	272
	REFERÊNCIAS.....	279

1. INTRODUÇÃO

Creditamos a um movimento social periférico urbano, articulado em rede, deter uma capacidade de realizar política e socialmente uma territorialidade pela força ilocucionária de determinados atos de fala. O poder simbólico da imagem de um bairro, denominado Bom Jardim, é ampliado em suas dimensões políticas, espaciais e culturais, recebendo um adjetivo como marcador: “Grande”.

Embora linguagem e cultura se deem numa relação de mão dupla, entretanto, com base num pressuposto defendido pela Nova Pragmática, podemos apostar na noção de que o aspecto constitutivo da linguagem venha primeiro que o aspecto constitutivo da cultura (RAGAGOPALAN; FERREIRA, 2012). E, para nós, essas duas dimensões são relevantes, porque a prática política, podendo ser tomada como expressão de uma convenção social, um senso coletivo, sua constituição apenas se faz possível por via da linguagem.

A linguagem é constituída no campo sociocultural, em um contexto onde o indivíduo produz e ele mesmo negocia as regras e as convenções, condição *sine qua non* do processo de significação de que a linguagem é constitutiva e constituída, campo em que são geradas as condições de possibilidade da comunicação.

Parafraseando o antropólogo colombiano Zambrano, (2001), que afirmava que um território é uma conquista, resultado de um empreendimento sócio-político. Sendo assim, o poder de domínio sobre o espaço urbano é resultado das lutas sociais. Neste caminho, O processo de territorialização, colocado em curso pelo agente social em questão nesta pesquisa, utiliza-se da linguagem para a sua realização, por meio das lutas e do seu subproduto derivado, o território ou a territorialidade.

O Grande Bom Jardim é um composto espacial, de dimensões regionais, formado por cinco bairros oficiais da cidade de Fortaleza, Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho e Siqueira, abrigando uma população de 211

mil habitantes (censo IBGE/2010). Estes cinco bairros compõem o quadro dos dez bairros mais pobres da cidade de Fortaleza¹.



Então, compreendemos o Grande Bom Jardim, região periférica a sudoeste da cidade de Fortaleza, Ceará, como um espaço social constituído território pela capacidade de seus agentes de impor à cidade um poder de domínio e de negociar com outros agentes coletivos locais, ou outras jurisdições de domínio territorial existentes localmente, a legitimidade de suas posições ideológicas e

¹ Com base nos dados do último censo IBGE, de 2010, os dez bairros com menor renda média pessoal são: Conjunto Palmeiras, Parque Presidente Vargas, Canindezinho, Siqueira, Genibaú, Granja Portugal, Pirambu, Granja Lisboa, Autran Nunes, e Bom Jardim. Entre os bairros mais pobres, seis estão localizados na SER V. Esta é a regional administrativa com menor renda média pessoal. Os bairros mais ricos, com média entre R\$ 2 mil e R\$ 3.659,54, estão concentrados em uma única Secretaria Executiva Regional da capital. Entre os dez mais ricos, nove estão localizados na SER II: Meireles, Guararapes, Cocó, De Lourdes, Aldeota, Mucuripe, Dionísio Torres, Varjota e Praia de Iracema. Na décima posição está o Bairro de Fátima, que pertence a SER IV. Os dados comprovam o relatório das Nações Unidas State of the World Cities 2010/2011: Bridging the Urban Divide, que coloca Fortaleza como a quinta cidade mais desigual do mundo. Parte da má distribuição de renda tende a se refletir espacialmente nos bairros de Fortaleza. (IPECE, 2013).

perspectivas políticas. A força motriz deste poder de domínio está baseada no sentido de apropriação e no sentimento de pertencimento ao lugar.

A experiência de organização comunitária em rede social no Grande Bom Jardim fundamentou-se conceitual e operacionalmente nas tendências filosóficas, com fortes marcas do Estado neoliberal, difundidas amplamente nos países periféricos, sobretudo, na década de 1990, por organismos financeiros internacionais. Taticamente, essa experiência de organização comunitária em rede social, embora tenha embebido da filosofia política neoliberal, reapropriou-se dela como estratégia para reordenar seu território de raiz, de pertencimento e de atuação, propondo uma organização territorial inovadora para a exigibilidade dos direitos, que luta pela implantação e melhorias de equipamentos e de serviços públicos essenciais para a promoção da qualidade de vida dos moradores locais.

Apontamos aqui a constituição de um poder de domínio sobre o espaço urbano como um dos efeitos reais do empreendimento político operado por um coletivo, através da linguagem, fazendo constituir pelo uso de determinadas tecnologias sociais politicamente inovadoras uma territorialidade, a qual é sintetizada na sigla GBJ. A Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim, ou simplesmente, Rede DLIS, é este coletivo que se propõe ao controle social das políticas públicas desenvolvidas localmente, entendidas por serviços públicos essenciais, implantadas no território por governos dos três níveis do poder público, municipal, estadual e federal. Então, a Rede DLIS é considerada aqui um instrumento político astucioso e representativo de um espaço urbano, articulando forças associativas locais numa tessitura social com abrangência regionalizada e periférica, que usa determinadas engenharias e tecnologias sociais e as manipula de forma estratégica e astuciosa operando certas marcas linguísticas que julgamos serem capazes de empreender um processo de reterritorialização do espaço urbano.

A Rede DLIS é um coletivo das organizações associativas representativas da periferia sudoeste da cidade de Fortaleza, Ceará, constituída instrumentalmente, em 2003, para elaborar e agenciar a implementação de uma política de desenvolvimento local sustentável, numa região com forte vocação associativa. A concepção e a sustentação institucional da instância Rede DLIS é fruto da Organização Não Governamental (ONG) Centro de Defesa da Vida Herbert de

Souza (CDVHS). Esta ONG concebeu e compartilhou esta ferramenta política entre organizações privadas sem fins lucrativos locais e organizações públicas, fortalecendo um processo mobilizatório e de engajamento cívico fomentado e desencadeado desde início da década de 1980, como estratégia de desenvolvimento territorial. A reunião de mais de 30 organizações, dentre entidades associativas de moradores, equipamentos sociais e organizações religiosas e não governamentais compõem um tecido social que cobre os seguintes bairros oficiais da política administrativa da cidade de Fortaleza: Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho e Siqueira.

A Rede DLIS tem como propósito garantir o desenvolvimento socioespacial dos bairros e o bem-viver de sua população, diagnosticando as fragilidades e as potencialidades da região, identificando, denunciando e visibilizando as negligências e as violações de direitos, propondo e negociando políticas públicas, através de plataformas e programas, pressionando governos e monitorando as políticas públicas locais. A efetividade de sua atuação, lançando mão de engenharias e tecnologias sociais, ferramentas e estratégias político-discursivas, dotaram a instância de um poder simbólico e político em condições de lhe fazer existir, enquanto ente, na sociedade política municipal.

Diz Haesbaert (2005: 6775) que *“o território e os processos de re-territorialização devem ser distinguidos através dos sujeitos que efetivamente exercem poder, que de fato controlam esse(s) espaço(s) e, conseqüentemente, os processos sociais que o(s) compõe(m)”*. Considerando a noção sociológica (Lefebvre) de transformação do espaço em território por meio dos processos de dominação (funcional-capitalista) e de apropriação (simbólico-natural), para nós, um destes sujeitos com poder de domínio sobre o território Grande Bom Jardim denomina-se Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável. Podemos, então, verificar que as relações sociais enquanto relações de poder envolvem, vias de regra, o controle de um espaço social e uma posição privilegiada na estrutura social.

Entretanto, devemos destacar que enquanto “espaço-tempo vivido”, do ponto de vista dos usuários e dos sujeitos locais, o território é sempre múltiplo,

“diverso e complexo”, ao contrário do território “unifuncional” proposto pela lógica capitalista hegemônica. Trabalhamos aqui na perspectiva da primeira lógica.

“Assim, o ponto crucial a ser enfatizado é aquele que se refere às relações sociais enquanto relações de poder – e como todas elas são, de algum modo, relações de poder, este se configura através de uma noção suficientemente ampla que compreende desde o “anti-poder” da violência até as formas mais sutis do poder simbólico”. (HAESBAERT, 2005, 6775 e 6776).

Enquanto movimento social urbano, a Rede DLIS exerce um controle do tipo político, que chama para si a responsabilidade de agente público, enquanto ente da sociedade política, buscando participar de esferas deliberativas e interferir nas decisões acerca da pauta, da execução e da condução de políticas públicas desenvolvidas localmente. Portanto, é na consolidação de um lugar político efetivo capaz de dar visibilidade e reconhecimento público da efetividade das práticas sociais e da pragmática dos discursos que se pode compreender o papel político dos movimentos urbanos (BARREIRA, 1986).

Assim, ter acesso às informações técnicas e ocupar espaços com poderes de decisão ou interferência sobre o modelo, a pauta e a execução das políticas públicas são as estratégias mais eficazes para um exercício do controle exitoso do espaço social. E estas duas estratégias fazem parte do plano de intervenção da Rede DLIS. Esta instância coletiva empreende políticas de representação com vistas à realização de determinados interesses. Embora o tipo de controle exercido pela rede social em questão seja do tipo político, a inserção da instância nos espaços deliberativos bem como a criação de canais de diálogos com os poderes públicos para obtenção de informações técnicas e para colaboração na definição de pautas e na condução da implantação das ações do Estado só são cabíveis e permitidas mediante o peso de sua representação social, ou seja, do seu poder simbólico. Este poder é também conferido pelo senso de soberania popular retido por agentes integrantes da rede com poderes de formação de opinião e de controle sobre o colégio eleitoral local, pois, ao final das contas, o que mais interessa aos agentes públicos de governo é a manutenção de suas posições na estrutura social, sobretudo, no ente abstrato gerenciador dos interesses públicos, o Estado.

Uma institucionalidade só passa a existir de fato, tanto para os que fazem parte dela quanto para os outros, quando ela é distinguida das demais. E o poder de distinguir é um poder simbólico capaz de consagrar ou de revelar algo que já exista, através do poder de se fazer conhecer e reconhecido. Assim é a luta da Rede DLIS, de se munir de instrumentos tecnológicos operacionais e de estratégias político-discursivas para constituir o seu poder simbólico, com poder de ser conhecida e reconhecida como ente político, de impor com sucesso e efetividade sua visão de classificação de mundo social. Então, o poder político nada mais é que o poder de impor uma visão das divisões de mundo, o poder de tornar visíveis e explícitas as divisões sociais implícitas, de fazer-se existir, conhecido e reconhecido como ser distinto e de direitos, cujo poder de domínio espacial seja tomado como referência pela cidade e pelo Estado e cujo território seja lugar privilegiado das políticas públicas. Em síntese, o poder político é o poder de constituir grupo, de manejar e de manipular, e de deslocar as estruturas objetivas da sociedade. Portanto, o poder performativo da linguagem, o de designar e o de nomear tem o poder de fazer existir no Estado instituído um corpo constituído, um grupo corporativo, dotado de singularidades e com atributos de diferenciação, a Rede DLIS. (BOURDIEU, 2004).

Observamos que a Rede DLIS, além de ser mais uma das posições sociais existentes no espaço social Grande Bom Jardim, acaba por ser um espaço político multiterritorializado, que congrega as representações das diversas territorialidades e formas locais com poderes de domínio e de apropriação do espaço existentes no espaço social denominado Grande Bom Jardim. A instância, então, tem o desafio, enquanto espaço público em constante atualização, de produzir unidades de pensamento, coalisão política e consensuar, comunitariamente, programas e projetos políticos, engenharias e tecnologias sociais, estratégias e práticas de ação com objetivos comuns de interesse social.

Todo espaço urbano é passível de produzir diferenciação e segmentação. Cada um dos diversos circuitos da cidade não é de uso ou frequência exclusiva de um grupo ou classe social específico, pois coexistem vários grupos num mesmo espaço urbano, sendo estabelecidas e respeitadas as delimitações da convivência. E cada grupo se apresenta ao espaço segundo seus próprios signos de referência, signos estes que apresentam marcas que o diferencia e o exclui dos demais grupos.

Portanto, é da natureza do espaço urbano a multiterritorialidade. Então, com base neste entendimento, a Rede DLIS engendra o seu território, afirmando uma identidade territorial, através de suas marcas, sendo uma dessas marcas o seu discurso, engendrado por certas estratégias para mobilizar determinadas energias políticas.

Neste sentido, esse trabalho se volta para as seguintes questões: 1) que estratégias discursivas ou políticas de representação centrais são acionadas por este agente social no que se refere ao uso de certos atos de fala com força ilocucionária ou com força de convenção capaz de realizar ou empreender o processo de reterritorialização do Grande Bom Jardim? 2) Que identidade territorial a Rede DLIS produz e imprime com o seu discurso? 3) Que elementos contextuais da enunciação desses atos de fala conferem ao agente social em questão uma capacidade de mobilização e de agenciamento?

Uma vez feito o preâmbulo, e tendo gerado, mais ou menos, as condições básicas para situar o leitor no cerne da pesquisa, podemos apresentar o objetivo primaz do nosso olhar investigador, qual seja, identificar as estratégias político-discursivas que o agente social Rede DLIS aciona, ou seja, quais as políticas de representação que essas estratégias põem em cena e o que estas são capazes de realizar em termos de um processo de reterritorialização, através das formas de ação e das práticas políticas do referido agente, à luz da Nova Pragmática. Para isso, consideramos um conjunto de atos de fala que podem ser vistos como participando efetivamente do processo de uma reterritorialização do espaço urbano, buscando entender como se constituem os poderes de domínio e os sentidos de apropriação do espaço social urbano periférico. As manifestações desses poderes põem em curso um processo tenso, contraditório, mas permanente de reelaboração e de reconstituição da identidade social (Rede DLIS) e territorial (GBJ). Tomamos tudo isso de certo do entendimento, como vimos, de que o espaço social contemporâneo é caracterizado, dentre outros elementos, por um permanente processo de diferenciação e de segmentação e também por ser lócus de múltiplas territorialidades existentes conviventes.

Entendemos o Grande Bom Jardim como um território plural, dotado de uma multiplicidade de espaços (culturais, econômicos, sociais e políticos)

conviventes com diferentes percepções de domínio, cujas relações sociais são mediadas pela tensão, enquanto um locus de intercessões jurisdicionais das representações presentes.

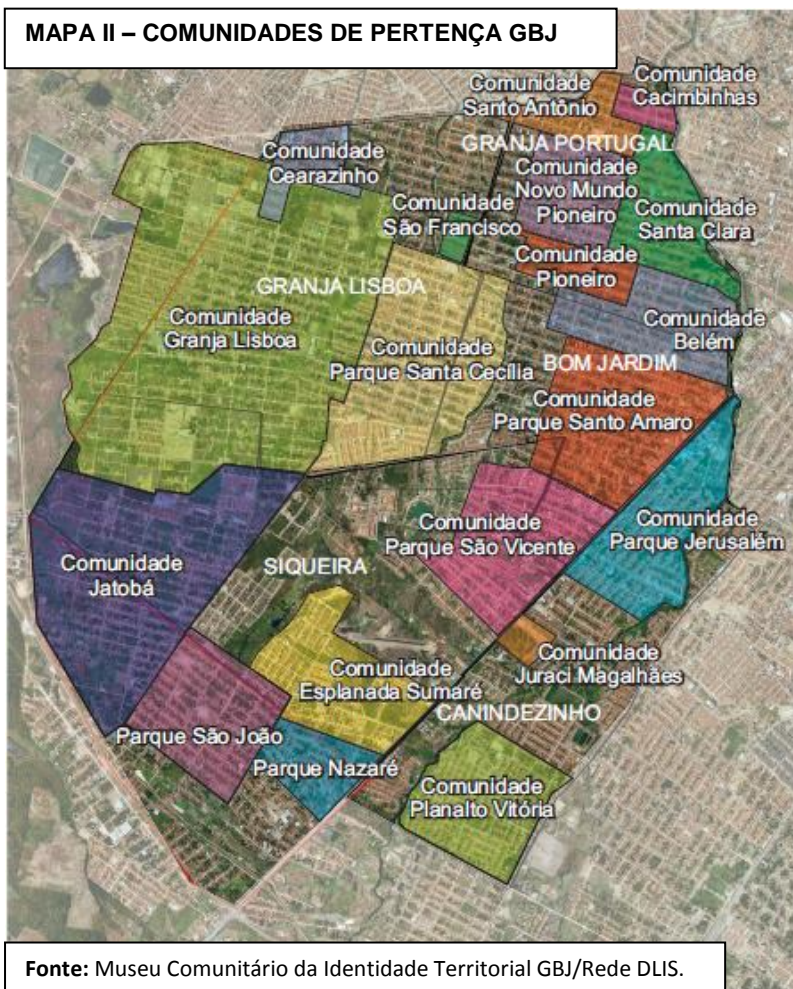
Assim, tomamos aqui a sigla GBJ como “resto vivo” ou resíduo político do empreendimento sociolinguístico de reterritorialização do espaço promovido pelo agente Rede DLIS, com capacidade de realizar política e culturalmente uma territorialidade pela força performativa de determinados atos de fala. A Rede DLIS é um agente social cujo discurso é dotado de um poder simbólico “*encarregado de regere fines e regere sacra, de traçar e dizer as fronteiras entre os grupos e, por essa via, de fazê-los existir enquanto tal*” (BENVENISTE apud BOURDIEU, 2004: Pp. 167 e 168).

O poder de domínio territorial pode ser constituído pela capacidade de assim o fazer real pela força de um discurso social. Isso somente é alcançado pela permanente atualização da compreensão e da leitura da realidade social pelo grupo social, posto que, parafraseando Karl Marx, tudo que é sólido se desmancha no ar. Há aí uma correlação de forças internas e um movimento próprio, singular, intrínseco à estrutura. Este movimento implica em deslocamentos na estrutura. O deslocamento é marcado pelo tempo, embora, em última instância, o que prevalece como parâmetro é o marcador espaço, haja vista as transformações dos espaços e as mudanças de sua composição social decorrentes das lutas sociais no curso do tempo. Inspirado em Laclau (1990), postulo que este deslocamento é transformação, é desenvolvimento. Este entendimento nos permite uma reflexão: Que deslocamento realiza o postulado da Rede DLIS sobre a estrutura social urbana, o qual determina o processo de reterritorialização?

Nos interstícios ou nos intervalos de contínuos fluxos em rede outras forças constituem sentido de apropriação do espaço e adquirem poder de domínio sobre este, e construindo e afirmando outras identidades, estruturando, assim, novos territórios. A Rede DLIS, que surge enquanto contra-resposta local às ordens dominantes do capitalismo global, fortalece processos internos de significação do espaço, e pode ser considerada, por essa razão, uma rede territorializadora, ou seja, enraizadora dos signos constitutivos da identidade. Um exemplo disso é a relevância do eixo temático e de trabalho da Rede DLIS, denominado memória social e

museologia comunitária, em desenvolvimento desde 2009, e tomado como estratégia político-discursiva para o fortalecimento das identidades institucional e territorial, afirmada pelo empreendimento aqui recortado.

Outra questão salutar é o papel dos grupos pastorais e das congregações missionárias atuantes na região, desde início da década de 1980, como fomentadores do potencial organizacional dos moradores locais e forte contribuinte para a composição do tecido social, sendo a Rede DLIS hoje um estrato do conjunto dessas intervenções político-religiosas em marcha na região. Os desdobramentos desse movimento político religioso foram responsáveis pelo desencadeamento de



ações comunitárias de enfrentamento das consequências negativas do processo de expansão da malha urbana e do adensamento populacional. Algumas dessas ações podemos destacar: implantação das escolas comunitárias; organização de movimentos populares para a ocupação de terras ociosas; fomento de quadros políticos e de aparelhos políticos locais.

Uma evidência da relevância desse movimento político religioso para a formação das bases do processo de construção e de afirmação do espaço social estudado são os nomes das comunidades e das localidades dos bairros oficiais. Quase todas recebem nomes de santos ou são designadas por referentes católicos, tais como: Santa Paula Frassinetti, Santa Cecília, Santo Amaro, São Vicente, São Francisco de Assis, Santo Antônio, Parque

Jerusalém, Canindezinho, Belém, Parque São João, Parque Nazaré, Jardim Nazaré. A alma desse movimento materializou-se no espaço urbano através dos nomes das comunidades. Estes são marcas simbólicas incrustadas no espaço.

Esse processo de incorporação ou de materialização dos sentidos do movimento político religioso no espaço urbano, tão caro à formação da identidade do espaço urbano como território, pode corresponder ao deslocamento da estrutura social de outra época. Segundo os marcos institucionais de gestão da cidade de Fortaleza, até a década de 1970, a região não tinha malha urbana traçada e era designada como área de domínio do território Grande Bom Sucesso.

O movimento político religioso em questão é testemunho do período de aceleração do processo de urbanização das cidades brasileiras, da expansão da malha urbana, dos processos migratórios campo-cidade, do adensamento populacional dos centros urbanos e das desigualdades produzidas pelo processo de organização do espaço segundo a divisão espacial do trabalho. Esse movimento surge diante da necessidade de atenuar ou mesmo dirimir os efeitos negativos desse processo de urbanização tardia das cidades brasileiras, regido, sobremaneira, pela expansão do sistema produtivo capitalista nos países subdesenvolvidos ou periféricos do sistema.

Até a década de 1970, os segmentos existentes na região que hoje corresponde ao território Grande Bom Jardim com poder de dominação sobre o espaço eram as famílias proprietárias de terras, os mini-latifundiários, que juntas detinham a posse das terras, as quais foram paulatinamente desmembradas por intervenção especulativa e comercial de imobiliárias. E recentemente as porções remanescentes daquelas glebas têm sido objeto de investimentos do setor público em políticas habitacionais de interesse social, ocasionando outro processo de reorganização e ocupação do espaço social urbano, o que reflete em demandas específicas de infraestrutura relacionadas à moradia.

Uma vez descerradas essas questões atinadas, fruto do envolvimento vivencial e teórico do pesquisador com o objeto de análise, podemos, assim, elencar alguns outros interesses secundários que o esforço desta pesquisa intenta contemplar: recuperar elementos históricos fundantes da formação social da

identidade do território, expressa, sobretudo, pela sua vocação de organização social (acompanhamento político-religioso da igreja católica e seus principais desdobramentos: áreas pastorais, movimentos populares de ocupação de terras ociosas para finalidade de moradia popular, escolas comunitárias, ONG Centro Herbert de Souza); analisar a relevância discursiva da memória social e da museologia comunitária como tecnologias sociais e estratégias políticas para o fortalecimento da identidade dos sujeitos e do território.

Esclarecer que os discursos que interessam são os discursos produzidos pelos atores sociais que constituem a Rede DLIS, porque é esse discurso que é estratégico em termos de elaboração de estratégias que devem levar moradores antigos do território a construir narrativas sobre elementos que lhe são caros do ponto de vista de uma identidade cultural e territorial. Dizer ainda que o eixo memória é importante em termos de possibilidade de visualização de um processo de reterritorialização estratégico do ponto de vista da inovação política para a conquista de direitos. Tomaremos este eixo não simplesmente do ponto de vista das narrativas de moradores antigos, mas do ponto de vista de um processo social de elaboração de estratégias políticas por parte dos sujeitos que compõem a Rede DLIS, a partir do que eles decidem que deve ser silenciado e daquilo que deve ser lembrado como elementos constitutivos de uma narrativa com finalidades políticas, pois, afinal de contas, dizer é fazer.

Salientamos que o foco de interesse desta pesquisa, no que tange a memória, não está centrado na recuperação de memórias individuais de moradores do território, mas sim na verificação analítica do uso estratégico e do manejo da memória como ferramenta política que faz o Museu Comunitário da Identidade Territorial do Grande Bom Jardim (com chancela de Ponto de Memória pelo Ministério da Cultura), vinculado à Rede DLIS. O que nos interessa é a memória social, que é apropriada pelo agente social como recurso discursivo para a releitura e a reescritura participativa de marcas históricas com a finalidade de por em curso o agenciamento de uma política de representação. Não obstante, os registros audiovisuais, parte do acervo do agente, são utilizados pelo pesquisador como fontes dos dados da pesquisa.

Tal empreendimento pode ser definido como um projeto político empenhado por levar determinados moradores do território a refletir os acontecimentos pretéritos, a produzir novos conhecimentos acerca do passado, de forma a contribuir para uma reelaboração de narrativas que possibilitem não apenas uma reconstituição dos limites simbólicos e uma afirmação de raízes culturais, mas argumentos consistentes para novas possibilidades de intervenção social e política sobre a realidade social do território sócio-espacial e simbólico instituído, através da força ilocucionária do discurso performativo.

Dada à complexidade da nossa forma de vida urbana, com fortes marcas das relações de conflito e das contradições, é que a memória e o seu uso social, enquanto um projeto político, um horizonte a se fazer, é um produto dinâmico, fruto de um permanente movimento de reelaboração e reedição, como nos observa Velho: *“A ideia, já do senso comum, de que a memória é seletiva em parte se explica por essa dinâmica dos projetos e da construção de identidade, que leva as referências do passado a um processo permanente de des e reconstrução”*. (VELHO, 2013: p.67).

Dos cinco eixos² estruturais da organização política da Rede DLIS, destacamos aqui o último, o que se volta para a identificação, valorização e preservação da memória social e que se utiliza da linguagem museológica comunitária como ferramenta de luta para instaurar e proceder à manutenção do poder de domínio da Rede DLIS sobre o território. A memória e a museologia, nesta vertente trabalhada, são, antes de qualquer coisa, eminentemente linguagem, suportes para a produção de narrativas dos moradores a partir de suas perspectivas identitárias, com marcas do vivido e da experiência cotidiana no território, que coloca o morador no centro da narrativa, numa postura contra-hegemônica, e suporte para a afirmação de um território de direitos. Assim, entendo a identidade territorial empreendida um construto discursivo, operacionalizada por certas estratégias discursivas, enquanto uma espécie de política de representação, objetivada para cooptação de novas forças políticas. Ou seja, o processo de reterritorialização empreendido pela Rede DLIS se constitui discursivamente pela força de certos atos

² Tomaremos este objeto em momento oportuno deste trabalho, quando realizaremos uma apresentação mais pormenorizada.

de fala, vistos aqui como lances de jogos de linguagem (FERREIRA, 2012; RAJAGOPALAN, 1989).

A Rede DLIS existe desde dezembro de 2003. A instância atua como uma espécie de Fórum Permanente das Organizações Associativas Locais com foco no controle social de políticas públicas. Dada à sua modulação de congregação, enquanto espaço público sempre aberto ao diálogo comunitário, em atenção prioritária às políticas públicas territoriais, sua composição é bastante fluida. Em 2013, a Comissão de Articulação da instância contabilizava um total de 34 representações sociais locais integrantes, entre associações de moradores, Organizações Não Governamentais (ONG's) e equipamentos sociais. Seus fundamentos conceituais são o desenvolvimento local (Augusto de Franco³, 1998) e o capital social (Putnam⁴, 1996). Ideologicamente, sua gênese está ligada à concepção política da ONG Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), que, estrategicamente, mobilizou os sentidos e coletivizou o projeto estruturante de desenvolvimento territorial a outras organizações associativas locais que militante e estrategicamente engajaram-se na instância pela força e capital representacional que o coletivo confere tanto ao seu conjunto quanto singularmente a cada uma das entidades integrantes.

³ Coordenador do Instituto de Política, membro do colegiado de articulação do Fórum Nacional de Ação da Cidadania contra a Fome, a Miséria e pela Vida e do Conselho da Comunidade Solidária. A. de Franco entende o desenvolvimento local, integrado e sustentável como: “é um novo modo de promover o desenvolvimento, que possibilita o surgimento de comunidades mais sustentáveis, capazes de suprir suas necessidades imediatas, descobrir ou despertar suas vocações locais e desenvolver suas potencialidades específicas, além de fomentar o intercâmbio externo, aproveitando-se de suas vantagens locais”. FRANCO, A. de. In Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável – Dez Consensos. Revista Proposta, nº 78, Setembro/Novembro 1998.

⁴ Seu nome ganhou projeção internacional com a publicação de seu estudo acerca do desempenho institucional de Organismos Governamentais italiano após a reforma política ocorrida na década de 1970 naquele país, reforma esta que teve como foco a descentralização política, suas consequências no modelo da prática política e de governo local, e que peso teve os ranços da cultura política tradicional com o novo modelo, em que esta nova institucionalidade interferiu no comportamento político. O principal objetivo desta pesquisa foi examinar as origens do governo eficaz. Viu que os sistemas e modelos de engajamento cívico influenciam governos eficazes e responsáveis. E esses modelos foram historicamente diferenciados na Itália, entre o sul e o entro norte. O conceito de capital social, inspirado na teoria política de Tocqueville, examina a relação entre desempenho e natureza da vida cívica ou comunidade cívica, esta caracterizada por cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança recíproca e na colaboração. PUTNAM, Robert D. Comunidade e Democracia – A Experiência da Itália Moderna. 1ª Edição, Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV, 1996.

A vida das sociedades contemporâneas está irremediavelmente envolvida na complexidade dos processos de (re)territorialização em que estamos comprometidos ontem, hoje e sempre, enquanto sujeitos radicados, destruindo e reconstruindo territórios muito mais múltiplos ou, de forma mais adequada, tornando muito mais complexa nossa multiterritorialidade.

Haesbaert (2005: 6774), então, com esta assertiva, mais do que reconhecer o caráter imanente da (multi)territorialização na vida dos indivíduos e dos grupos sociais na contemporaneidade, percebe que os processos de reterritorialização precisam ser compreendidos especialmente pelo potencial de perspectivas políticas inovadoras que eles expressam.

O deslocamento de signos estruturantes da identidade territorial, em constante processo de mutação, realizado pela Rede DLIS é uma ação política e culturalmente inovadora, pois, devido ao seu feito, ela mesma, pelo empenho subjetivamente comprometido de moradores locais, investe-se de um poder objetivo contra-hegemônico à ordem dominante normatizadora e globalizadora.

O gancho e o recorte conceitual que consideramos relevantes nesta pesquisa situam-se, justamente, no potencial discursivo das inovações políticas que estes processos de reterritorialização implicam, por descobrir através da vertente das teorias da linguagem, a da Nova Pragmática, o entendimento do processo de reterritorialização empreendido política e culturalmente pelo agente social Rede DLIS. No texto cultura e democracia – o discurso competente e outras falas (1981), Chauí fala da linguagem como um lócus de construção das resistências sociais, que articula o questionamento do sentido da cultura dominante e contribui para uma reestruturação das relações sociais.

Portanto, assumir uma postura analítica crítica da realidade com base na pragmática linguística é uma forma politicamente engajada de olhar para o mundo, na medida em que uma pesquisa nesta perspectiva epistêmica procede a uma análise da política de representação, em que os sentidos são constituídos na linguagem, antes de serem elementos constituintes do mundo social através da ação (FERREIRA, 2012; RAJAGOPALAN 2010), encarando, portanto, a linguagem como uma forma de vida.

Examinar atos de fala como processos discursivos à luz da Nova Pragmática, sob uma perspectiva crítica, é analisar a realidade sobre a qual falamos e na qual agimos. Instrumentalizado com aparatos conferidos pelo campo linguístico aplicado tenho a oportunidade de qualificar a intervenção militante que tenho dedicado à organização social daquela região, no campo da sociologia, nos últimos dez anos de minha vida.

Muito embora eu não tenha condições de afirmar que desenvolvi um percurso de pesquisa fiel ao método *Participação Observante*, aquele forjado pelo Loic Wacquant (2002) quando da produção de sua obra *Corpo e Alma*, o qual imergiu visceralmente no mundo do pugilismo ao ponto de duvidar de sua carreira acadêmica, tenho a consciência tranquila em afirmar que a vida me permitiu trilhar um trajeto de pesquisa em moldes bem similares. Mergulhei anos numa assistência técnica incondicional ao movimento comunitário do tecido social do Grande Bom Jardim. A imersão foi intensa ao ponto de não mais pensar na necessidade da academia. A produção do conhecimento pelo viés da teoria acadêmica estava fora de cogitação. Então é que o acúmulo da experiência prática transbordou e o próprio fluxo exigiu outra incursão em outros mares. Assim, moldou-se a problematização para elaboração e recorte deste objeto de pesquisa, o que se casou a poucas noções em linguística que tinha.

Dito isso, tenho condições de pontuar que a postura de pesquisador que adotei nesta pesquisa foi baseada no método da *Participação Observante*, onde pude, a partir da minha experiência profissional militante no movimento comunitário local, extrair e construir elementos significantes a respeito da prática política da Rede DLIS no enfrentamento das questões do espaço social local que o sujeito considera relevante e prioritária. “[...] não podemos capturar a lógica mais profunda do mundo social a não ser submergindo na particularidade de uma realidade empírica”. (BOURDIEU, 2011: p.15). Assim, as minhas percepções acerca do vivido na condição de técnico e membro reconhecido do coletivo, me foram o ponto de partida para a produção de registros que mais tarde me puderam ser registros secundários de pesquisa, com consentimento do agente social pesquisado. Observando que todo material produzido pelos técnicos profissionais é de propriedade institucional. Portanto, tive livre acesso ao acervo institucional não

apenas pelo lugar que ocupo, mas pela confiança construída e pela responsabilidade militante e engajada.

Uma vez na condição de pesquisador acadêmico em linguística aplicada, com autorização do sujeito de pesquisa, mediante consentimento livre e esclarecido, pude produzir registros primários das ações do mesmo, tais como gravação em áudio e fotografias. Assim, acompanhei, tanto enquanto técnico e membro da Rede DLIS tanto como pesquisador, 17 atividades do coletivo, dentre reuniões ordinárias e ações externas e extraordinárias. Sempre percebendo, observando, produzindo e organizando registros de processo. Também realizei 04 grupos focais, recurso de entrevista temática orientada, aplicado de forma coletiva. Assim, realizei 03 procedimentos de coleta primária de dados em caráter de leitura comunitária nos seguintes assentamentos habitacionais ocupados por ações comunitárias: Terras de Assis, no Canindezinho; Comunidade Nova Canudos, no Parque São Vicente; e na Comunidade 07 de Setembro, no Siqueira. Realizei também 01 grupo focal⁵ com associados chaves do Centro Herbert de Souza para produção da linha do tempo.

Dos registros de reuniões do coletivo, utilizei como material de pesquisa para análise e produção de informações sobre o sujeito e os contextos de cidade registros acerca de 05 reuniões ordinárias mensais da Rede DLIS, de março de 2013, de outubro de 2013, de janeiro de 2014, de maio de 2014, e de junho de 2014. Utilizei ainda registros referentes às atividades externas de abril de 2014, da atividade acampamento em frente à sede do governo municipal de Fortaleza; e, sobretudo, da atividade de novembro de 2013, que foi um encontro da Rede DLIS com a gestão municipal de Fortaleza (2013-2016). O que norteou a decisão de uso desses registros foi a manifestação de falas do sujeito, dotadas de uma força de realização, referentes à produção e ao fortalecimento da identidade institucional frente o diálogo propositivo e de negociação com os poderes públicos e com outros entes da sociedade política para a materialização de uma política de desenvolvimento territorial, com base no entendimento do lugar como lugar de direitos ou do direito humano ao desenvolvimento local sustentável.

⁵ Este em parceria com Caio Anderson Feitosa, mestrando de sociologia UFC. Ele é técnico colaborador e associado do CDVHS.

Saliento que foi realizada, ainda em caráter de análise após apresentação e sabatina à banca, uma sessão de devolutiva de resultados da pesquisa ao coletivo com o intuito de que a Rede participasse na condição de coautora deste estudo, tanto para que assumisse seu protagonismo analítico quanto para que pudessem assimilar as noções conceituais utilizadas nesta pesquisa para uso político. O evento aconteceu como parte da programação do Encontro Anual 2014 do coletivo, dia 23 de agosto de 2014, em Cumbuco, Caucaia, Ceará. Os resultados foram incorporados neste trabalho.

Não sei classificar meu lugar de conhecimento. Na verdade nunca soube. Na defesa da tese de graduação, fui denominado por um dos integrantes da banca, Eduardo Machado, de sociólogo travestido de antropólogo [Ou seria o contrário?]. Agora, por ocasião da produção de um trabalho de pós-graduação em outra área do conhecimento, digo, a área da linguística aplicada, não sei como me tomarão. E não sei se me apropriei o suficiente das teorias ao ponto de manipulá-las numa pesquisa. Sei que parti da geografia urbana, caminhei pela sociologia urbana, galguei a antropologia urbana, e me esforcei por me esmerar na Teoria dos Atos de Fala como caminho para uma leitura possível acerca de um fenômeno social de construção e de afirmação de uma realidade que se expressa na fortaleza de uma institucionalidade e no reconhecimento público de um lugar como território, por via da linguagem. Assim, bebi na Pragmática Linguística, desaguando numa Nova Pragmática. Lancei mão incessantemente de recurso do método etnográfico para a leitura, a interpretação e a análise de material, sobretudo no tópico *A mística da organicidade político-associativa territorial: Comunidade de Comunidades*, da unidade 3, na unidade 04 e em todo o capítulo de análise.

A segunda unidade textual, *Linguagem, Política de Representação e Ideologia*, apresenta um debate teórico acerca destas categorias assinaladas de forma a oferecer elementos analíticos à pesquisa, no que se refere ao feito social das estratégias político-discursivas lançadas mão pelo agente social Rede DLIS, ou seja, o seu projeto de constituição de um espaço de domínio, o território Grande Bom Jardim.

A terceira unidade, intitulada *Movimentos Sociais Urbanos*, faz uma síntese de história da memória dos Movimentos Sociais Urbanos Reivindicatórios no

Brasil nas décadas de 1970, 1980 e 1990, estabelecendo interface com o processo de urbanização acelerada das cidades brasileiras e com a luta dos movimentos por espaço na estrutura de poder, constituindo-se ente na sociedade política nacional. Por fim, o capítulo faz uma leitura de cunho etnográfica acerca da mística organizacional da região do Bom Jardim, sintetizada no conceito “*Comunidade de comunidades*”, buscando os elementos significantes nos princípios de trabalho evangelizador, que unia fé e ação, das congregações missionárias, notadamente a Missionários Combonianos, atuantes a partir de 1981 na região onde hoje é o território Grande Bom Jardim.

Na quarta unidade textual, *Espaço e Agente Social*, é desenvolvida uma discussão sociológica acerca dos conceitos de Espaço Social, Espaço Simbólico e Poder Simbólico, buscando estabelecer um diálogo analítico com o fenômeno linguístico da pesquisa, no que refere aos seus significados político, social e linguístico, levantando questões à reflexão. Ao final, subsidiando-se em certos elementos institucionais e em falas de agentes envolvidos, esforçamo-nos em apresentar uma breve caracterização do sujeito de pesquisa, a Rede DLIS.

A quinta unidade textual, *A Fala Enquanto Ação*, apresenta certos proferimentos de fala em contextos específicos de enunciação, buscando identificar os atos de fala com força ilocucionária capazes de realizar os projetos do agente social pesquisado. Parte-se de conceitos institucionais de memória social e da nova meseologia, bem como do debate acerca da relação possível entre memória, projeto político e política de representação. A análise centra-se em proferimentos de falas feitos em reuniões ordinárias da Rede DLIS e, sobretudo, no encontro do agente social com o poder executivo municipal de Fortaleza, gestão (2013-2016).

2. LINGUAGEM, POLÍTICA DE REPRESENTAÇÃO E IDEOLOGIA

[...] as nossas teorias da linguagem [...] são, no fundo, desejos inconfessos de superar ou transcender a própria linguagem [...].
(RAJAGOPALAN, 2003: p.31).

2.1 LINGUAGEM, REPRESENTAÇÃO LINGUÍSTICA E POLÍTICA DE REPRESENTAÇÃO

Segundo Rajagopalan (2003), todas as abordagens linguísticas que podem ser citadas, a gramática tradicional, o modelo funcionalista de Halliday, a tradição lógica, todas dão primazia à forma declarativa das sentenças, até mesmo a teoria dos atos de fala na abordagem de John Searle, que se esforça por privilegiar a forma ilocucionária de asserção, aquela cujo ato compromete o emissor com a verdade e preocupa-se com as condições de satisfação do ato, todas elas não escapam à tese do representacionalismo.

O esforço de compreender criticamente a função da noção de representação na história do pensamento sobre a linguagem deve, segundo aquele linguista, começar precisamente pelo reconhecimento de que a tese do representacionalismo subsiste como condição improvável e como angústia humana. Rajagopalan ironiza acerca do que significa essa tese para a condição humana. Ela é, simultaneamente, uma lamentação e uma expressão de desejo. O representacionalismo, na verdade, coloca o ser humano diante da sua mais profunda sensação de decepção e de fracasso, qual seja, a sua incapacidade de apreender o mundo tal como ele é, posto que a linguagem nada mais é senão uma barreira que se interpõe entre a mente humana e o mundo. O representacionalismo também é uma expressão do desejo de que a linguagem tenha como condição ideal a total transparência, qualidade que banalizaria e tornaria incontrolável o papel intermediador da linguagem. O grande sonho é o de que a mente humana se desvencilhasse da linguagem humana para um contato direto à apresentação do significado.

[...] “a tese do representacionalismo se alicerça naquilo que Jacques Derrida chama de a “metafísica da presença”. O que se lamenta é, no fundo, a impossibilidade que a linguagem nos impõe de que os significados se apresentem sem qualquer intermediação. Dessa forma, a tese do

representacionalismo na verdade esconde o sonho de apresentação, de uma espécie de “epifania”, do significado – o sonho, o desejo, de, enfim, desvencilhar-se da própria linguagem humana. Pois, o ideal mesmo seria que o mundo pudesse mostrar (apresentar) sua face sem a intermediação da linguagem e que as mentes humanas pudessem comunicar-se entre si sem ter que recorrer ao uso da língua – uma ferramenta, afinal, tão imperfeita! Por mais paradoxal que pareçam, as nossas teorias da linguagem, erguidas em sua grande maioria, sobre a tese do representacionalismo, são, no fundo, desejos inconfessos de superar ou transcender a própria linguagem, como, por exemplo, por meio da telepatia. (RAJAGOPALAN, 2003: p.31).

Assim como a linguagem humana é para o desejo do ser humano, as instâncias e os espaços institucionalizados pela ordem vigente são para a democracia, uma barreira entre a mente humana e o mundo, ou seja, um empecilho à cidadania plena. A questão central que Rajagopalan traz à tona para o debate trata de uma das deficiências dos sistemas democráticos de hoje, a falta de representatividade, ou seja, a diversidade social não se faz presente ou não se apresenta nas diferentes instâncias institucionalizadas em que as decisões são tomadas, ou ainda, nem todos os segmentos ou grupos sociais componentes da sociedade são representados nesses espaços de poder. Assim como entendemos a linguagem humana como meio representacional está bem próximo da forma como percebemos a prática política, o desejo que temos é a de que a condição ideal também da democracia fosse a transparência total. *“Exige-se transparência na conduta dos políticos com o mesmo espírito com que procuramos tornar o nosso uso da linguagem claro, cristalino, direto, literal, enfim, transparente”.* (RAJAGOPALAN, 2003: p.32).

Assim, da mesma forma com que repudiamos o uso da língua através de figuras de linguagem de forma a dar margem à várias possibilidades de entendimento, devemos também repudiar a postura personalista de políticos que ao invés de representarem seus eleitores, apresentam-se à tribuna em defesa da manutenção de seus mandatos, jogam pela permanência na estrutura de poder e legislam ou executam em favor dos grupos ideológicos, partidários ou econômicos com os quais são ligados e aos quais são devedores.

No curso do paralelismo forjado entre a teoria da linguagem e a teoria política, a conclusão a que chega Rajagopalan é que não podemos distinguir a

questão linguística da questão política, porque a tese do representacionalismo é, simultaneamente, uma questão política e linguística. Essas são duas faces de uma mesma moeda. O uso de uma língua seria a externalização de um mundo incorporado, ou seja, uma forma de visão, uma forma de divisão e classificação do mundo, uma forma, dentre outras, de vida, se assim quisermos recorrer à noção de disposição e habitus de Bourdieu. Assim, ao falar uma língua estamos nos comprometendo e, por essa razão, desenvolvendo uma atividade eminentemente política. Ao passo que fazer política apenas se faz passando pela linguagem, ou seja, a política é da ordem do discurso, da mesma forma o discurso é da ordem da política.

“Ao falar uma língua, ao nos engajarmos na atividade linguística, estaríamos, todos nós, nos comprometendo politicamente e participando de uma atividade eminentemente política. Por outro lado, e como corolário dessa mesma afirmação, toda atividade política também passaria pela questão da linguagem, seria uma atividade de ordem inescapavelmente discursiva”. (PATERMAN, 1975; SHAPIRO, 1981 apud RAJAGOPALAN, 2003: Pp.32 e 33).

Tomando como base essa perspectiva hipotética acerca da tese do representacionalismo aludida por Rajagopalan (2003), podemos inferir que a noção de Grande Bom Jardim, enquanto lugar de direitos, na perspectiva do desenvolvimento sustentável, é uma visão de mundo escolhida e imposta pelo coletivo Rede DLIS, a qual é reivindicada como a representação do território. A escolha pressupõe a existência de parâmetros, de escalas de valores, de indicadores de efeitos. Dito em outros termos, a representação territorial poderia ser tomado como resultado de escolhas feitas por um grupo social, em função de um contexto social, cultural, político, ideológico e mediante um fim determinado, como podemos perceber na fala a seguir:

*“É o seguinte, eu queria saber sobre essa questão dos atores. É, eu considero nós, atores da Rede DLIS, forte. Nós conseguimos uma audiência com o prefeito, mas ele é **tão cínico** [ênfase], que ele recebe a gente lindo, maravilhoso, achando graça, e não faz o que promete. Ai é assim, o ator de lá ta sendo mais forte que o nosso. E eu gostaria de saber como é que a gente se fortifica ainda mais para derrubar esses infelizes”. [risadas coletivas]. “É, eles são infeliz mesmo. Eles são infeliz”. [...] “eu queria saber. Nós somos fortes, mas eu queria saber como é que se fortifica mais para derrubar esses atores que estão aí fazendo, comendo o nosso dinheiro”. (Representante da União dos Moradores do Bairro Canindezinho, integrante da Rede DLIS).*

Assim a questão da representação é uma questão política por envolver escolha. Portanto podemos concluir que a linguagem, a política e a ética são a mesma coisa.

“A hipótese que acabamos de levantar vem ao encontro daquilo que, segundo Bernard Williams, sustenta a própria tese do representacionalismo, a saber, a plena convicção de que “podemos escolher entre as nossas crenças [...] uma que possa ser então reivindicada como representando o mundo de uma forma, a um grau máximo, independente de nossas perspectivas e peculiaridades”. (WILLIAMS, 1985: Pp. 138-139 apud RAJAGOPALAN, 2003: p.33).

A representação linguística do território Grande Bom Jardim é resultado de escolhas feitas pela Rede DLIS. Ela não é uma construção automática ou espontânea da linguagem. A representação linguística é um construto social. Assim, como assegurar o reconhecimento do mundo representado, enquanto uma visão de mundo imposta, certo de que este não passa de um artifício linguístico, operado no campo das escolhas com propósitos específicos?

O que parece de certo, como afirmado pelos analistas, é que todas as formas de pensar a representação assumem, ao cabo, certas consequências políticas. Por exemplo, a teoria causal, que questiona qualquer possibilidade de interpretação da tese do representacionalismo, põe em dúvida a existência do mundo físico e material, bem como nega a possibilidade de conhecê-lo. Essa corrente, então, defende que o mundo da materialidade, embora inacessível à percepção direta, como ensaiam os defensores da tese do representacionalismo, pode ser apreendido enquanto causalidade de nossas faculdades sensoriais. Ora, como se o corpo também não fosse linguagem.

Uma vez não satisfeita a concepção filosófica da teoria da causalidade, a proposta neopragmatista vem à baila no espaço político da academia como uma alternativa mais radical à tese do representacionalismo, em especial no modelo pós metafísico da proposta defendida pelo filósofo norte-americano Richard Rorty. Ele se classifica pós representacionalista e busca comprovar as frivolidades metafísicas. Para ele, a metafísica é parte indissociável da história da filosofia. Em outras palavras, em nada ela se ocupará da teoria linguística. Em outros termos, essa posição, nada mais é senão, uma decisão política de afirmação de uma área de

conhecimento no campo da economia da ciência. Com base na necessária dissociação entre a metafísica, esta enquanto mais uma etapa histórica da filosofia, já vencida, e a própria filosofia, ele descarta algumas palavras, dentre elas a *representação*, cujo sentido e significado estão diretamente ligados à metafísica. Assim, uma vez vencida a etapa metafísica na história da filosofia, os usos dessas palavras não fariam mais sentido.

Assim, com base na sua hipótese pós metafísica da filosofia, a tentativa de Rorty é de esvaziar a natureza pública da política. Ele defende a ideia de que assim como a religião, a política deva ser confinada à esfera privada, dada a impossibilidade de se falar de uma verdade última, haja vista o fim da metafísica, da mesma forma torna-se impossível a realização de um bem absoluto, universal, a-histórico. Portanto, se ele desconsidera o estatuto público da política, ele também reduz a questão da ética ao campo do caráter moral do indivíduo.

Em consonância à leitura crítica de Rajagopalan (2003: Pp. 35 e 36) acerca do postulado filosófico neopragmatista de Richard Rorty, há decerto interesses envolvidos na tese defendida de que teoria alguma teria consequências, posto que negar é uma das formas de afirmar. Ou seja, qual seria o legado em fazer reconhecer uma visão de mundo que concebe a marginalização da questão política? No mínimo, conferir maior grau de perspicácia ao fazer político de forma que seus efeitos sejam imperceptíveis. A quem isto interessaria?

2.2 ATO DE FALA E FORÇA PERFORMATIVA DA LINGUAGEM: QUESTÕES ELEMENTARES PARA SE PENSAR NA PERSPECTIVA DE UMA NOVA PRAGMÁTICA:

Wittgenstein abre as portas para a compreensão dos sentidos das expressões ou dos seus efeitos pelo uso. Segundo Manfredo (2006), o filósofo legou vários pontos a serem desenvolvidos, sendo um deles, o uso, o que poderia ser entendido como um novo critério do sentido. “*O próprio uso das palavras, seu aparecimento nos diferentes jogos de linguagem, [passam a ser] [...] a expressão de diferentes formas de vida*”. (OLIVEIRA, 2006).

A Escola de Oxford busca apresentar uma compreensão desse novo critério linguístico. E tem como baluarte o filósofo inglês John Langshaw Austin. Há quem defenda que seus estudos tiveram fundamentação na teoria de Wittgenstein sobre os jogos de linguagem.

Ferreira (2012) destaca que a linguagem e a cultura estavam no cerne das duas viradas epistemológicas ocorridas no século XX, a saber, a da linguística e a da cultura.

A virada linguística deixou-nos um legado, a perspectiva pragmática de análise da linguagem. A semente dessa forma de abordagem da linguagem foi deixada pela filosofia de Wittgenstein e semeada pela de John Langshaw Austin. No entanto, devido à morte prematura daquele semeador, antes da germinação completa, os inovadores postulados foram traduzidos a cabo dos interesses acadêmicos de John Searle, de quem Austin era mestre.

Então, a inovação na filosofia da linguagem, em meio ao processo de desenvolvimento da linguística como área do conhecimento científico, seguiu o percurso esperado, caiu na armadilha da ordem normatizadora, foi transformada em disciplina. Hoje é o que se convencionou como pragmática linguística.

No entanto, o substrato da inovação filosófica de análise da linguagem foi recuperado a partir de releituras contemporâneas do conjunto de obras deixadas pelo filósofo Austin, notadamente, as doze conferências componentes do livro célebre *How to do things with words* (1962). A (re)visitação à teoria dos atos de fala, formulada nos debates expressos pela referida obra, recuperou e se consumou no que Rajagopalan (2010a) sintetizou como uma Nova Pragmática, preocupada, numa primeira instância, em desfazer o encantamento proposto por Searle.

Num nível mais profundo, a tendência da Nova Pragmática, defendida militantemente por Rajagopalan e seguidores, diz que falar acerca de uma pragmática da linguagem nos termos da filosofia da linguagem é falar de ética. Assumir uma postura analítico-pragmática da linguagem é uma forma politicamente engajada de olhar para o mundo, na medida em que é uma análise da política da linguagem, onde são propostos elementos ao político e ao cultural, através da análise linguística. Ademais, a linguagem envolve as dimensões: ética e política,

pois é ela uma forma de agir, de realizar e de interagir, que implica em fazer escolhas e assumir as consequências dos atos.

Para Austin, o sentido da linguagem se constitui em um contexto onde determinadas expressões fazem sentido. “*Investigar a linguagem significa tematizar o contexto de sociabilidade, o contexto sociocultural, onde se insere*”.

A linguagem transcende porque rompe com a dicotomia radical entre linguagem e realidade. É nesse campo sociocultural que o indivíduo entra em um contexto de regras e convenções, logo será compreendido no seu fazer e dizer dentro dessas condições que geram possibilidade de entendimento de suas ações simbólicas.

Segundo Ferreira (2012), em *Assinatura, Acontecimento, Contexto* (1991), Derrida ao desenvolver uma reflexão acerca da questão da comunicação, verificando a pertinência da análise suscitada no âmbito do pensamento de Austin, examina quatro questões relativas à problemática do performativo naquele filósofo de Oxford: 1) pelo fato de Austin priorizar a análise da perlocução e da ilocução, considera os “atos do discurso” apenas enquanto atos de comunicação; 2) considera que as noções de Austin de ilocução e perlocução referem-se à comunicação de um movimento original, ou seja, estas noções referem-se à operação e à produção de um efeito, ou seja, o que se comunica é “uma força pelo impulso de uma marca”; 3) por Austin considerar o referente do performativo dentro de si, por descrever algo que existe dentro da linguagem; 4) pelo fato de Austin subtrair do performativo a autoridade conferida ao “valor de verdade”, sendo esta noção substituída pelo “valor de força”, diferença de força.

Portanto, para Derrida, essas quatro questões austinianas fizeram explodir o conceito de comunicação como conceito puramente semiótico, linguístico ou simbólico. A teorização de Austin requer um valor de contexto como algo determinável, uma situação total de fala.

Embora linguagem e cultura se deem numa relação de mão dupla, com base num pressuposto defendido pela Nova Pragmática, podemos apostar na noção de que o aspecto constitutivo da linguagem venha primeiro que o aspecto constitutivo da cultura.

Um desafio primeiro posto é a tarefa de pensar um modelo operacional para se refletir criticamente a construção sociodiscursiva da identidade, na media em que esta só se constitui negativamente, ou seja, pela diferença. E o que entendemos por diferença é o resultado de uma ação linguístico-discursiva de investidura ideológica tomada por uma identidade com vistas a uma posição hegemônica. (FERREIRA, 2012: p.14).

Lançar mão do conceito de ato de fala como categoria analítica é analisar como um agente social age no mundo social usando-se da linguagem, ou analisar a capacidade de realização do falar desse agente social, ou é analisar o que torna possível essa capacidade de realização do falar desse agente social. Uma das questões centrais da reflexão de Austin em *How to do Things With Words* (1962 e 1975), cuja tradução em Português intitula-se *Quando Dizer é Fazer – Palavras e Ação* (1990) é a sua preocupação com a performatividade da linguagem, em se pensar nas consequências do falar, do mundo de coisas ou das coisas do mundo que fazemos com a linguagem. “[...] *proferir uma dessas sentenças (nas circunstâncias apropriadas, evidentemente) não é descrever o ato que estaria praticando ao dizer o que disse, nem declarar o que estou praticando: é fazê-lo*”. (AUSTIN, 1990: p. 24). O proferimento performativo é aquela expressão linguística que consiste em fazer algo ao dizer algo e por dizer algo.

O termo performativo advém do verbo inglês *to perform*, correlato do substantivo ação, “*e indica que ao se emitir o proferimentos está – se realizando uma ação, não sendo, conseqüentemente, considerado um mero equivalente a dizer algo*”. (AUSTIN, 1990: p.25). O entendimento de que os proferimentos performativos são operativos é inspirado na terminologia jurídica. Estes operativos são indicadores de eficácia na efetuação de transações, argumentava o filósofo.

A análise do ato de fala implica na análise da linguagem em uso, preocupada em saber como a linguagem adquire significado em um contexto de fala, proferida com determinadas intencionalidades e segundo determinadas forças de convenções. “*Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado afeito convencional e que inclua o proferimentos de certas palavras, por certas pessoas, e me certas circunstâncias*”. (AUSTIN, 1990: p.31). Tal forma de abordagem exige a verificação das condições sob as quais a fala

produz efeito num determinado evento, numa situação de fala. “[...] *Uma ação pode ser realizada sem a utilização do proferimento performativo, mas as circunstâncias, incluindo outras ações, sempre têm que ser apropriadas*”. (AUSTIN, 1990: p. 27).

Austin, em caráter proposicional e aberto, apresentou um esquema em que situa algumas das coisas necessárias para se garantir o funcionamento feliz de um proferimento performativo. Vejamos a reprodução deste (Idem, *Ibidem*: p. 31):

- (A.1) Deve existir um procedimento convencionalmente aceito, que apresente um determinado efeito convencional e que inclua o proferimento de certas palavras, por certas pessoas, e em certas circunstâncias; e além disso que
 - (A.2) As pessoas e circunstâncias particulares, em cada caso, devem ser adequadas ao procedimento específico invocado.
 - (B.1) O procedimento tem de ser executado, por todos os participantes, de modo correto e
 - (B.2) Completo.
 - (r.1) Nos casos em que, como ocorre com frequência, o procedimento visa às pessoas com seus pensamentos e sentimentos, ou visa à instauração de uma conduta correspondente por parte de alguns dos participantes, então aquele que participa do procedimento, e o invoca deve de fato ter tais pensamentos ou sentimentos, e os participantes devem ter a intenção de se conduzirem de maneira adequada, e, além disso,
 - (r.2) Devem realmente conduzir-se dessa maneira subsequentemente.
- As infelicidades do tipo A podem ser chamadas de “más invocações”, sendo os atos malogrados de tipo A.1 chamados “desacertos”; e as infelicidades de tipo A.2 denominadas “más aplicações”;
- Os procedimentos nos casos B serão chamados “más execuções”, sendo B.1 das falhas, e B.2 dos desacertos/tropeços;
- Aqueles atos malogrados de tipo r serão chamados de abusos;

Seguindo por este caminho, os atos de fala podem ser classificados em três classes: locucionários, ilocucionários e perlocucionários. Os atos locucionários, emissão de palavras (ato fonético, ato fático e ato rético), que se prestam a proferir

determinada sentença com determinado sentido e referência (significado). Os atos de fala ilocucionários são atos convencionais, dotados de certa força advinda das convenções sociais. O ato ilocucionário é o proferimento de certas palavras com determinado significado e intencionalidade com vistas a produzir certas consequências. A locução é uma referência às convenções de força ilocucionária relacionadas com as circunstâncias especiais da ocasião em que o proferimento é emitido. Dessa maneira, a realização consumada ou bem sucedida de um ato ilocucionário produz determinadas consequências ou efeitos em certos sentidos. A obtenção de determinado efeito é a indicação de que o ato ilocucionário foi realizado de forma feliz e bem sucedido. O ato ilocucionário somente será levado a cabo se o proferimento de fala ocasionar um efeito no sentido. Fazer efeito equivale ao ato de tornar compreensível o significado e a força de determinada locução ou proferimento. Portanto, a realização de um ato ilocucionário envolve assegurar a apreensão do seu significado por parte do interlocutor nas circunstâncias contextuais de um evento comunicacional, seja por meio verbal, ou até mesmo não verbal, uma vez que o ato ilocucionário é convencional. Como diz Austin (1990: p.101), “*podemos fazer certos gestos ou atirar um tomate como sinal de protesto*”. Em síntese, o ato locucionário é aquele que tem um significado. O ato ilocucionário é todo aquele que tem uma certa força ao dizer algo.

O ato perlocucionário é todo aquele que consiste em se obter certos efeitos pelo fato de se dizer algo. Em virtude da convenção, muitos atos ilocucionários conduzem a uma resposta ou a uma seqüela. Mas para a realização do ato perlocucionário é necessário que haja tanto o emprego de palavras quanto o de outros meios adicionais de se produzir uma consequência, tais como recursos persuasivos, dissuasivos, influência pessoal, coerção. É característico dos atos perlocucionários que a resposta ou a seqüela que se obtém possa ser conseguida adicionalmente ou inteiramente por meios não-locucionários e não convencionais, embora se admita a possibilidade de utilização de certos atos convencionais para produzir o ato perlocucionário.

Por este caminho reflexivo da filosofia da linguagem, há o reconhecimento do outro no evento comunicacional. Por essa feita, as responsabilidades na produção dos sentidos são compartilhadas. Além do reconhecimento da capacidade

do outro na produção dos significados, indicam-se também outros valores centrais nessa vertente da teoria da linguagem, a saber, a questão ética e a questão política. Falar é antes de qualquer coisa comprometimento e responsabilidade. “[...] *nossa palavra é nosso penhor*”. (AUSTIN, 1990: p. 27).

No entanto, trazendo os conceitos para o campo operacional, e considerando que o contexto é uma instância incontrolável, dada a impossibilidade de abrangê-lo em toda a sua conformidade e dimensões, torna-se difícil pensar o ato total de fala bem como a presença consciente da intenção do sujeito falante no ato de fala.

E como Austin retirou da análise do performativo a autoridade do ‘valor de verdade’, tendo sido esta substituída pelo ‘valor de força’, de ‘diferença de força’, isto implica na impossibilidade de esgotarmos o contexto na análise dos atos de fala. (FERREIRA, 2012). A isto se implicam o campo de escolhas na imensidão da realidade e o olhar interpretativo e situado do pesquisador.

Todavia, na perspectiva de constituição de ferramentas teórico-metodológicas acerca da operacionalização analítica do conceito dos atos de fala, destaco a importância de considerar a ocasião de um proferimento ou mesmo a possibilidade das palavras poderem ser explicadas através do contexto em que estas foram proferidas como condições para se gerar um melhor entendimento do que se pode fazer com a linguagem e da melhor forma de uso desta, considerando, sobremaneira, as convenções de força ilocucionária dos atos de fala, negociadas na ocasião em que o proferimento de fala é emitido, haja vista que a força de uma convenção será correspondente à força ilocucionária de um ato de fala.

É de certo, como apresentou Austin, as condições de desacertos ou de infelicidades, como as passíveis de serem relacionadas aos proferimentos performativos, são males herdados por todos os atos cujo caráter é ser ritual ou cerimonial, ou seja, os atos convencionais ou ritualísticos. Para se evitar os males entendidos e os enganos, ou atos infelizes, deve-se garantir a audição e a compreensão do que se diz, ser um ato de fala proferido por pessoa autorizada, indicada ou designada, ser o conteúdo proferido a expressão do senso do grupo social.

Ferreira (2012), no texto *O Conceito de Ato de Fala como Categoria de Análise: da Nova Pragmática a uma Pragmática Cultural*, esforça-se por refletir e subsidiar mecanismos metodológicos para operacionalização analítica da categoria Atos de Fala. Nesta labuta intelectual, o linguista aproxima-se da antropologia, buscando base no método etnográfico. Assim, quando lançamos mão da teoria dos atos de fala como categoria analítica, devemos ter em mente a pergunta o que torna possível a realização do querer fazer coisas ao proferir algo, ou seja, que condições sociais são necessárias às circunstâncias de proferimento para que um ato produza um efeito esperado.

Para Austin, a força ilocucionária de um ato de fala é a força de uma convenção negociada na ocasião do proferimento de fala, enquanto que para Derrida, a força ilocucionária do ato de fala é a força do rito, ato reiterável, executado por automatismos repleto de simbolismo e responsável pela constituição dos sentidos e dos significados.

“Derrida (1991), afirma que o caráter performativo da linguagem deve ser visto em função da noção de iterabilidade, que define a própria condição da linguagem. Para ele, o que confere existência ao signo (lingüístico) é a possibilidade de sua repetição, isto é, a possibilidade desse signo ser repetido na ausência não somente do seu referente, mas também na ausência do seu significado ou de uma intenção determinada”. (FERREIRA, 2012, 22).

Para Derrida, portanto, é o rito que funda o ato, é o rito que torna o ato possível. Quanto mais significativo é o rito, mais força tem o ato. No entanto, quer seja a noção da força de uma convenção quer seja a noção da força de um rito para a determinação da força ilocucionária de um ato de fala, o que se sobressai nesse debate é a noção de iterabilidade da linguagem, a possibilidade de repetição do ato. O rito enquanto possibilidade de repetição da linguagem. Entendendo, também, como os antropólogos, os procedimentos de execução do rito são um mecanismo de produção dos sentidos e de significação, tendo os emblemas, as insígnias, os instrumentais, as vestimentas usadas o papel de estruturas de significantes.

2.3 A IDEOLOGIA DO DISCURSO COMPETENTE INSTITUCIONALMENTE AUTORIZADO

Marilena Chauí (1982) desenvolve a noção do discurso competente, aquele proferido por um especialista e de um ponto de vista determinado da hierarquia organizacional, tomando como base o conceito de ideologia e assumindo como forma de leitura de mundo e de posição crítica acerca do papel do discurso do conhecimento. O discurso científico, segundo a filósofa, aquele amparado na ciência moderna, é aquele discurso que, contraditoriamente, valoriza o conhecimento racional e põe em xeque a relevância do próprio trabalho científico. Assim, procurarei estabelecer articulações possíveis da conceituação estabelecida pela filósofa acerca do *discurso competente* com o objeto de interesse nesta pesquisa.

Para a filósofa, a ideologia é a maneira necessária pela qual os agentes sociais representam para si mesmos o aparecer social, econômico e político, onde essa aparição na sociedade por ser o modo imediato e abstrato de manifestação do processo histórico é também o ocultamento ou a dissimulação do real. A ideologia é um corpo sistemático de representações e de normas que nos ensinam a conhecer e a agir no mundo. Ela pode ser “*entendida como um conjunto de ideias, muitas vezes subentendidas e raramente explicitadas, que servem de pano de fundo para uma série de crenças e gestos numa dada comunidade*”, como conceitua Rajagopalan (2010: 16).

No que se refere ao campo da linguística ou da filosofia, a Teoria dos Atos de Fala é objeto de tensão entre pelo menos duas formas de interpretação ou posições ideológicas, a saber, a leitura empregada por John Searle, este considerado até pouco tempo pela comunidade acadêmica como o intérprete autorizado de John L. Austin, responsabilizado por dar um contorno rigoroso, um conteúdo acurado e um corpo definitivo à teoria dos atos de fala, mas também acusado de apropriação indevida e tendenciosa do legado teórico de Austin com proposição de um arcabouço teórico de aplicações imediatas, com vistas a atender aos interesses da academia na época. E na outra posição a releitura desconstrutivista de Jacques Derrida, que argumenta, dentre outras questões, que a verdadeira beleza das reflexões elaboradas por Austin estaria em seu processo

reflexivo, ou seja, mais detido nos fracassos do seu intento em formular uma teoria dos atos de fala que em seus acertos, e que a questão central da reflexão que Austin provocou a respeito da questão performativa da linguagem ou da linguagem enquanto forma de ação no mundo ou da linguagem ordinária como objeto de estudo filosófico repousa na elaboração de uma teoria sobre o direito, a ética e a política, bem como todos estes lugares da teoria passam inevitavelmente pela questão da linguagem. (RAJAGOPALAN, 2010: p.8).

O grupo dos que são favoráveis à posição ideológica defendida por Derrida é engrossado por Rajagopalan. Este argumenta que certos postulados apresentados por Austin foram paradigmáticos para a filosofia analítica, sendo devastadores e responsáveis por desdobramentos sérios naquela área do discurso do conhecimento, pois colocou em xeque um princípio que caracterizou toda a metafísica, o chamado realismo platônico. Rajagopalan também aposta que a chave para uma releitura responsável da obra *How to do things with words*, de John L. Austin, deva ser inspirada numa outra obra anterior do mesmo autor intitulada *Sense and Sensibilia*. Ademais, Austin defendia a linguagem ordinária como digna de estudo filosófico, e propunha, nesta medida, uma ética da ação. A tese de Austin de que no fim das contas tudo o que há são os enunciados performativos é, na verdade, um afronta ao discurso da ciência, ancorado nos enunciados constativos.

O discurso busca forjar uma lógica da identificação que seja responsável pela unificação do pensamento, da linguagem e da realidade, engendrando, dessa forma uma imagem particular universalizada, ou seja, apagando as diferenças e contradições, com capacidade de produzir uma identificação de todos os sujeitos sociais com essa imagem, a imagem da classe dominante, cujos interesses são quase sempre re(a)presentados pelo Estado. Este, em nome do crescimento nacional, viabiliza e incentiva o investimento do setor privado para fortalecimento do mercado e simultaneamente promove as políticas de interesse social. O discurso ideológico é lacunar e adquire coerência nos intervalos vazios, naqueles espaços que não são preenchidos. Assim, na ideologia, a veracidade do discurso se faz e se afirma justamente nos termos ausentes, naquilo que não é dito. Todo discurso silencia elementos, na medida em que o silenciamento é constitutivo de todo discurso.

As ideias são determinadas pelo processo histórico, num campo de luta pelas classificações, ou seja, elas são o resultado dessa correlação de forças. Na ideologia, as ideias encontram-se “fora do lugar”, fora do espaço social e político de uma comunidade. Assim, Chauí aponta que, na ideologia, são os sujeitos sociais e as suas relações que estão nas ideias e não as ideias que se encontram nos sujeitos e nas relações sociais. No entanto, como contra argumenta Ferreira (2012), não temos como pensar o conceito de ideologia sem relacioná-lo com os conceitos de hegemonia e de poder. As lutas ideológicas são lutas por representações e as lutas por representações são lutas para tornar determinadas formas de compreensão das coisas hegemônica.

A ideologia não tem história. Afirmar isso significa dizer que as transformações ocorridas num discurso decorrem de outra história, como fato externo, e que, por meio da ideologia, a classe dominante procura escamotear, disfarçar, dissimular o que denomina e quer impor por real. Este também é uma mistificação ideológica produzida pela força do discurso. A tarefa primordial da ideologia, por assim dizer, é produzir certa imagem do tempo de forma a forjar pela força do discurso o desenho do progresso e do desenvolvimento. Por isso a tendência do Estado em apresentar um desenho ideal das comunidades periféricas como resultado exitoso de um investimento de governo, como o discurso veiculado pelo governo do Estado do Ceará (PSB/PROS 2007 – 2010 e 2011-2014) nos informes publicitários de gestão a respeito do empreendimento de cunho ambiental e urbanístico na bacia hidrográfica Maranguapinho, na Região Metropolitana de Fortaleza, ou a produção da imagem televisiva da cidade de Fortaleza explorando seus usos comerciais e turísticos e suas marcas simbólicas, de forma a fazer convencer da capacidade de Fortaleza em suprir as necessidades básicas e oferecer uma qualidade de vida à população. Uma imagem de gerência pública com excelência, na oferta de bens e de serviços públicos, por ocasião do aumento do fluxo de visitantes na cidade de Fortaleza devido aos jogos da COPA do Mundo de Futebol de 2014, promovido pela FIFA no Brasil. Outra possibilidade discursiva é, comodamente, delegar a razão da precariedade das políticas públicas aos gestores predecessores. Assim, na mesma medida em que na ideologia os agentes sociais e suas relações encontram-se nas ideias, por assim dizer “fora do lugar”, por

determinações históricas na luta pela classificação, no campo ideológico, as ideias também se localizam “fora do tempo”.

Apenas interessa à ideologia o que já não dispõe de força instituinte ou fundadora, ou seja, aquilo que já se tornou domínio, saber, aquilo já instituído, institucionalizado. Dessa maneira, a eficácia da ideologia depende da habilidade de conquistar e assegurar uma posição social que permita ao grupo social interessado neutralizar a história, abolir as diferenças, ocultar as contradições e desarmar todas as tentativas de interrogação sobre uma pretensa realidade, mistificada ideologicamente pelo discurso. Dessa maneira, interessa ao poder público, seja este de qual nível for, apregoar e fazer materializar uma realidade que se faça crível, pela força do discurso competente, e a qual não corresponda ao vivido.

No entanto, pegando um gancho na crítica que Marilena Chauí estabelece ao discurso do conhecimento, na tentativa de compreender a ideologia do discurso competente, cabe à comunidade organizada o lugar da resistência, da produção de um discurso competente contra hegemônico, desconstruindo o discurso que objetiva silenciar as contradições e todo tipo de exclusão, de forma a tornar evidentes as diferenças, as contradições urbanas, enfim, um discurso competente contra hegemônico capaz de produzir uma imagem particular (a do território), aquela com especificidades, afastando toda e qualquer tentativa de homogeneizar a periferia. Para tal empreendimento, a Rede DLIS tem se apropriado, ideologicamente, de uma racionalidade, lançando mão de tecnologias sociais e da linguagem para a elaboração de políticas públicas consistentes e socialmente respaldadas e validadas, em condições de se reposicionar na estrutura de poder na condução e gerência da coisa pública. Diagnosticar a realidade social para planejar, negociar e exigir políticas públicas com mobilização social permanentemente.

Neste rumo, o saber é um trabalho, uma ação humana orientada a elevar a uma condição de inteligibilidade, de um saber socialmente responsável clarificação, de descoberta, de uma nova ideia numa situação de indeterminação. Assim, no saber as ideias é produto de um trabalho investido e dispensado para determinar uma indeterminação, enquanto que na ideologia as ideias assumem a forma de dominação, como o conhecimento científico, isto é, formas instituídas, destituídas da força transformadora, instituinte e inaugural, aquela força que tem o

não-saber. Portanto, na condição de conhecimento instituído “o saber é perigoso apenas quando é instituinte, negador e histórico”. (CHAUÍ, 1982: p.13).

Portanto, a passagem entre o que era instituinte e a condição do discurso institucional ver-se o movimento de incorporação de outras e novas ideias, no entanto, estas somente são absorvidas desde que elas tenham se desprendido do tempo originário de suas institucionalizações, ou seja, sejam elas ideias “fora do lugar” e, sobretudo, “fora do tempo”. Assim, o discurso competente é um discurso autorizado, digo institucional, justamente porque seus termos perderam os laços com o lugar e com o tempo de sua origem.

O discurso competente, justamente pelas ligações que estabelece com certas características dos conceitos de ideologia e de saber, em que as ideias incorporam os agentes sociais e suas relações e encontram-se fora do lugar e fora do tempo, muito embora estas estejam a serviço da ordem presente, a da classe dominante, o discurso competente é aquele que pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado, posto que é socialmente reconhecido e, portanto, legítimo, uma vez que “não é qualquer um que pode dizer a qualquer outro qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância”. (CHAUÍ, 1982: 7).

O discurso competente é o discurso instituído ou institucional que não tem mais a força instituinte ou histórica, que já foi transformado de saber sobre a natureza em conhecimentos físicos, sendo, então, passível de ser utilizado para justificar certa forma de dominação legítima. Dessa forma, o discurso instituído tem o papel de dissimular sob a capa da cientificidade a existência real da dominação. Na mesma arena, o discurso contra hegemônico também se presta à instituição, sob uma capa igualmente ideologia.

No discurso competente, tal como uma linguagem institucionalmente permitida, prevista ou autorizada, como a da Rede DLIS do GBJ, os interlocutores são previamente reconhecidos como tendo o direito de fala e de escuta, cujos lugares e circunstâncias são predeterminados e adequados para as atividades de falar e de ouvir, em que os conteúdos e as formas de produção do discurso são previstas e, por isso, socialmente autorizadas. O discurso competente institucional é

“arma para um fantástico projeto de dominação e intimidação social e política”. (CHAUÍ, 1982: p 13).

O que significa demarcar, circunscrever e repartir o discurso quanto aos interlocutores, ao tempo, ao lugar, à forma e ao conteúdo? Pensar o discurso competente em termos de uma cultura democrática é entender seus agentes enquanto sujeitos históricos, como apresentam os pensadores da Teoria Crítica.

Chauí, para refletir mais amiúde onde melhor se determina e melhor se efetua o discurso competente, recorta o fenômeno histórico da burocratização das sociedades contemporâneas bem como o que sustenta aquilo, a ideia de organização. A burocratização é um processo que se impõe ao trabalho qualquer que seja o nível da atividade. O processo de burocratização realiza-se sob a égide da ideia da organização.

Quanto mais cresce a complexidade da vida social nas sociedades que tomam o modo de produção capitalista maior é o crescimento da expansão do Estado nos setores destas sociedades, encarregando-se de uma considerável parte da vida humana. Devido a essa presença significativa do Estado nas esferas da vida e nos setores da sociedade e pela artimanha do crescimento do poder do Estado por meio do discurso, resta aos movimentos da sociedade civil fechar-se sobre si mesmos e buscar na ideologia o recurso do *Discurso da Organização* como estratégia para se impor à presença total ou quase total do Estado na sociedade civil.

A Burocratização e a Organização pressupõem as seguintes determinações, as quais são responsáveis por atenuar a estrutura de poder, onde o poder não é exercido por ninguém, mas emanado da racionalidade da organização e da competência exigida pelos cargos e funções: a centralidade do pensamento numa racionalidade dos meios de ação desfoca e inutiliza qualquer questão sobre a racionalidade dos fins da ação; a existência de um sistema de autoridade fundado na hierarquia, cuja responsabilidade e cujo poder pertencem ao posto hierárquico, ou seja, é o cargo que exige qualidades determinadas e não o seu ocupante que possui qualidades determinadas; a primazia dada à função exercida e ao cargo ocupado produz uma identificação dos membros entre si, segundo um cerimonial

prefixado, dispondo-os nas qualidades de superiores e subalternos, bem como sendo reconhecidos pela competência atribuída ao cargo que ocupa; a dominação tende a permanecer oculta ou dissimulada em função de uma racionalidade administrativa ou administradora, onde o exercício do poder (dirigir e ser dirigido) é camuflado pelos termos e convenções racionais internos à própria organização.

Assim, quanto aos membros de uma organização, como aos da Rede DLIS do GBJ, aquilo que eles são, aquilo que eles dizem ou aquilo que eles fazem depende sobremaneira não de suas iniciativas como sujeitos, mas do conhecimento que a Organização julga possuir a respeito daqueles, noção esta submetida àquela norma restritiva da linguagem que Chauí (1982) enfoca: “*não é qualquer um que pode dizer a qualquer um qualquer coisa em qualquer lugar e em qualquer circunstância*”. A esta norma restritiva da linguagem é cabível uma correlação com a noção de performatividade da linguagem em Austin:

[...] “geralmente o proferimento de certas palavras é uma das ocorrências, senão a principal ocorrência, na realização de um ato [...], cuja realização é também o alvo do proferimento, mas este está longe de ser, ainda que excepcionalmente o seja, a única coisa necessária para a realização do ato. Genericamente falando, é sempre necessário que as circunstâncias em que as palavras forem proferidas sejam, de algum modo, apropriadas; frequentemente é necessário que o próprio falante, ou outras pessoas, também realizem determinadas ações de certo tipo, quer sejam ações “físicas” ou “mentais” [...] (AUSTIN, 1990: p. 26).

Com o advento do fenômeno da Burocratização e da Organização, a ideologia deixou de ser um discurso burguês, ou seja, legislador, ético e pedagógico, com a função de colocar ordem no mundo e ensinar, com força de nomear os detentores legítimos da autoridade e a legitimação da subordinação, e se tornou um discurso anônimo e impessoal, fundado na racionalidade de fatos racionais, ou seja, converteu-se num discurso da cientificidade. “A ideia de Organização serve para cimentar a crença na existência de estruturas [...] que existem em si e funcionam em si sob a direção de uma racionalidade que lhes é própria e independe da vontade e da intervenção humana”. (CHAUÍ, 1982: p.11). Constitui-se, assim, um ente social, em um fato social, enquanto “coisa” pública, externa, extensa e coercitiva, resgatando a máxima do pensamento funcionalista de Émile Durkheim.

3. MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

[...] “é na consolidação de um lugar político efetivo capaz de dar e reconhecimento público das práticas sociais e visibilidade dos discursos que se pode compreender o papel político dos movimentos urbanos” (BARREIRA, 1986).

3.1 APRESENTAÇÃO

Neste capítulo, buscaremos realizar a partir de uma perspectiva histórica e antropológica a leitura social da memória do movimento comunitário pastoral urbano, buscando encontrar os princípios de construção do espaço social Grande Bom Jardim e compreender os elementos sociais fundadores da vocação da região de se organizar em rede social, a partir da interpretação sensível das leituras memoriais de alguns moradores participantes do processo de evangelização comunitária com engajamento sociopolítico, conduzido pela ala progressista da igreja católica, que traduzia de forma prática uma leitura articulada de Marx e de Paulo Freire, germinando as condições de produção e reprodução do espaço social fundamentada nestes princípios conceituais, ideológicos e místicos. Este movimento que articulava fé e política fomentou, ao nosso entender, a organização social das comunidades participantes, hoje expressa pelo sujeito social herdeiro desse legado, a Rede DLIS.

Antes, faremos uma leitura mais geral e breve para destacar elementos caracterizadores da natureza e da identidade da Rede DLIS como um movimento popular, periférico e urbano, buscando nas razões práticas do coletivo possíveis elementos teorizadores. Também buscaremos compor um quadro panorâmico dos movimentos sociais urbanos no Brasil nas décadas de 1970, 1980 e 1990.

3.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS

Segundo Gohn, sobre a natureza dos movimentos sociais urbanos:

“trata-se de movimentos que emergem da sociedade civil, de composição social heterogênea, cujos conteúdos básicos situam-se na esfera do consumo. Suas práticas desenvolvem-se, fundamentalmente, ao nível de reivindicações ao poder público, por melhores condições de vida no meio urbano. São movimentos típicos do processo urbano industrial”. (GOHN, 1982: p.12).

Os movimentos sociais urbanos emergem espontaneamente da união de representantes de grupos e comunidades heterogêneas afetadas por algum tipo de carência ou negligenciadas em algum de seus direitos básicos, que se organizam para exigir de autoridades competentes o acesso aos bens coletivos, segundo implantação de políticas que saciem suas necessidades mais imediatas de sobrevivência humana. Suas realidades precárias são fruto mais direto do processo de industrialização urbana, sobre as quais se debruçam para gerar as condições de melhoria da qualidade de vida da população e, como desdobramento, do desenvolvimento local. O resultado mais concreto da relação estabelecida entre sociedade civil e Estado na luta por direitos é a necessidade da organização social e a afirmação de identidades sociais e territoriais.

Os movimentos sociais urbanos emergem em decorrência de uma nova forma de conflitualidade posta na sociedade brasileira por ventura de um modo de vida posto pelo processo urbano industrial. Eles surgem na cena pública como estratégia de resistência social às precárias condições de vida a que as populações periféricas e marginalizadas foram submetidas. Eles trazem em seu bojo todo um acúmulo de contradições históricas. E são essas contradições latentes e intrínsecas que definem as tipologias de formas de organização desses movimentos, bem como são definidas também pela singularidade da realidade social, pelas forças atuantes e pelas alterações das relações e dos campos sociais. Dessa forma, uma chave para o entendimento dos movimentos sociais urbanos são as contradições urbanas.

Assim, o processo de urbanização e os movimentos sociais urbanos são dois campos sociais interligados e indissolúveis da realidade social. Um movimento social não emerge simplesmente de uma necessidade social. A carência de política transforma-se em uma reivindicação com conteúdos suficientes para convocar vontades e mobilizar a população de uma comunidade em um movimento quando as necessidades sociais são articuladas com uma conjuntura de classes bem como

com as estratégias políticas que estas classes imprimem. Há necessidade de uma consciência política potente.

O encontro dos movimentos populares de bairro com outras experiências de práticas políticas reivindicatórias de movimentos urbanos permite a afirmação de um campo político. Neste intercâmbio político os agentes sociais envolvidos constroem uma autoimagem de suas condições de forma a produzir toda uma simbologia própria de fortalecimento do próprio movimento, com possibilidades de resignificar a noção de cultura política, como “ação conjunta de pensar e fazer política, redefinindo valores tanto referentes a si próprios como ao contexto geral da sociedade”. (BARREIRA).

As contradições urbanas podem ser definidas no contratempo das políticas do setor urbano da sociedade, nas diferenças espaciais da paisagem da cidade decorrentes do processo de segregação socioespacial da cidade, que produz cidades dentro de uma mesma, a cidade das políticas urbanas e a cidade desprovida de suportes urbanos básicos. Essas contradições são geradas, sobretudo, pelo processo de acumulação e reprodução do capital. As contradições urbanas são importantíssimas para promover efervescência social, posto que elas podem acionar estopins de conflitos sociais, uma vez que elas transferem para a esfera do consumo problemas sociais básicos gerados na esfera da produção, na intencionalidade de retirar a centralidade da luta de classes.

A composição do tecido social na Região do Grande Bom Jardim tem um marco na década de 1980. Esta temporalidade é marcada tanto pela chegada de congregações missionárias, enviadas pela Igreja Católica, tendo como um dos objetivos práticos o preparo das comunidades para a chegada do Papa João Paulo II, como pela formalização do pólo industrial de Maracanaú, tendo como a regulamentação da Região Metropolitana de Fortaleza como um dos mecanismos para sua efetivação.

Conforme Gohn, como estratégia metodológica de apreensão do fenômeno social, duas leituras básicas são possíveis de serem feitas acerca dos Movimentos Sociais Urbanos, a saber, uma leitura no plano social e a outra no plano político. A leitura do primeiro plano concentra-se no entendimento dos fatores

motivadores e a forma de como emergem e desenvolvem os movimentos sociais urbanos. Sobre o segundo plano de leitura o objeto de interesse será a forma de articulação e de organização, bem como as relações e as mediações escolhidas e realizadas. Como mencionado acima, interessar-nos-emos neste capítulo a forma de leitura social das manifestações políticas, comunitárias e pastorais vivenciadas na região do Grande Bom Jardim na década de 1980 e parte da década de 1990.

Ainda sobre a leitura na perspectiva política, são questões centrais da problemática sociológica a tomada da consciência histórica e política, as argumentações discursivas para a convocação da vontade coletiva, para a coletivização de projetos, para a mobilização social, para a participação social, e a politização do movimento.

Faz crucial para uma leitura desta natureza a compreensão da dinâmica de desenvolvimento das forças produtivas locais e a sua articulação com as questões políticas, bem como o entendimento das implicações do desenvolvimento das forças produtivas para a produção e a reprodução da sociedade. Essas leituras compreensivas podem nos gerar pistas para um possível entendimento acerca das alterações dos campos políticos, das relações entre as classes sociais, das transformações da divisão social do trabalho, da definição do tipo de urbanização da cidade e do lugar espacial e social da região no contexto da cidade e de como todas essas questões interferem na forma de organização dos movimentos populares.

Entendemos o movimento social empreendido pela Rede DLIS uma manifestação política das camadas populares e periféricas da cidade. Para se entender bem este movimento faz-se importante compreender as articulações e as mediações estabelecidas pelas camadas periféricas com as instâncias econômicas e políticas da sociedade. Conforme seja o modo de produção dessas articulações ou dessas mediações e do tipo das relações de classe estabelecidas deflagram-se conjunturas políticas específicas. Talvez tenha sido estas as grandes máximas legadas pelas congregações missionárias às comunidades da região do Grande Bom Jardim na década de 1980 e início da década de 1990. Ao nosso entendimento, o conhecimento social produzido pelas práticas sociais missionárias naquele período constitui um dos fundamentos para a região ser potencialmente um

celeiro da organização comunitária e ter uma vocação para a articulação em rede social.

As contradições sociais geradas pelo processo de acumulação e reprodução do capital são socialmente materializadas em movimentos contestatórios e reivindicatórios, mediante uma conjuntura política específica constituída pelas lutas de classes. Assim, as contradições sociais fazem insurgir movimentos reivindicatórios na sociedade. Esses eventos de insurgências, de contestação e de reivindicação de direitos alteram o quadro das relações entre as forças sociais, fazendo surgir espaço político para as camadas populares e periféricas na sociedade política. Podemos então indicar que esses movimentos reivindicatórios tanto podem gerar organizações de base das camadas periféricas como esses movimentos reivindicatórios podem ser gerados por estas camadas, como forma de resistência política.

Portanto, é a tomada de consciência coletiva das contradições sociais pelas camadas sociais subordinadas que impulsiona e sustenta o processo de organização social das camadas periféricas. Os conflitos entre as forças sociais são respostas da coletividade às contradições geradas pelo desenvolvimento urbano. E os movimentos realizados por essas organizações promove um processo espontâneo de engajamento cívico da população que se reconhece na luta mediante o compartilhamento dos desejos e dos sonhos. Assim, as manifestações políticas realizadas pelos movimentos populares servem também como um elemento integrador da comunidade local, uma vez que a palavra pode convencer, mas é no exemplo que se confirma a crença. Esta percebe os movimentos populares como organismos de expressão das demandas da própria comunidade como também catalizadores sociais e políticos de suas esperanças, sonhos e desejos. Por essas razões, as organizações sociais passam a exercer uma função mediadora das relações entre comunidade e Estado, administrando, sobretudo, as tensões atuantes entre as forças sociais. Dessa forma, como construto social, as organizações populares constituem-se um ente na sociedade política.

Verificar como o processo de urbanização da cidade interfere na criação e na organização dos movimentos sociais é uma estratégia para entendermos a determinação social destes movimentos. A cidade não é mais que um lócus de

expressão da contradição social do sistema capitalista. Talvez ela seja a sua forma de expressão mais nítida e material.

Sobre a conflitualidade urbana entre as forças sociais, enquanto resposta da coletividade às contradições sociais, os seus elementos constitutivos correspondem à realidade histórica determinada pela correlação de forças estabelecida entre as classes sociais. No entanto, a definição das contradições sociais não fica a cargo somente dos resultados contingenciais dessas relações sociais, elas também são constitutivas da interferência do Estado, quer seja este impelido pela pressão das camadas populares organizadas quer seja para atender a interesses do setor imobiliário e/ou construtivo, embora estes últimos não sejam considerados por Gohn.

[...] “De fato, o Estado, enquanto agenciador dos meios de consumo coletivo, poderá em determinados momentos intervir no urbano, pressionado por movimentos sociais, remodelando o espaço e até mesmo absorvendo a contradição implícita nos mecanismos reivindicatórios. Nestes casos, a contradição não desaparece, porque o conflito foi apenas camuflado”.(GOHN, 1982: p.15).

Em síntese, enquanto as contradições urbanas transferem para a esfera do consumo problemas da ordem da esfera da produção, descentrando a centralidade da luta de classe, e, dialeticamente, gerando também conflitualidades, o que mais interessa desse processo é verificar os efeitos dessas contradições na configuração da estrutura de classes da sociedade, bem como verificar os efeitos dos movimentos coletivos na alteração da estrutura urbana. Um dos conteúdos constitutivos da organização da Rede DLIS e que aponta para transformações sociais substantivas é o projeto de constituir a região do Grande Bom Jardim um lugar de direitos, assegurar a regularização urbanística da região, incluí-la no contexto de cidade formal e legal, plena de bens coletivos e de serviços sociais, bem como garantir a dignidade humana de sua população.

Enquanto efeitos políticos e urbanos, além dos conteúdos constitutivos de projetos e de transformações sociais, importante destacarem as formas, as estratégias, os mecanismos e os instrumentos utilizados para encampar as ações coletivas da Rede DLIS pela exigibilidade de direitos. Podemos rapidamente citar duas destas formas: a elaboração participativa da política de desenvolvimento local

(2004-2005), estruturada à luz de um diagnóstico elaborado pela comunidade local em parceria com a Universidade (2002-2004); a pactuação de uma plataforma de políticas públicas com a governança municipal, articuladamente a outro movimento social regional da cidade (pleito eleitoral 2012); inclusão de recursos através de emenda parlamentar do legislativo municipal ao orçamento municipal de 2014, totalizando R\$ 560,000,00 para investimentos em políticas urbanas – melhorias e qualificação de mananciais hídricos e regularização fundiária, e em políticas culturais – memória social e o patrimônio cultural.

Podemos ainda considerar como relevantes para a análise da dinâmica de um movimento popular periférico urbano, ou seja, para análise dos efeitos políticos e urbanos de sua intervenção, as práticas políticas e suas tipologias desenvolvidas pelas lideranças integrantes do movimento, assim como o trânsito das informações junto à população local e as formas de relacionamento com seus aparelhos políticos e com outros coletivos da cidade.

[...] “O espaço político de atuação que estes movimentos possam abrir às classes populares irá se refletir no grau de associativismo das mesmas e na formação de uma consciência de solidariedade em problemas comuns. Seria o grau mais elementar, segundo Gramsci, para a formação de uma consciência social e conseqüentemente a força política de um dado grupo”. (GRAMSCI apud GOHN, 1982: p.16).

Resulta desta tomada de consciência social e da força política constituída um terceiro conteúdo relevante neste estudo, o da força ilocucionária do discurso performativo institucional, capaz de realizar aquilo que profere, ou seja, o território Grande Bom Jardim.

Os efeitos políticos e urbanos da intervenção do movimento popular periférico urbano far-se-ão materializados na reconfiguração espacial do território – qualificação do tecido e dos suportes urbanos – e no fortalecimento institucional junto à população local – reconhecimento comunitário da função agenciadora do coletivo.

Interessa também como indicador para a análise desses efeitos verificar os instrumentos dialógicos de atuação utilizados, através dos quais ele se expressa

e se comunica, atentando para a organização, a consistência e a plausibilidade dos argumentos e das formas de enunciar.

A Rede DLIS do Grande Bom Jardim, enquanto movimento social urbano, organizado pelas camadas populares da periferia urbana da cidade de Fortaleza, pode ser caracterizada como politicamente fundada a partir de apropriações de projetos de desenvolvimento local, concebidos e coletivizados pela ONG Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza; como de composição social heterogênea, reunindo associações de moradores de diversas tendências político-partidárias, outras ONG's locais, conforme conveniências da conjuntura política, e alguns equipamentos sociais, estes conforme o quadro político partidário da gestão municipal, ou conforme a formação teórica e política do quadro técnico dos equipamentos sociais locais; como promotora de política de desenvolvimento territorial; como agente de controle social e produtora de tecnologias sociais de monitoramento, de mobilização, de pesquisa social; como reivindicatória de políticas sociais e mediadora das relações entre Estado e comunidade.

A sua emergência e a sua sustentabilidade são frutos do interesse social em promover o desenvolvimento territorial, oportunizando a implantação e a qualidade de infraestrutura necessária e dos serviços públicos para gerar bem viver para a população local. Por isso, a homogeneidade da Rede DLIS deve-se ao consenso social e institucional e do pacto político acerca da plataforma política de desenvolvimento territorial. Muito embora poucos sujeitos tenham se apropriado das propostas de projetos que compõem os programas da política de desenvolvimento territorial, é este marco institucional que aglutina os diversos grupos e as organizações associativas ao coletivo. Apesar da inconstância técnica de consulta ao referido marco, entendido como bússola da intervenção propositiva e política do coletivo, é o que esse documento representa quem interessado. Uma espécie de solidariedade social mantém uma dinâmica de grupo da Rede DLIS. É a observância monitorada da execução das ações planejadas que colabora na produção de sentidos do grupo. A questão, a saber, é esta: até que ponto a prática cotidiana dos sujeitos e de suas respectivas organizações e a rotina política de monitoramento desse plano de ação da Rede tem despertado nesta uma autoconsciência coletiva de sua força política enquanto um ente da sociedade política local, capaz de reivindicar

para si uma identidade social e fazer reconhecida uma territorialidade Grande Bom Jardim pela sociedade local, através da força realizadora do seu discurso.

É notório que a organização do coletivo se constitui no mesmo processo de definição dos objetos e dos conteúdos de suas demandas ou reivindicatórias. O movimento reivindicatório nasce de problemas específicos e bem situados e este vai se reinventando na mesma medida em que as reivindicações se ampliam para esferas mais complexas da realidade social, o que sinaliza que a visão do grupo sobre sua própria realidade se amplia, como se ele se visse cada vez mais do alto e distanciado. É neste e por este processo ou movimento político pedagógico que o movimento vai se politizando. Ele se politiza na mesma medida em que consegue formar uma consciência do outro e dos elementos que os fazem comum. São nos espaços entre esses fluxos de elaboração da leitura da realidade social e do outro que se pode encontrar o fundamento da vontade coletiva popular. Esse movimento de autoaprendizagem e de autodeterminação não é contínuo e regular. Ele segue por fluxos e refluxos, por avanços e distanciamentos, tal como toda ação política que envolve agentes diversos, interesses múltiplos e forças atuantes, ora em sentido convergente, ora divergente.

A Rede DLIS enquanto movimento social urbano organizado desenvolve suas atividades numa situação de desorganização. Provavelmente isso se deva ao seu funcionamento em caráter de fórum de entidades locais, cuja frequência de participação dos representantes das entidades componentes dê-se de forma descontinuada, embora institucionalmente comprometida.

No entanto, como a sua existência e sua permanência política deva-se em grande parte a projeto estruturante coletivizado pela ONG Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, tendo como marco a política de desenvolvimento integrado e sustentável do Grande Bom Jardim, ela atua segundo um modelo metodológico de organização da instância e dos trabalhos. Alguns tipos de modelo organizacional já foram aplicados.

Desde fevereiro de 2013, a estrutura organizacional é disposta por grupos de trabalhos executivos, denominados comissões da Rede, definidos por grandes temáticas e projetos prioritários estabelecidos pelo conjunto, aos quais se ligam as

organizações associativas ou os equipamentos sociais por afinidades eletivas ou por interesse de fortalecimento dos seus projetos institucionais. A assessoria técnica é assumida por profissionais contratados pela ONG citada acima e liberados para este fim. Há um acordo que cada instituição possa compor apenas uma das comissões existentes. Entretanto, é comum o acúmulo de assentos e tarefas. As responsabilidades na execução das atividades e ações planejadas são compartilhadas, embora quase sempre tuteladas. A tecnicidade das ações é, em grande medida, atribuída aos assessores técnicos.

3.3 ALGUNS ELEMENTOS HISTÓRICOS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS: DÉCADAS 1970-1990

3.3.1 Reminiscências dos anos 1970 e um panorama geral

Na década de 1970, no Brasil, como em demais países da América Latina, ressurgiram os movimentos sociais, sejam eles de classe, os de caráter de classe a partir das camadas populares que lutavam por acesso aos bens de consumo coletivo, os movimentos sociais de lutas específicas de direitos. Destacadamente, os movimentos populares urbanos eram os mais numerosos os que mais geravam transformações sociais substanciais, sobretudo, devido à consistência das demandas, as relações estabelecidas com o Estado e a sua função social na luta de classes.

No início da década de 1970, os movimentos populares estabeleciam lutas mais isoladas por demandas de políticas sociais urbanas específicas. Enquanto que no final da década de 1970, eles se aglutinaram em organizações locais, indicador de um domínio do espaço. À época de 1970, o inimigo comum era o regime militar, ou seja, o opositor era o Estado, contra quem se organizavam as facções de esquerda e setores mais liberais. A oposição ao Estado era uma condição referencial para as manifestações autônomas dos movimentos, compreendendo que a realização dos seus projetos seria fruto das contingencialidades sociais e políticas. No entanto, cabe ao sujeito histórico o poder de determinação social, mediante e a partir de uma releitura acerca dos conteúdos

históricos herdados, atualizando assim, conforme cada momento e contexto histórico, os fundamentos da luta, e garantindo, dessa forma, o sentido da resistência social (conceito de autonomia em Castoriadis). Portanto, efetivava-se uma prática política, independente do Estado, e se afirmava uma identidade própria aos/pelos movimentos. (Castoriadis apud Barreira).

Assim, nos movimentos urbanos reivindicatórios das políticas urbanas do final da década de 1970 no Brasil havia também uma luta pelo direito à participação política. Ao tempo que se lutava por políticas gerais, lutava-se também pelo reconhecimento político e jurídico dos movimentos enquanto ente legítimo da sociedade política. Assistia-se, portanto, o fomento do processo político de reconstrução da sociedade democrática e o renascimento da sociedade civil no país. As lutas geradas pelos movimentos como respostas às contradições urbanas encontram sua fecundidade nas bandeiras e nos lemas de ordem da democracia e da participação popular. (Barreira).

Interessante observar que os registros acerca do território Grande Bom Jardim, esse processo de aglutinação das representações sociais como forma de enfrentamento das problemáticas urbanas deu-se somente a partir do final da década de 1980 e em certa medida fomentado, impulsionado e legitimado pelos movimentos políticos religiosos mobilizados pelas congregações missionárias atuantes ali. A composição tardia desse cenário político na região pode ser remetido à singularidade de seu processo de ocupação, em grande medida em função desse fator proeminente: a dinamização do mercado imobiliário ocorrida pela reorganização da estrutura urbana, que tinha em seu bojo a criação legal da Região Metropolitana de Fortaleza e do campo industrial implantado em 1981.

O modelo econômico implantado pelos governos militares foi praticamente o mesmo entre as décadas de 1960 e 1980, caracterizado, dentre outras, pela concentração de renda e pelo setor produtivo voltado para o mercado externo. Nestas condições, o Brasil entrou na década de 1980 tendo um governo incapaz de sustentação dos índices de crescimento econômico alcançados na década anterior, bem como disponibilizava a reserva nacional para pagamento de dívidas externas de valores astronômicos. A tudo isso se somou a falta de

legitimidade política dos governos militares. Assim, mesmo com certo crescimento depois de 1984, os índices não superaram os alcançados na década de 1970.

Portanto, a população na década de 1980 estava descontente com o sistema político, assolada por uma recessão econômica e por altos índices de desemprego. Todo plano econômico era concebido e implementado tendo o crescimento econômico como o cerne da questão. O modelo de crescimento econômico estagnou-se, afetando o mercado do petróleo e aumentando o bolo da dívida externa e gerando uma explosão da inflação. Há teóricos que apontam a década de 1980 como a década perdida. Este cenário não foi particular apenas para o Brasil, ele foi uma realidade dos demais países da América Latina. E a economia do Brasil se viu em crise e alijada no campo competitivo internacional, em situação de subdesenvolvimento e sem condições de inclusão competitiva nos grandes blocos econômicos em formação, o europeu, o asiático e o norte-americano. Portanto, a estratégia de modernização autoritária, levada a cabo pelo regime militar mostrou-se infundada.

No entanto, se no plano econômico, a década de 1980 foi uma era perdida, do ponto de vista social, as perdas se fizeram ganhos. No plano macrossocial, a desconstrução ou a ressignificação de alguns sentidos foi sinal de resistência. A ilusão do progresso certo em um país de reservas ilimitadas. O significado maior do regime militar foi destituído, a crença num sentimento nacionalista, por décadas a base ideológica do pensamento militar, entendida na ideia da segurança nacional. Outro ganho foi a perda da crença na conciliação como modelo ideal do fazer política.

Assim, o modelo de crescimento econômico dos governos militares não diminuiu as desigualdades sociais e não gerou um desenvolvimento social de forma que mantivesse as classes populares integradas e sob o julgo dos ditames dos grupos dominantes. No mesmo balaio também estiveram as classes médias, pois o poder aquisitivo destas diminuiu, foram extintas políticas de subsídios para aquisição da casa própria, foram sucateadas as políticas da educação e da saúde, dentre outras limitações de governança, tal como a criação e aplicação de planos econômicos mirabolantes para reformular e alavancar o sistema de acúmulo de capitais internos.

Como as intervenções do governo militar no modelo de crescimento econômico não surtiram os efeitos esperados, a saída foi investir na formulação de políticas sociais. Naquela década, num intervalo de 07 anos, foram realizados dois grandes pleitos eleitorais, um em 1982 para governadores e outro em 1989 para presidente. Não obstante, neste interim, o país foi sacudindo pelas mobilizações em massa em campanha pelas chamadas “Diretas Já”. No entanto, contraditoriamente, essas grandes mobilizações não tiveram efeito continuador de forma a implicar num ressoar nas manifestações promovidas pela sociedade civil em geral. Como diz Gohn (1991), “*As mobilizações organizadas canalizaram-se para o plano legal institucional [...]ou seja, passou a ocorrer um processo de juridicização da sociedade organizada*”. Portanto, o foco dos movimentos sociais foi participar da elaboração dos projetos de lei, ou seja, a se constituir sujeitos de direitos, enquanto um ente da sociedade política nacional. Nos últimos anos, o monstro era a perda da liberdade política e aquela era a oportunidade de lutar pela recuperação desta liberdade perdida, tendo os mecanismos de Estado as ferramentas legais como caminhos construídos mediante correlações de forças entre grupos e camadas da sociedade brasileira.

Se por um lado foi oportuna a restrição do envolvimento dos movimentos sociais no processo de juridicização da sociedade brasileira, por outro, assistiu-se a permuta de um inimigo por outro. Várias forças sociais atuantes formadoras de opinião e donatárias do poder de domínio, tais como segmento empresarial e certos grupos da sociedade política, passaram a reivindicar a diminuição da intervenção do Estado em setores sociais estratégicos, como o da economia, por exemplo. Assim, a liberdade política foi compensada pela recriação de um Estado neoliberal, centrado na economia de mercado, viabilizando a intervenção direta do setor privado na máquina estatal. Dessa forma, os representantes de grupos industriais e empresariais tanto poderiam, enquanto pessoas físicas e cidadãos, assumir cargos públicos, como seus empreendimentos continuarem barganhando dividendos participando como terceirizados, na condição deco-executores das políticas públicas. Nestas condições, o neoliberalismo foi tomado como a política nacional por excelência.

Assiste-se no Brasil à privatização da atuação do Estado na condução dos serviços públicos essenciais, tais como saúde, educação e habitação. Empresas estatais, patrimônio nacional fruto de lutas e resistências históricas das classes populares e trabalhadoras, foram desestatizadas e leiloadas a empresários, geralmente, organizados em consórcios mistos de investidores nacionais e estrangeiros, quase sempre articulados por representantes de grupos nacionais, corroborando para a assertiva analítica do sociólogo Fernando Henrique Cardoso, na obra desenvolvimento e dependência.

Mesmo depois de décadas de negação e violação de direitos sociais e civis, nada se altera na estrutura do modelo brasileiro de desenvolvimento socioeconômico em condições de oferecer à população nacional uma política de bem estar social. O Estado transfere boa parte de suas responsabilidades aos grupos sociais organizados apostando na concepção da política participativa estatal. Dessa forma, o Estado brasileiro tira as comunidades organizadas do lugar de politicamente marginalizadas e lhes reconhece o papel de parceiros na gestão nacional. Este o primeiro passo político para a inclusão das comunidades organizadas de oposição na sociedade política, que, conseqüentemente, assumiriam lugares nos poderes constituídos do Estado brasileiro. Um grande desafio: democratizar a máquina estatal.

3.3.2 A Década de 1980

Dada à conjuntura política dos anos 1970, os movimentos sociais reorganizaram-se. A década de 1980 iniciou com muitos movimentos sociais fortalecidos e com planos políticos elaborados e estruturados com maior representatividade de grupos sociais e demandas. As pautas reivindicadas antes isoladas estavam articuladas e em torno de problemas setoriais unificadores.

Ademais, simultaneamente ao processo de unificação das demandas e sistematizadas em torno de setores sociais emblemáticos também gerou o fortalecimento dos grupos sociais demandantes. Apesar das diferenças entre os vários movimentos sociais existentes, oriundos das variadas estratificações sociais,

ainda na década de 1970, a carência por políticas sociais, o sentimento de violados nos direitos sociais e civis e a oposição comum contra um inimigo único, o regime militar, eram elementos que os identificam como um só.

Entretanto, a conjuntura política nos anos 1980 minou os denominadores de unificação identitária entre os variados movimentos sociais. O pleito eleitoral de 1982 foi um dos marcos desse processo de cisão identitária entre os variados movimentos sociais existentes. A diferença político-eleitoral foi determinante para a quebra da unidade política construída em torno das reivindicações desses movimentos. Ou seja, muitos dos grupos de oposição componentes de movimentos sociais acessaram o poder instituído naquele pleito eleitoral. Nesse novo cenário político desenhado pelas eleições de 1982, os movimentos sociais foram compelidos a se reposicionarem-se diante da composição de um novo quadro de governantes municipais e estaduais. Alguns se alinharam à gestão, outros se perderam na articulação frente às políticas sociais propostas pelos novos planos de governo.

Ademais, os canais de participação eram inexistentes não somente devido ao regime político ditado pelos militares, mas, sobretudo, devido à manutenção de uma herança histórica, o coronelismo. Assim, a exclusão política de sujeitos políticos era um fato, cuja ambiência dos movimentos sindicais não comportava a totalidade das representações sociais e suas respectivas demandas. (Barreira).

Ao redesenho político dos movimentos sociais frente ao impacto das eleições de 1982, o movimento social que se fortaleceu, segundo a autora, foi o de luta pela moradia. Dentre os motivos para a sustentação e fortalecimento do movimento, ela destaca os novos arranjos nas leis de uso e ocupação do solo urbano, que desencadeou, como num efeito dominó, uma crise nos variados setores da vida urbana: desemprego, dificuldade de construção de conjuntos habitacionais populares, aumento do valor dos aluguéis, aumento dos valores do transporte público, maus serviços de transporte público, impulsionando a explosão dos movimentos de ocupação de terras ociosas e de luta pela moradia.

Podemos observar que o setor da moradia e da infraestrutura relacionada à moradia foi o que manteve os denominadores comuns para a constituição e o

fortalecimento dos movimentos sociais de luta pela moradia na década de 1980, devido, sobretudo, ao interesse comercial dos grupos dominantes do setor imobiliário, que interferiram nas leis do solo urbano para assegurar o acúmulo de capital e o controle sobre o uso e a ocupação das cidades e a função social da propriedade urbana, garantindo a valorização fundiária e o lucro imobiliário e a segregação socioespacial dos grupos sociais na cidade, decidindo os lugares dos pobres, os lugares das camadas médias, os lugares do trabalho e dos operários, e os lugares dos ricos na cidade, bem como definindo onde era ou não para o governo investir em implantação e em ampliação de serviços públicos essenciais e em melhorias urbanas.

No Grande Bom Jardim, os movimentos populares para ocupação de terras ociosas deram início no final da década de 1980 e se intensificaram durante toda primeira metade da década de 1990. Os movimentos populares de ocupação de terras foram um desencadeamento de um processo de fortalecimento comunitário resultado da atuação de várias congregações missionárias vinculadas à igreja católica de cunho progressista na região, articuladamente a movimentos sociais de luta pela moradia, organizados e atuantes nas cidades brasileiras em uma rede nacional.

Os movimentos sociais por moradia iam se afirmando politicamente segundo o objeto de sua luta – acesso à terra, regularização fundiária, política de urbanização de assentamento precário ou subnormal, política de implantação de unidades construtivas – e também segundo o vínculo político, ideológico ou partidário que estabeleciam com parceiros ou assessorias técnicas, bem como segundo a visão de mundo das lideranças comunitárias que assumiam a condução institucional do movimento. Foi neste período e contexto que os movimentos sociais passaram a se estruturar em dois grupos: o de base sindical, como a CUT (Central Única dos Trabalhadores), e o de base popular, como a CONAM (Confederação Nacional das Associações de Moradores). Em Fortaleza, a Federação de Bairros e Favelas de Fortaleza (FBFF) atua como um mediador entre as organizações destes dois blocos. A maioria das organizações associativas de moradores componentes da Rede DLIS é filiada à FBFF. Daí a importância de se articular de forma mais orgânica, orientada e propositiva as relações políticas entre a Rede DLIS e a FBFF.

Em outubro de 2013, o presidente, recém eleito, daquela federação participou da reunião mensal do coletivo territorial. Não se firmou alguma atuação conjunta ou comum entre os dois coletivos. A única forma de ação conjunta dos coletivos prevista foi a partir da comissão da memória. Ventilou-se a possibilidade da comissão da memória social levar parte da exposição “Jardim das Memórias” para a assembleia anual do coletivo, evento que seria realizado no mês seguinte na sede de um sindicato de trabalhadores, no centro da cidade.

Essa questão do bricolamento político entre essas duas tendências dos movimentos sociais é interessante para nosso objeto de interesse nesta pesquisa. Por ocasião da primeira reunião da Rede DLIS de 2014, ela de caráter de monitoramento e revalidação do plano de ação política daquele ano, teve a participação do professor Eduardo Gomes Machado, da Universidade Federal da Paraíba, doutor em ciências sociais pela Universidade Federal do Ceará, para desenvolver uma leitura de cenário político, como estratégia metodológica facilitadora do planejamento daquele coletivo. Um dos pontos destacados por Machado em sua palestra foi a constatação do esvaziamento da organização dos trabalhadores nas lutas e nos movimentos urbanos. Ele afirmou que nos últimos anos, a luta dos movimentos urbanos tem sido uma luta das organizações associativas de moradores. Ele, então, lança uma provocação à Rede DLIS quanto à perspicácia e à expertise de se articular novamente aos movimentos de classe. Ele destaca, sobretudo, as classes e segmentos sindicalizados, como o setor da construção civil, o bancário e o da docência acadêmica. Interessante, se formos linear a história dos movimentos urbanos, perceberemos que nos períodos de repressão política, os movimentos urbanos eram contundentemente articulados à igreja católica ou aos partidos ou aos movimentos de classe como forma de conferir legitimidade, visibilidade e expressividade política (Barreira).

Voltando ao ponto da organização e da participação denominada comunitarista, impulsionada pela sociedade política brasileira, enquanto os movimentos sociais iam se articulando e se organizando segundo orientações políticas, ideológicas e partidárias e se agrupando em blocos de campos sociais diferenciados, o governo brasileiro, ainda sob regime militar, desenvolvia uma estratégia política para impulsionar a criação de organizações associativas, mas,

claro, sem participação na base onde as decisões eram tomadas. “As *políticas públicas largamente sedimentadas no ideário da caridade visavam fundamentalmente apaziguar as resistências populares nas suas raízes*”. (Barreira). Estes coletivos eram vinculados a programas sociais de governo, sobretudo, o de nível federal, tais como: Legião Brasileira de Assistência (LBA), Secretaria de Ação Comunitária (SEAC), dentre outros. Gohn fala tratar-se “*da constituição de um movimento comunitário pré construído pelas cúpulas de poder*” (1991, 14).

Muito embora a criação desses programas ou o surgimento desses grupos associativos tenha sido politicamente direcionado, alguns deles foram promotores de algumas mobilizações populares naquele período. Entretanto, a natureza das inflamações sociais motivadas por estes agrupamentos preconstruídos é bem diferente das realizadas por movimentos sociais que emanam espontaneamente dos grupos e comunidades pela força de suas necessidades. Nesse contexto, a palavra comunidade passou a ter um significado de grande potência e poder de realização entre as classes populares, uma vez que conotava agregadora de interesses comuns. Este sentido da palavra foi percebido e apropriado politicamente pelos programas de governo com finalidade de controle e manobra, que passou a utilizar a palavra com um sentido denotativo para especificar um lugar geográfico de onde se fala, a comunidade, retendo também desta a noção de descomplicação dos mecanismos e dos recursos administrativos da máquina pública e a noção de pessoalidade.

O interesse em torno do uso da palavra comunidade tomado pelos programas de governo devia-se à ideia a qual a comunidade seria uma teia, fruto das relações informais, uniformizadora dos interesses individuais, unificadora das diferenças e negadora da divisão da sociedade em classes sociais antagônicas. Ou seja, a comunidade seria um tipo ideal de sociedade.

O jogo com a palavra comunidade também foi jogado pelos movimentos sociais criados espontaneamente. O conteúdo político da palavra comunidade foi apropriado, por estes, para conferir sentido a uma nova cultura política em desenho à época, a noção baseada no aprendizado prático de uma nova vida política, centrada na exigibilidade dos direitos que eram reivindicados pelas demandas e bandeiras de luta dos movimentos.

Depois de 1986, a composição do Estado toma outras feições. Os movimentos sociais legitimam-se como pertencente à sociedade política. Eles são conclamados a fazerem parte do processo de refeitura da peça constitucional brasileira, constituindo-se sujeitos políticos com quem o Estado negocia os principais pontos da nova Carta Magna. Algumas cidades passam a ser geridas por governos com propostas populares e participativas, a exemplo da cidade de Fortaleza, uma das primeiras capitais geridas pelo Partido dos Trabalhadores (PT) e a primeira capital governada por uma mulher.

No que se refere ao modelo democrático de formulação das políticas de Estado, os movimentos sociais garantiram mecanismos de participação social e de controle social do Estado na Constituição Federal de 1988, demarcando um legado jurídico que modificaria por vez a cultura política brasileira. Assim, as organizações associativas e os movimentos sociais deixavam o campo da irregularidade e marginalidade e adquiriram um lugar legal. Com a essa institucionalidade adquirida, eles assumiram um caráter legalista e ordenador, e aceitava também o papel de participante das novas regras estabelecidas. Contudo, a garantia do direito de cidadania à sociedade organizada significava também a retomada do Estado Neoliberal. Iniciava-se uma nova era do fazer política no Brasil. Uma política para as massas e sob o crivo das organizações e movimentos sociais. A cada nível do poder de Estado uma responsabilidade legitimamente constituída.

A juridicização das organizações associativas e dos movimentos sociais na sociedade brasileira redesenhou a composição dos campos nas relações sociais. Enquanto que no final da década de 1970 e início da década de 1980 era a sociedade civil a principal estrutura de sustentação e legitimação dos movimentos sociais, no final da década de 1980, a principal pilastra de apoio passa a ser a sociedade política. Com isso, o Estado deixa de ser o principal inimigo aparente dos movimentos sociais.

A composição deste cenário foi possível, segundo Gohn, pela conquista do poder por militantes e lideranças do Partido dos Trabalhadores, conquistando nas urnas cargos majoritários no poder executivo municipal – bem como pela ascensão de lideranças de base e de assessores de movimentos populares a cargos comissionados em gestões de esquerda – e pela cisão interna pela qual passou a

Igreja Católica progressista. A supremacia da ala conservadora da igreja obrigou a retirada de apoio de certos grupos missionários aos movimentos sociais e populares. Assim, a igreja católica passou a caminhar por uma tendência menos politizada do fazer igreja, numa era em que o neoliberalismo estava em alta enquanto conceito de Estado. Um fato marcante e emblemático citado é o afastamento do padre Leonardo Boff de suas funções religiosas.

A alteração da figura emblemática do inimigo do povo, o Estado, entendido através da sociedade política, bem como a inserção de certas lideranças do campo popular no poder constituído trouxe a composição de um novo quadro dos campos sociais e políticos, reconstruindo o entendimento comum acerca dos campos de força no cenário político. Além do mais, governo e sociedade civil organizada são dois lugares políticos distintos. Cada um desses lugares tem seu modo de pensar e agir, seus mecanismos, instrumentos e estratégias. Assim, enquanto governo, mas oriundo dos movimentos, os gestores públicos tinham o domínio do agir do movimento. Portanto, o espaço de produção dos movimentos foi apropriado pela gestão pública.

Parte dos elementos desta composição dos campos sociais no cenário político brasileiro foi repetida em Fortaleza recentemente (2005 – 2012), por ocasião da eleição de uma líder do Partido dos Trabalhadores local, mesmo sem o apoio de parte das tendências internas do partido, por dois mandatos subsequentes, à chefe do poder executivo municipal. A ascensão daquela liderança do PT local à chefia do poder executivo levou consigo muitos dos militantes de base para a máquina do Estado, ocupando cargos comissionados de chefia no seu governo. Tal como no final da década de 1980, em Fortaleza, no período de gestão citado acima, grandes expectativas de implementação de políticas públicas foram geradas, tendo aquelas lideranças à frente de governo, bem como houve um considerável esvaziamento nos quadros de pessoal dos movimentos sociais. Ademais, os militantes com cargos no governo, uma vez entendendo o modo de funcionamento da máquina estatal e conhecedores do pensamento e das estratégias de ação dos movimentos sociais passaram a reter e manipular certas informações como instrumento de gestão e controle reativo dos movimentos.

Retomando o cenário político do final da década de 1980, muitos movimentos, alguns inativos, se reorganizaram para compor uma nova frente de oposição. Ao mesmo tempo, percebe-se uma crise de identidade dos movimentos populares. Mesmo estes tendo, em uma década, conseguido avançar na generalização das propostas e localizá-las na estrutura federal de Estado, com certa unificação dos variados movimentos sociais, ainda existia uma limitação na estrutura representativa desses movimentos, ou seja, a amplitude de abrangência de suas propostas ainda era aquém das necessidades reais dos grupos sociais e comunidades existentes e não filiados, o que sinalizava para uma postura política corporativista.

3.3.3 Década de 1990: das lutas dos movimentos populares para as lutas brasileiras

Os anos desta década foram caracterizados pelos movimentos de lutas pela ampliação da democracia e da cidadania. Os brasileiros organizaram-se para dirimir as problemáticas decorrentes do sistema econômico capitalista impetrado pelo Estado neoliberal brasileiro. As cidades brasileiras consolidaram-se como principal espaço de concentração das atividades produtivas no país, com predominância do contingente populacional nas cidades, com atração do setor industrial, de serviço e comércio. Essa composição do setor produtivo e demográfico brasileiros gerou problemas que afetaram a população como um todo, como a segregação socioespacial das cidades, a violência urbana, a degradação do meio ambiente, o aumento populacional das comunidades de risco ou socialmente vulneráveis. Ademais, a cultura política patrimonialista e coronelista também foi incorporada no novo estilo de vida urbano, sendo considerado um dos principais vícios intrínsecos à sociedade política brasileira. Assim, a corrupção também foi considerada um dos principais problemas da sociedade brasileira.

A “Campanha Contra a Fome” e a “Campanha Ética na Política” foram dois dos grandes movimentos promovidos pelos movimentos sociais no Brasil nesta década. Foi uma época que os movimentos sociais aprenderam a utilizar as grandes

mídias de comunicação como instrumentos de mobilização social e aliados políticos. Também foi um período em que os movimentos foram animados por tendências suprapartidárias e descomprometidos de aparelhos políticos institucionais. Esses movimentos são denominados por alguns analistas, tal como Gohn (2001, 205), como “as novas lutas sociais”, caracterizando-os como movimentos pluriclassistas, de perfil sociopolítico mais difuso, que tiveram o apoio das camadas médias brasileiras. Interessante observar que, enquanto nas décadas de 1970 e 1980, as camadas médias eram representadas pelos intelectuais orgânicos, eclesiais e sindicais, que assessoravam os movimentos populares. Na década de 1990, membros dessas camadas médias foram agentes mobilizadores, difusores e capilarizadores nas grandes campanhas.

O tecido social do Grande Bom Jardim é composto de organizações associativas que tem como líderes de seus quadros de associados moradores locais formados pelos movimentos comunitários de base pastoral, animados pelas congregações missionárias, eclesiais e progressistas, que estiveram, enquanto representantes da igreja católica, à frente das paróquias da periferia entre 1981 e 1996. No caso do Grande Bom Jardim, estes moradores associados emanaram das camadas populares, tiveram formação política e ocuparam lugares de lideranças pela força da contingência local. Depois de desmantelada a estrutura progressista da igreja católica na condução das áreas pastorais das paróquias das periferias urbanas e rurais do Brasil, esses moradores foram responsáveis pela criação e pelo fortalecimento das Organizações Não Governamentais ainda hoje atuantes no Grande Bom Jardim, a exemplo do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, criada em 1994 e que leva o nome de um dos principais ativistas e intelectuais orgânicos das novas lutas sociais da década de 1990, o sociólogo Betinho. A concessão do uso do nome Herbert de Souza pela referida ONG foi dada pelo próprio agente defensor de direitos humanos. Somente depois de composta a região por esses aparelhos políticos que esses moradores se estabilizaram economicamente, passando pelos bancos das universidades e adquirindo o status de profissionais liberais. A maioria desses agentes nunca se mudou da região e ainda hoje compõe o quadro de associados dessas ONG's criadas na década de 1990.

Enquanto que na década de 1980, fundamentado nos parâmetros da guerra fria e armamentista, baseado na disputa entre os blocos capitalista, liderado pelos Estados Unidos, e o bloco socialista, liderado pela União Soviética, a grande bandeira de luta dos movimentos era de caráter superestrutural, ou seja, reivindicavam-se a redemocratização política do país, o direito de associação e de liberdade política, o fim do regime ditatorial e a restituição dos direitos cívicos. Nos anos 90, o projeto político socialista enfraqueceu ao tempo em que se viram crises políticas internas dos movimentos, divergências político-ideológicas, dissidências e alteração dos campos políticos emergindo novas correlações de forças e campos internos de disputas. Gohn (2001, 206) atribui a instalação deste cenário à incipiência da cultura política democrática. A analista considera um retrocesso político, considerando que na década de 1980, embora tenha sido uma década perdida no âmbito macroeconômico, aquela década representou um avanço macrossocial, com a organização da sociedade brasileira, com o reconhecimento dos movimentos sociais como instâncias da sociedade política, bem como a sua participação direta na elaboração dos projetos de lei que constituíram a nova Carta Magna brasileira e a garantia de mecanismos formais de participação da sociedade na condução e controle das coisas e dos negócios do Estado.

Na década de 1990 o modelo dos valores sociais é alterado, recebendo outro parâmetro de escala. A sociedade sente a necessidade de priorizar o debate acerca dos valores da ética e da moral, de modo a dirimir os efeitos das relações clientelistas, dos regimes oligárquicos, da cultura política patrimonialista, do nepotismo no trato da coisa pública e do personalismo nas relações políticas historicamente enraizadas na cultura brasileira.

Por essa razão, na década de 1990, a sociedade civil passou a desacreditar da política, dos políticos e do Estado. Esse sentimento de descrédito foi oportuno para fortalecer a concepção do Estado neoliberal, haja vista a corrupção política, o excesso da burocracia de Estado e a ineficiência da máquina pública em prover os direitos e executar os serviços públicos. Assim, quanto maior a participação privada na execução da coisa pública mais confiança a população depositava. A política partidária também recebeu retaliações da avaliação pública. Dessa forma, os movimentos sociais e de classe que tinham alguma ligação político-

partidária também foram desacreditados. Portanto, na década de 1990 houve uma descrença social na política nacional e os planos da moral e da cultura tornaram-se o centro das ações coletivas.

Na contracorrente, alguns grupos sociais apostaram na independência política para fortalecer suas jornadas de luta, para construir suas próprias plataformas e programas de atuação pautando a resolutividade das problemáticas da vida social contemporânea, aquelas que assolavam a todos indiscriminadamente e tomadas como objeto de interesse coletivo. O desejo geral era aniquilar o mal provocado pelo período político da ditadura, ou seja, garantir a expressão das individualidades e suprir o desejo de liberdade e de autodeterminação. Instaurou-se certa crise da representação política. A ação direta da pessoa é preferida à ação coletiva representada por aparelhos políticos ou agremiações. Assim, a sociedade brasileira se fez uma sociedade de direitos. Foram pautados tantos os direitos sociais básicos da subsistência humana (comer, morar, trabalhar) como os direitos de nova geração, aqueles que dizem respeito à liberdade dos indivíduos de se diferenciar e fazer suas próprias escolhas.

O projeto institucional de criação do Centro Herbert de Souza, em 1994, o qual também previu, dentre outras dimensões, a organização social local em rede no entorno da bandeira da defesa da vida e da exigibilidade dos direitos, tem o seu germe nessa concepção da “Era dos Direitos” (1992), apresentada pelo sociólogo Norberto Bobbio. No entanto, primariamente, aquele projeto institucional foi dado como alternativa ao enfraquecimento da ala progressista da igreja católica, e concebido como estratégia para atender as demandas emergentes da população local, destituída dos direitos mais básicos da subsistência humana, população esta impelida pelas regras do capital, do mercado imobiliário, aglomerados na periferia urbana, sem provimentos de moradia, de abastecimento d’água, elétrico, telefônico, sem serviços de transporte público, sem equipamentos de educação e de saúde.

Assim, grosso modo, ainda na atualidade, mais de vinte anos depois, o movimento social articulado da região do Grande Bom Jardim luta pela efetivação dos direitos sociais mais elementares. Provavelmente, por isso, na composição da Rede DLIS não tenha um registro forte de entidade associativa com foco na exigibilidade de direitos sociais relativos às questões das comunidades e grupos

sociais com demandas específicas, como o caso das comunidades de gays, lésbicas, travestis, transexuais, transgêneros, ou às questões das comunidades tradicionais, como a de quilombolas – residem, na região do Grande Bom Jardim, representantes de famílias quilombolas da região norte do Estado do Ceará –, e que a única organização associativa de luta pela igualdade de gênero existente e filiada à Rede DLIS tem descaracterizado sua missão institucional nos últimos anos mudando seu projeto de atuação, saindo da proteção às mulheres vítimas de violência para a confecção de roupas por grupo cooperado de mulheres produtoras. Não obstante, a líder do movimento das prostitutas do Ceará mora no Grande Bom Jardim. A sede da organização não é no território e a organização não estabelece nenhum tipo de relação política com a Rede DLIS.

Através do projeto de memória social do Ponto de Memória, uma das instâncias internas da Rede DLIS, uma organização associativa dos povos de umbanda tem se articulado ao coletivo de forma mais estratégica. A Associação Espírita de Umbanda São Miguel atua em defesa do direito de credo e religião, do direito ao culto às entidades ancestrais ligadas à natureza, da preservação e da valorização do patrimônio memorial e cultural afro-brasileiro. A organização congrega, como uma espécie de federação, inúmeras comunidades espirituais de umbanda da região do Grande Bom Jardim, de Fortaleza e da Região Metropolitana. Seu líder espiritual é um articulador político, mantendo vínculos com outras redes dos povos de terreiro e das representações das comunidades tradicionais em nível estadual, regional e nacional.

Não obstante, se no cenário nacional a participação das camadas populares nos movimentos sociais foi um tanto que distanciada e em crise diante das rupturas de paradigmas e das ideologias utópicas do fim dos anos 80, no contexto do Grande Bom Jardim foram representantes das camadas populares periféricas, formadas pelos movimentos religiosos conduzidos pela ala progressista da igreja católica, que deram o tom das grandes manifestações de massa ocorridas na década de 1990, como, por exemplo, o confronto entre os movimentos sociais e a polícia militar por ocasião da manifestação de protesto pela visita de parlamentar federal representante do setor ruralista, em Fortaleza. Foram as lideranças pastorais ora a frente das associações de moradores e das ONG's que organizaram e

mobilizaram moradores para participar dos grandes manifestos e das campanhas políticas no cenário mais ampliado da cidade de Fortaleza, reforçando o quórum dos movimentos sociais naqueles eventos.

Contudo, no plano nacional, o paradigma dos movimentos sociais nos anos 90 foi marcado pela nova forma de institucionalização jurídica dos aparelhos políticos, pela nova composição dos quadros de pessoal das organizações e pela nova concepção de Estado e da cultura política, constituída no processo constituinte e pela própria materialidade resultante daquele. Gohn considera que este novo paradigma da cultura política brasileira traduz-se no que ela denomina por “virtualidade concreta”, expressa pelas práticas sociais mediadoras das relações entre os três entes: sociedade, mercado e Estado, e pelas parcerias, público-privada, estabelecidas para execução de políticas públicas. Jogaram-se o jogo neoliberal.

Muito embora a consideração da plausibilidade desta leitura crítica, nas décadas de 1970, 1980 e 1990, os movimentos sociais garantiram um grande feito político, de ordem pública e coletiva, o restabelecimento dos direitos cívicos, a chamada cidadania. Asseguraram o direito da participação direta, da liberdade e da autoderterminação das individualidades, o que expressa uma nova mentalidade político cultural, o respeito às diferenças. Ou seja, ficou firmado o direito à participação na sociedade civil, política e de mercado e também o direito de afirmação da identidade, de preservação, de valorização e de secularização dos valores culturais. Passou a não se admitir a violação das singularidades identitárias para adquirir o direito de participar.

As novas práticas sociais, baseadas no estatuto dos direitos instituídos na concepção de Estado, e reconstituídas no alicerce dos movimentos e lutas sociais, objetivaram corrigir as diferenças constituídas historicamente, sobressaltando o valor da igualdade e tendo a solidariedade como o elemento unificador em torno do qual as diversidades se encontram. Diante das necessidades e demandas reais da vida social estabelece-se uma relação de reciprocidade entre os diferentes, ou seja, as diferenças sociais, de classe, ideológicas, partidárias são suplantadas pelo valor da inviolabilidade dos direitos e pelo tratamento não discriminatório da dignidade humana.

É com base nesta assertiva que podemos justificar a viabilidade da articulação e da organização associativa da região do Grande Bom Jardim em rede social. Apesar das diferenças ideológicas e, muitas vezes partidárias, entre as organizações associativas de moradores da região do Grande Bom Jardim. Diferenças essas marcadas por práticas políticas viciosas fundamentadas no apadrinhamento político partidário, no clientelismo, no personalismo no trato da coisa pública. No entanto, as organizações associativas de moradores compreendem que emanam de um mesmo mito fundador e que compartilham de uma mesma realidade precária, condição que as fazem comuns e razão que as fazem compreenderem que coletivamente imprimem mais força realizadora em seus proferimentos de fala, com capacidade de afirmar uma identidade social e um poder de domínio sobre um espaço social, constituindo, assim, um ente público com lugar na sociedade política, status necessário para interferir nos espaços deliberativos das políticas sociais.

A história dos movimentos sociais é construída em fluxos e refluxos, em momentos de aproximações e de distanciamentos entre grupos, em um redesenhar constante das forças e das práticas políticas e dos campos sociais. De repente, percebe-se uso de formas progressistas em governos conservadores e da ocorrência de uso de formas mais conservadoras em governos ditos progressistas, e movimentos oscilantes de aproximações e distanciamentos ideológico partidários conforme a conveniência de manutenção da posição de poder na estrutura política.

3.4 URBANIZAÇÃO E MOVIMENTOS SOCIAIS URBANOS NO BRASIL

A análise das manifestações coletivas no espaço urbano é sistematizada por Maria da Glória Gohn (1982), tomando a configuração deste espaço em três etapas históricas, a saber, 1) todo período imperial, até meados do século XX; 2) entre 1930 e 1950; e 3) a partir de 1960.

Na primeira etapa, a produção monocultora brasileira, baseada no trabalho escravo e direcionada ao mercado externo, acabou por gerar um tipo de urbanização concentrada, de privilegiados, formando grandes núcleos urbanos, mas sem interatividade. (OLIVEIRA apud GOHN, 1982, 22). A cidade era o centro do

corpo administrativo e burocrático, bem como do capitalismo comercial. Entretanto, os objetos de interesse econômicos estavam no campo. Por essa razão, a cidade não era preocupação.

O processo de urbanização brasileiro teve início somente no século XX com o advento da industrialização ocasião em que se definiu o urbano. Então, somente com esse advento que a cidade passa a ser o centro da estrutura produtiva, ou seja, a sede da indústria. Assim, esse aparelho produtivo define o novo modelo de divisão social do trabalho e outra dinâmica de ocupação dos centros urbanos. Portanto, no contexto brasileiro, a indústria nasce urbana.

A segunda etapa histórica de configuração do espaço urbano brasileiro compreendeu vinte anos (1930 – 1950) e se caracterizou basicamente pelo capitalismo semiconcorrencial, em que, no plano teórico, se percebe certo investimento da iniciativa privada em infraestruturas urbanas e regionais. No caso brasileiro, essa responsabilização não se verificou haja vista a intervenção direta do Estado na criação das condições gerais urbanas.

Com a introdução do capitalismo monopolista, na década de 1950, esse tipo de capital gerou uma série de necessidades, tanto na seara da produção quanto no campo do consumo, gerando um acúmulo no espaço urbano. Assim, os insumos da infraestrutura urbana tornam-se componentes fundamentais para a acumulação do capital e para a produção e reprodução da força de trabalho, condições estas que exigiu a participação ativa do Estado no provimento e manutenção desses meios, cujos altos valores dos investimentos não caberiam ao setor privado, pois esses altos investimentos não trariam a este setor um retorno em curto prazo. Com esta tendência, o Estado brasileiro assume, a partir dos anos de 1930, funções de mediador das relações de classe, arbitrando a situação de conflito e tensão capital-trabalho. E mais a frente o Estado assume ainda a posição de produtor nos setores básicos da produção para dar celeridade ao processo de industrialização brasileira.

Nessa medida, o Estado, no campo da escolha, ou seja, da política, intervém no urbano criando mecanismos de regulação das contradições implícitas, no campo de luta de classes que se desenvolve na sociedade. Para dar provimento, o Estado usa seu aparelho burocrático para formular e implantar a política urbana e

seus planos governamentais. O Estado, então, assume a responsabilidade de cumprir as exigências do capital e pensar e executar arranjos institucionais para solucionar a necessidade de produção e de reprodução da força de trabalho. É com base nessas responsabilidades assumidas, que o Estado passa a promover os serviços coletivos e a infraestrutura básica da vida urbana. Entretanto, os maiores beneficiários dessa postura do Estado são os setores privados da sociedade, como o setor imobiliário, por exemplo, com supervalorização de áreas urbanas dotadas de infraestrutura e de bens e de serviços coletivos básicos e pauperização das áreas da cidade desprovidas desses insumos. O acesso aos bens de consumo coletivos implantados nas cidades é desigual conforme o modelo de ocupação da população no espaço urbano.

Ao Estado, portanto, caberá o gerenciamento geral dos serviços e dos bens de consumo coletivos, tendo o papel de produtor, distribuidor e gerente. Ademais, a ele caberá ainda o papel político de forjar as condições de produção e de reprodução da força de trabalho (prestação de serviços e de bens de consumo coletivos). No entorno do Estado aglutinou-se uma heterogeneidade de grupos de interesses, comprometendo-o à criação das condições de coesão política e ideológica de manutenção da sociedade. Ou seja, ele não apenas teve que dar conta de saciar os interesses da burguesia brasileira, mas é ele próprio o lócus das contradições sociais urbanas. O Estado o próprio campo de luta de classes. E como se não bastasse essa contradição intrínseca ao seu papel social e político, coube ao Estado, mesmo que artificialmente, gerar as condições para conferir uma aparência de igualdade social ao conjunto da sociedade brasileira.

Atendendo a dois Deuses (ao capital e à população), o Estado teve que se desdobrar para atender ao saciamento das novas necessidades criadas com a expansão da economia capitalista no Brasil. A chegada de migrantes e o processo migratório interno intenso em poucas décadas tiraram o Brasil da condição de país rural, de produção agroexportadora, para um país urbano, de produção industrial, com altas taxas de urbanização e metropolização. Assim, configurou-se em sua plenitude processos de metropolização nas cidades polo industriais no país, como a Região Metropolitana de Fortaleza. Ademais, nessas metrópoles, as cidades periféricas foram rapidamente afetadas pelo processo de espraiamento da estrutura

industrial urbana, como o caso de Maracanaú, por exemplo. Este fenômeno foi registrado por Paul Singer, onde a “urbanização” de grande parte de contingentes agrícolas significou a unificação do mercado de trabalho urbano-rural. (SINGER apud GOHN, 1982, 24). Neste fluxo, grande parcela da população emigrada campo-cidade se fixa na periferia das cidades, submetendo-se a condições precárias de vida e de trabalho, oferecendo-se ao mercado de trabalho a valores muito aquém do capital investido para o setor. Assim, a camada populacional fixada nas periferias urbanas das grandes cidades constitui-se uma massa subproletariada, que subsiste indignamente mediante a venda diária de sua força de trabalho, ficando à margem do sistema de proteção ao trabalhador.

Na mesma proporção em que se aprofundam as distâncias entre as classes sociais no espaço urbano há transformações econômicas, sociais, culturais e políticas, gerando as condições para a criação de novas estruturas de poder e de insurgências dos oprimidos que se avolumam nas favelas e bairros periféricos, através de movimentos contestatórios e reivindicatórios urbanos. A expansão da malha urbana e os novos arranjos entre as classes sociais trataram por reconfigurar a estrutura urbana. Em decorrência também desse dinamismo político-urbano e também de mudanças da oferta e da demanda no mercado de trabalho, também se verificou uma alteração na estrutura do emprego urbano. Esse quadro estrutural terminou por configurar o processo de metropolização, cujas características são: concentração populacional e de atividades produtivas e de serviços em dado núcleo espacial com vistas a adquirir função de comando regional, com poderes de decisão e de influência sobre as áreas no entorno. Um dos efeitos demográficos desse processo de metropolização foi o grande incremento populacional verificado nas cidades circunvizinhas à capital, com ligações das malhas urbanas de cidades diferentes, a exemplo do que aconteceu entre Macaranaú e Fortaleza e entre Caucaia e Fortaleza, caracterizando a região do Grande Bom Jardim.

As camadas populares periféricas urbanas, oprimidas, exploradas e expropriadas em seus direitos civis e trabalhistas, iniciam um amplo processo de ressocialização, alguns se inserem nos aparelhos institucionalizados, mediante politização e sindicalização. No entanto, a grande maioria fica alheia aos quadros políticos institucionais. Nesse tempo, tanto os trabalhadores agremiados quanto os

trabalhadores que permanecem fora dos aparelhos políticos de classe, assim, como a própria cidade, passam por um processo de incorporação e de redefinição de valores culturais e de padrões de comportamento mais específicos da sociedade urbana, como parte de um aprendizado do fazer política, mesmo desprovidos de uma consciência política conceitual e ideologicamente consolidada, desvela-se sua importância política em relação às demais classes como a si mesma. O processo de ressocialização dos trabalhadores é fruto das condições concretas e subjetivas de incorporação do mundo da produção, experiência que não se tinha vivência anterior. Assim, diferentes tipos de práticas vivenciadas pelos trabalhadores são articulados. Velhas e novas práticas e comportamentos, bem como os papéis desempenhados na sociedade por esses trabalhadores são articulados. No entanto, dada à multiplicidade de relacionamentos estabelecidos no contexto de vida urbana a composição de uma visão ampliada da realidade, expressão de uma tomada de consciência política, é retardada. O retardo de tomada de consciência por parte das camadas populares também se deveu, em grande medida, à constante interferência do Estado no apaziguamento e na tentativa de integração, escamoteamento das contradições urbanas.

Muito embora até aquele momento histórico, a militância política das classes populares não ter um acúmulo dada à falta de tradição de tal prática, elas não poderiam ser classificadas como inexpressivas. A politização dos indivíduos está em função do meio em que vivem, das situações vivenciadas, e do acúmulo e articulação de práticas, pretéritas e presentes. Assim, a inserção desses indivíduos na estrutura de produção foi marcada pelo processo de rearticulação ou de ressocialização e pela integração e incorporação de um novo ambiente sociocultural.

Os primeiros indícios para uma tomada de consciência política e uma incidência politizada das camadas populares deram-se através de movimentos de reivindicações ao Estado. Entretanto, em detrimento às peculiaridades do processo de industrialização e de urbanização brasileira, o trabalhador industrial encontrava-se numa situação privilegiada em relação aos demais setores populares que se encontravam de fora da estrutura produtiva e à margem do sistema de proteção ao proletariado. Ademais, inexistiam agremiações de classe eficazes. Assim, por força

de elementos políticos conjunturais como um sistema político composto de apenas dois partidos políticos, expressaram-se certas posições contestatórias.

É neste cenário que o Estado permeia as relações de classe, como forma de intervir no urbano, ele induz comportamentos de consumo popular, fazendo um papel que seria da iniciativa privada se o investimento fosse rentável. Assim, a implantação de uma política urbana passa a expressar as contradições inerentes ao processo de acumulação capitalista. E uma instância política assume um processo de intervenção com a finalidade de assegurar a boa reprodução do capital.

No centro do processo de urbanização brasileira encontra-se o Estado numa posição política contraditória, tendo que atender às classes possuidoras dos meios de produção e às pressões das camadas possuidora da força de trabalho. No entanto, a expansão dos setores populares é decisiva, bem como o aumento da demanda por serviços e bens de infraestrutura urbana, para o Estado adotar medidas conciliatórias. Este cenário de aumento de pressão por parte dos setores populares modificou os papéis políticos, pois uma grande massa formada pelas classes populares trabalhadoras, dotada de um grande potencial eleitoral, passou a incidir com pressão nos órgãos do Estado. Com esse potencial, as classes populares tenderam a se reunir em novas formas de organização social em níveis locais, e sob as bandeiras e movimentos reivindicatórios, passando a exercer um peso político considerável nos órgãos da burocracia do Estado.

Os movimentos reivindicatórios postos em marcha nas cidades brasileiras atingiram um nível de amplitude e generalidades dos seus objetivos e uma dimensão de suas potencialidades políticas que chegou a alterar as relações entre as classes. Dada às singularidades da amplitude e à magnitude da potencialidade política desses movimentos reivindicatórios, as contradições urbanas passaram expressar as especificidades locais.

A emergência dos movimentos populares urbanos trouxe à tona o regime populista. Foi sob a tônica do populismo que as classes populares urbanas organizadas tiveram acesso à participação política, mecanismo pelo qual lhes conferiu reconhecimento de suas condições de cidadãos, bem como ofereceu oportunidade de inserção na ordem institucional do Estado às camadas populares

sem engajamento nos aparelhos institucionalizados. Dessa forma, o populismo passou a representar as massas urbanas. A relação massa popular urbana – Estado dava-se pela manipulação. Ou seja, a manipulação das massas urbanas foi o elemento básico dessa relação. No entanto, a manipulação assim como permitiu a inserção das massas urbanas no sistema político, também tratou de integrar as camadas populares numa massa popular urbana.

Contudo, a emergência e o desenvolvimento dos movimentos sociais urbanos e o conteúdo velado das relações clientelistas refletiram o caráter heterogêneo e policlassista que caracterizou as alianças políticas de caráter populistas. A atuação desses movimentos sociais urbanos tratou de expressar os limites objetivos das alianças políticas de classes estabelecidas nas condições da cultura política da época.

Com base em análises de Weffort, Gohn (1982, 28) assinala que, durante o período do populismo, as manifestações das classes populares não apresentavam elementos que expressassem um nível consistente de uma consciência política, pois as lutas incidiam apenas no setor do consumo e não se estabeleciam conexões reflexivas entre o setor do consumo (acesso aos bens e serviços coletivos da infraestrutura urbana) e o setor da produção (da exploração da força de trabalho, da acumulação de capitais pelos proprietários dos meios de produção). Ademais, as manifestações das classes populares não se dirigiam contra o Estado. Entretanto, estas buscavam espaços de participação na sociedade política. Ou seja, no período, as lutas caracterizavam-se como pressão pela ampliação do consumo e pela busca de mais espaço para participação. Dadas as condições das relações políticas entre as classes populares e o Estado geraram-se as condições favoráveis para a cooptação e à manipulação populista, ao tempo que amorteciam as tensões e conflitos instalados pelas contradições sociais.

No entanto, a própria natureza ambígua do populismo foi decisiva para inviabilizar a contenção da crescente força exercida pela pressão popular. As classes populares reivindicavam a ampliação do acesso aos bens e serviços coletivos da infraestrutura urbana e mais espaço de participação na sociedade política. Assim, o Estado mostrou-se incapaz de conter a pressão das massas populares e de garantir a manutenção da ordem. Dessa forma, o mecanismo

populista de manipulação dos movimentos sociais mostrou-se ineficaz diante da potência do sentimento de insatisfação social, cujas principais reivindicações eram: a ampliação do consumo e da participação social.

A concentração do setor produtivo industrial na cidade, como vimos, proporcionou um adensamento demográfico das cidades, bem como uma inversão da lógica de distribuição da população no espaço, gerando um processo migratório intenso campo-cidade. Dessa forma, o adensamento das classes populares nas cidades, sobretudo nas periferias urbanas, trouxe a exigência de uma série de condições de vida e de produção e de reprodução da força de trabalho (organização do tecido da produção, da circulação pendular cotidiana e do consumo no meio urbano) que as cidades não ofereciam. Assim, a cidade passou a concentrar os meios de produção e os meios de consumo coletivos.

E são esses os conteúdos necessários para fazer emergir as contradições sociais urbanas e fazer insurgir do seio das classes populares os espaços e as condições para atuação das massas populares. É neste contexto que surgem expressivamente no cenário público os movimentos populares reivindicatórios. Estes movimentos populares reivindicatórios organizadamente passaram a cobrar do Estado a ampliação e a qualidade dos equipamentos urbanos, dos bens e dos serviços coletivos de consumo, e melhores condições de vida na cidade. Assim, no próprio processo de relação conflituosa, o Estado (instâncias ou órgãos ligados à política institucionalizada) passou a ser o inimigo público, uma vez sendo eleito pelas classes populares como o seu opositor, a quem deveriam se dirigir e pressionar. Ademais, como salienta Barreira (1982, 10), essa forma bipartida de ver a realidade social colaborou para fazer com que os movimentos sociais, ao longo dos anos, refletissem pouco sobre as práticas de poder a eles ligados nas relações cotidianas.

Os movimentos populares reivindicatórios põem em cheque, então, o caráter policlassista do Estado, que prejudicava a efetividade de sua função social, ou seja, oferecer bens e serviços de consumo coletivos e melhores condições de vida na cidade, bem como se opunham à postura do Estado de camuflar as desigualdades sociais existentes.

Progressivamente, a pauta dos movimentos sociais urbanos reivindicatórios foi elasticada por diferentes ordens de reivindicações e demandas, que passaram, também, a serem geradores de inúmeros conflitos e tensões, resultando em diversas classificações de tipos de movimentos. Nesse rumo, os movimentos sociais urbanos reivindicatórios podem, pela força dos artifícios analíticos, ser classificados da seguinte forma: os movimentos que já eram institucionalizados (associações de moradores de bairro, por exemplo), legalizados oficialmente; e os movimentos espontâneos e não formais (os movimentos ligados às comunidades acompanhadas pela igreja católica, por exemplo), que também se subdividiam em movimentos espontâneos e de emergência abrupta, conforme a necessidade da ação imediata das manifestações e protestos de massa de rua.

Então, os atos públicos foram organizados tanto por movimentos de luta da classe operária, que davam foco às reflexões acerca dos limites da produção, quanto por movimentos da população mais geral. Os primeiros recebiam um tratamento policial de contenção, sob alegação do Estado de se tratar de perturbadores da ordem. Os segundos, dada à força da massa que conferia um grau de legitimidade às reivindicações, eram tratados de forma mais política pelos agentes dos poderes públicos, contudo, sendo observados e manipulados.

O processo de constituição dos movimentos sociais urbanos reivindicatórios na esteira histórica de construção da estrutura social da sociedade brasileira deu-se de forma dupla. Ou seja, houve um movimento de especificidade determinada historicamente, com deslocamento e com alteração da estrutura social pela força política da intervenção, incidência fundamentada numa consciência de classe e na relação de conflito entre as classes, assim como também houve o desencadeamento de um processo de constituição de movimento social urbano reivindicatório fundado num quadro conjuntural. Dessa maneira, os movimentos determinados historicamente, expressos por conflitos de classes foram traduzidos em conflitos contra o Estado, o qual foi tomado como o ente inimigo e provedor, a quem se deveriam dirigir as reivindicações. Portanto, tomando o contexto específico do desenvolvimento do capitalismo na formação social do Brasil, as lutas sociais reivindicatórias traduziam a contradição básica entre o capital e o trabalho. Assim, as contradições urbanas foram traduzidas em lutas reivindicatórias.

Tomando o caminho dos movimentos determinados pela força da conjuntura, uma sociedade constituída pelo processo urbano-industrial e por um processo de metropolização das cidades num curto intervalo de tempo, avolumando todos os efeitos sociais como uma panela de pressão, a saída foi a criação de canais de expressão popular para fazer fluir as reivindicações e demandas geradas pelos efeitos (fortes fluxos migratórios campo-cidade, elevado adensamento das classes populares nas periferias das cidades metropolitanas, divisão social do trabalho) daqueles processos. No entanto, esses canais, criados pela força da pressão da própria população, tanto eram de bases locais como tomaram proporções maiores que o cabível para a dimensão do movimento reivindicatório emanado, facilmente escapando ao controle.

Em síntese, as contradições inerentes à natureza do sistema capitalista trataram de configurar o próprio espaço urbano, como também foi o princípio constituidor do caráter das reivindicações e das demandas emanadas pelos movimentos urbanos no Brasil. Essas contradições urbanas constituíram-se no fator básico das sociabilidades entre as classes no conjunto da sociedade brasileira. Seguindo essa linha de raciocínio, os movimentos sociais urbanos reivindicatórios são produtos imediatos das relações entre as classes sociais. E assim o processo de urbanização tanto foi a causa ou motivação (pela forma excludente como foi se configurando o espaço urbano) como foi o efeito (pela pressão exercida sobre as estruturas de poder, fazendo alterar a política urbana) da atuação dos movimentos sociais urbanos reivindicatórios.

A análise da relação urbanização e movimentos sociais traduz o poder que um movimento detém de determinar o seu território, na medida em que a maioria dos movimentos sociais urbanos é de base local, ou seja, o bairro, a menor unidade administrativa do Estado. Assim, o indicador de alcance político desses movimentos será dado principalmente pelos efeitos gerados de suas atuações junto às administrações públicas locais, no sentido de contribuir decisivamente na definição da política urbana a ser desenvolvida na região de atuação. Dessa forma, a obtenção e a avaliação permanente de conquistas parciais de reivindicações políticas são caminhos pedagógicos (planejar, agir, refletir) para conduzir os grupos

participantes a um processo de politização e conscientização. Dai a importância de garantir a memória da atuação do movimento social na periferia de Fortaleza, Ceará.

O processo de urbanização desigual do espaço urbano, com distribuição diferenciada dos bens e dos equipamentos de consumo coletivos na cidade, é um dos elementos impulsionadores à organização social dos grupos urbanos marginalizados nessa estrutura dos suportes da vida urbana. Assim, é geralmente nas periferias das cidades industriais que os efeitos das contradições sociais engendradas pelo sistema capitalista aparecem com maior expressividade e contundência. A tendência do Estado de assumir o papel de provedor e gerenciador dos bens e dos serviços de consumo coletivos e de mediador das relações de classe não teve competência de suprir as necessidades mais básicas da população, nem conseguiu dirimir os efeitos das contradições sociais. Por outro lado, se a burguesia conseguiu, de alguma forma, estabelecer um mecanismo de integração do operariado no campo da produção, o Estado não conseguiu estabelecer mecanismos agregadores das classes populares no que se refere ao controle e a manipulação dessas. Entretanto, por força de conjunturas políticas e sociais, impediram-se, a todo custo, a associação e a união dos trabalhadores e a possibilidade de desenvolvimento de uma consciência social articulada ao campo da produção. A insurgência social das massas populares deu-se, como vimos, no entorno do consumo e da participação. E os baixos salários também impediam o acesso das camadas populares aos itens essenciais favorecedores de uma boa qualidade de vida. Registre-se que a maior parcela da mão de obra empregada era do setor terciário.

Tomando esse cenário conjuntural, os movimentos sociais urbanos conseguiram mobilizar as classes populares, tocadas pelas carências mais básicas da vida urbana cotidiana, para engajamento nas lutas por reivindicações gerais. Foi assim, mobilizados pela tentativa de solucionar os problemas mais elementares da vida cotidiana na cidade, a partir do bairro, que os movimentos sociais urbanos foram paulatinamente adquirindo um nível de consciência e politização, se articulando a outros setores, a outras representações de classe, e constituindo especificidades às reivindicações. Foi pela força da necessidade de acesso aos bens de consumo coletivos e aos insumos e suportes da infraestrutura urbana que

os movimentos sociais urbanos adquiriram engajamento, volume, dimensão, contundência e fortalecimento. Com efeito, tratar do caos urbano era também tratar do cerne do problema, identificado nas contradições sociais e urbanas e na produção.

“Portanto, os movimentos sociais urbanos reivindicatórios têm como característica básica agregar as populações dispersas e segregadas da periferia, articulando seus interesses imediatos, localizados no urbano, em direção aos poderes públicos. Todo este processo realiza-se dentro de uma dinâmica que progressivamente vai abrindo espaço de atuação às classes populares e forçando cada vez mais a luta para a conquista de participação na política decisória dos destinos da cidade”. (GOHN, 1982: p.32).

Portanto, mesmo as classes populares se organizado em movimentos sociais urbanos para suprir necessidades imediatas, os efeitos mais radicais foram sentidos na alteração da estrutura urbana e da lógica das relações de classe. Assim, os movimentos sociais urbanos foram responsáveis pela mobilização, engajamento e integração das camadas populares, que, pela lógica do próprio sistema, encontravam-se dispersas na periferia e socioespacialmente segregadas da cidade, e articuladas no espaço público e nos espaços deliberativos e em posição privilegiada de fala aos poderes públicos.

Quanto mais um movimento social urbano consegue atingir representatividade do conjunto dos segmentos locais da população e legitimidade política e simbólica, mais ele tende a criar estruturas mais abrangentes e mais lhe é conferido o sentido de unidade, ou seja, mais ele é conhecido e reconhecido em sua natureza, missão e capacidade realizadora. Os efeitos produzidos pela dinâmica prática dos movimentos sociais urbanos reivindicatórios pode alterar a posição de uma região na estrutura política e urbana da cidade, fazendo da região um território, espaço de domínio (simbólico e político) de sua intervenção, ou seja, uma territorialidade.

3.5 A MODERNIDADE NA ESCALA METROPOLITANA

O espaço metropolitano expressa as múltiplas conexões dos sentidos e incorpora e congrega de modo simultâneo e sem justapor os binômios intrínsecos à modernidade: mudança/permanência e caos/ordem. No campo físico, este processo compreende dois elementos básicos, os quais são: carregados de potenciais transformadores; agem de modo conjugado e simultâneo; e descompromissados de uma racionalidade explícita voltada para o alcance de suas finalidades: a expansão contínua e a diferenciação crescente da malha urbana metropolitana.

Contrariando a premissa das concepções de planejamento urbano do início do século XX, o sentido desse movimento não é orientado por uma finalidade previsível de transformação do espaço e das relações, muito embora o novo muitas vezes se sobreponha ao que até bem pouco tempo era reconhecido pelos seus agentes como novidade. Por vez, uma ação contínua de mudança, entendida como normatizadora, pode acabar desencadeando processos de diferenciações (na paisagem, nos usos da cidade ou nos significados atribuídos a determinados espaços) na malha urbana. Ou seja, essa dinamização dos sentidos, colocada em curso pela ação contínua da mudança, pode ser entendida também como uma forma permanente de migração intraurbana, pois se trata de um constante rearranjo de valores, de formas, de funções e de significados atribuídos aos espaços da cidade.

A porção espacial da cidade que compreende o bairro Bom Jardim e o dos demais bairros no seu entorno, na década de 1970, era denominada pelos planejadores da cidade como área verde, zona intermediária entre os municípios de Maranguape e de Fortaleza, conhecida como Grande Bom Sucesso. O bairro Bom Sucesso, à época, era o limite da malha urbana sudoeste da cidade. Na década de 1980 a região, sob o impacto da criação da Região Metropolitana de Fortaleza (lei complementar de 08 de Junho de 1973) e da implantação do Polo Industrial de Maracanaú (1964) acelerou o processo de desmembramento das glebas originais e de loteamento irregular. Também foram determinantes, no período, o movimento popular por habitação, ocupando terras ociosas para fins de moradia, e o movimento comunitário por educação, materializado nas escolas comunitárias, ambos

fomentados pelas pastorais sociais e grupos missionários ligados ao setor progressista da igreja católica.

“O Grande Bom Jardim foi no início do século XX uma região de grandes propriedades rurais privadas, característica da ocupação do território cearense. Isto demonstra a cultura agrária na formação da população de Fortaleza, sobretudo a geração de 1950/60, emigrada do interior do Ceará. Neste contexto, tem-se na história da região a fazenda Boa Vista, dentre outras, que desenvolveu uma cultura de compadrio, fazendo surgir pequenas comunidades agregadas. Por conseguinte, a atividade econômica destas fazendas da região era vocacionada para a criação de gado e agricultura de subsistência”. (CDVHS/GPDU, 2004: p.31).

A partir de 1950 as famílias proprietárias de fazendas desmembraram as terras e as dispuseram às ações de imobiliárias que deram início aos loteamentos. Esse período corresponde ao aumento vertiginoso da taxa de crescimento da cidade de Fortaleza, que entre os anos de 1950 e 1960 atingiu quase 100%. (Barreira, 1996 apud CDVHS/GPDU, 2004). A grande estiagem de chuvas entre os anos 1979 e 1984 também favoreceu a um intenso processo migratório campo-cidade. Outra força motriz contribuinte para esse inchaço urbano foi a concentração das indústrias em áreas urbanas não planejadas, atraindo uma leva de retirantes bem como promovendo um movimento intraurbano pendular às áreas do entorno dos polos industriais, como é a grande região do Bom Jardim.

Assim, expandiu a cidade de Fortaleza e fez surgir a periferia sudoeste da cidade, mobilizada por desmembramentos de terras para loteamentos, atração de indústrias, aglomeração populacional nas áreas do entorno não planejadas, ausência de planejamento urbano e fragilidade das políticas minimizadoras dos efeitos do processo acelerado e indutivo de industrialização e ocupação das cidades brasileiras.

Segundo a pesquisa etnográfica cujos resultados são apresentados no *Diagnóstico Socioparticipativo do Grande Bom Jardim*, publicado em abril de 2004, a nomeação dos bairros do GBJ aconteceu conforme a relação dos primeiros moradores com a natureza, pessoas e fatos. O nome Bom Jardim adveio das áreas verdes da propriedade do senhor João Gentil; Granja Portugal, pela propriedade de um senhor de nacionalidade portuguesa, chamado José Portugal. Diziam que ele

tinha uma granja. Então, ficou registrado bairro Granja Portugal; Canindezinho, pela analogia entre localidades que tinham como padroeiro São Francisco de Assis. Canindé há 120km de Fortaleza, então, Canindé Grande, e uma localidade às margens da estrada General Osório de Paiva, denominada Canindé Pequeno. Assim, surgia o nome Canindezinho. Siqueira, segundo relatos de moradores, presume-se que tenha uma origem indígena.

Assim, iniciou-se, a partir da década de 1970, a construção de grandes conjuntos habitacionais ao longo das linhas tronco sul (Maracanaú) e norte (Caucaia) do setor de trens suburbanos da rede ferroviária nacional (REFSA) e nas imediações do Distrito Industrial de Fortaleza, situada em Maracanaú. Os investimentos públicos na política de descentralização do setor industrial da RMF impactaram no aceleração do processo de urbanização nos anos 1980.

Na década de 1990 revelaram-se a explosão populacional e o crescimento da malha urbana, com carência de infraestrutura relacionada à moradia e de bens e serviços essenciais para saciar as necessidades básicas da população, na escala geográfica dimensionada. Motivados pela negação de direitos e pela exclusão socioespacial, e com base na formação cristã progressista, eclodiram, na região, final da década de 1980 e início da década de 1990, movimentos organizados de moradores com criação dos seus aparelhos políticos. Numa linha de prioridades, exigiram produção de moradias, implantação de equipamentos e de serviços básicos como energia elétrica, água e escolas. Passaram à luta pela desconstrução da representação negativa da região, no imaginário social da cidade, conhecida como lugar do “vixe”. E mobilizam-se ainda pela manutenção e qualificação dos equipamentos sociais implantados e dos serviços públicos prestados aos moradores, de forma a acompanhar o crescimento progressivo populacional.

Em pouco mais de 40 anos, o lugar passou do espaço de mini latifúndios, localizado em zona periurbana, com poder centrado em duas ou três famílias, ao espaço urbano, com múltiplas forças de domínio e de apropriação atuantes, socioespacialmente excluído da cidade e estigmatizado pela sociedade. Essa permanente alteração da conformação dos sentidos que diferentes grupos atribuem ao espaço é celebrada cotidianamente através da destruição e da (re)construção

dos significados e dos sentidos atribuídos aos signos, com a percepção de outros significantes. Esse processo canaliza-se por uma ação antropofágica, que se retroalimenta, como meio e condição para garantir sua potencialidade.

O Grande Bom Jardim (GBJ) é território caracterizado pela sua localização periférica no qual é comum a dinâmica de jornada laboral dos moradores numa migração diária entre centro e periferia. O processo de urbanização de Fortaleza aponta para uma disposição desigual das comunidades locais constituída pelos movimentos de migração durante os períodos de seca no sertão cearense, pelo processo de vertiginoso de urbanização das cidades brasileiras nas décadas de 1970 e 1980, pela especulação imobiliária e pela produção da cidade socioespacialmente segregada.

Nesse sentido, a ocupação do Grande Bom Jardim é formada por dois movimentos de migração sentido oceano sertão e sertão oceano. Os investimentos em políticas de infraestrutura e equipamentos públicos no território do Grande Bom Jardim são destinados para segundo plano nos planejamentos políticos, sendo essa região periférica desconsiderada na maioria das ações de urbanização para a cidade. A ausência de atuação do poder público é identificada nas precárias condições de saneamento, moradia, vias de acesso, educação, saúde.

O diagnóstico sócio participativo do Grande Bom Jardim realizado em 2000 consistiu na construção de importante instrumento de informação e análise para subsidiar ações do Programa de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável (DLIS) da região. A metodologia desenvolvida para elaboração do diagnóstico foi construída e realizada com participação popular durante todo o processo de escolha das categorias de análise, coleta e análise dos dados. Nesse sentido, tem-se, no território, um instrumento desenvolvido com atuação da população local e que representa uma configuração real da realidade urbana com possibilidade de visibilizar os aspectos precários e das potencialidades culturais e de organização civil na região para adoção de estratégias de reivindicação de políticas públicas e intervenção na gestão pública.

Uma caracterização comparativa entre o diagnóstico socioparticipativo em 2000 e dados do IBGE do Censo demográfico de 2010 do Território do Grande Bom Jardim apresenta-se como exposição relevante para compreendermos a dinâmica de caracterização do território e os processos de atuação social e ações

desenvolvidas nas estratégias para o Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável no GBJ.

Segundo o diagnóstico sócio participativo do Grande Bom Jardim (2004) o território GBJ está localizado na zona Sudoeste de Fortaleza e ocupa uma dimensão geográfica de 1.869,3ha. O território é composto por cinco unidades administrativas da cidade de Fortaleza: Bom Jardim, Canindezinho, Siqueira, Granja Lisboa e Granja Portugal.

TABELA I – Dimensões Geográficas do Território GBJ	
BAIRROS	DIMENSÃO TERRITORIAL (hectare)
Granja Lisboa	619,4 ha
Granja Portugal	362,5 ha
Bom Jardim	253,1ha.
Canindezinho	337,5 ha
Siqueira	296,8 ha
GBJ	1.869,3 ha

FONTE: Diagnóstico Socioparticipativo do Grande Bom Jardim/CDVHS/GPDU, 2004.

A contagem da população residente no território é significativa tendo pelo Censo de 2010 um total de 211.001 habitantes, o que representa, em comparação com a contagem de 2000, um crescimento populacional de 17% (175.144 hab). O Bairro Granja Lisboa tem o maior índice demográfico, contando com 52.042 habitantes, seguido do Canindezinho, com 41.202; do Siqueira, com 40.348; da Granja Portugal, com 39.651; e do Bom Jardim, com 37.758 habitantes.

Como defende os agentes responsáveis pela produção do *Diagnóstico Socioparticipativo do Grande Bom Jardim*, em termos populacionais e na conformidade do censo IBGE 2000, o território GBJ era equivalente ao município de Maracanaú (179.732 hab) e superior aos municípios de Crato (104.646 hab) e Sobral (155.276 hab).

Em 2010, os dados demográficos do território GBJ em relação àqueles municípios apresentam ainda um quadro favorável para estimar a dimensão do território e justificar a necessidade de priorização em termos das políticas públicas. A população do GBJ é superior à população dos municípios de Maracanaú, com

209.057 habitantes, e de Sobral, com 188.233 habitantes, e bem próxima da população do Crato, que tem uma população de 121.428 habitantes.

Se compararmos os índices demográficos do território GBJ tomando como base os censos 2000 e 2010, teremos o seguinte quadro:

TABELA II – População Residente no Território GBJ				
BAIRROS	POPULAÇÃO RESIDENTE			
	2000		2010	
	Habitantes	%	Habitantes	%
Granja Lisboa	49 852	2,33	52.042	2,12
Granja Portugal	37 369	1,75	39.651	1,61
Bom Jardim	34 507	1,61	37.758	1,53
Canindezinho	29 688	1,39	41.202	1,68
Siqueira	23 728	1,11	40.348	1,64
GBJ	175.144	8,18	211.001	8,58
Fortaleza	2.141.402	100	2.452.185	100

FONTE: Censo IBGE/2000 e 2010.

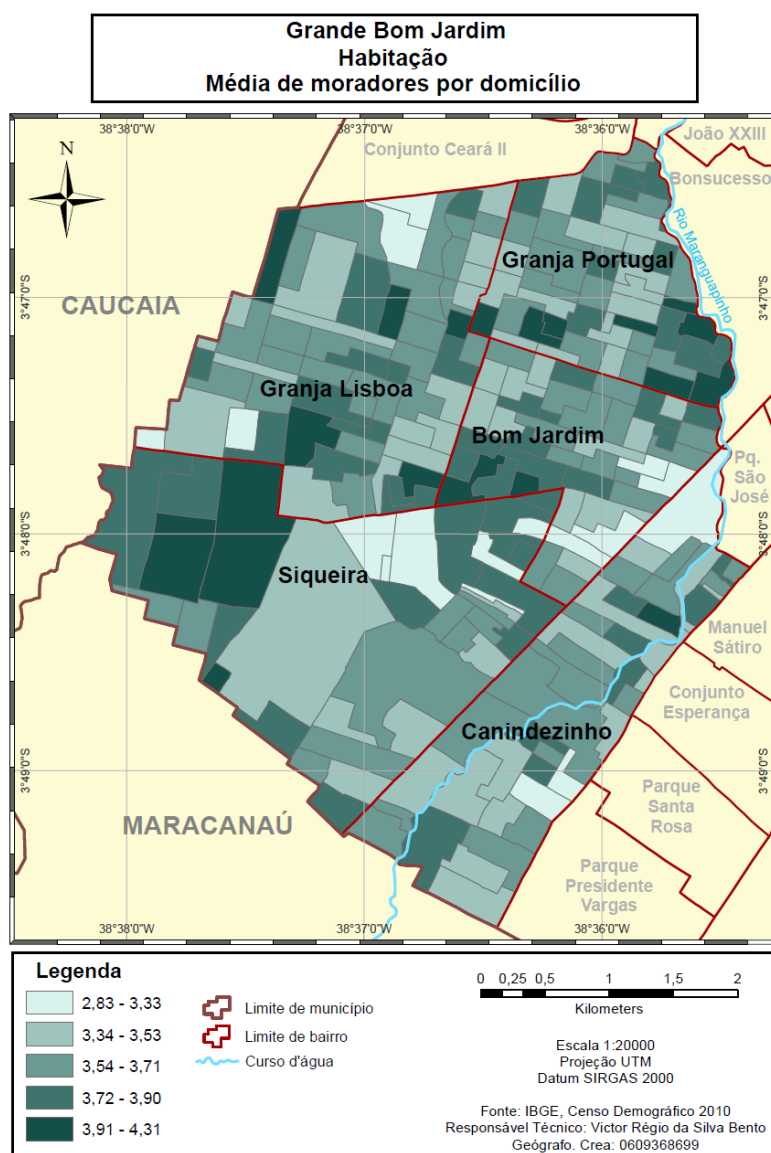
Em 2000, a população residente total de Fortaleza era de 2.141.402 habitantes, o que significava que a população residente da região do GBJ correspondia a 8,18% da população da cidade. Tomando os resultados da contagem da população residente do censo 2010, a população residente do GBJ correspondeu a 8,58% da população municipal, portanto, aproximadamente a 10% da população da capital.

Em dez anos observou-se um aumento populacional de 35.857 habitantes na região. Detecta-se, então, que o espaço urbano em questão está em franco processo de ocupação quer seja por ações espontâneas do mercado quer seja por investimentos do Estado quer seja por especulações imobiliárias em decorrência dos investimentos públicos na região. Saliente-se que os bairros Siqueira e Granja Lisboa ainda possuem considerável reserva de terras edificáveis, sendo essa uma das razões de tanto investimentos públicos e privados no setor imobiliário nesses dois bairros nos últimos anos. Entretanto, os dois bairros abrigam áreas de ricas

reservas ambientais, como áreas verdes, espelhos d'águas e depressões inundáveis do rio Maranguapinho, as quais devem ser protegidas da especulação imobiliária.

Observando os bairros que mais obtiveram aumento do número da população residente, em dez anos, foram, respectivamente, Canindezinho e Siqueira. O primeiro bairro apresentou um aumento de 11.490 novos residentes, enquanto que o segundo, 9.867 novos residentes. Possivelmente, um dos

contribuintes para o aumento demográfico vertiginoso no bairro Canindezinho tenha sido a implementação da dimensão habitacional do projeto de revitalização do Rio Maranguapinho, projeto do governo do Estado do Ceará, executado pela Secretaria das Cidades (SECIDADES), através de empreiteiras, a exemplo do empreendimento conjunto habitacional Juraci Magalhães construído no período naquele bairro. Quanto ao bairro Siqueira, consideráveis porções de glebas de proprietários



locais (sítio da Viúva) têm sido desmembradas para a produção de loteamentos bem como outros investimentos do setor imobiliário, sobretudo os de interesse social, têm ocorrido naquele bairro, a exemplo dos empreendimentos habitacionais relativos ao mesmo projeto de governo citado acima.

Em 2000, a região do GBJ tinha uma população residente de 175.14 habitantes, distribuída em 41.155 domicílios particulares permanentes, o que representada 7,8% do total de domicílios da cidade de Fortaleza, tendo uma média de 4,25 moradores por domicílio, estando próxima à média da cidade de Fortaleza, que era de 4,05 moradores.

Em 2010, a população residente do território GBJ era de 211.001 habitantes, residindo em 58.313 domicílios particulares permanentes. A média de moradores por domicílio no território GBJ passou para 3,54 moradores por domicílio. Contudo, no território GBJ havia 247 domicílios particulares permanentes com 10 moradores, sendo, do mesmo perfil, 42 domicílios no bairro Canindezinho; 34 no Bom Jardim; no Siqueira, 51; na Granja Portugal, 47; e na Granja Lisboa 73 domicílios com 10 conviventes. Os bairros que apresentam manchas com cor mais acentuada indicando domicílios com maior adensamento de conviventes são Siqueira, Granja Lisboa e Granja Portugal, conforme o MAPA III – Média de Moradores por Domicílio/Habitação – Grande Bom Jardim, ilustrado acima.

Em 2010, a população residente de Fortaleza era de 2.452.185 habitantes, residindo em 710.066 domicílios particulares permanentes.

TABELA III – População Residente no Território GBJ por Gênero					
BAIRROS	2010				
	Total Habitante	MULHERES	%	HOMENS	%
Granja Lisboa	52.042	26.682	51,27	25.360	48,73
Granja Portugal	39.651	20.479	51,64	19.172	48,36
Bom Jardim	37.758	19.578	51,85	18.180	48,15
Canindezinho	41.202	21.075	51,15	20.127	48,85
Siqueira	40.348	20.703	51,31	19.645	48,69
GBJ	211.001	108.517	51,43	102.484	48,57
Fortaleza	2.452.185	1.304.267	53,19	1.147.918	46,81
Brasil	190.755.799	97.348.809	51,03	93.406.990	48,97

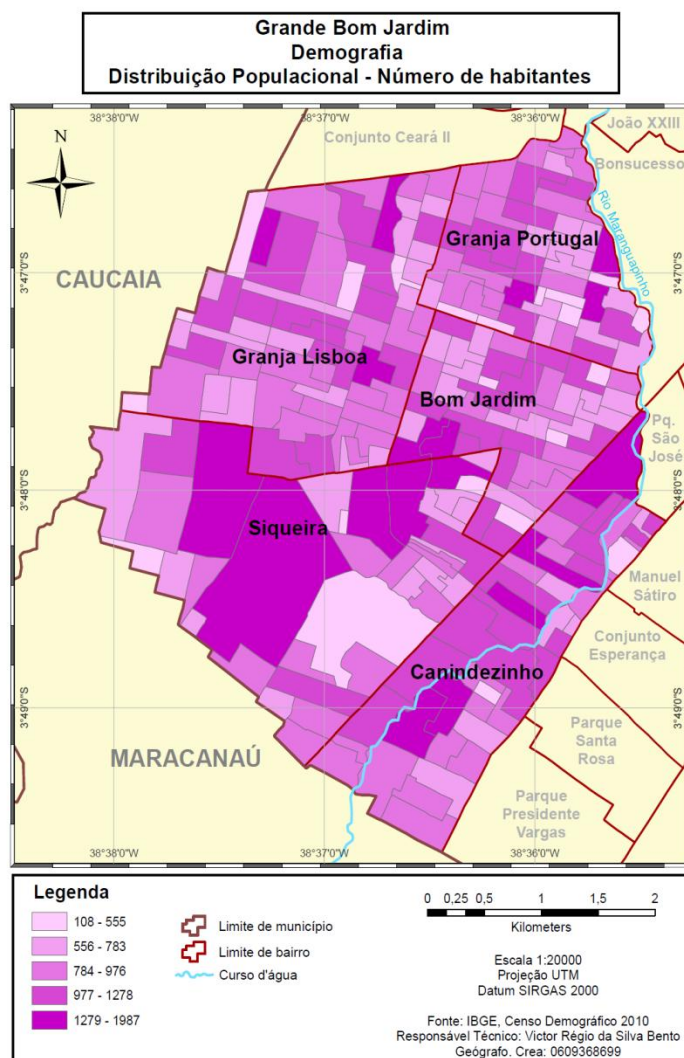
FONTE: Censo IBGE 2010.

Seguindo uma tendência nacional e municipal, em 2010, a maioria da população residente do GBJ era do gênero feminino, com 108.517 mulheres (51,43%). Este índice encontrava-se um pouco abaixo da média municipal, que era de 53,19% naquele período, e equivalente à média nacional (51,03%). A população do gênero masculino do território GBJ era de 102.484 pessoas, o que representava 48,57% do total de habitantes, um pouco mais elevado que a média municipal, que era de 46,81%, e equivalente à média nacional (48,97%).

TABELA IV – Domicílios Particulares Permanentes no Território GBJ		
BAIRROS	2000	2010
Granja Lisboa	11 605	14.425
Granja Portugal	8 638	10.791
Bom Jardim	8 037	10.462
Canindezinho	7 192	11.544
Siqueira	5 683	11.091
GBJ	41 155 (7,8%)	58.313 (8,21%)
Fortaleza	526.079	710.066

FONTE: Censo IBGE 2000 e 2010.

No intervalo de dez anos foram incorporados na região do GBJ 17.158 novos domicílios particulares permanentes. No plano geral, se consideramos o cenário municipal, a tendência de crescimento do número de domicílios particulares permanentes do território pesquisado acompanhou a da cidade de Fortaleza. Enquanto que Fortaleza adquiriu 183.987 novas moradias, o GBJ teve a incorporação de 17.158 novas habitações. Ou seja, tanto em 2000 quanto em 2010, os domicílios particulares permanentes do GBJ representavam, aproximadamente, 8% do total de domicílios da capital.



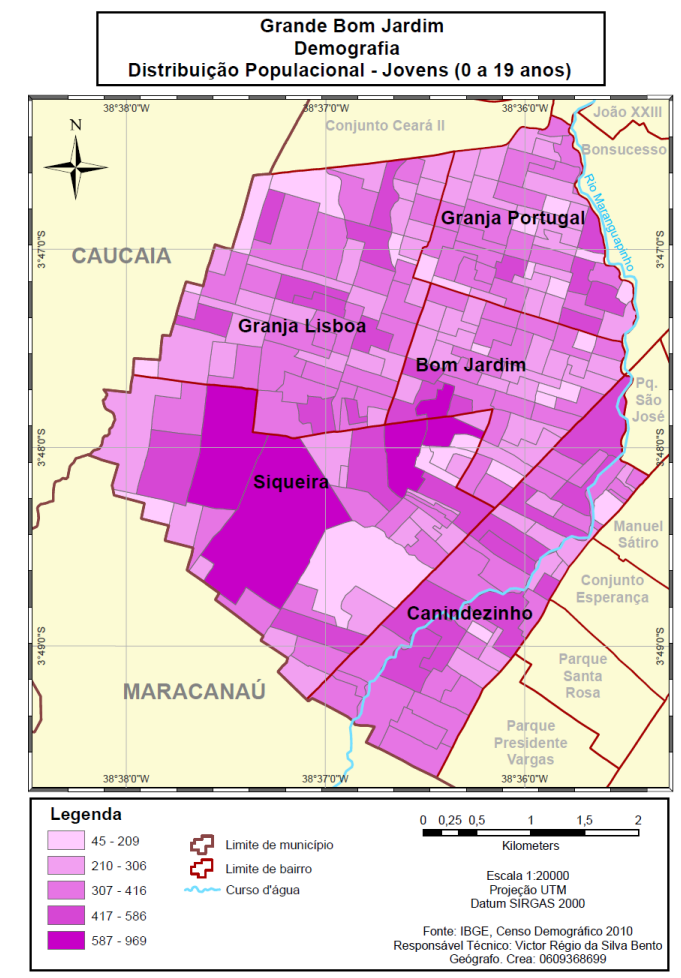
No entanto, se consideramos o aumento de domicílios particulares permanentes por bairro entre os períodos pesquisados, observaremos que os bairros Siqueira e Canindezinho, respectivamente, tiveram os maiores aumentos no número de domicílios, seguido do bairro Granja Lisboa. No Canindezinho foram construídos 4.352 novos domicílios, enquanto que Siqueira recebeu um incremento de 5.408 novos domicílios. Granja Lisboa, 2.820 novos domicílios particulares permanentes. Os dados correspondem ao aumento no número de novos residentes nos

respectivos bairros citados em decorrência, certamente, dos investimentos públicos e privados no setor imobiliário/habitacional e ambiental.

Sobre a situação de incremento populacional e habitacional nos bairros Bom Jardim e Granja Portugal, o crescimento mais tacanho talvez seja reflexo da ausência de reserva de terras edificáveis nos dois bairros.

Quanto ao bairro Siqueira, por exemplo, observando a concentração de habitantes, segundo as áreas censitárias do IBGE, no mapa acima, verificamos que há duas densidades populacionais (cor mais forte), uma ao centro do território e outra mais ao norte, na divisa com o bairro Bom Jardim. A primeira tem sido ocupada por empreendimentos imobiliários do setor privado, a partir de desmembramentos de glebas de terras para loteamentos. A segunda tem sido alvo de investimentos públicos para implantação de empreendimentos habitacionais de interesse social. Como há investimentos em infraestrutura na área do entorno

desencadeia-se, então, um processo de ocupação mais acentuado que em outras no mesmo bairro.



Ainda em relação ao mapeamento da ocupação dos residentes permanentes no espaço, segundo as áreas censitárias, no bairro Canindezinho observou-se um adensamento mais uniforme, considerando toda a extensão territorial do bairro. Estima-se que as áreas mais concentradas, aquelas de cor mais forte, devam-se em virtude do investimento público na recuperação do rio Maranguapinho, que incidiu no reassentamento de famílias ribeirinhas, na implantação de conjunto habitacional em área apropriada e de construção de via paisagística. Dos 05 bairros do

território, o bairro Canindezinho é o mais afetado diretamente pelo rio Maranguapinho, que corta o bairro de sul a norte.

Em 2000, com base no censo IBGE, 56,68% da população residente tinha entre 0-24 anos de idade, ou seja, 98.080 habitantes. Em 2010, 49% da população residente do território tinha a mesma faixa etária, ou seja, 99.983 habitantes. Embora os percentuais tenham decaído, a região obteve nesse intervalo de dez anos um crescimento demográfico considerável de quase trinta mil habitantes, como vimos acima. Portanto, observa-se que os índices detectados apontam para um possível envelhecimento da população.

Considerando o mapeamento da população jovem, entre 0-19 anos de idade, observamos que a maior concentração populacional desta faixa etária dar-se

nos bairros Siqueira e Bom Jardim (cor mais forte), de forma mediana nos bairros Granja Lisboa e Canindezinho, e de forma mais atenuada no bairro Granja Portugal, que tem baixa reserva de terra disponível para edificação. Essa caracterização socioespacial do segmento deva ser reflexo também das intervenções do mercado e do Estado no setor imobiliário e habitacional local.

O território GBJ faz fronteira com outros dois municípios da Região Metropolitana de Fortaleza. Essa informação seria dispensável se não fosse o fato das indefinições dos marcos fronteiro de dois dos seus cinco bairros, Siqueira e Granja Lisboa, com outros dois municípios da Região Metropolitana de Fortaleza (RMF), os municípios de Maracanaú e de Caucaia, respectivamente. Isso afeta tanto a organização do tecido social dos bairros, sobretudo do Siqueira, quanto à competência administrativas sobre as políticas públicas para as áreas de fronteira, impactando negativamente o acesso da população aos serviços públicos essenciais.

Devido ao litígio acerca da definição das linhas fronteiriças entre os municípios de Fortaleza e Maracanaú, no bairro Siqueira, o bairro é cortado em duas porções pelo IBGE, tendo, portanto, um Siqueira pertencente ao município de Fortaleza, com 33.628 habitantes, e um Siqueira pertencente ao município de Maracanaú, com 6.720 habitantes. Outro indicador é o do número de domicílios particulares permanentes. Na porção territorial do bairro pertencente ao município de Fortaleza, são contabilizados 9.253 unidades, mais 1.838 domicílios da porção territorial pertencente ao bairro Maracanaú. Para esta pesquisa interessa-nos a integralização dos dados, tanto do indicador demográfico quanto domiciliar, ou seja, a população total do bairro Siqueira é de 40.348 habitantes, e o número total de domicílios do bairro é de 11.091, como apresentados acima.

TABELA V – Índice de Desenvolvimento Humano⁶ por Bairro	
BAIRROS	2010
Granja Lisboa	0,170
Granja Portugal	0,190
Bom Jardim	0,195
Canindezinho	0,136
Siqueira	0,149

FONTE: Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) de Fortaleza, 2014.

Segundo os resultados da pesquisa Índice Desenvolvimento Humano dos bairros (IDH-B) de Fortaleza (2014), realizada pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE), considerando os 119 bairros da cidade, 03 dos 10 bairros da capital com os piores desempenhos na pesquisa são do Grande Bom Jardim. Estes são, na ordem, Canindezinho, com 0,136; Siqueira, com 0,149; e Granja Lisboa, com 0,170.

A pesquisa IDH-B tem por base o Censo Demográfico do IBGE de 2010 e se utilizou da metodologia adotada pela Organização das Nações Unidas (ONU), considerando os indicadores renda, educação e longevidade das pessoas. A classificação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1 melhor o nível de desenvolvimento humano e, em sentido contrário, quanto mais próximo de 0 pior o nível de desenvolvimento.

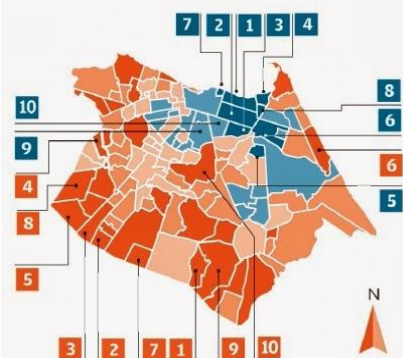
⁶ O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano: renda, educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento. Criado por Mahbub ul Haq com a colaboração do economista indiano Amartya Sen, ganhador do Prêmio Nobel de Economia de 1998, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento. (PNUD).

ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO POR BAIRROS DE FORTALEZA (IDH-B)

A Prefeitura avaliou as variáveis renda, educação e longevidade para chegar ao IDH-B. É a primeira pesquisa do tipo desenvolvida no Município. A base do levantamento é o Censo 2010 do IBGE

Legenda

IDH	Nº de bairros
0,1195 - 0,2500	28
0,2501 - 0,3500	34
0,3501 - 0,5000	28
0,5001 - 0,7000	21
0,7000 - 0,9531	8



Os 10 bairros com melhor desenvolvimento humano

1	Meireles	0,953
2	Aldeota	0,867
3	Estância (Dionísio Torres)	0,860
4	Mucuripe	0,793
5	Guararapes	0,768
6	Cocó	0,762
7	Praia de Iracema	0,720
8	Varjota	0,718
9	Fátima	0,695
10	Joaquim Távora	0,663

Os 10 bairros com o pior desenvolvimento humano

1	Conjunto Palmeiras	0,119
2	Parque Presidente Vargas	0,135
3	Canindezinho	0,136
4	Genibaú	0,139
5	Siqueira	0,149
6	Praia do Futuro II	0,168
7	Planalto Ayrton Senna	0,168
8	Granja Lisboa	0,170
9	Jangurussu	0,172
10	Aeroporto (Base Aérea)	0,177

A classificação do IDH varia de 0 a 1. Quanto mais próximo de 1, melhor o grau de desenvolvimento humano; quanto mais próximo de zero, pior o grau de desenvolvimento.

Metodologia: o índice é composto por três dimensões: renda, educação e longevidade. Para captar a dimensão renda foi utilizada a variável Renda Média Mensal das pessoas de 10 anos ou mais; para educação, a variável empregada foi a Porcentagem da População de 10 anos ou mais alfabetizada; e, para Longevidade, foi usada a variável Porcentagem da População maior de 64 anos residente no bairro.

A metodologia comumente usada para o cálculo do IDH utiliza a variável Esperança de Vida ao Nascer como proxy para Longevidade (variável não calculada para os bairros). Por isso, o Município usou a porcentagem da população acima de 64 anos de cada bairro como variável. Assim, não é possível comparar o IDH-B com o índice municipal ou do País.

FONTE: Secretaria do Desenvolvimento Econômico de Fortaleza com base nos dados do Censo 2010 do IBGE.

Os resultados da pesquisa revelaram que dos 10 bairros que apresentaram os melhores desempenhos, 09 são da Regional Administrativa II, considerada zona verticalizada da cidade, expoente do setor hoteleiro e de serviços especializados, dotada de excelente infraestrutura. Esta Regional Administrativa apareceu nos resultados da pesquisa como possuindo os bairros com os melhores IDH's. E dessa mesma lista dos 10 bairros com melhores IDH's 01 é da Regional Administrativa IV, caracterizado por zona residencial em franco processo de verticalização, dotado de corredor de serviço, em especial, do setor gastronômico, e com excelente infraestrutura. E dos 10 bairros com os piores Índices de Desenvolvimento Humano, 08 são das Regionais Administrativas V e VI. Os bairros com menores desempenhos são da Regional Administrativa V, região que situa o GBJ.

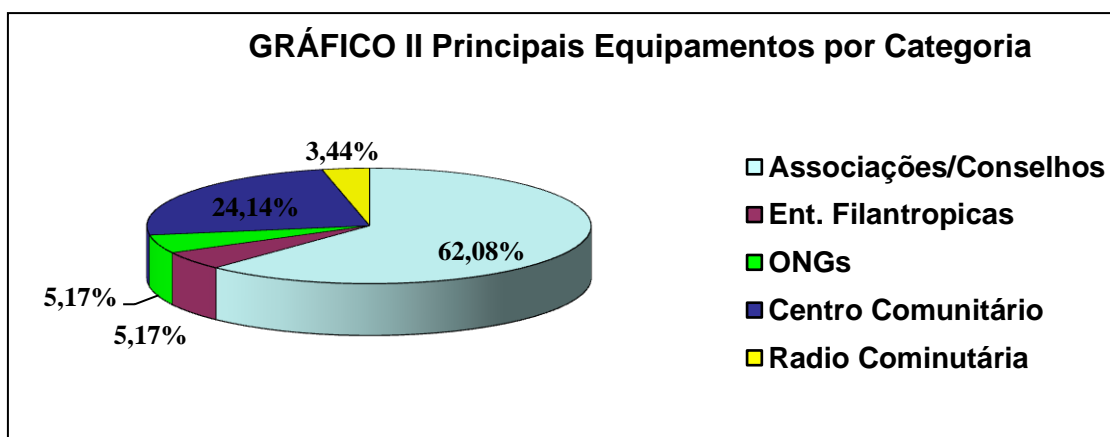
Em termos ambientais, considerando os recursos hídricos, das 03 bacias hidrográficas de Fortaleza (Cocó, Maranguapinho e Vertente Marítima), o principal rio e seus afluentes de uma delas, o rio Maranguapinho/Ceará, banha os bairros da região do Grande Bom Jardim, sendo um importante indicador de caracterização territorial, incidindo sobremaneira no modo de ocupação e na organização socioespacial.

Outro indicador de análise imprescindível para caracterizar o território GBJ é o capital social, que pode ser entendido, grosso modo, como a capacidade de reunião e de ações de reciprocidade das organizações associativas locais, em virtude de uma comum identidade enraizada territorialmente, em detrimento do interesse coletivo e a despeito das diferenças político-ideológicas, para a luta por objetivos e metas comuns, com divisão de tarefas entre os

integrantes, otimizando recursos e tempo na realização dos objetivos e no alcance das metas.

Segundo a pesquisa direta (2003) do Diagnóstico Socioparticipativo do Grande Bom Jardim (2004), numa sondagem perceptiva acerca dos equipamentos locais, os moradores entrevistados reconhecem os seguintes aparelhos: 81,95% destacam as igrejas católica e evangélica; 39,50%, as associações de moradores; 38,44%, grupos de capoeira; 36,78%, times de futebol; 35,35%, grupos de jovens; 22,28%, terreiros de candomblé.

A presença de equipamentos comunitários pode ser indício de que o capital social de um determinado local seja forte. Conforme afirma Franco, quanto mais comunidade existirem numa sociedade, mais Capital Social será produzido, acumulado e reproduzido socialmente. (FRANCO, 2001: 59 apud CDVHS & GPDU, 2004: 79).



FONTE: Pesquisa direta GPDU/CDVHS – 2003.

Retomando o debate acerca da modernidade na escala metropolitana, da mesma forma que o processo de significação dos espaços da cidade, a expansão espacial da metrópole também não se processa como um contínuo regular e padronizado. As redes metropolitanas se espraiam, lançam suas pontas, atingindo ou influenciando estruturas fora dos limites físicos da metrópole, como também elas são dotadas de interstícios e hiatos em seus prolongamentos. Ou seja, apesar do capitalismo, o espaço urbano não é produzido por uma lógica homogeneamente coordenada e generalizante, pois são características do processo de significação do espaço uma crescente diferenciação e uma segmentação. Ele é gerado e recriado a cada momento. *“Somos instados a nos convencer de que vivemos em um universo*

completamente moldado pelo homem. Toda a natureza parece estar amordaçada, controlada e dominada, enfim, recriada por esse homem sem limites e dotado uma fúria destruidora e criadora infundável”. (HAESBAERT, 2012: p. 90).

As grandes obras e os grandes espaços são marcas desse poder de mutabilidade e de transformação colocado a cabo pela capacidade recriadora e reinventiva do homem. Para Haesbaert, o símbolo máximo da modernidade são as áreas centrais das grandes metrópoles. Destacam-se os efeitos espaciais de uma multiplicidade de funções sociais que conjugadas realizam uma nova parcelização da cidade. Novos e outros sentidos de uso são atribuídos aos espaços da cidade, enquanto a população convive com as marcas e os signos do passado impressos em monumentos e nas edificações antigas.

O processo contínuo da diferenciação da malha urbana articulado à experiência assustadora do desconhecido e do inesperado, do por vir, motiva o indivíduo a recriar laços de identidade e de enraizamento, resultando no fortalecimento de grupos existentes ou no surgimento de novas forças de domínio e de apropriação, e de novos territórios e territorialidades, cujas características são: procurar reproduzir endogamicamente e criar todo um repertório cultural comum e exclusivo do grupo, como pode exemplificar: as comunidades religiosas de matriz africana e ameríndias e a organização das “bocas” de venda de drogas no Grande Bom Jardim.

Nos interstícios, nos hiatos do processo simbólico de significação, entre-espaços onde são negociados os sentidos e decididos a forma de leitura e de apropriação dos significantes para a produção dos signos, são percebidos pelos menos três momentos dissociáveis, assimétricos, e que se manifestam tanto sincrônico quanto diacronicamente: 1) o momento de instabilidade, em que é instaurada a crise: as formas vigentes são contestadas e são propostos/vislumbrados os caminhos para o novo; 2) luta pela hegemonização de um dos dois caminhos: o das propostas disciplinadoras e generalizantes, relativas às macropolíticas normatizadoras, ou o da recriação de contraproposições, enquanto contra-poderes, relativas às micropolíticas diferenciadoras; 3) o momento de relativa estabilidade e de enraizamento dos diversos elementos que compõem o todo.

Portanto, há nos espaços metropolitanos constantes disputas, recuos e avanços na luta pela diferenciação e segmentação social.

Um ícone no Grande Bom Jardim que exemplifica bem a segmentação desses três momentos do processo simbólico de negociação dos significados e de recriação dos signos é o Centro Cultural do Bom Jardim. Este é um equipamento de cultura, gerido pelo governo do Estado destinado a mobilizar os bens e produtos culturais relevantes para a formação cultural da população local tomando como parâmetro a norma padrão das ordens dominantes, na medida em que ele é um aparelho de Estado, especializado em reproduzir imagens e forjar padrões normatizadores. O Estado representa os segmentos sociais hegemônicos e os interesses de mercado. No entanto, a forma de trabalho dos gestores do equipamento para envolvimento do público local teve que ser alterada, pois os bens e produtos normatizadores e disciplinadores das ordens dominantes, disponibilizados comumente por estes equipamentos, não são de interesse do perfil da população local. Esta demanda outros usos da cultura, valorizando seus produtores locais, e criando espaços de participação na gestão cultural do equipamento, incidindo na programação, na pauta dos cursos e das formações a serem ofertados.

Na cartografia da metrópole moderna podemos destacar as diferenciações de funções sociais conferidas aos espaços no tecido da malha urbana, o zoneamento desigual dos equipamentos e dos serviços na cidade, produzindo regiões segregadas da cidade, e uma complexa rede de relações políticas composta e tecida por grupos diversos que cuidam do fortalecimento dos laços de identidade com o espaço, que criam e recriam formas de apropriação simbólica e de (re)constituição e fortalecimento de forças de domínio, no sentido de assegurar a ocupação e a conformação das fronteiras do território.

3.6 MOVIMENTOS POPULARES URBANOS NO CONTEXTO DA CIDADE DE FORTALEZA

Num caminho analítico das formas de constituição da autonomia dos movimentos sociais urbanos em Fortaleza, a cientista social Irllys Barreira, no artigo *Igreja, Partidos Políticos e Movimentos Urbanos – A Instituição das Práticas, seus Confrontos e Possibilidades de Autonomia, apresentado no GT Lutas Urbanas, Estado e Cidadania, no encontro anual da ANPOCS de 1986*, estabelece um recorte analítico da experiência dos movimentos populares urbanos na periferia de Fortaleza, a saber, a relação entre os partidos políticos, a igreja católica e os movimentos populares urbanos, com o interesse de delinear os principais elementos sociais que possibilitaram a emergência da autonomia política dos movimentos sociais urbanos. Ela observa que a valorização da conquista do poder como horizonte político das organizações populares sinalizou como consequência a exigência da institucionalização. Ela parte de um olhar analítico a despeito da influência dos partidos e de organizações de classe, bem como da igreja católica na formação e na atuação dos movimentos populares urbanos em Fortaleza.

Devemos salientar que o referido texto é alcançado e situado neste trabalho para identificar e resgatar certos elementos históricos que contribuem para circunstanciar o processo de instituição dos movimentos populares urbanos reivindicatórios traçados e tramados no contexto local, sobretudo, o que diz respeito à forma de interlocução e de interação desses movimentos com a igreja católica, setor que, sem dúvidas, deixou marcas significativas na forma de organização social, na forma de perceber o mundo e de agir nele, materializadas nas estratégias de ação e nas práticas políticas definidas pelos movimentos periféricos, como as que encontramos no Grande Bom Jardim.

Assim, quanto à influência do campo das agremiações partidárias, foram criadas associações não representativas da população do bairro e foram construídas lideranças cujo discurso “avançado” não condizia com o público representado. “*É nessa perspectiva que aparecem lideranças “avançadas” que tinham uma linguagem bem peculiar com objetivos de torna-la comum a todos os participantes dos movimentos*”. (BARREIRA, 1986: p.11). Dessa forma, a linguagem foi uma estratégia

de coletivização de uma perspectiva de visão de realidade social dos partidos políticos, responsável pela fundamentação das práticas políticas dos movimentos populares urbanos. Assim, a linguagem foi o canal de ligação entre os partidos políticos de esquerda e os movimentos populares nas experiências observadas pela socióloga em Fortaleza.

E entendendo a linguagem como um ato político e que todo ato político envolve escolhas, a formulação de um pensamento hegemônico é constituído mediante anulação de outras perspectivas políticas que não coadunam com uma ideia base que fundamenta o pensamento em constituição que se propõe a hegemonia. Dessa forma, de longe a construção de um discurso político expressará a universalidade ou o reconhecimento da diversidade societal enquanto elementos básicos de uma democracia. *“Nesses termos a política é concebida como “guerra” na medida em que o aparecimento de uma tendência partidária leva a morte da outra, retirada do cenário dos enfrentamentos ou da conquista por hegemonia”*. (BARREIRA, 1986: p.12).

Numa realidade forjada por práticas antidemocráticas, produto de práticas tradicionais fortalecidas por limites colocados pelo autoritarismo, cujo contexto político era de desmobilização e pouca experiência democrática acumulada, falar em valores, tais como democracia e participação, era meio que cair na armadilha retórica. Assim, impossibilitados de expressar suas opiniões, pensamentos e percepções de mundo numa linguagem própria que denunciasse suas posições ideológicas, os partidos políticos usavam-se da representação dos movimentos populares urbanos, espaços que se confundiam com a própria população. Dessa forma, os agentes de partido compunham um das alas do grupo da grande massa popular, e juntos lutavam contra os outros, articulados ao poder dominante, como num jogo das representações, como estratégia de existência política em tempos de repressão. Assim, havia uma linguagem formal, quando se usavam a representação partidária legalizada. E uma linguagem informal voltada à população periférica.

Barreira lança reflexões no tocante às questões da representatividade quando o assunto é a especificidade da organização do bairro. Ou seja, o espaço público do sindicato ou do partido é local de encontro das diferentes formas de pensamento articuladas ao aparelho representativo da classe à ideologia da

agremiação, ao passo que no bairro não havia esse tipo de espaço que permitisse o confronto entre as diferenças, perdendo a oportunidade de promover alianças substanciais de propostas por ocasião das circunstâncias para se gerar consensos políticos. Neste sentido, as organizações populares eram tomadas a partir de uma perspectiva própria, distanciando-se e se isolando de um contexto mais ampliado ou plural do próprio bairro, ficando, muitas vezes, alheias ao processo de luta social que se desencadeava na cidade, ficando de fora de manifestações, protestos e atos de resistência e reivindicação importantes comuns ao conjunto dos bairros periféricos e favelas da cidade. Com base nessa crítica podemos inferir que a Rede DLIS prestasse a cumprir este papel articulador da diversidade de pensamento que compõem o conjunto dos cinco bairros, constituindo-se também como espaço facilitador ou sintetizador de consensos e discursos.

Agora, tomando a perspectiva da relação entre a igreja católica e os movimentos populares urbanos em Fortaleza, Irlys observa que a influência daquela junto ao processo de organização das camadas populares deu-se de maneira diferente da forma desenhada pelos partidos e agremiações de classe, haja vista o desinteresse da igreja de aspiração ao poder institucional de representação. A sua influência foi marcada, sobretudo, pela percepção do ritmo descontínuo das mobilizações populares, da clareza de que a mudança na estrutura social seria resultado tanto de um processo histórico em longo prazo como da conscientização, mediante aprendizados de práticas sociais.

O conjunto dessas percepções permitiu a igreja alicerçar, por meio da solidariedade recíproca, formas distintas de sociabilidades internas. Com base nesse pressuposto de efetividade do processo de organização social das camadas populares, as lutas expressavam a compreensão socialmente elaborada dos grupos envolvidos. Com investimentos na formação de lideranças, as falas públicas produzidas refletiam a população bem como elas permitiram a produção de um saber popular que produziam os sentidos responsáveis pela convocação de vontade à participação. Todo o mecanismo constituidor de um senso público nas camadas populares periféricas dava-se por meio da linguagem, na relação das mentes coletivas com o mundo vivido, marcado pela carência de bens e de serviços de consumo coletivo, de insumos e equipamentos urbanos. Destacadamente, esse foi o

papel das Comunidades Eclesiais de Base na periferia urbana, que fomentaram a organização dos moradores da periferia através da compreensão crítica de suas posições no espaço urbano e na sociedade política da cidade, a exemplo do movimento pastoral missionário ocorrido na região onde hoje se faz o território Grande Bom Jardim.

Barreira faz a ressalva que as dimensões políticas e pedagógicas não eram tomadas uniformemente pelos trabalhos pastorais em todos os bairros da periferia. Elas variavam conforme a compreensão política e ideológica dos religiosos a frente dos trabalhos bem como refletiam as tensões intrínsecas ao cânone da igreja católica, como será mais a frente destacado e aprofundado segundo interpretação que pudemos dar a relatos de religioso envolvido no processo desencadeado nas áreas pastorais da região em que hoje situa o Grande Bom Jardim.

Observa a pesquisadora, embora o desinteresse da igreja em se inserir na estrutura de poder institucionalizado tenha permitido a inserção das camadas populares em diversos níveis de espaços de participação, a imagem da igreja refletindo o “Povo de Deus” colaborou para que sua externalidade fosse pouco percebida, como também contribuiu para que a população não tenha realizado uma avaliação reflexiva apurada acerca da ação pastoral da igreja. Ou seja, o legado do dogma da fé conferiu às lideranças pastorais comunitárias uma condição inquestionável no espaço público da política, condição que não permitia que elas fossem maculadas ou “feridas” pela política, sendo protegidas das manipulações tendenciosas comuns ao fazer cotidiano da política. Portanto, elas exerciam um poder conferido aos leigos consagrados, enquanto lideranças políticas emergentes no espaço público sob a ação e a graça da igreja, respaldada no poder divino. Essas lideranças muitas vezes recebiam a autorização dos padres à frente da igreja para conduzir o principal ritual religioso entre os católicos, a Santa Missa, ato de reprodução do último ato de Jesus Cristo antes de sua redenção, a Santa Ceia, nas comunidades. Elas apenas não tinham o poder de ação sobre o mistério da transubstanciação, que é o ato de transformar o vinho e a hóstia, respectivamente, em sangue e corpo de Cristo. Essa posição institucional autorizada conferia-lhes certo prestígio social.

Barreira salienta que o acompanhamento efetivo de grupos comunitários dos bairros periféricos pela igreja católica contribuiu ainda para a constituição de um fechamento do espaço das comunidades em si mesmas, dificultando a penetração das práticas dos partidos políticos, salvaguardando, assim, uma noção coletiva de comum unidade e garantindo um afastamento de representações percebidas como estranhas, com práticas consideradas não virtuosas para a vontade popular. No Grande Bom Jardim, como veremos mais a frente, percebe-se uma situação de conflito envolvendo grupos internos que assumiram, durante o processo político pedagógico de conscientização e de politização, posições políticas e ideológicas, diferenciadas mediante a penetração de agremiações sindicais e de partidos políticos entre os grupos vinculados à estrutura eclesial que acompanhavam as áreas pastorais. Esse episódio, expresso de relações de poder, é travado justamente no momento decisivo da institucionalização de grupos como estratégia de continuidade dos processos comunitários de organização social e, sobretudo, de garantia de acesso aos espaços de poder institucionalizados.

A igreja católica, interessada em fazer constituir uma noção de autonomia da proposta comunitária, colocava-se como desprovida de qualquer projeto político. Ela se portava como submetida à vontade popular e, assim, camuflava tanto a sua perspectiva de ação política como suas táticas institucionais. Essas posições sociais forjadas pela igreja conferiam um modelo de operação política ao movimento popular, mobilizando lutas quase sempre apenas no âmbito do jurídico. A radicalização dos movimentos, o combate com posição na linha frente e a ação de resistência com uso da violência física, o enfrentamento ostensivo ao poder não se constituíam como táticas políticas dos movimentos populares influenciados pela igreja. Saliente-se que a partir da segunda metade da década de 1980 o perfil de atuação dos movimentos populares urbanos sofre uma alteração. Houve uma interconectividade mais substancial e politicamente orgânica e orientada a outros grupos e práticas políticas atuantes na cidade. Assim, aconteceram alguns episódios de enfrentamento direto ao poder instituído, tais como a ocupação do Cambéba, o confronto entre comunidades organizadas e a polícia no aeroporto por ocasião de visita do deputado da bancada ruralista, Ronaldo Caiado, diversas ações orientadas de ocupação de terras ociosas para fins de moradia popular, dentre outros.

No entanto, embora a igreja assuma um papel de mediadora das relações entre as comunidades periféricas e a sociedade política, imbuída da sua vocação franciscana de opção preferencial aos pobres e marginalizados, as propostas de luta e o conteúdo das reivindicações sempre expressaram e representaram o anseio e a vontade popular.

Dessa forma, a realidade material juntou-se aos textos bíblicos. Estes foram reinterpretados à luz da Nova Teologia. Uma profissão de fé, baseada na vida urbana e na ação política transformadora de gente e da realidade, confere o sentido social para uma nova prática evangelizadora, a qual reunia fé e ação. O lema era orar e agir. Esse novo jeito de ler os textos bíblicos trouxe ânimo e coragem de luta à população envolvida, como aos agentes pastorais da grande região do Bom Jardim. Esses textos bíblicos constituíram-se instrumentos de tomada de consciência e politização com ampla capacidade de difusão e forte poder realizador. Como diz Barreira:

“Os textos bíblicos reinterpretados à luz da Nova Teologia correspondem ao papel dos textos teóricos que fundamentam a verdade histórica perseguida pelos partidos de esquerda”. [...] “enquanto a verdade histórica transmitida pelos partidos é restrita aos segmentos conscientizados, os textos bíblicos integram de forma mais ampla o saber e a cultura religiosa popular” (BARREIRA, 1986: Pp. 16 e 17).

O imaginário de autonomia dos movimentos sociais urbanos foi constituído mais significativamente durante o período de autoritarismo, fundamentado na crítica ao Estado repressor. A condição de clandestinidade conferida pelo regime repressor contribuiu para esconder as relações de poder mais internas dos movimentos na representação de comunidades destituída de bens de consumo coletivos, de insumos e de equipamentos de infraestrutura urbana e destituída de representação política na estrutura de poder. Essa conjuntura permitiu a produção de espaços públicos, através da criação de organizações de moradores, gerando as condições para o debate comunitário e para a decisão coletiva acerca dos conteúdos de reivindicações e das estratégias e táticas de ação.

Entende a autonomia como a construção coletiva de um projeto político, em que os conteúdos assimilados em vivências com outros grupos e formas de

atuação sejam reelaborados e recodificados pelo grupo segundo a realidade e o saber local.

3.7 A MÍSTICA DA ORGANICIDADE POLÍTICO-ASSOCIATIVA TERRITORIAL: “COMUNIDADE DE COMUNIDADES”

Tomaremos neste tópico a perspectiva histórica de influência da organização *Congregação Missionários Combonianos* na participação da igreja católica na condução das áreas religiosas existentes no espaço urbano pesquisado, a partir do olhar sensível de um dos padres missionários atuantes na região de interesse neste estudo, bem como do de alguns moradores formados pela igreja e partícipes das ações políticas promovidas pelos trabalhos das pastorais sociais nas décadas de 1980 e em boa parte da década de 1990.

O nome da instituição *Congregação Missionários Combonianos* advém do sobrenome do seu fundador, São Daniel Comboni, um bispo italiano. Inicialmente, o lugar de intervenção era o continente africano. Depois, a congregação definiu outros continentes, como a América do Sul, em especial o Brasil, em 1952. A perspectiva central da atuação da congregação é animar a igreja local para fomentar a consciência missionária.

O padre missionário entrevistado, um líder religioso local e forte entusiasta da organização social do território para se garantir direitos sociais, nasceu na Itália há 74 anos. E naquele contexto da Itália era normal que as crianças e adolescentes tivessem a vontade de ser padre. Cedo, com 12 anos os jovens entravam no seminário. Entrou cedo, mas não foi por acaso, o contexto da Itália facilitava essa opção. Aos 18 anos foi convidado a fazer um curso de filosofia em Portugal, onde passou quatro anos, de 1959 a 1963. Retornou a Itália, onde terminou sua formação em teologia. Aos 26/27 anos de idade já ocupava cargo na hierarquia da congregação, responsável por seminário vocacional adulto. Os destinos prováveis de atuação missionária seriam: Moçambique ou Brasil.

O religioso escolheu o Brasil porque já experimentara por quatro anos a ditadura portuguesa durante sua formação em filosofia naquele país. Assim, preferiu a ditadura do Brasil à ditadura em país de colônia portuguesa.

Veio da Itália para o Brasil de navio por escolha pessoal e financeira. Foram 13 dias de viagem. Embora passando ao contíguo da costa maranhense, desembarcou no Rio de Janeiro, única estação de desembarque de passageiro. Enfrentou mais 03 dias de ônibus até São Luís, tendo como destino final a cidade de Balsas. Lá passou dois anos acompanhando lavradores, mas numa realidade isolada, sem compreender que contexto encerrava aquela realidade. Então, resolveu tirar um período de férias em São Luís, passando, na verdade, mais de quinze anos naquela cidade, conseguindo, enfim, adquirir vivências que lhe permitissem avaliar a situação de forma contextualizada, entender o que era o Brasil.

Em fins de 1974 e início de 1975 registra em São Luís, através da realidade da paróquia em que atuava, igreja nobre no centro histórico da cidade, o processo da mobilidade permanente campo-cidade, marcando o processo de periferização das cidades brasileiras, acompanhado de uma mobilidade intra-urbana, marcada por um esvaziamento do centro comercial, com as famílias abastadas financeiramente migrando para outra região da cidade, e a surgimento de crianças nas ruas do centro fugindo da realidade pobre de suas famílias na periferia.

Numa cidade pequena, as crianças pobres que circulavam nas ruas do centro eram chamadas pelo nome e se sabia a origem de cada uma delas. O padre recebeu ajuda de três estudantes universitários para um trabalho de acompanhamento dessas crianças. Com o perfil desse trabalho social a igreja transformou-se num centro de referência para abrigo e proteção das crianças, para tomar banho, para dormir ou para fugir da polícia, em um contexto de ditadura e sem estatutos institucionais que assegurassem a proteção das crianças. O Estatuto do menor só foi criado em 1979. Assim, as crianças à época eram presas junto com os adultos.

O padre cita Alba Carvalho como um desses estudantes voluntários na igreja no centro de São Luís, que contribuiu com ações de acompanhamento de crianças nas ruas e com pesquisa para entender o fenômeno. À época não existiam

pastorais devido à ditadura, que não permitia a reunião de pessoas. As pastorais começaram a ser criadas em 1979.

Neste mesmo contexto, os movimentos estudantis universitários começavam a constituir seus aparelhos políticos, os diretórios centrais. Estes se serviam do salão paroquial da igreja para fugir da perseguição dos militares e da polícia federal.

[...] “E de repente, dessa turma de jovens, bastante numerosa, nasceu um grupo, que sentiu necessidade de começar a mexer um pouco na Universidade, não havia nem pastoral universitária, pela a ditadura. Então, todos da igreja São João fez uma chapa, e quando teve a eleição do diretor central, daquela época, diretor acadêmico, não lembro mais, acho diretor central se chamava, conseguiram ganhar as eleições, e, então, no lugar de se reunir na universidade, onde tinha os espaços dos diretórios, pra fugir dos militares e da polícia federal serviam-se da igreja paroquial. Então, além das crianças de rua, situa na igreja, é o espaço da juventude universitária que queriam fazer alguma coisa”. (Padre representante da congregação Missionários Combonianos).

O padre lembra dois atos públicos promovidos por essa turma, um primeiro em 1978, que considera trágico, haja vista o enfrentamento com a polícia, a qual esperando uma massa de estudantes, fechou a entrada e a saída da universidade, encurralou um grupo e foi um confronto só. O segundo ato foi no ano seguinte, em 1979, na luta pela regulamentação da meia passagem, que existia formalmente no papel, mas não na prática. O ato resultou em três dias de greve e quebra-quebra na cidade. No quarto dia o exército foi para ruas e foi um “Deus nos acuda”, nas palavras do interlocutor.

O padre faz um salto na história, e recorta o ano de 1988, quando veio para Fortaleza. Um ano antes tinha vindo o padre Fernando do interior da cidade de Timon, no Maranhão, onde era a sede da casa de formação de postulantes a padre da congregação combonianos. Esta fora naquela época transferida para Fortaleza, devido apoio do Seminário da Prainha. Ele veio para Fortaleza porque tinha a obrigação de coordenar o curso superior dos postulantes a padre. Sem sede própria em Fortaleza, os padres e postulantes abrigavam-se em casas emprestadas.

Então, padre Fernando, começando a mapear os grupos eclesiais e sociais nas diversas camadas, sobretudo, nas camadas populares, em Fortaleza,

conhece e se aproximado movimento do Bom Jardim, especialmente dos integrantes do grupo pastoral da Granja Lisboa, na comunidade Santa Paula Frassinetti, que tinha um carisma mais celebrativo, pelo menos em sua origem, donde surgiram os vínculos. São citadas as seguintes lideranças pastorais, através das quais os padres combonianos se aproximaram das comunidades pastorais eclesiais de base, que já existiam no Bom Jardim, e lhes prestaram um serviço de assistência religiosa: Rosiana Queiroz, Lúcia do Carmo e Tia Diza. A partir desse canal de inserção, os padres combonianos fizeram um reconhecimento de todo o território Grande Bom Jardim ainda sem nenhuma responsabilidade eclesiástica ou canônica sobre aquela região. À época, havia padres redentoristas atuando no Canindezinho, na comunidade Santa Cecília e no Santo Amaro.

Em 1988, os padres combonianos contribuíram com a igreja local no desenvolvimento de ações eclesiais da Campanha da Fraternidade, que naquele ano centrava na temática da comunicação, em especial, o fortalecimento desta ação humana dentro da igreja. Esta foi a oportunidade que teve para mapear as dioceses do Estado do Ceará. Terminada a missão incumbida pelo arcebispo de Fortaleza aos padres combonianos, foi chegado o momento de decidir pela responsabilidade de coordenação das ações eclesiais na região do Grande Bom Jardim, que à época tinha suas comunidades assistidas pelos padres redentoristas, de carisma mais celebrativo. Em 1989 assumem esta responsabilidade canônica da igreja na região. Em 1990 transferem-se para a casa paroquial da Igreja de Santa Cecília.

Uma ideia central da igreja naquele período era recompor a estrutura urbana de organização e cobertura dos serviços de acompanhamento religioso, pois o modelo usado até então reproduzia a estrutura unuclear da igreja no campo rural, em que a cidade cresce no entorno da paróquia, e que não mais correspondia à realidade social e urbana dos bairros periféricos da cidade de Fortaleza. Assim, a direção da igreja superestimando o crescimento urbano, percebia que a igreja não conseguiria abarcar toda a complexidade das relações sociais urbanas a serem produzidas, na medida em que um entendimento da igreja é não esperar que todos venham à igreja, mas esta que tem a obrigação de ir ao encontro de todos. Assim, a estratégia era constituir as comunidades pastorais como pontos de referência, pulverizando a presença da igreja nas diversas comunidades pertencentes ao

território, acompanhando o processo de crescimento urbano dos bairros. A recomendação central era favorecer a vivência comunitária das experiências eclesiais de forma a constituir um conjunto territorial, numa rede de comunidades, desconstruindo o formato de centralidade paroquial como modelo de organização e de atuação da igreja, um modelo unilinear de radiação a partir da paróquia e no entorno do seu responsável institucional, e constituindo uma nova noção de igreja, aquela comunidade formada por pequenas comunidades, a chamada “*Comunidade de comunidades*”.

“Não existe um centro. Existem as comunidades que percebem a importância da comunhão, da integração, da solidariedade, da interação, entendeu, da troca de experiência, do apoio mútuo. Havia um problema no Canindezinho, as comunidades se mobilizavam e iam pro Canindezinho. Havia um problema no Santo Amaro, as comunidades se mobilizavam. Tinham reivindicações que eram, ainda são hoje, próprias daquela comunidade, mas tem necessidades e direitos que são de todos do Grande Bom Jardim, haja vista o transporte, por exemplo, aquela história da avenida e outras coisas. Não adiantava o Canindezinho tentar resolver o problema sozinho, quando a avenida começa num canto e termina noutro canto, atravessa “n” comunidades”.(Padre representante da congregação Missionários Combonianos).

A diferença da visão sociopolítica entre as comunidades eclesiais e as instâncias associativas de moradores da estrutura política de Estado. Enquanto as primeiras se organizavam segundo uma solidariedade de grupo, as segundas se organizavam e atuavam interessadas em atender aos interesses políticos partidários de suas lideranças correligionárias de políticos executivos, sem atentar para a necessidade do conjunto. Haja vista a leitura que comumente se tem acerca da política institucionalizada, como coisa ruim e praticada mediante e através de relações ardilosas, permeada por sujeiras, trapaças e negociatas particulares acerca da coisa pública, tornou-se proeminente a necessidade de se engendrar e interpor outras práticas sociais e políticas. “*Nessa perspectiva, a ação da igreja tem papel significativo, quando incentiva a busca de caminhos independentes, reforçando os movimentos como espaços próprios de poder*” (BARREIRA, 1882, p.09). Esta cientista social percebe certa fragilidade política dos movimentos populares urbano em Fortaleza naquele período e, com base nesse caminho hipotético, busca identificar saberes, produzidos por segmentos organizados locais, notadamente os partidos e a igreja católica, com força de terem fundamentado práticas políticas de organização e mobilização junto à população.

A gênese política dos movimentos pastorais eclesiais de base tem pé na diferenciação do perfil de atuação dos equipamentos associativos de moradores. Assim, as comunidades pastorais de atuação sociopolítica da fé, formados e animados pelos serviços de acompanhamento religioso da congregação combonianos assumem um formato alternativo de pensar e fazer política do movimento popular urbano. Assim, podemos considerar que essas duas esferas da camada popular periférica manifestavam-se por e através de práticas sociais singulares. E buscou cada um desses dois movimentos o reconhecimento político.

“aí havia uma interferência, às vezes, das famosas associações de moradores, que eram mais redutos eleitorais, preocupadas em mostrar serviço em benefício de uma pequena comunidade sem levar em consideração o conjunto, o território que era o Bom Jardim. A diferença entre a visão sociopolítica que nós tentamos trazer às comunidades amadurecer no Bom Jardim os diferencia da dimensão sociopolítica de associações de moradores. As populares se articulam em cima de uma necessidade daquela comunidade, mas não ver o conjunto”. (Padre representante da congregação Missionários Combonianos).

A leitura de cenário dos coordenadores dos serviços de acompanhamento pastoral eclesial de base indicava que à época as comunidades pastorais estão fechadas socialmente nelas mesmas, definindo suas práticas sociais para o alcance de benefícios que diziam respeito aos interesses restritos de suas comunidades. Então, tomando como base essa leitura da atuação política particularizada, os padres e animadores pastorais definiram como estratégia as manifestações religiosas denominadas “Santas Missões”, para a alteração do cerne orientador das práticas sociais que resultaria, dentre outras coisas, na composição da estrutura social local. Segundo o interlocutor, estas foram missões eminentemente populares responsáveis pelo aparelhamento do tecido social da região, através da criação de organizações associativas privadas sem fins lucrativos, como, por exemplo, o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza. Estes equipamentos já nasceram com o propósito de serem articuladores de uma rede de comunidades, com fundamento na ideia de *Comunidade de comunidades*, com a finalidade de fortalecer (assessorar) o movimento popular.

“E foi a partir daí que percebemos que as comunidades de base estavam muito fechadas nelas mesmas. Estão olhando a sua comunidade, comprando a sua briga, a sua luta [...] daí veio então a intuição das missões populares que deu como resultado o CDV para que se pudesse realmente criar não somente uma Comunidade de comunidades eclesiais, mas

também uma rede de comunidades que fortalecesse os movimentos, as reivindicações, enfim, as conquistas dos direitos, de todos os direitos do Grande Bom Jardim". (Padre representante da congregação Missionários Combonianos).

A recomendação do arcebispo da época era que a congregação realizasse o acompanhamento religioso das comunidades eclesiais de base da região, executando um plano de formação política das lideranças pastorais de forma a lhes conferir autoridade de conhecimento para gerir as comunidades, estratégia para desconstruir a política de tutela ou de dependência da igreja para a gestão comunitária pela própria comunidade organizada. Dom Aluísio tinha a pretensão de gerar as condições e criar uma Área Pastoral no Grande Bom Jardim, entendida pelo conjunto de comunidades formando uma só comunidade. E como já relatado, esse projeto incidia na realidade social como tentativa de desconstruir o conceito de paróquia, núcleo central do modelo de cidade e de gerência das coisas da igreja. Assim, o primeiro passo foi fortalecer as organizações pastorais comunitárias que já existiam e que se encontravam mais atuantes e contribuir para a formação de uma rede de comunidades, que, ao nosso entender, corresponde à inseminação das ideias germinais do sentido político vocacional da região de se organizar em rede social, a partir da aplicação prática do conceito “*redes de comunidades*”:

“Então começamos o nosso trabalho, mas já com o objetivo bem preciso, que era também a vontade do cardeal, dar acompanhamento às comunidades eclesiais de base, ne, e procurando a formação das lideranças e dando às lideranças também, aos animadores, dando aquele espaço e aquela autoridade, entre aspas, para gerenciar ou liderar as comunidades, sem a presença contínua e permanente, e até ostensiva, do padre. Então, o primeiro passo foi fortalecer aquelas comunidades eclesiais que já estavam um pouco mais articuladas, procurando, que era o segundo objetivo, mesmo criar esta rede de comunidades” [...] “Então, o primeiro objetivo que nós tínhamos era fortalecer as comunidades eclesiais de base, dizendo sobretudo das lideranças, dos animadores. Formação, que antes de tudo, é, se dava ou se tentou dar através do espaço no território. Quer dizer, é fazendo, é assumindo responsabilidades que a gente se forma. E ao mesmo tempo, tentando uma ação mais sistemática, tanto da questão mais teológico, bíblico e eclesial, mas também, eu diria, é, dentro de tudo isso, acredito numa formação e sócio política. [...] e ao, mesmo tempo, tentando multiplicar as comunidades já percebendo que o crescimento rápido do Bom Jardim. Então, a preocupação de criar dentro do Grande Bom Jardim, que não tinha ainda esse nome, criar pontos de referência, então, pequenas comunidades, baseadas ainda naquela época no conceito de CEB's, que era da vizinhança, do conhecimento, do entrosamento, mais colocar nos pontos mais estratégicos do Grande Bom Jardim esses pontos de referências eclesiais, mas não só com intuito de aos poucos construir capelas e igrejas, mas que fossem comunidades de fé e de ação ao mesmo tempo, e pulverizando as comunidades no Grande Bom Jardim, também

começava a se espalhar essa rede de comunidades". (Padre representante da congregação Missionários Combonianos).

Não apenas a fala do religioso e militante sinaliza os conteúdos necessários e embrionários constituintes da vocação política da região de se organizar em rede, mas, principalmente, aponta os elementos significantes da produção social de uma territorialidade. Destaca-se também como hoje é socialmente compartilhada a denominação Grande Bom Jardim, percebida pelo uso recorrente na fala do religioso.

As comunidades eclesiais de base tem surgimento pela segunda metade da década de 1960. O conceito foi primeiramente aplicado nas experiências rurais dos movimentos de igreja, sendo posteriormente trazido de forma contextualizada para o campo urbano quando da alteração na estrutura econômica de acumulação e reprodução do capital, focada na industrialização urbana. O entendimento básico acerca do conceito de comunidade é que seja ele o encontro de pessoas. O sentido de religião, de ligamento com o sagrado, somente se constituiria socialmente, com fundamento numa perspectiva estrutural-funcionalista. *"A fé se manifesta, se explicita, cresce e evolui não individualmente, não pessoalmente, mas em conjunto, em comunidade. É uma comunidade de fé, onde cada um anima e cada um é animado ao mesmo tempo"*.

As quatro características da concepção de comunidades de base: *fé na palavra de Deus*, fundamentada na formação bíblica e no entendimento que as escrituras bíblicas são, fundamentalmente, testemunhos de vida escritas pelas comunidades primitivas, os quais devem ser lidos textualmente e contextualmente; *evangelização missionária*, valorização e respeito à palavra de Deus e à palavra da Igreja, e aos documentos canônicos, em especial os textos da CNBB, com enfoque nas doutrinas sociais professadas em comunhão comunitária; *missão comunitária*, ou seja, vivências comunitárias de fé em função de uma missão religiosa e sociopolítica, missão entendida como serviço de solidariedade de grupo social; a quarta característica era *a celebração da vida*, das vitórias, dos fracassos, animação social por utopias e tempos melhores, reunindo no presente os tempos pretérito e futuro, significando a luta e buscando sentido para continuá-la, reunindo as palavras

de Deus e da Comunidade. No Brasil estes conceitos foram desenvolvidos ainda sob o regime ditatorial. No Grande Bom Jardim, eles ganharam ênfase nos movimentos pastorais já no período da redemocratização do Estado, no final da década de 1980 e na primeira metade dos anos 90. A escola formadora de animadores comunitários era a Escola de Verão, que reunia e reúne ainda seus integrantes em períodos formativos sempre nas férias.

O religioso, representante da congregação combonianos, posiciona-se sobre as estratégias eclesiais desenvolvidas na região naquele período. Ele considera que não fora responsável por nenhuma inventiva. Tudo que foi aplicado em termos de um acompanhamento religioso das comunidades eclesiais fora utilizado por ações de outras congregações. Ademais, ele destaca que havia uma sintonia e um entrosamento entre as congregações atuantes na região, entre as comunidades eclesiais locais e outras formas de organizações sociais e eclesiais da cidade de Fortaleza, do Estado do Ceará e até de outros Estados do Nordeste, sobretudo, através dos chamados encontros interclesiais, de caráter intercambiante, que se caracterizavam pela troca de experiências entre as comunidades eclesiais do Brasil, aguçando o sentido intuitivo dos animadores. Assim, dirimindo qualquer possibilidade de responsabilizar tão somente uma congregação pelo feito, *“Então, ninguém criou nada, praticamente era um resultado de uma busca que era feita Brasil a fora por muitas e muitas comunidades. Depois, cada um tentou, no seu território, dar o seu toque e sua marca registrada”*.

Assim, compreendemos que a dinâmica acionada por esses intercâmbios de experiências pastorais entre as comunidades eclesiais pode nos gerar pistas para um possível entendimento acerca das alterações dos campos políticos locais, que devem ter contribuído para a consolidação de uma forma de organização dos movimentos populares, em especial a do Grande Bom Jardim, de vez que se caracterizou aí um potencial político para se estabelecer articulações e mediações das camadas periféricas da região em questão com as instâncias econômicas e políticas da sociedade.

O endosso da igreja, bem como da parte de alguns movimentos sindicais e de partidos políticos, confirmava-se o reconhecimento político de uma organização comunitária de carisma pastoral da região do Grande Bom Jardim na sociedade

política de Fortaleza, bem como se viabilizava a efetivação dos canais e dos mecanismos de participação política e visibilizava as contradições sociais e urbanas escamoteadas pelo sistema econômico. Ou seja, foram desencadeados efeitos na estrutura social, posto que se constituía outra noção de Estado.

Dois foram os legados desse processo de fomento da organização social das comunidades eclesiais de base para a população e para a malha urbana da região, a tomada de consciência política de lideranças e animadores pastorais formados por aquelas dinâmicas, apesar de algumas limitações e das críticas possíveis, bem como as transformações na paisagem e na malha urbana e nos suportes e serviços públicos dos bairros da região. *“Olhando também os benefícios, as benfeitorias, que o Bom Jardim foi adquirindo com o tempo, uma estrada, aquela avenida, o transporte, saúde, a educação, saneamento, olhando tudo isso, é, percebe que tudo isso vem de longe”.*

Mesmo antes da congregação Missionários Combonianos assumir a responsabilidade eclesial da região, já havia lutas e reivindicações sociais. Dentro do próprio território Grande Bom Jardim há outras pequenas porções territoriais, com um grau maior de integração social, como é o caso das comunidades Parque São Vicente, Parque Santo Amaro, Canindezinho e Parque Jerusalém, que formaram uma unidade pastoral através das escolas comunitárias, desde as primeiras intervenções missionárias do início da década de 1980. Esse sentido da multiplicidade comunitária numa mesma região aponta como um dos elementos originários da formação e da organização política da região, ou seja, um território composto de grupos sociais dotados de múltiplos poderes de domínio sobre o espaço social.

“Isso ai foi somente o fermento de tantos outros direitos que foram se adquirindo com o tempo, que hoje estão pacíficos, públicos e notórios, mas que vem de longe. Então, eu não consigo desligar o crescimento do Bom Jardim, as entidades do Bom Jardim, as organizações, pequenas ou grandes, que isso é Bom Jardim, de uma história que vem de longe”. [...] onde é talvez a Igreja Católica o lugar onde o Bom Jardim mais marcou presença naquele tempo, mas a partir daí outras forças entraram sem ser de igreja católica”. (Padre representante da congregação Missionários Combonianos).

No entanto, é importante destacar que esta unidade não foi constituída com base em uma paz plena. Certos desentendimentos e disputas entre congregações religiosas ocorreram. Como foram as irmãs salvatorianas as pioneiras na atuação na região e na organização das referidas comunidades, quando da implantação da concepção Comunidade de comunidade, a qual deu sequencia ao acúmulo da experiência de trabalho das irmãs, foi verificada uma resistência tanto por parte das irmãs quanto de alguns animadores pastorais.

De nada serviria a base formativa do quadro social da região para a construção do sentido e dos objetos reivindicatórios do movimento social local se não fosse o entendimento das problemáticas sociais enquanto contradições sociais urbanas, relativas às tensões e conflitualidades entre as classes sociais, atinentes às estruturas macroeconômica e macropolítica vigentes, bem como não perceber em que esta noção quando constituída um comum senso é geradora de ações coletivas, posto que é a tomada de consciência coletiva das contradições sociais pelas camadas sociais subordinadas que impulsiona e sustenta o processo de organização social das camadas periféricas, como visto acima. Compreendendo os conflitos entre as forças sociais enquanto respostas da coletividade às contradições geradas pelo desenvolvimento urbano (Gohn, 1982, 14).

“Não basta entretanto uma necessidade social para dar conteúdo a uma reivindicação popular e gerar um movimento social. É necessário que haja determinadas articulações destas necessidades com a conjuntura de classes e as estratégias políticas que aquelas expressam”. (GOHN, 1982: p.13).

Assim, intrinsecamente às razões práticas da Rede DLIS encontram-se esses conteúdos originários do potencial político comunitário e de organização social em rede, com capacidade de aglutinar as diferenças em uma unidade mais ou menos homogênea, sobretudo, os conteúdos componentes constituintes da identidade política do território.

“Toda a experiência dessa rede de comunidades DLIS, no fundo, é o prolongamento de pequenas experiências, isso aquela semente que foi plantada naquele tempo, né, que vai se espalhando. E hoje a estratégia é outra, a dinâmica é outra, os objetivos são diferentes, mas no fundo, no fundo o que fica, com todos os seus feitos, o Bom Jardim adquiriu um rosto próprio e particular do Bom Jardim graças a tantas comunidades que foram fazendo isso, seu próprio entrosamento das comunidades é fruto desse trabalho”. (Padre representante da congregação Missionários Combonianos).

O religioso, representante da congregação combonianos, quando enviado de São Luis para Fortaleza, fez primeiro um mapeamento da cidade, destacando a região do Pirambu e do Castelo Encantado, aglomerados urbanos subnormais no litoral norte da capital. Porém, duas forças que lhe atraíram à região do Grande Bom Jardim:

[...] “Mas quando tava assim, de olho nisso, o Dom Aluísio, porque o Fernando puxando, que começasse que eu fosse com ele na Granja Lisboa, sem pensar ainda no Grande Bom Jardim. Mas depois refletindo, o Dom Aluísio fez uma proposta que nós entrássemos mais de cheio aqui nessa região do Bom Jardim, a intenção do Dom Aluísio é que não se criasse paróquia, que já existia paróquia de Santa Cecília. Mas só cuidava da Santa Cecília mesmo e acabou-se. E aqui já existia um início de trabalho com as irmãs salvatorianas, que tinha começado primeira experiência de comunidade em comunidade, que era Santo Amaro, São Vicente, Canindezinho e Parque Jerusalém, coisas que as salvatorianas. E já os padres redentoristas empurravam as coisas, né, no sentido mais de comunidade eclesial de base. E, ao final, aceitamos o convite de Dom Aluísio, e, então, aos pouquinhos, aos poucos fomos assumindo essa região aqui. Mas já no começo a gente percebia uma coisa: a Granja Lisboa estava bastante isolada, e nunca se tinha um grande namoro com Santa Cecília, essa a minha leitura na época. Também, depois que cresceu todas as comunidades nunca houve tanta mistura”. (Padre representante da congregação Missionários Combonianos).

Para além do contexto de inserção, de integração dos padres combonianos na região expressa na fala do religioso, interessante o mapeamento que ele estabelece das várias frentes religiosas atuantes na região, e sobre estas eu destaco certa avaliação depreciativa do padre quanto ao perfil da concepção de trabalho dos padres redentoristas, as denominadas comunidades eclesiais de base, com base no uso do termo “empurravam”, na seguinte enunciação: “*E já os padres redentoristas empurravam as coisas, né, no sentido mais de comunidade eclesial de base*”.

A leitura crítica continua quando o padre pontua uma das limitações do trabalho em desenvolvimento, qual seja, a dificuldade de se produzir unidade entre as diversas comunidades acompanhadas, segundo ele, uma premissa básica para a difusão do sentimento de amor.

[...] “Entrando assim, se começou de vagzinho, primeira preocupação tentar criar um pouco uma unidade entre todas as comunidades, que não foi tão fácil, que sempre houve resistências, num sei se você tem consciência no momento, mas a leitura que é de fora, resistência a fazer misturas, turma das salvatorianas com as quatro comunidades num tinha assim muito amor

para poder se expandir. Belém tava lá, Granja tava lá, e a paróquia num queria sair, perder o monopólio e o título de paróquia, e nós tentando desconstruir o título de paróquia e chamar de área pastoral, e num foi fácil esse começo". (Padre representante da congregação Missionários Combonianos).

Em meio à luta pelo poder de classificação das coisas, toma-se a estratégia de renomeação enquanto uma política de unidade territorial. Essa noção de unidade territorial, baseada no amor como pressuposto da expansão provavelmente seja um dos princípios mais caros à pesquisa, ou seja, a possibilidade de existência e sustentabilidade de uma organização social articulada em rede que tem como princípio e no próprio nome a integração com vistas ao fortalecimento de uma identidade com força para negociar e agenciar políticas públicas para o território.

A conceituação desenvolvida pelo padre em meio ao seu posicionamento crítico acerca das limitações conceituais da filosofia e carisma de trabalho das irmãs constitui-se um dos atos de fala mais importantes do ponto de vista de uma possível origem dos fundamentos do ator político Rede DLIS para legitimar sua ação política e sua política de representação em termos da configuração de uma macro-identidade ou de uma macro-comunidade, como estratégia discursiva de legitimação de ação política e luta por novos direitos.

Ressalte-se que embora haja uma leitura crítica do religioso sobre a concepção teológica que fundamenta a prática religiosa dos padres redentoristas, os padres das duas congregações reuniram-se para promover na região o movimento religioso denominado "Santas Missões" ou "Missões Populares", com engajamento sociopolítico da fé. A metodologia de realização daquelas manifestações religiosas era resultado de um acúmulo eclesial e prático dos padres redentoristas, a qual foi apropriada e contextualizada à região e ao carisma dos padres combonianos. Assim, diferenças à parte, os padres de congregações religiosas diferentes reuniram-se para a realização de uma ação coletiva. Percebe-se, então, que a composição dos grupos eclesiais atuantes na região à época era um tanto que heterogênea em concepção, mas cujas tendências eram passíveis de se coadunarem para o desenvolvimento de uma determinada ação social. Assim, diante da expectativa da explosão demográfica e do crescimento da malha urbana e das problemáticas

sociais e urbanas consequentes, o esforço conjunto era para manter a convocação de vontades ao engajamento e à participação dos animadores pastorais.

“As Santas Missões não é novidade nossa. O Bom Jardim foi a primeira missão popular, realmente popular, que tem visto um populares tradicionais eram aquelas, ainda são hoje, dos padres redentoristas que tem esse carisma populares, missões populares que visam quase exclusivamente o fortalecimento da fé de cada um, entendeu, mas num tem na sua dinâmica a preocupação com o engajamento sociopolítico da fé, tanto que nós quando pensamos na missão popular pensamos por que estávamos percebendo que o Bom Jardim era grande demais, que as nossas pequenas comunidades não tavam dando conta do recado, tavam meio que cansadas e ainda isoladas, e tentamos, visto a experiência dos redentoristas, chamar os redentoristas montar um esquema das missões populares”. [...] Nós precisamos que a Missão Popular seja uma oportunidade para animar os animadores, [...] e animá-los a partir dum olha diferente: perceber que o bairro tava crescendo e que a nossa pequena comunidade, por bonita que ela fosse, por organizada que ela fosse, num daria mais conta de tudo isso. Então, a pequena comunidade tinha que se abrir pra multiplicação de outras comunidades. (Padre representante da congregação Missionários Combonianos).

Assim foi realizada uma intensa campanha territorial com articulação e participação de outras frentes comunitárias eclesiais de base da cidade de Fortaleza, dentre leigos e clérigos com engajamento sociopolítico da fé, que além da realização de momentos celebrativos eucarísticos, foram desenvolvidas ações de visitas domiciliares e aos grupos organizados nas comunidades pastorais não para evangelizar, mas para contribuir no desvendamento e no revelar de uma identidade social, conhecer as famílias e suas condições reais de vida. Dessa estratégia sociopolítica da fé resultou um diagnóstico social das famílias moradoras da região, de forma que se pudesse revelar que Bom Jardim se tinha. Esse trabalho de pesquisa social teve uma assessoria técnica externa. *“A visitação que era o fundamental da missão, mas com esse intuito: conhecer. [...] que Bom Jardim é esse que temos, quais são os problemas do Grande Bom Jardim, o que o povo nos contou da vida deles”.*

Outra descoberta esclarecedora para o objeto de interesse desta pesquisa é o entendimento ou discernimento entre as tipologias dos trabalhos desenvolvidos e das variadas congregações atuantes, diferenciando o que seja o perfil de trabalho das irmãs salvatorianas e dos padres redentoristas, fundamentado nas comunidades eclesiais de base, e o que seja o perfil de trabalho dos padres combonianos que coordenaram o serviço institucional da igreja católica de

acompanhamento religioso das comunidades e áreas pastorais na região a partir do final da década de 1980 até segunda metade da década de 1990.

O perfil do tipo de trabalho varia conforme a congregação e sua tendência dentro da doutrina da igreja, e a esse perfil podemos denominar de carisma. Portanto, o carisma das congregações atuantes na região até então dava conta de uma dimensão interna da comunidade, de suas demandas mais concretas, mas sem interagir com as diversas possibilidades de micropolíticas em prática no contexto da cidade, como percebemos no depoimento de uma das moradoras envolvidas em grupos pastorais à época, e participante da roda de memória.

[...] “A gente tinha um contexto muito mais [...] a Granja não tinha ainda um contexto, naquele período, de comunidade, ela tinha o contexto, assim, de uma animação pela construção de uma igreja, que a gente queria muito, né, e tinha uma animação muito forte, né, a partir dos jovens. quer dizer, a gente tinha um grupo de jovens, grupo de fé em Cristo, onde era, digamos assim, se irradiava muita coisa. E as irmãs dorotéias eram as animadoras daquele, também dentro de uma lógica, né, que acompanha, de certa forma, algumas congregações daquele período, das comunidades inseridas na periferia. Então, isso era um contexto eclesial, que motivava, em cima de algumas escolhas, né, quer dizer, as congregações fazendo algumas escolhas e que tinha respaldos. Então, a Granja ela tinha uma relação naquele período muito, digamos assim, ainda muito interno, né, quer dizer, a presença, inclusive assim do Fernando, com essa busca do que tava acontecendo na cidade, os outros grupos a nível de cidade, o que que a gente [...] que ali você tinha um movimento de Cáritas, né, também você tinha um movimento que a Cáritas vinha com as questões das escolas. Então, a gente começava a abrir, até então era um movimento que podemos chamar assim um movimento bem interno e em função daquilo que as irmãs iam proporcionando. [...] as irmãs dorotéias não eram digamos assim de contexto de cidade, de envolvimento com um grande centro. elas eram mais aquela vida ali de movimentar, de fazer a aquilo no entorno da própria comunidade. Isso também dava uma certa feição. Acho que a chegada do Fernando, ela, ele altera um pouco justamente essa realidade porque como ele está, também é novo, que vai conhecer também esse contexto de cidade, a gente começa a conversar com outros segmentos da cidade”. (moradora participante).

Um fato político que colaborou para a projeção dos movimentos religiosos, em curso na região naquela época, estes animados pelas irmãs salvatorianas, pelas doroteias e pelos padres combonianos, a histórica ocupação do Centro Administrativo do Estado (o Cambeba) pelos movimentos sociais da cidade.

“E tem também um fato histórico, que não pode ser esquecido, acho que foi aí que o Fernando, e a Granja, e talvez as quatro comunidades com as Salvatorianas começaram também a se projetar, que foi a grande ocupação, lá do acampamento do Cambeba. Em oitenta e sete, o Tasso Jereissati, governador, as comunidades eclesiais de base de Fortaleza, e daquela época, graças a Dom Aluísio, eram muito vivas, mais os movimentos populares, a CUT era muito forte, naquela época, todos os sindicatos, a

Cáritas também tava muito espalhada nas periferias também começavam a inchar, então, a prefeita era Maria Luiza, então, todo o apoio também da prefeitura, houve essa grande mobilização de três dias de acampamento lá no Cambeba [...] começava no Bom Jardim, mas nós tínhamos as CEB's muito forte na Messejana, graças aos redentoristas, ao padre Bernardo no São Miguel, tinha o padre Chico e o padre Luis, no Palmeiras, então tinha essa força, esse contexto de comunidades, aí que o Fernando começou a conhecer os movimentos da cidade, foi graças aos três dias do acampamento". (Padre representante da congregação Missionários Combonianos).

Como já definidos os recortes de perfis dos trabalhos de cada congregação atuante, sabe, então, que o carisma das CEB's chega à região do Bom Jardim através do perfil de trabalho da congregação das irmãs salvatorianas em 1980. Estas vieram para preparar as comunidades por virtude da visita do Papa, em 1981.

[...] "Então, elas começou a reunir as pessoas, né! Então, no Santo Amaro tinha um grupo de gente, outro no Siqueira, no Canindezinho, e a gente foi reunindo, elas visitavam toda essa área, e a gente começou ali a uma organização, e além dos estudos bíblicos, as celebrações que a gente fazia dentro da comunidade, foi criado também naquele período as escolas comunitárias. A escola comunitária do Canindezinho surgiu bem dizer assim em oitenta. Lembro bem que em oitenta e um funcionava uma sala na sacristia da igreja e uma sala lá na sala da minha avó, que era nossa casa, nas famílias, uma lá na tia Dice, uma no São Vicente, muito deslocadas. Então, depois foi que as escola começou a [...] num tinha escola, tinha a do Júlia Alves, que nasceu em setenta e cinco, mas ele não dava conta de todas as crianças e jovens. Então nasceram as escolas comunitárias, nasceram desse jeito: era uma sala aqui, outra Santo Amaro, uma no Siqueira, então, isso foi fazendo a gente ter um contexto de comunidade e uma vivência de comunidade, né". (moradora participante).

As escolas comunitárias então desempenharam três papéis, um como ferramenta para vazão de uma dinâmica de intervenção institucional, segundo concepção de trabalho e alcance missionário das irmãs salvatorianas na região, e um papel supressor da ausência do Estado, já que era grande a demanda por educação, num cenário de poucos equipamentos e de pouquíssimas ofertas de vagas. E um terceiro papel de articulador ou integralizador de comunidades a partir das famílias.

Segundo outra moradora participante, as escolas foram criadas com apoio das irmãs salvatorianas segundo uma lista de prioridades criada pelas comunidades. E que as aulas fundamentavam-se em estudos de textos de

educadores progressistas, como os de Paulo Freire. Eis alguns itens da lista de prioridades da época: escola, moradia, saneamento, dentre outros não verbalizados. E dentre os itens elencados pelas comunidades, a prioridade das prioridades era a escola.

[...] “Então, o mais importante: a escola, né, começou a treinar professoras. Elas treinavam, depois veio o pessoal da Cáritas, a Cristina, o Onésimo, né. E foi toda a comunicação até chegada dos combonianos é lutas das escolas comunitárias [...] quando os combonianos chegaram, eles também trouxeram essa questão de fazer redes, como é, comunidades de comunidades, porque com as irmãs era muito assim, aqui as salvatorianas aqui [os participantes contribuem no mapeamento sugerido pela fala] Assim eu lembro que o padre Fernando ele ficava muito em cima dessa questão, ele não gostava dessa idéia de comunidades irmãs, porque depois eu comecei a entender a gente era muito fechado, né, embora a gente não quisesse essa coisa de paróquia também, porque a gente começou a entender que paróquia era aquela igreja centralizada, onde tinha a figura do padre que decidia tudo, né. Não. Então, eles queriam, nossa discussão era: a igreja era o povo, a comunidade”. (moradora participante).

Então, no contexto da reconstrução dos percursos históricos com o intuito de descobrir os elementos significantes de onde o sentido da organização social em rede procede, importante pontuar e registrar o lugar das escolas comunitárias como um dos primeiros elos de ligação entre as comunidades, as denominadas *comunidades irmã*, termo forjado pelas irmãs salvatorianas no contexto do cumprimento missionário da congregação, como já mencionado.

Assim, a estratégia de fruição dos trabalhos missionários das irmãs atendeu aos propósitos estabelecidos e atingiu seus limites. Então, o carisma do trabalho dos padres combonianos trouxe a noção de ‘comunidades de comunidades’, que como num ato falho, a moradora falante acima estabelece uma ligação com o termo rede, uma vez que o propósito da concepção trazida visava justamente superar os limites da concepção empregada pelas irmãs, que mesmo tendo sido as escolas forjadas no esteio das famílias, estas não impulsionava a comunicabilidade entre as comunidades, elas não se faziam ponto no intercruzamento dos fios que compõe o tecido social. Portanto, ‘comunidades de comunidades’ é uma noção que comunica uma espécie de antepassado de pressuposto assumido pela organização social em rede de hoje, preocupada com a integração dos bairros a partir de suas organizações locais e com a ligação com outros segmentos e setores da cidade.

Outro ato falho manifesto pela moradora no trecho final do seu proferimento citado acima é percebido na declaração: “*Então, eles queriam, nossa discussão era a igreja era o povo, a comunidade*”. A fala da moradora participante sugere que os intentos e as concepções defendidas pelos padres combonianos, em resposta e superação ao ostracismo das comunidades, à época, foram realizados pelo seu discurso: a declaração “*eles queriam*” rapidamente foi substituída pela expressão: “*nossa discussão*”.

Ainda no contexto da intervenção das irmãs salvatorianas e de instituições com carisma da igreja católica, como a Cáritas, entre 1980 e 1982 durante uma seca, outras ações desenvolvidas foram citadas pelos moradores participantes, como a implantação de bodegas comunitárias, de cacimbas comunitárias e as cooperativas de costuras, que funcionavam nas residências das famílias envolvidas. Nesse contexto essas ações comunitárias partiam de grupos eminentemente ligados às pastorais, sem vínculos com associações de moradores, devido diferenças de concepção política entre estas, como revela a fala de uma moradora participante: “[...] *num era um mar de rosas, a gente brigava, porque tinha as associações, gente que tinha associações, que queria fazer trabalhos assistencialistas, e a gente dizia: não é isso que a gente quer. Eles queriam trazer coisas sem refletir, pra botar, pra angariar voto. Num era só a gente, tinha esse conflito com as associação [...]*”.

Portanto, a fala mapeia um espaço social composto por tendências filosóficas diversas e, em certa medida, em situação de conflitualidade. E este antagonismo social de alguma forma apresentava condições de dificuldade para implantação e assimilação dos princípios e valores da atuação dos grupos pastorais pela população local, dada a inovação da filosofia concernente ao movimento religioso progressista à época:

“Tem que levar em conta que a consciência crítica e política naquele tempo, se hoje tá frágil, muito fraca, muito menos ainda. Então, Bom Jardim, qualquer periferia, tava cheia de associações de moradores, claramente eram cabides de cabos eleitorais, eram comitês. [...] a dificuldade também de, da comunidade como um geral perceber a novidade e a diferença que faziam essas escolas comunitárias e estes tipos de associação, porque era grupinho pequeno, que não dava nada de graça, entendeu? [...] e também atrapalhavam muitas ocupações que estavam acontecendo naquela época. Enquanto se lutava pra tentar segurar uma ocupação, chegava o cabo

eleitoral e fazia estrago, tomava de conta". (Padre representante da congregação Missionários Combonianos).

Esses grupos pastorais, assim, realizavam intervenções solidárias inovadoras, embasadas por filosofias políticas progressistas, mas não usavam os equipamentos tradicionais da política comunitária, as associações de moradores, que eram comprometidas com fundamentos de outra lógica política e econômica. Esta é uma evidência da inovação que era esse movimento religioso, o qual necessitava de outros arranjos e meios para a efetivação dos trabalhos ao alcance dos objetivos comuns.

Apesar da leitura crítica acerca dos limites da concepção de trabalho religioso das irmãs salvatorianas, o religioso comboniano atribui ao método e à concepção filosófica de trabalho das escolas comunitárias implementadas por aquelas irmãs, fundamentados na pedagogia de Paulo Freire e arraigados aos elementos mais originais do método criado por aquele educador, um vetor importante de formação de agentes multiplicadores da filosofia de trabalho pastoral com a perspectiva integrativa da comunidade no cenário e contexto de escalas mais ampliadas da cidade como estratégia de luta:

[...] "o próprio Paulo Freire estranhou, quando voltou do exílio, estranhou que no Brasil ainda existia o método dele, mas original mesmo com aquele fundamentalismo da origem. Mas a grande vantagem foi que as professoras das escolas comunitárias, depois que começaram a crescer na visão crítica, na visão política, na visão social, elas foram as animadoras das comunidades. Quando chegaram os combonianos, nós já encontramos, praticamente, o prato pronto, porque tinha pessoas, não muitas, diversas pessoas já preparadas, né, no coração, na fé e na cabeça também. Então foi fácil depois fazer outra proposta porque os mais ousadas já tinha o terreno praticamente preparado". (Padre representante da congregação Missionários Combonianos).

Algumas dessas professoras daquelas escolas comunitárias seguem hoje o trabalho militante atuando nos movimentos sociais, tanto localmente, quanto em nível de cidade, de região nordeste quanto em nível nacional.

Então, voltando para a história de ligação institucional da congregação missionária combonianos com a região do Bom Jardim, como já revelado, foi em agosto de 1990 que os padres passam a morar na região. Foram se agregando ao

projeto, além do padre interlocutor, uma série de outros religiosos, tais como o padre Fernando, já citado, e o padre Hermínio. Estes atuam na animação das chamadas áreas pastorais, que nada mais era que um instrumental de gestão e de intervenção da igreja católica criado pelo arcebispo Dom Aluísio Lorscheider com certo propósito. *“Área pastoral que não era um conjunto de comunidades esperando a hora de virar paróquia” [...] área pastoral era pra ser comunidade, uma rede de comunidades, não só pra virar paróquia, mas aos poucos criando alternativas para desconstruir essa estrutura, cultura paroquial” [...] “Área Pastoral era tentativa de criar outro modelo de organização eclesial que não fosse a paróquia.* O interlocutor observa ainda que depois da saída de Dom Aluísio à frente da coordenação da igreja local, os seus sucessores tomaram as áreas pastorais como uma “quase paróquia”, retroação conceitual e política da igreja, a qual entendia a disseminação de capelas, de igrejas e de padres no território como desenvolvimento de igreja e desenvolvendo uma prática evangelizadora focada no inchaço dos grupos pastorais à revelia dos problemas reais da população.

Outra intuição do líder da igreja local, que, segundo o interlocutor e religioso representante da congregação combonianos, contribuiu para a região do Grande Bom Jardim a avançar politicamente, foi promover a luta pela defesa e promoção dos direitos humanos. Daí uma das razões do arcebispo ter constituído e fortalecido o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos, organismo privado e sem fins lucrativos vinculado à igreja católica, uma grande referência política e de assessoria técnica no campo dos direitos humanos em Fortaleza, centrando atuação nas áreas: direito de acesso, de posse e usufruto e de propriedade do solo urbano, da violência, e dos direitos indígenas.

Percebemos, então, uma postura de contra-corrente religiosa frente à tendência tradicional e hegemônica da igreja [estrutura verticalizada do poder], essa postura dotada de uma estratégia de domínio contra-hegemônico, bem como é destacada uma concepção de integração entre os diversos grupos e organizações sociais das variadas comunidades locais, provavelmente, as origens da concepção que fundamenta hoje a rede DLIS.

Assim, essa postura contra-hegemônica da igreja existente por dentro da instituição contava com aliado de peso e se fortalecia com a estratégia de capilarizar

o movimento nas periferias da cidade. No entanto, de alguma forma, essa contracorrente da igreja fora sucumbida pela explosão dos movimentos carismáticos, que se casou com os efeitos da explosão demográfica e da expansão da malha urbana da cidade em meados da década de 1990, como relata o religioso interlocutor:

[...] “E nós já estava percebendo que até quando ficar Dom Aluísio o negócio vai pra frente, mas na hora que ele sair, a coisa vai cair. Mas mesmo assim nós jogamos pesado. Entrou Palmeiras, entrou os padres italianos no Genibau, lá na Barra do Ceará também, então, havia uns quatro, cinco focos na cidade, tanto que queriam contaminar essa estrutura paroquial, que se ficaram ainda mais forte com a chegada dos movimentos carismáticos, aí sentimos pouquinho o peso, de que dá ao Bom Jardim uma visão de igreja que não era de paróquia, nem de muito carismáticos, uma igreja realmente profética, uma igreja que em nome de sua fé, de Jesus Cristo pisasse, fincasse o pé no chão [...] coragem de ser cristão. Mas percebendo que a maioria da população não estava assimilando essa visão de igreja, e nós ficamos sempre com pequenos grupos, quase que ilhados nas comunidades, mas a grande massa não tava se aproximando de coisa nenhuma, no máximo, pra batizar na missa, ou ia se refugiar na igreja [...] Então, sempre houve essa dificuldade. Tanto é verdade que foi uma das razões pela qual [...] percebemos, não tendo mais Dom Aluísio, não era mais possível segurar as comunidades no Bom Jardim, que estava explodindo, e a própria comunidade não tinha consciência do quanto tava crescendo e se transformado o Bom Jardim, então depois de alguns anos se entregava pra diocese”. (Padre representante da congregação Missionários Combonianos).

Uma das especificidades do espaço urbano na modernidade, como afirma Haesbaert, é produzir segmentações e diferenciações, que reivindicam identidades e afirmam suas territorialidades, zonas de domínio definidas pelas linhas fronteiriças, e que necessitam saciar suas necessidades, demandando ações e serviços. Assim é o espaço social contemporâneo, lócus da diversidade, caracterizada pela multiterritorialidade, heterogeneidade e mutabilidade.

Então, no cenário em processo acelerado de transformação, de alteração das estruturas sociais, políticas e econômicas, e sem o apoio institucional de Dom Aluísio Lorscheider na Arquidiocese, o comando das áreas pastorais da grande região do Bom Jardim pelos padres combonianos foi entregue à arquidiocese por volta do início da segunda metade da década de 1990.

“E percebendo que mesmo com Dom Aluísio, os movimentos carismáticos estão entrando de vento em popla e se espalhando também no Bom Jardim, movimentos que não se integravam com as práticas dos movimentos eclesiais de base, muito pelo contrário, que chegavam mesmo para desestabilizar as pequenas comunidades, até fazendo celebrações, chamavam os padres para celebrar, entendeu, criando então um certo, mais

que conflito, uma distração, uma divisão interna". (Padre representante da congregação Missionários Combonianos).

Em que os atos celebrativos em igrejas centrais passaram a chamar atenção da periferia e fragmentar a vivência local da comunidade periférica. E por outro lado, além das consequências canônicas na administração da igreja local por ocasião da saída do arcebispo Dom Aluísio, houve também, naquela ocasião, certa dissidência conceitual entre religiosos da mesma congregação missionária comboniana, entre o conceito *Comunidade de comunidades* e *Movimento Saúde Mental Comunitária*. Portanto, além da incidência da força externa e institucional da igreja, a fragmentação interna de pensamento e de modos operandis contribuiu para uma reestruturação dos modelos políticos de organização social local, um que apostava no cuidado psicológico da pessoa e da família atingidas pelas violências físicas e simbólicas das contradições urbanas e outro que enfatizava o associativismo como estratégia de fortalecimento das lutas sociais e de enfrentamento das violações e das negações de direitos. Para a implantação do primeiro modelo exigiu-se a apropriação da estrutura social criada pelo movimento eclesial baseado na concepção *Comunidade de comunidades*, o que gerou mal estar e atritos entre os religiosos, resultando em rupturas políticas internas. Assim, diante da inviabilidade de reunir os dois lados de interesse dessa missão, cada parte resolveu por criar seu próprio centro social, o Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza e o Movimento de Saúde Mental Comunitária.

"Mas nós queríamos um centro de animação, onde a saúde mental trabalhasse as pessoas em função da comunidade e dar segmento também e oportunidade a toda história do Bom Jardim. Saúde mental teria a parte mais assim de formação bíblica, missionária, teológica para animar o espírito dos animadores, e a questão dos direitos humanos e a questão das lutas sociais eram os três pilares desse centro de animação missionária". (Padre representante da congregação Missionários Combonianos).

O inchaço urbano pluralizou também as demandas por políticas, transbordando à capacidade de realização comunitária e exigindo mais responsabilidades da esfera do Estado. Mas, antes disso, o religioso resgata novamente as Missões Populares e liga-as à criação da ONG Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, esta última como uma marca forte impressa pela caminhada

pastoral através das missões populares, também conhecidas como Santas Missões e também fruto da intuição do arcebispo da época em criar os centros de defesa e promoção dos direitos humanos na cidade, à luz da experiência e acúmulos e com apoio político de organismos vinculados à igreja, tais como a Cáritas Arquidiocesana de Fortaleza (CAF) e o Centro de Defesa e Promoção dos Direitos Humanos (CDPDH), instituições de relevante serviço social prestado às comunidades vulneráveis da cidade, muitas vezes assumindo responsabilidades do Estado. Outras periferias urbanas também constituíram centros de referência em direitos humanos, como o Lagamar. No Pirambu já existia um organização desta natureza, mas desvinculada da arquidiocese, embora ela tenha sido constituída a partir do trabalho do Padre Hélio Campos, na década de 1960. À época o Pirambu era um dos primeiros aglomerados urbanos da cidade. O analista e militante Leonardo Boff morou e atuou por algum tempo no Pirambu, experiência que lhe rendeu elementos empíricos para seu arcabouço teórico.

[...] “mas antes disso, tivemos a intuição das Missões Populares, que é diferente, até nisso fizemos a diferença, com todas das noventa e três, porque disso quem fazia eram os padres redentoristas, naquela metodologia muito tradicional. E nós pensamos em missão popular não tanto para converter o povo ou pra trazer o povo pra igreja, mas fizemos também porque x estava chegando dos Estados Unidos, ele chegou em noventa e dois ou noventa e três? Noventa e um, é, pensamos em fazer uma missão popular pra mobilizar os nossos animadores e as pequenas comunidades pra que possa colocar os pés no chão e perceber o tanto que o Bom Jardim tá crescendo. Então, nossas comunidades não tem mais condição de dar conta nem da missa nem de batizado, nem de escola, nem de saúde, nem de gente, de nada. Enquanto que até então era só as nossas comunidades que faziam alguma coisa no campo social. Então, foi nesse propósito, tomar consciência que o Bom Jardim está mudando, e mudou muito, e nós estamos aquém, poucos atrasados, e somos poucos no meio é diante de um grande desafio, mas já com a idéia, porém, de deixar uma marca forte, a marca forte foi a criação do CDV com conclusão das missões populares”. (Padre representante da congregação Missionários Combonianos).

Assim, a ONG Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, conhecida também como CDV, nasce como uma marca simbólica de uma época, com o desafio de assumir, imbuído da mística e do carisma do trabalho dos padres combonianos, bem como de toda a experiência comunitária pastoral, responsável pela formação da *Comunidade de comunidades*, pela qual passou o povo e o território desde início da década de 1980, com a missão de mediar e articular as condições políticas que

viesses a viabilizar a implantação de melhorias para uma região plural. “CDV nasceu com intuito de ser o articulador e o animador dos diferentes movimentos populares espalhados do Grande Bom Jardim, tanto eclesiais como não eclesiais, para tentar sair daquela dinâmica do movimento que faz um movimento e depois tudo vira vento, igual como o pessoal conta. Dar formação e dar seguimento, dar continuidade às ações sociopolíticas”. Dessa forma, o CDV foi um ente que necessitou se institucionalizar para mediar as relações entre os variados movimentos existentes e atuantes na região, dentre eclesiais e populares, com ligações religiosas, partidárias e sindicais, dando segmentação às ações sociopolíticas e afirmando uma posição político ideológica entre essas variadas tendências locais. Primeiramente, funcionou como um balcão de informações, orientando a população no acesso ao serviço burocrático do Estado. Posteriormente, estruturou sua intervenção institucional no setor da educação, decisão tomada como resultado reflexivo do amadurecimento daquele trabalho de orientação das famílias para o acesso aos serviços públicos.

O ato de inauguração do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza foi realizado pelo arcebispo da época, Dom Aluísio Lorscheider, posto que foi de sua responsabilidade a abertura da igreja para uma concepção de desconstrução do modelo paroquial, fundamentado em um novo modelo de gestão eclesial das comunidades, assentado na criação e no fortalecimento autônomo e emancipador das comunidades pastorais, resumido no nome *Comunidade de comunidades*. Bem como era seu desejo um efeito multiplicador dos centros de defesa da vida em Fortaleza, sobretudo, nas periferias. Neste contexto, foram também criados centros de defesa e promoção de direitos humanos no Genibaú, no Conjunto Palmeiras e nas Goiabeiras.

E a Organização Não Governamental Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza intuiu como uma das estratégias para realizar essa missão legada historicamente com efetividade a criação de uma articulação das organizações locais em rede social, criando em 2002 a Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim, depois de um longo período de fortalecimento do tecido social local, em acompanhamento técnico às associações de moradores estratégicas nos cinco bairros do território, projeto institucional da referida ONG de

caráter de assessoria técnica e estruturado num modelo de incubadora social. Posteriormente, o Centro Herbert de Souza, dando continuidade ao trabalho de fortalecimento territorial, executou outro projeto, destinado ao fortalecimento da Rede DLIS e do poder de domínio institucional deste coletivo sobre o espaço social local, o território Grande Bom Jardim.

O sentido da expressão Grande Bom Jardim foi resultado de um uso político da palavra pelos projetos estruturantes coletivizados no tecido social local pela ONG Centro Herbert de Souza, sendo incorporado ao dicionário político da cidade pela força prática do seu uso, impulsionado pela comunicação cotidiana entre as diversas esferas públicas e camadas sociais, como estratégia para conferir peso político regionalizado às organizações sociais e aos seus pleitos e reivindicações. *“Ninguém usava esta expressão. Foi aos poucos que o CDV começou a usar essa expressão Grande Bom Jardim. Como nós nos parece, fomos nós a usar esta expressão. Depois entrou no linguajar de todas as políticas: o Grande Messejana, o Grande Pirambu”*. Nesta perspectiva, aponta-se que a estratégia discursiva utilizada pela organização social da região do Grande Bom Jardim foi referência e fez escola na cidade, estratégia essa fundamentada numa concepção pragmática da língua(gem) e entendida como uma ação social, em que o falar realiza.

Assim, os elementos constitutivos da vocação regional de se organizar em rede social são encontrados já nas práticas sociais dos movimentos comunitários pastorais com engajamento sociopolítico da fé desenvolvidas a partir da década de 1980, sobretudo, da segunda metade da década de 1980 e toda a primeira metade dos anos 90. Percebemos, assim, que os elementos significantes para a produção social da organização comunitária da região fomentados nesse período foram consolidados e inculcados nas práticas sociais do movimento político empreendido pela Rede DLIS a partir de projetos estruturantes coletivizados pela ONG Centro Herbert de Souza a partir da segunda metade dos anos 90. *“Mas nós tínhamos a consciência que o Bom Jardim estava crescendo e que iria crescer muito mais e que a salvação do Bom Jardim seria realmente esta rede de comunidades. E comunidades não necessariamente exclusivamente eclesiais. [...] tudo começou com as pastorais”*.

O pioneirismo da discussão e intervenção local sobre a política de transporte converge para o debate que se processava naquele período no cenário municipal no entorno da mudança no sistema de transporte de Fortaleza, em atendimento ao Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental (PDDUA) de Fortaleza de 1992, mudança esta que resultou, entre outras inovações, na criação do sistema integrado do transporte público de Fortaleza (SITFOR) com implantação dos nove terminais de ônibus urbanos na cidade. *“Antes de construir o primeiro terminal, lá do Siqueira, já havia, especialmente, na Granja Lisboa, toda uma mobilização sobre o transporte, tem até algumas imagens por aí, e panfletando aí de manhã, às quatro horas, para conclamar a população a reagir, pra fazer alguma coisa”*. Este episódio parece situar como o primeiro grande movimento comunitário local em rede social, berço de criação de organizações sem fins lucrativos cuja intervenção seja de caráter de assessoria aos movimentos populares.

E depois de instalado o terminal de passageiros do Siqueira, a organização local representada pelo CDVH solicitou à Prefeitura de Fortaleza informações operacionais daquele suporte local pertencente ao sistema integrado de transporte público de Fortaleza, sugerindo interferência na engenharia de embarque e desembarque do equipamento bem como na definição das linhas de ônibus e de seus itinerários nos logradouros e nos bairros da região de intervenção. O movimento social local percebera que um dos mecanismos de integração territorial é o serviço de transporte público local. *“Uma das dificuldades do Bom Jardim para se criar lá uma unidade territorial é a questão do transporte, e quem tá na Granja Lisboa não conhece Canindezinho”*. A resposta da municipalidade à interpelação do movimento social local quanto à benesse da implantação do equipamento na área de entorno da região do GBJ foi que primeiro criar-se-ia uma estrutura e somente depois pensariam na logística de cobertura do serviço. *“A resposta foi que, por enquanto, estamos construindo, primeiro, a estrutura, depois foram pensando como é que as linhas seriam distribuídas: para quem, aonde e de que jeito. Foi a resposta oficial que veio”*.

Assim, depois da luta pelas escolas comunitárias, a pauta do transporte constitui-se um dos importantes marcos da organicidade do movimento popular local, fato este que reflete o potencial intervencionista, de articulação, de

mobilização e de mediação das forças locais exercido pelas lideranças de área pastoral, que no episódio da luta pela melhoria do transporte público da região atuaram, meio que na condição de assessores, na reunião das associações de moradores para fazer frente única do movimento popular local no diálogo com o poder executivo municipal, enquanto estratégia para conferir força política e se afirmar um ente de poder na sociedade política local.

Sobre os efeitos da atuação das congregações missionárias no Grande Bom Jardim, incluindo a congregação missionária combonianos, bem como dos seus pressupostos e concepções, podemos afirmar que estes são percebidos nas pessoas que participaram de movimentos pastorais à época e refletidos ainda nas suas ações sociais, convertidos em uma filosofia política de vida e aplicados como fundamento conceitual e operacional de seus trabalhos em associações, escolas e organizações não governamentais locais. Importante destacar que não se verificava uma homogeneidade política entre esses sujeitos locais formados nos processos políticos religiosos animados pela igreja católica. Ou seja, a igreja católica não era a única força social atuante. Talvez esta tenha sido a pioneira, mas cuja inserção abriu precedência para a incidência de outras representações políticas, a exemplo do movimento sindical e partidário, até mesmo pelo que se verificam alguns analistas sobre a característica da garantia de participação política dos movimentos urbanos de Fortaleza na gestão da coisa pública àquela época, que, diferentemente de outras experiências de cidades brasileiras, a tensão verificada aqui entre a organização das camadas populares e grupos dominantes da administração pública de Fortaleza não garantiu mecanismos mínimos de participação que fossem básicos para assegurar ao movimento popular urbano força e legitimidade política. Daí a tese de Irllys Barreira acerca da necessária ligação dos movimentos populares urbanos de Fortaleza, sobretudo, com a igreja católica, com o movimento sindical e com os partidos políticos.

Não podemos afirmar que as congregações missionárias tenham posto em mobilidade um movimento popular urbano estrito senso, mas podemos afirmar que no bojo de suas ações pastorais encontravam-se os princípios e os fundamentos de uma visão política sobre o mundo, baseados na fé cristã e na tomada de consciência crítica e política por parte dos agentes envolvidos. Daí a

concepção de movimento pastoral com engajamento sociopolítico da fé. Cultivaram-se nos moradores envolvidos os sentimentos de encantamento e de estranhamento das coisas e de indignação a todo e qualquer tipo de injustiça e opressão, sentimentos que são a base para a convocação da vontade coletiva, da mobilização e da organização social para orientar e sustentar a intervenção social, bem como cultivou a concepção de que comunidade fortalecida é comunidade também integrada no contexto da cidade, comunidade que ora e age, que finca o pé, como sinal de resistência política e de enraizamento identitário.

Então, acerca dos pressupostos levantados pela proposta de pesquisa são encontrados nas falas dos moradores envolvidos nos movimentos pastorais em curso na região do Bom jardim nas décadas de 1980 e de 1990 elementos que colaboram para as suas confirmações. Bem como os registros nos permitem a visualização de uma linha do tempo, bem como dos sentidos geradores e das lógicas práticas responsáveis pela organização do espaço social, primeiramente, através das ações pastorais e dos grupos missionários atuantes, provocando consequentemente o fortalecimento da organização social local, a constituição de um ente da sociedade política com força e legitimidade política e uma abertura ao diálogo propositivo com outros setores sociais da cidade.

Os registros memoriais gerados pela experiência comunitária em memória social e museologia comunitária integrante da Rede DLIS, através do instrumental de coleta de dados, denominado Roda de Memória, são indícios materiais e se colocam como dados empíricos para possíveis produções de releitura e reescritura acerca da relevância e das implicaturas das filosofias políticas das congregações missionárias atuantes na região em termos da constituição de uma vocação política do tecido social local para se organizar, se articular e intervir em rede social.

Serviram-me aqui como base de partida para a composição de um desenho das condições sociais que favoreceram e contribuíram para a composição da organização social e do espaço social em estudo.

3.8 O PAPEL POLÍTICO DO CENTRO HERBERT DE SOUZA NA CONSTRUÇÃO DO IDEÁRIO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL - PROJETOS ESTRUTURANTES

O Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza nasceu como uma marca simbólica de uma época e com o desafio de assumir a responsabilidade de continuidade dos propósitos da igreja engajada e comprometida com os direitos da população pobre, periférica, socialmente excluída e urbanisticamente segregada da cidade. Uma organização imbuída da mística e do carisma do trabalho das congregações missionárias que atuaram na região, sobretudo a congregação comboniana.

Além da institucionalidade do CDVHS indicar a constituição do domínio de um legado, ela também se apresenta, enquanto forma jurídica, uma estratégia política para afirmar uma posição social dentre as variadas tendências ideológicas atuantes no campo social à época, ou seja, a sua institucionalidade não foi resultado absoluto de um consenso político, mas fruto de uma dissidência político ideológica no campo das tensões e da disputa. Além da igreja católica, o processo de reconhecimento jurídico das organizações dos movimentos populares conquistado na luta pela redemocratização do Estado Nacional Brasileiro recebeu o apoio de agremiações partidárias e de organizações de classe trabalhadora, que disputaram poder de domínio das organizações das camadas populares nas cidades brasileiras, como ocorreu no contexto político dos movimentos sociais populares de Fortaleza. Ademais, na medida em que o conceito de público apenas se constrói e se fortalece na sociedade civil, na democracia, a paz não é ausência de conflito, mas resultado da capacidade dos grupos sociais criar, aceitar e pactuar regras. (TORO & WERNECK, 2004: 21).

Devemos salientar que há divergências e dissidências internas nas organizações sociais. Estas próprias são campos sociais, cujas posições sociais encontram-se em permanente estado de disputa e tensão, a exemplo da congregação Missionários Combonianos, importante agente social contribuinte na criação do CDVHS, que notadamente abriga dois campos de forças, que divergem na forma e no conceito da intervenção social, a saber, o do campo das terapias

holísticas [intersubjetividades e psicologia transpessoal] e o do campo do espaço público para o controle social de políticas públicas [objetividade e determinação histórica], que, respectivamente, materializou-se no Movimento de Saúde Mental Comunitário (MSMC) e no Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS).

Dessa forma, uma vez visitada a memória dos trabalhos pastorais de congregações religiosas missionárias a partir da perspectiva de algumas lideranças pastorais e de representante de congregação missionária, e desvelados os princípios vocacionais e místicos da organização política do tecido social do território GBJ, que fundamentam a atuação das organizações associativas do território em rede social, e destacado o propósito de criação e o papel político do CDVHS, torna-se salutar para esta pesquisa recuperar a memória dos projetos institucionais dessa ONG e buscar detectar em que os discursos mobilizados por estes contribuíram e contribuem para operacionalizar o potencial vocacional do movimento social da região de se articular e se organizar em rede.

Nesta pesquisa estabeleço recorte no movimento social territorial animado pela instituição Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS), a Rede DLIS do GBJ. Esta coletividade catalisa um conjunto de conceitos coletivizados por aquela instituição, os quais se expressam e institucionalizam-se por meio dos discursos e das práticas políticas do coletivo. Conceitos estes socialmente mobilizados no curso da história institucional da ONG através dos seus projetos estruturantes, os quais são apropriados pela Rede DLIS e aplicados para a afirmação de uma identidade social e territorial na forma de uma expertise política: transformar socialmente uma região em um território, enquanto um lugar de direitos.

Mobilizar é compartilhar sonhos e projetos de interesse social, contribuir para a produção pública de sentidos de forma a gerar um entendimento comum acerca de objetivos, metas e estratégias e dividir tarefas entre os engajados para o alcance de resultados, de forma a gerar uma energia social engajadora que difunda e fortaleça o coletivo e produza o bem estar social e o desenvolvimento territorial. *“Mobilizar é convocar vontades para atuar na busca de propósitos comuns, sob uma interpretação e um sentido também compartilhados”*. (TORO & WERNECK, 2004: 13).

Engajar-se e participar da consecução de um projeto de desenvolvimento territorial é uma decisão política. Decidir-se pela participação reflete o quanto os agentes sentem-se responsáveis e capazes de produzir transformações sociais. Convocar vontades ao engajamento e à participação significa também convocar discursos, percepções, pensamentos e atitudes no propósito de constituir socialmente um projeto coletivo pela força do compartilhamento de sentidos e de significados e pela prática de ações e de atividades no cotidiano ordinário da comunidade. A mobilização exige um compartilhamento de discursos, de percepções, de visões de mundo social. Ela é um ato dialógico no sentido mais amplo do termo. A mobilização não é um evento pontual, mas um conjunto de ações continuadas desenvolvidas cotidianamente com vistas à transformação da realidade social. Embora a mobilização seja um ato público sustentada na razão objetiva e motivada pelo alcance de determinados objetivos e metas de interesse social, coletivamente definidos, mediante atitudes cotidianas dos agentes de um coletivo, mobilizar é tocar as pessoas sensivelmente e despertar nelas o seu potencial transformador da realidade. A motivação ao engajamento e à participação é indicador de um despertar libertador e emancipador, na medida em que a transformação material reflete a transformação da forma de perceber, de pensar e de intervir no mundo, ao passo que provocar mudanças no mundo o mundo provoca mudanças no ser, na medida em que mobilização requer o compartilhamento de sentidos e a divisão de práticas entre os agentes engajados.

Neste propósito, o CDVHS, enquanto uma personalidade institucional com raízes históricas fincadas no território e animada por técnicos que são moradores da região tomou para si um papel de produtor e multiplicador do sonho do desenvolvimento territorial tomando como via de luta os direitos humanos.

Seguem a linha do tempo e uma síntese dos projetos institucionais do CDVHS desenvolvidos no seu propósito ideológico de afirmar a região do Grande Bom Jardim um território de direitos, tendo tomado a Rede DLIS um instrumento político e constituído este um espaço social com privilegiada posição na sociedade política, utilizando ferramentas e tecnologias sociais de cunho político-discursiva para constituir poderes de domínio sobre o espaço e afirmar a identidade territorial Grande Bom Jardim, um território de direitos.

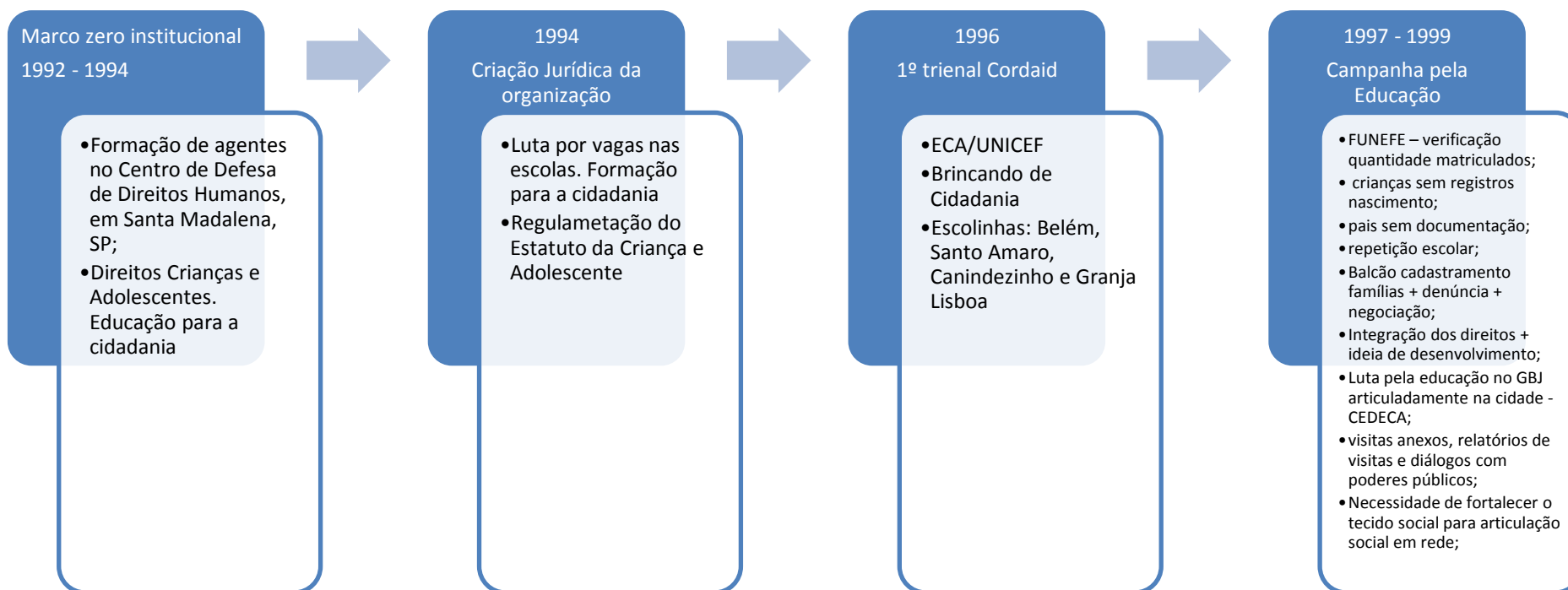
- 1994-1999 - **Projeto Nenhuma Criança Fora da Escola**, campanha pela efetivação do Direito à Educação e à Certidão de Nascimento, acompanhamento às escolas comunitárias e criação do Fórum de Valorização da Escola Pública. Teve como resultados principais: a mobilização de cerca de três mil pais e mães de família e a inclusão aproximadamente 1.500 Crianças e Adolescentes ao sistema de ensino formal e a emissão de aproximadamente 900 Certidões de Nascimento;
- 2000-2002 – **Projeto Identidade Territorial e Social do Grande Bom Jardim** - Processo de Ciclo de Planejamento e Monitoramento sendo executado (PDCA), Atualização do formato jurídico das entidades para acessar fundos públicos, criação de um Sistema de planejamento e gerenciamento administrativo-financeiro eficiente para o CDVHS e as entidades acompanhadas, instalação permanente de um Instrumento de informação e comunicação com associados, implantação de um Departamento de Gestão Organizacional nas entidades.
- 2003-2005 – **Projeto Um Futuro mais Humano para o Brasil** – Diagnóstico Sócio-Participativo do Grande Bom Jardim; Criação da Rede de Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim para o planejamento participativo do Desenvolvimento Local Sustentável da Região;
- 2006-2008 – **Projeto Desenvolvimento Humano Sustentável das Cidades** Projetos de efeitos demonstrativos, lobby e advocacy para a implantação da Política de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim, fortalecendo o tecido social local para a compreensão de desenvolvimento como direito a cidade justa e sustentável.
- 2005-2006-2007 - **Mobilização Social e participação no Orçamento Participativo de Fortaleza**, para a inclusão das Políticas Públicas previstas na Política de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim;

- 2006 - **Projeto Plano Diretor Participativo de Desenvolvimento Territorial Sustentável de Irauçuba – CE**, assessoria conceitual e metodológica do Plano Diretor Participativo de Irauçuba, em parceria com a Universidade de Fortaleza, Cáritas Diocesana de Itapipoca, Serviço de Assessoria Jurídica e Popular e a Prefeitura de Irauçuba;
- 2006-2007 - **Participação na elaboração do Plano Diretor Participativo de Fortaleza;**
- 2007-2008 - **Projeto Regularização Cidadã**, em parceria com as ONG's CEARAH Periferia, Serviço de Justiça e Paz e Centro de Cidadania e Valorização Humana, na Comunidade Nova Canudos do Bairro Bom Jardim, 227 Famílias com Regularização Fundiária Jurídica em análise no Fórum Clóvis Beviláqua;
- 2007-2008 - **Projeto de Mobilização e Difusão Cultural na periferia** em parceria com a SECULTFOR, capacitando jovens para o uso de novas mídias resgatando a cultura local;
- 2008-2012 - **Projeto Jovens Cuidadores do Meio Ambiente** em parceria com a Secretaria Municipal de Assistência Social de Fortaleza, capacitando jovens para novas práticas ambientais nas comunidades do Grande Bom Jardim;
- 2009-2010 - **Projeto Escola Cuidadora** em parceria com o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e Adolescente – CEDCA para implementação da Lei Estadual 13230/02 em 30 escolas públicas de 15 municípios da região metropolitana de Fortaleza, instituindo 30 comissões de atendimento, notificação e prevenção à violência doméstica contra criança e adolescente em escolas públicas dos 15 municípios envolvidos;
- 2010-2012 - **Projeto Fortalecimento do Desenvolvimento Local e Educação em Direitos Humanos** para o fortalecimento da Rede DLIS para o engajamento de entidades e moradores nas lutas político-comunitárias pelo

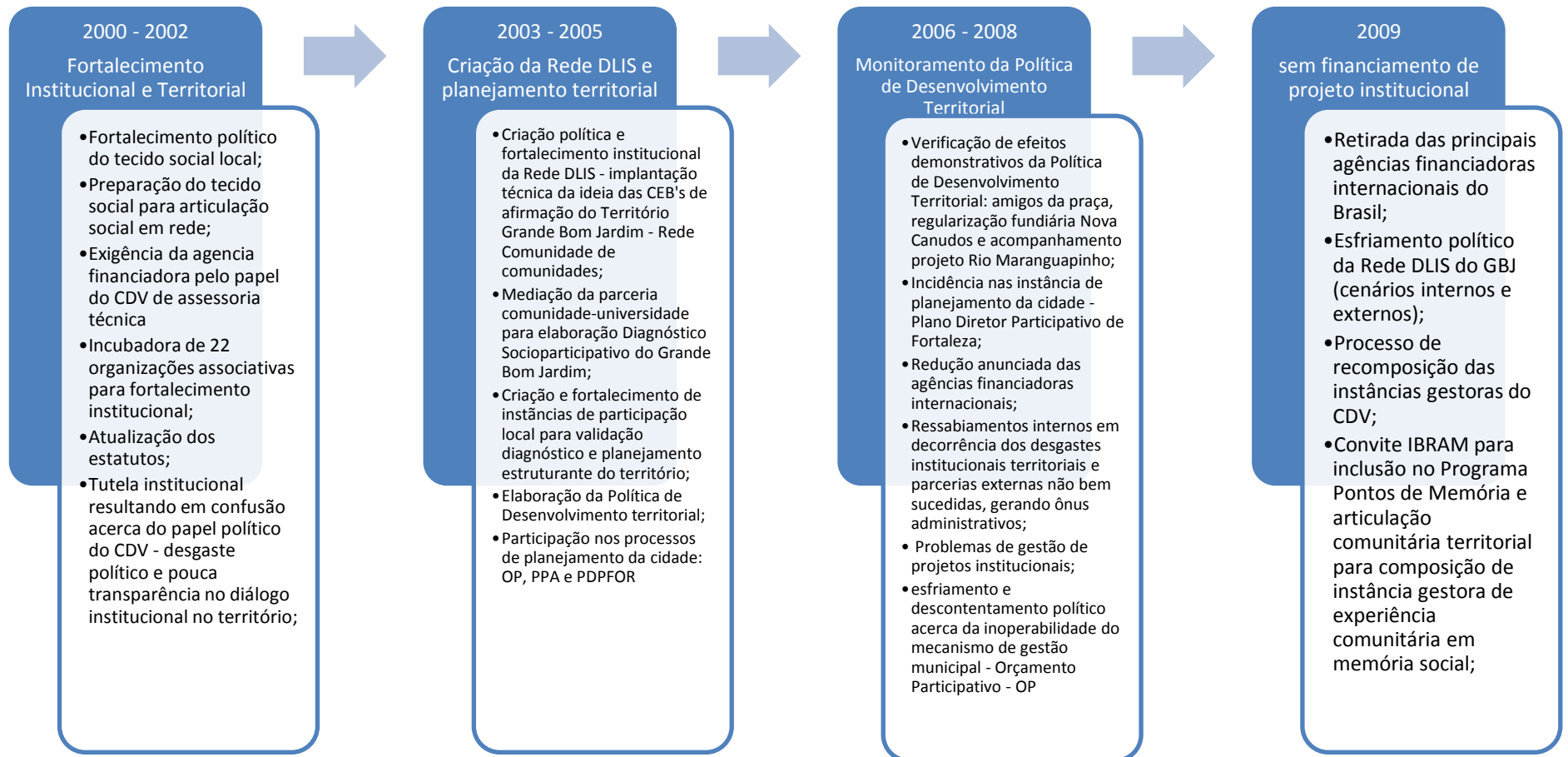
direito a cidade; monitoramento do Projeto Rio Maranguapinho, Monitoramento da regulamentação das ZEIS Bom Jardim e do Plano Diretor Participativo de Fortaleza – PDPFor, Protagonismo Juvenil em processos de cultura de paz nas escolas públicas; e fortalecimento institucional para a promoção e defesa dos direitos humanos.

- 2012-2015 - **Projeto Exigibilidade dos Direitos Humanos com Conhecimento e Lutas**: intervenção articulada para exigibilidade dos Direitos Humanos Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – DHESCA; Fortalecimento da Rede DLIS com 35 entidades componentes; animação das Juventudes para Participação e Protagonismo, com 100 jovens de 05 escolas públicas e grupos culturais do Grande Bom Jardim e criação da Escola Popular de Educação em Direitos Humanos.

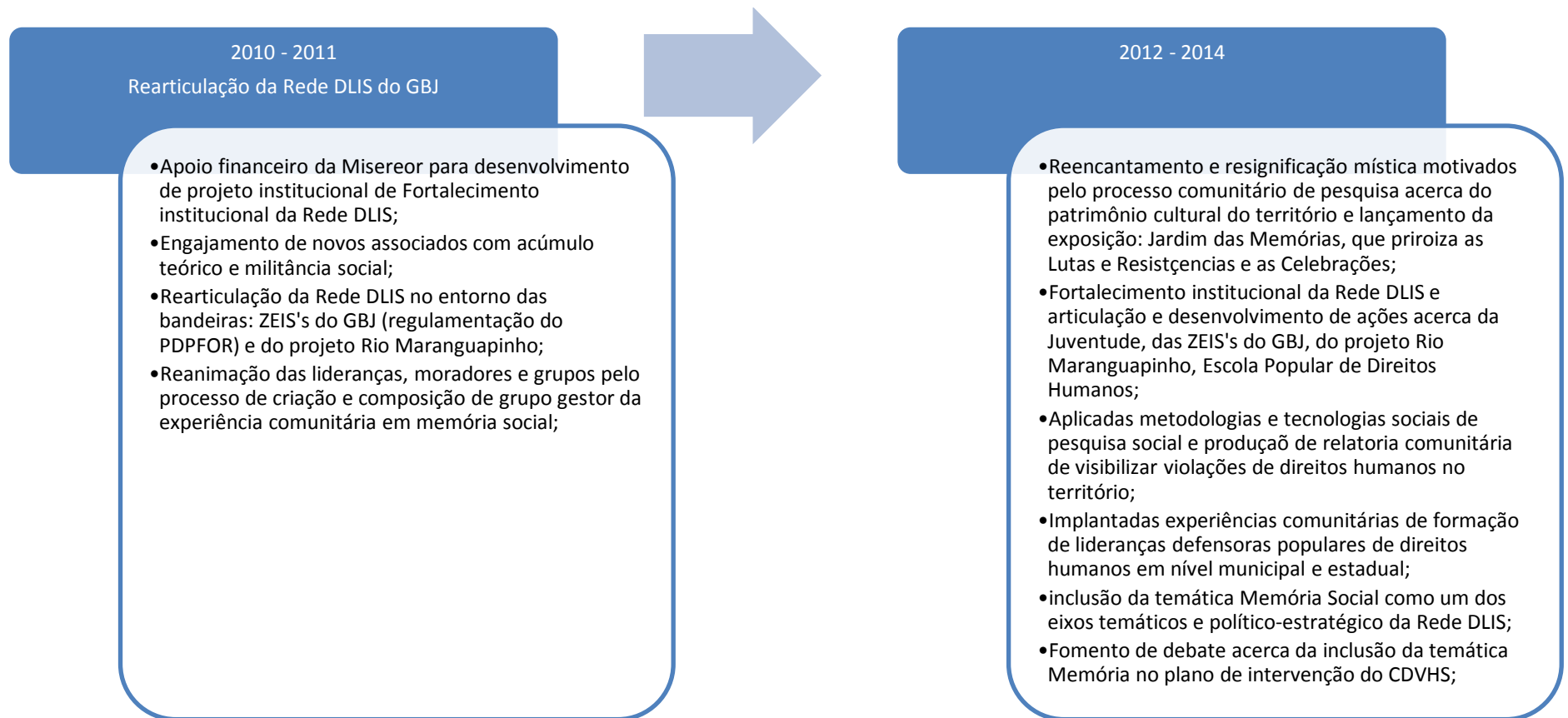
LINHA DO TEMPO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE DEFESA DA VIDA HERBERT DE SOUZA (1992 – 1999):



LINHA DO TEMPO INSTITUCIONAL DO CENTRO DE DEFESA DA VIDA HERBERT DE SOUZA (2000 – 2009):



LINHA DO TEMPO INSTITUCIONAL CENTRO DE DEFESA DA VIDA HERBERT DE SOUZA (2010 – 2014):



4. ESPAÇO E AGENTE SOCIAL

“O Poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras”.

(BOURDIEU, 2004: Pp.166 e 167)

4.1 ESPAÇO SOCIAL E ESPAÇO (PODER) SIMBÓLICO

Bourdieu (2011) acredita que por dar primazia à relação desenvolve uma filosofia relacional, também denominada por ele como filosofia da ação ou filosofia disposicional, focada na atualização das potencialidades inscritas nos corpos dos agentes e na estrutura das situações nas quais estes agentes atuam, ou seja, nas relações sociais. Esta filosofia da ação tem como ponto central a relação dialógica entre as estruturas objetivas (dos campos sociais) e as estruturas incorporadas (do habitus), descortinando um conjunto de noções introduzidas no discurso acadêmico que mais tem gerado controvérsias e bloqueado toda uma reflexão acerca da dominação masculina e da relação do cidadão com o Estado.

Ele, no ato de definir sua teorização como estruturalismo construtivista ou construtivismo estruturalista (2004), defende a noção de que há no mundo social, além do mundo simbólico, estruturas objetivas com força de orientar ou coagir as práticas dos agentes sociais, independente de suas vontades e consciências. A engenhosidade do pensar sociológico de Bourdieu tem alicerce na sua busca por superar a polaridade objetivista – aquela posição que busca explicar a vida social nas causas inconscientes que escapam às percepções daqueles que participam dela, ou seja, descarta as representações subjetivas dos agentes sociais – e subjetivista – aquela noção epistêmica que toma o conhecimento de senso comum dos agentes do mundo social como base para o fazer científico – do pensar científico no campo das ciências sociais. Para tal empreendimento de superação, ele propõe o modo de pensamento relacional, que se pretende a apreender os pontos de vista enquanto tal e os relacionar às posições dos agentes sociais na estrutura.

O autor se esforça por defender uma noção construtivista da análise sociológica, composta de uma gênese social dos esquemas da percepção, do pensamento e da ação, que são constitutivos da noção de habitus, bem como das estruturas sociais, denominadas também por ele como campos e grupos, e que comumente é conhecida como classes sociais.

Bourdieu (2011) alerta que está no próprio fundamento da noção de espaço a ideia de diferença e de separação, posto que o espaço seja um conjunto relacional de posições, cuja propriedade apenas existe se em relação a outras propriedades. Nesta medida, o espaço é um lugar formado por um conjunto de posições distintas e coexistentes e exteriores umas às outras, definidas umas em relação às outras por sua exterioridade mútua, como também por relações de proximidade, de vizinhança, de distanciamento e de ordem. Assim, o Grande Bom Jardim se distingue ou se diferencia do Grande Mondubim ou da Grande Parangaba ou de qualquer outra posição geográfica ou posição geopolítica na cidade por força de uma história social. Os sentidos dessa diferenciação se constituem na linguagem e se afirmam por meio de práticas discursivas, ou seja, a linguagem como ação no mundo.

O espaço social é construído de tal modo que os agentes e os grupos são neste distribuídos segundo as posições que ocupam socialmente, conforme uma estatística definida com base em dois princípios de diferenciação, segundo Bourdieu: o capital econômico e o capital cultural – mais precisamente o volume global de capital possuído e a estrutura desse capital, percebida pelo peso relativo dos diferentes tipos de capitais no volume total de capital. O autor ainda os denomina de poderes sociais fundamentais. Neste caminho, o GBJ, enquanto resultado de luta pela classificação de visão de mundo que expressa na sigla um emblema territorial, pode ser tomado como uma posição no espaço social da cidade.

Este autor apresenta, então, uma fórmula em condição de oferecer caminho para a produção de uma leitura adequada da análise da relação entre as posições sociais (conceito relacional), as disposições (ou os habitus, costumes, gostos) e as tomadas de posição (ou as escolhas que os agentes sociais fazem nos domínios mais diferentes de suas práticas). Assim, a cada classe de posições

sociais corresponde uma classe de habitus. Ou seja, os habitus são diferenciados e também diferenciadores de posições. Eles operam distinções.

Com base nesta assertiva, o espaço social GBJ, política e discursivamente engendrado pelo movimento social local, enquanto posição no espaço social da cidade se retraduz em um espaço de tomadas de posição (escolhas) pela intermediação do espaço de disposições, o qual tem na ideia de território sua unidade articuladora e na ideia de rede um agente coletivo ou grupo, dotada de uma estrutura social. *“Uma das funções da noção de habitus é a de dar conta da unidade de estilo que vincula as práticas e os bens de um agente singular ou de uma classe de agentes”*. (BOURDIEU, 2011, 21).

Assim, numa correlação possível entre o espaço social e o espaço geográfico quanto mais próximo estiverem os agentes ou as instituições situadas no lugar mais propriedades eles terão em comum. Quanto mais próximos os agentes estiverem no espaço social, mais próximos estarão no espaço geográfico, quer por opção quer impelidos ou coagidos pela força das circunstâncias. No entanto, as interações escondem as estruturas que as encerram. Ou seja, o visível esconde o invisível que o determina e a verdade nunca está integralmente explícita na interação social observada.

Como diz o autor, o espaço social é uma realidade invisível, a qual não se pode tocar e nem muito menos ser mostrada, mas é ele que organiza as práticas sociais e as representações simbólicas dos agentes.

O papel da Rede DLIS seria, por assim dizer, enquanto uma das posições sociais existentes no espaço local, o de produzir uma unidade de estilo entre os seus membros participantes, práticas e costumes estes mediados pela noção de pertencimento e de afeto ao lugar, e fundamentados na ideia de desenvolvimento sustentável, cujas práticas são fruto de condicionamentos sociais associados à posição correspondente deste ente no estrato social, bem como fruto dos efeitos da força catalizadora e geradora dessas mesmas práticas, gerando um conjunto sistemático de bens e de propriedades vinculadas entre si por uma afinidade de estilo. Portanto, *“O habitus é esse princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição em um estilo de vida*

unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens, de práticas". (BOURDIEU, 2011, 22).

Além dos habitus constituírem-se como princípios geradores de práticas distintas e distintivas e como princípio de classificação de visão e de divisão de gostos, de costumes, de práticas, de opiniões e de bens possuídos, eles se tornam diferenças simbólicas e se constituem em verdadeiras linguagens.

"As diferenças associadas a posições diferentes, isto é, os bens, as práticas e sobretudo as maneiras, funcionam, em cada sociedade, como as diferenças constitutivas de sistemas simbólicos, como o conjunto de fonemas de uma língua ou o conjunto de traços distintivos e separações diferenciais constitutivas de um sistema mítico, isto é, como signos distintivos". (BOURDIEU, 2011: p.22).

Recorrendo à fórmula de Benveniste sobre a linguagem, Bourdieu afirma que existir em um espaço é para além de diferir ou ser diferente, mas é ser distintivo, é ser significativo, é ser singular. Assim, dentre tantas posições relacionais no espaço social do Grande Bom Jardim, a Rede DLIS a partir de suas práticas intervencionistas de visibilidade das violações e negações de direitos, de exigibilidade de direitos, de negociação e de controle social das políticas públicas e no monitoramento da condução das coisas públicas tem se constituído nos últimos dez anos em uma posição significativa para o desenvolvimento territorial, tendo como um dos principais efeitos a constituição de uma representação simbólica, ou seja, um signo distintivo, socialmente pertinente e politicamente consistente, reconhecida não apenas pelo conjunto das organizações associativas locais, mas pelos agentes dos poderes públicos, pelos estudiosos, pesquisadores sociais, agentes da mídia.

Entretanto, entendendo que a diferença apenas se torna signo de distinção quando o princípio de visão e de divisão, enquanto capacidade de traçar as linhas fronteiriças, dividir e definir o interno e o externo e fazer afirmar uma posição social de onde se fala, está presente em todos os membros e este lhes estrutura suas percepções e fundamenta suas condutas, assim, a indagação que devemos produzir é em que medida as práticas da Rede DLIS expressam ou revelam o compartilhamento ou a incorporação dessa estrutura de distinção de diferenças objetivas que faz afirmar uma posição de onde se fala e a partir do que se fala?

No texto *La Distinction* Bourdieu propõe um modelo de categorização das classes e do espaço social, tomando como ponto de partida o princípio de classificação, o qual define as distâncias entre os agentes e os grupos no espaço social conforme as diferenças nas práticas, nos bens, nas opiniões, nos gostos, noção que prediz as probabilidades de coesão e de repulsão entre agentes e grupos necessária para decidir acerca da constituição, ou não, de classes. Esse modelo propõe a formulação de um diagrama que tem como finalidade mostrar a correspondência entre o espaço das classes construídas e o espaço das práticas, propondo delas uma imagem figurada e sinóptica, sintetizado na noção basilar de que o real é relacional.

“Trata-se, portanto, em cada momento de cada sociedade, de um conjunto de posições sociais, vinculado por uma relação de homologia a um conjunto de atividades (a prática do golfe ou do piano) ou de bens (uma segunda casa ou o quadro de um mestre), eles próprios relacionalmente definidos”.
(BOURDIEU, 2011: p.18).

As disposições e os interesses entre os agentes têm mais possibilidades de se coadunarem mediante semelhanças ou vizinhanças das condições ocupadas na estrutura social ou dos condicionamentos sociais a que são submetidos. Assim, maiores são as possibilidades desses agentes desenvolverem práticas semelhantes. Quanto mais os gostos são adquiridos, nas interações, em virtude de uma posição ocupada na estrutura mais se ratifica esta posição na estrutura. A isto se denominou *sense of one's place* (GOLFMAN apud BOURDIEU, 2004, 155), estratégias inconscientes de manutenção e fortalecimento da posição. Com base nesta concepção, Bourdieu afirma que as distâncias ou proximidades sociais estão inscritas no corpo, ou melhor, na relação que temos com o corpo, com a linguagem e com o tempo. Isto esclarece a relevância do resgate histórico da memória territorial, projeto a que tem se ocupado a Rede DLIS nos últimos quatro anos. A cada momento um grupo pode visitar a relação dos agentes locais com o espaço e a partir de então desvendar ou redefinir outros e novos sentidos ou perspectivas de visão de mundo que fortalece sua posição social e tudo aquilo em que se acredita.

Assim, quanto mais bem construído for o espaço social e menores forem as unidades recortadas neste espaço, por mais artificial e abstrata que seja a noção de classe social, mais concreto é o grupo real que aquele modelo metodológico

representa. Por isso há uma tendência, quase sempre verificada, de um melhor grau e nível de articulação entre as organizações associativas da Rede situadas numa mesma área comunitária, as quais se assemelham em gostos, gestos e práticas e são reunidas por uma proximidade histórica, social e urbanística. Assim, uma dos itens de verificação da constituição desse sentido de posição no espaço social reivindicado e afirmado pela Rede DLIS seria suas formas de reunião de forças políticas (modelo de organização e de coesão institucional), representativas de uma imensa região geográfica, para o enfrentamento das violações de direito priorizadas.

“As classes no sentido de Marx estão por fazer-se mediante um trabalho político que possui tanto mais possibilidades de ser bem sucedido quanto mais se munir de uma teoria bem fundada na realidade, logo, mais capaz de exercer um efeito de teoria – theorien, em grego, quer dizer “ver” –, isto é, de impor uma visão das divisões”. (BOURDIEU, 2004, 156).

O que as próprias palavras designam é fruto de uma luta pelas classificações de mundo, elas são próprios artefatos históricos socialmente bem fundados. Assim, a denominação Rede DLIS e território Grande Bom Jardim são resultados políticos da capacidade de se fazer ser por um agente social mediante uso de determinadas estratégias político-discursivas. Mas, quais são as percepções, as perspectivas, os pontos de vista que os próprios agentes do coletivo têm a despeito da experiência de articulação em rede social e da constituição de uma territorialidade em função da posição que tem ocupado no espaço social local e a visibilidade que se impôs na cidade, bem como o papel político constituído no diálogo e nas relações – e a partir dos resultados destes – com os poderes públicos? As respostas dos agentes têm muito a revelar sobre o que os constitui em termos de posição no espaço social, sobre as semelhanças nas disposições, os gostos, os pensamentos e as práticas, uma vez que as disposições, ou seja, o *habitus* dos agentes são estruturas mentais através das quais os agentes apreendem o mundo social, ou seja, elas são manifesto ou produto da interiorização das estruturas do mundo social.

Bourdieu (2004) defende a questão de que buscar as formas invariantes de percepção e de construção da realidade social é salutar para desvendar algumas prequestões, tais: a construção da realidade social está submetida às coerções estruturais. Assim, as estruturas cognitivas são também socialmente estruturadas,

pois têm elas uma gênese social. Portanto, isso é o que equivale a dizer que a construção da realidade social não é um empreendimento meramente individual, uma vez que esta construção pode ser também um empreendimento coletivo. As representações dos agentes variam conforme a posição que ocupam no espaço social e segundo os interesses relacionados à posição, bem como ao habitus adquirido através da experiência durável em uma posição do mundo social. Ou seja, o habitus é simultaneamente produtor de representações e de práticas, códigos ou esquemas classificatórios apenas imediatamente perceptíveis pelos que deles compartilham, pelos agentes que sejam capazes de compreender o sentido social dos códigos ou dos esquemas classificatórios. Então, a partir de que janela a Rede DLIS percebe, constrói e afirma a realidade social Grande Bom Jardim? *“Um território onde sujeitos de direitos afirmam cotidianamente direitos humanos, econômicos, sociais, culturais, ambientais, usufruem plenamente do direito à cidade, e valorizam sua trajetória de lutas permanentes, pautadas na autonomia política e na emancipação humana”*. (Trecho de documento institucional “Carta da Rede DLIS”, outubro de 2013.). Essa é a realidade que a Rede DLIS quer fazer real em 2025, razão pela qual concebe e desenvolve estratégias e tecnologias sociais.

Quanto aos efeitos políticos da atuação da Rede DLIS, a coordenação executiva do Centro Herbert de Souza compreende a constituição de um sentido público de credibilidade depositada na capacidade da Rede empreender lutas sociais com efetividade como um dos principais efeitos positivos do movimento. [...] *tem um que é de credibilidade. Assim, a gente quando vai pro meio da rua ou quando vai fazer solicitações que fala em nome da Rede DLIS o povo dar credibilidade. Acho que é importante isso.* Também é destacada a verificação de um maior grau de politização expressa pela percepção das entidades integrantes da necessidade de se situarem estrategicamente na estrutura social, ocupando espaços deliberativos, como os conselhos institucionais e de direitos. [...] *“nos últimos tempos tem sido uma compreensão maior [...] mas acho que tem um amadurecimento, algumas clarezas políticas, tipo algumas entidades da Rede têm clareza de que precisam estar no conselho de saúde para monitorar a saúde no Grande Bom Jardim, né, é preciso estar no conselho de Assistência Social, fazendo algumas denúncias das violações [...] acho que isso é ganho”*.

Outra visão de mundo constituída a partir da experiência prática e dos sentidos compartilhados da Rede refere-se à compreensão do processo de afirmação de uma territorialidade ou de um espaço de domínio através das lutas sociais por direitos para um território:

[...] “de perceber as situações de violações e querer resolver, que era meio distante isso. Na ideia de desenvolvimento, a gente lutava por tudo e não sabia o que era isso tudo. Acho que hoje a Rede tem mais ou menos essa, meio que tem um prumo político mais ou menos desenhado no meu jeito de ver, né, que é de perceber as situações, de negociar, muito mais de pressionar, acho que nem tem muita negociação [...]. Além dos ganhos políticos da visibilidade desde a nossa participação no orçamento participativo, né, mas hoje a cidade olha pra Rede DLIS com muita, com pouquinho de fé, tanto o movimento social como o poder público. A ideia de Grande Bom Jardim, né, acho que, tipo assim, nós temos uma ZEIS que não é só um bairro, tá com quase todos os outros, e a articulação do movimento de moradia, de todos os movimentos de moradia que num é só de um lugar, entendeu, que se junta pra fazer a mesma discussão, né. Eu chamo de território o tal do socialmente construído, que é o Grande Bom Jardim, que as pessoas num se sentem só atuando num cantinho, mas tem essa atuação, essa compreensão, talvez, mais ampliada da luta, desse grande território, que não é só o bairro. (Coordenadora do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, organização integrante da Rede DLIS).

A intensificação da internalização dos códigos socialmente compartilhados entre os membros integrantes do coletivo a partir da percepção dos efeitos de suas práticas de luta sociais por direitos para um espaço urbano constituído de elementos materiais e simbólicos que lhes confere um poder de domínio sobre o espaço, afirmando-o território, fortalece a ideia de uma rede de relacionamentos articulada por laços de solidariedade: *“criou uma rede de relações já que liderança x, que é do bairro Canindezinho, com a participação e a atuação da liderança y, que é da Granja Lisboa. Então, acho que tem um meio entrelaçado também nas relações, que não são só políticas, que pra mim é resultado do fortalecimento”*. (idem).

A percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação, objetiva e subjetiva. Do ponto de vista objetivo, as características e propriedades inerentes aos agentes e às instituições têm muito mais probabilidade de diferenciar estratos no espaço social. Do ponto de vista subjetivo, os esquemas de percepção e de apreciação das práticas exprimem o estado das relações de poder simbólico existente e atuante. Dessa forma, essa dupla estruturação de percepção do mundo

social corrobora para produzir um consenso mínimo sobre o que seja o mundo social.

No entanto, os objetos do mundo social comportam uma parcela de indeterminação e de fluidez, bem como comporta certo grau de elasticidade semântica. Que se denomina elemento objetivo de incerteza, o qual fornece uma base para a pluralidade de visões de mundo e de pontos de vista, ao tempo em que também fornece uma base para as lutas simbólicas pelo poder de produzir e de impor a visão de mundo legítima.

Na mesma medida em que a percepção do mundo social é produto de uma dupla estruturação, as lutas simbólicas podem adquirir duas formas distintas. Da perspectiva objetiva, elas agem através de ações de representação, tanto individual quanto coletiva, com o propósito de mostrar e fazer valerem determinadas realidades, por meio de manifestações que têm como objetivo tornar manifesto e contundente um grupo social, demonstrar sua força de realização, seu potencial de coesão, de conferir e sustentar sua visibilidade no espaço social. No campo individual, dar conta das estratégias de apresentação de si com foco de manipular a imagem de si no grupo e garantir sua posição neste.

Quanto à perspectiva subjetiva, as lutas simbólicas podem agir tentando mudar as categorias de percepção e de apreciação do mundo social, ou seja, as estruturas cognitivas e avaliatórias: os sistemas de classificação, que somente operam na linguagem. Em suma, são as palavras, os nomes das coisas que constroem a realidade social tanto quanto a exprime que constituem o alvo por excelência das lutas políticas, aquelas que objetivam impor um princípio de visão e de divisão legítimo do mundo social. Por isto, a primazia que este trabalho dar aos nomes Rede DLIS e território Grande Bom Jardim. [...] “os nomes que os designam, são os instrumentos e os alvos de incontáveis estratégias e que os agentes estão continuamente ocupados em negociar a propósito de sua identidade”. (BOURDIEU, 2004, 162).

Como conclui Rajagopalan, ao questionar o conceito de identidade tomado na linguística, “a própria questão da identidade está ligada à ideia de

interesse e está investida de ideologia. Assim, a construção de identidades é uma operação totalmente ideológica". (1998: p.42).

A sagacidade popular a respeito do uso do nome ou da palavra como instrumento político é bastante singular no território em estudo, a qual se utiliza do efeito de construção da realidade social que as palavras conferem com intuito de reconstruir retrospectivamente um passado ajustado às demandas e perspectivas postas pelo presente. Destaco a artimanha da comunidade Mela-Mela, localizada no bairro Granja Portugal, a qual com o propósito de afastar a marca de assentamento precarizado, caracterizado pelo brejo e pela lama, haja vista a natureza geográfica do terreno, a informalidade e espontaneidade da ocupação e a ausência de infraestrutura sanitária, resolveu renomear a comunidade para *Novo Mundo Pioneiro* como estratégia política de reconstruir a realidade social a partir do nome, de imprimir outra e nova identidade comunitária com perspectivas de futuro e de vanguarda. Assim, podemos perceber que as lutas simbólicas, sejam elas vivenciadas individual ou coletivamente, conferem uma autonomia real aos agentes e aos grupos com força de alterar as estruturas em que estão inseridas e incrustadas.

Naquele mesmo texto citado acima, Rajagopalan (1998: p.24) exemplifica o poder de se manter a diferença entre identidades étnicas a partir de uma suposta diferenciação entre duas línguas, a hindi e a urdu, que embora haja evidências bastante consistentes no campo da linguística quanto à semelhança entre as suas estruturas, ao ponto de haver uma corrente entre os linguistas da Índia e do Paquistão que postula a existência de uma única língua subjacente. Entretanto, a hipótese é veementemente rejeitada por razões eminentemente políticas, devido às animosidades religiosas, as quais, por séculos, legitimaram a distinção nominal das línguas e, por conseguinte, de suas culturas correspondentes, diferenças estas que trabalharam para fazê-las conhecidas e reconhecidas oficialmente como distintas uma da outra.

O capital simbólico é o reconhecimento do capital econômico ou do capital cultural retido por um agente ou por um grupo tomando como prisma as categorias de percepção que ele próprio impõe como princípios de visão e de divisão do mundo social. Quanto mais conhecido e reconhecido for um agente ou um grupo mais este tem condição de impor uma escala de valor favorável à

valoração do seu produto. Ou seja, as relações de força tendem a reproduzir e a fortalecer as próprias relações de força que constituem a estrutura do espaço social em que são travadas. Dessa forma, a legitimação de uma ordem social é fruto da capacidade de imposição das estruturas de percepção e de apreciação de um agente ou de um grupo às estruturas objetivas do mundo social, com força de fazer-se percebido como evidente no mundo social a partir de um prisma ou de uma perspectiva de visão do mundo.

Portanto, fala-se de uma luta simbólica pela produção do senso comum, pela detenção de um monopólio de nomeação legítima, e, para tal empreendimento, fazem-se imprescindíveis a apropriação e o uso do capital simbólico adquiridos em lutas anteriores. Daí a relevância estratégica do resgate histórico da memória social acerca das relações sociais e dos processos de organizações associativas como caminhos de se constituir os sentidos de uma territorialização, lançado mão oportunamente e posto em desenvolvimento pela Rede DLIS através de seu eixo memória social. Assim, quanto mais fortalecida for a identidade social ou institucional deste coletivo periférico mais força ele terá de fazer reconhecer o seu território como um lugar de direitos e situá-lo no centro das políticas, mais condições ele terá de agenciar, de negociar e de captar políticas públicas para a região em que atua e tem raízes, mais reconhecida será a territorialidade que ele imprime.

Para Bourdieu, existe um ponto de vista oficial, uma perspectiva de visão do mundo legítima atribuída pelo Estado, a qual todos têm que reconhecer e que se exprime através do discurso oficial emitido por autoridades. Esse discurso oficial impõe o ponto de vista da institucionalidade Estado e exerce, notadamente, três funções: ele opera um diagnóstico, enquanto um ato de conhecimento tende a afirmar o que uma pessoa ou uma coisa é, como que um discurso quase divino de criação identitária; ele produz uma prescrição administrativa que ordena fazeres considerando o que as pessoas são e que posição elas ocupam na estrutura; ele emite relatórios oficiais com pareceres acerca do que realmente foi feito acerca do que se planejou ou do que se foi ordenado. Assim, o Estado exerce um poder de produzir o senso comum e garantir a certificação, o poder de nominar oficialmente, enquanto uma das manifestações mais típicas do monopólio da violência simbólica legítima. A reprodução de um ponto de vista de um agente pelo Estado é a garantia

de certificação do monopólio dessa visão de mundo e de divisão da realidade social na luta pela classificação no campo de luta simbólica.

O encontro ordinário da Rede DLIS de novembro de 2013 teve como tema “A Luta das Periferias pelo Direito à Cidade”, reunindo todo o governo municipal, com exceção da Secretaria de Transportes Urbano (ETUFOR), da Secretaria Municipal de Educação (SME) e de representação da Secretaria Executiva Regional VI (SER VI), através dos órgãos executivos: IPLANFOR, HABITAFOR, SECULTFOR, SEUMA, REGIONAL V, COORDENADORIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE DROGAS, COORDENADORIA DA JUVENTUDE, COORDENADORIA DE PARTICIPAÇÃO POPULAR com o objetivo de negociar a instalação de uma mesa permanente de monitoramento da execução da Plataforma de Políticas Públicas Prioritárias para os territórios do Grande Bom Jardim e do Jangurussu e Ancuri, periferia sul do município de Fortaleza e circunscritos à área de competência administrativa da SER V. Ressalte-se ausência de representação da rede parceira do Jangurussu e Ancuri. Logo no debate ficou evidente, através das falas dos membros da Rede DLIS, a afirmação do lugar de fala, o do território Grande Bom Jardim, como podemos citar: [...] *“Faço parte do movimento Grande Bom Jardim com diversas atividades, é, agora mesmo nós temos a luta pelo Ponto de Memória do Grande Bom Jardim”*. [...] (Representante da Associação Espírita de Umbanda São Miguel, organização integrante da Rede DLIS). *“Eu só não nasci aqui, eu nasci no César Calls, mas há quarenta anos que moro no Grande Bom Jardim”* [...] *“Então, uma pergunta, que talvez o secretário possa responder, se há alguma intenção de acabar com esse monopólio do transporte aqui no Grande Bom Jardim?”* (Representante do Conselho de Integração do Bom Jardim, organização integrante da Rede DLIS). [...] *“Nós temos no Grande Bom Jardim mais da metade da população Criança, Adolescente e de Jovens, né, e aí, a minha questão é como a Secretaria de Juventude está fazendo a articulação com este outro programa”* (Representante do centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, organização integrante da Rede DLIS).

Recorrentemente, os pronunciamentos de fala das lideranças direcionados à governança municipal inqueriam acerca das políticas públicas municipais orientadas para o território de atuação do coletivo, ou seja, o Grande

Bom Jardim, denominação excessivamente marcado nos atos de fala. No entanto, as falas das autoridades presentes, representantes legais dos órgãos acima mencionados, no geral concentraram-se na apresentação de políticas e programas do plano de governo municipal, sem estabelecer recortes territoriais ou espaciais de suas incidências como estratégia de não comprometimento institucional. O maior esforço verificado nestas falas oficiais foi de apresentar e afirmar uma lógica de governança da gestão atual do município de Fortaleza, na tentativa de desconstruir alguns marcos simbólicos da gestão anterior.

A maior conquista da Rede DLIS neste evento foi reunir as principais pastas da gestão executiva municipal de Fortaleza (2013-2016), feito alcançado em grande medida pelo diálogo estratégico e propositivo que construiu com o IPLANFOR. Entretanto, a mesa de monitoramento permanente, objeto central do encontro entre movimento social local e gestão municipal, não foi instalada. A proposta do movimento não se coadunou à lógica que fundamenta e estrutura a gestão municipal, ao tempo que se pode ser inferido o interesse desta de se aproximar da Rede DLIS como caminho para conhecer o modelo de organização e de participação operado pelo coletivo, provavelmente como experimento piloto de um modelo de participação social que se encontrava em fase de concepção. No entanto, embora as representações de chefia do poder executivo municipal presentes ao evento não tenham considerado expressamente a incorporação do território no sistema de participação social da gestão municipal, reconheceram o poder de domínio do espaço social detido pela Rede DLIS.

[...] “A minha fala aqui é no sentido de dizer, de falar um pouco mais aprofundado sobre a integração das políticas públicas. Esse é o papel do Instituto de Planejamento de Fortaleza. Ele deixou de ser um instituto urbanístico [...] ano passado este instituto ele foi criado por lei, né, em 2012, mas não foi implantado, né, e o Prefeito Roberto Claudio muito sabiamente, embora num primeiro momento incompreendido pela academia, que ainda vai ter um tempo pra maturar esse novo instituto. Tirou a palavra urbanismo. E agora tá o nosso vice presidente, que tá aqui, trabalhando a nova legislação do instituto de planejamento. Tirando as sobreposições que tem de funcionamento como secretaria sem esquecer esse papel da transversalidade naturalmente sobrepõe, não tem como, tá certo!. Eu quero dizer pra vocês, esse momento que Fortaleza vive, é o momento que o Brasil inteiro vive. O planejamento no Brasil ele foi desmontado, foi esfacelado, foi acabado. Então, a gente tem dificuldade, dentro da própria gestão, porque somos seres humanos, vivemos todos que somos brasileiros [...] esse processo de desmontagem do planejamento. Então, a gente tá trabalhando com as secretarias, de vez em quando a gente tem contratempo porque uma secretaria não entende, outra não entende. Mas hoje o IPLANFOR nada mais é, ou sobretudo é muito mesmo uma

incubadora das ações estratégicas do município. [...] O plano de governo tá naquela fase de plano de governo ainda da campanha eleitoral. O que fazer com plano de governo quando você ganha uma campanha eleitoral? O plano de campanha virou plano estratégico de governo, com ações estratégicas que vai ser compatibilizada e está sendo compatibilizada com a realidade financeira, com a realidade econômica, com a realidade da gestão pública que o governo pegou, porque o governo só sabe quando entra também. Ele num tava no governo pra saber como era que tava funciona a máquina. Ele tem o que, ele tem indicadores, indicadores públicos que são fraquíssimos por sinal [...] nós não temos indicadores de nada, tá. Nós estamos construindo isso. Então, o Instituto de Planejamento tem esse papel integrador. Nós temos o MAPFOR que é um sistema onde todos os projetos da prefeitura passam por este sistema. E o instituto de planejamento ajuda o prefeito a dizer: este projeto está de acordo com a linha estratégica do governo, este projeto não está de acordo com o combate à pobreza, vamos derrubar o muro da vergonha e da pobreza, como o prefeito bem falou [...] A gente não pode tratar da mesa de negociação só daqui, tá. Então pra isso, nós estamos trabalhando a criação dos conselhos regionais. Os conselhos regionais vão ser nesse modelo aqui. O poder público não faz parte do conselho regional. Ele é ouvinte. [...] vamos dizer assim: é uma inovação, um crescimento do orçamento participativo, porque o orçamento participativo ele é descolado do planejamento. lá lá ouvia a comunidade e depois não tinha dinheiro. Então, essa rodada participativa de diálogo, né, que vai compor esse sistema de participação social ele vai ter essa instância, que é essa instância aqui, que é dividida por bairros. Então, vocês estão avançados. Eu quero parabenizar vocês". (Representante do Instituto de Planejamento de Fortaleza/IPLANFOR).

Tramita na Câmara Municipal de Fortaleza o projeto de indicação, nº 0076/2014, do vereador José do Carmo (PSL) para implantação de logradouro público (praça) e de um arco na entrada da região, marco na paisagem que funcionará para sinalizar fronteira, portal de passagem entre o interior e o exterior da região, o qual se propõe veicular dizeres com força de nomeação singular do lugar: "Bem Vindo ao Bom Jardim". Isso ilustra a ideia de multiterritorialidade do espaço social, enquanto lugar de disputa. A Rede DLIS almeja galgar apoio do Prefeito para instalar em espaço anexo à praça daquele vereador a sede da sua Iniciativa Comunitária em Memória e Museologia Social. Isto foi objeto de negociação entre a Rede DLIS e o chefe do poder executivo e objeto de emenda ao orçamento municipal para o exercício 2014. Nesta medida, os dois projetos caminham concomitantes, articulados em certa medida pela diplomacia e pelo bom senso político, mas em estado permanente de disputa, dada a diferença entre os projetos políticos.

Além do referido vereador, outros políticos profissionais, residentes locais, tomam a região do Bom Jardim como campo eleitoral, a exemplo do Didi Mangueira (PDT), Ari Nogueira (sem mandato), Aonde é (PTC), Didi Maravilha (sem mandato). A relação entre estes e o coletivo Rede DLIS dá-se no campo da política. As aproximações e distanciamentos seguem o movimento da conjuntura política. Por exemplo, no que se refere ao político Didi Mangueira, a relação entre as partes, por ocasião da implementação do projeto “Amigos da Praça”, promovido pelo Centro Herbert de Souza, deu-se pelo conflito e pela intransigência, em 2008 e 2009. Já por ocasião da luta por participação efetiva no processo de elaboração da peça orçamentária municipal de 2014, final de 2013, a aproximação foi necessária, haja vista aquele político, em mandato, era líder do prefeito na Câmara e Presidente da Comissão de Orçamento daquela casa. Através dessa aproximação estratégica, a Rede DLIS garantiu a captação de mais de meio milhão de reais em investimentos públicos na Lei Orçamentária Anual de 2014 (LOA/2014). A decisão de buscar apoio do vereador para captação de recurso foi estratégica, pois a maioria da Câmara Municipal é da base aliada do Prefeito. Ademais, a relação entre as partes encontrava-se menos tensa dada à pressão do movimento na primeira metade de 2013 para sentar com o Prefeito para acertar a execução da Plataforma de Políticas Públicas Prioritárias para os territórios Grande Bom Jardim e Jangurussu e Ancuri.

Por ocasião do levantamento de dados secundários em órgãos públicos no âmbito do processo de atualização do diagnóstico do Grande Bom Jardim, técnicos do CDVHS recorreram aos distritos da SER V para coleta de bases cartográficas oficiais da região. Foi verificada a percepção dos agentes operadores da prefeitura local quanto ao papel dos movimentos sociais de nomear o espaço social. Esses operadores locais do poder executivo municipal não atribuíram o advento Grande Bom Jardim à municipalidade ou ao poder público, mas aos movimentos sociais no que tange suas inventividades tecnológicas criativas que são tecnicamente orientadas com finalidades políticas para a constituição de domínio do espaço social. A coordenadora executiva do CDVHS observa que alguns secretários executivos da SER V reconheceram, através de falas e posturas políticas, a territorialidade Grande Bom Jardim, muito embora outros do mesmo posto institucional tenham negado esse reconhecimento.

O Estado detém o monopólio da violência simbólica legítima. Ele exerce um papel de árbitro nas lutas pelo monopólio da classificação, pelo domínio da produção e da imposição da visão legítima do mundo social. No entanto, esse monopólio da violência simbólica legítima detido pelo Estado nunca é na forma absoluta, mesmo que as autoridades burocráticas aliem ao exercício de seu ofício a autoridade científica. Sempre há na sociedade conflitos e tensões entre poderes simbólicos na luta pela construção e afirmação de grupos sociais, pois os poderes simbólicos visam impor a visão das divisões legítimas, determinar as classificações sociais, que organizam a percepção do mundo social e, em determinadas condições, podem organizar o próprio mundo. Portanto, o poder simbólico, como afirma Bourdieu (2004,165), é um poder de *worldmaking*.

Assim, podemos verificar sob que condições um poder simbólico pode se tornar um poder de constituição, no sentido político. Ou seja, um poder com força de se fazer constituir e de afirmar, de conservar ou de alterar os princípios objetivos da classificação, capaz de determinar o que é próprio e o que é alheio, o que é de dentro, e o que é de fora, o que é pertencente e o que é estranho. A forma por excelência do poder simbólico é o de fazer grupo. Ou mais que isso, “*O poder simbólico é um poder de fazer coisas com palavras*”. (BOURDIEU, 2004, 166 e 167). Notadamente, Bourdieu foi leitor de John L. Austin, em quem se inspirou para a sua leitura sociológica tomando como referência a visão performativa da linguagem. Esse poder de classificação do mundo social opera-se através das palavras que são utilizadas para designar ou descrever os indivíduos, os grupos ou as instituições.

Em outubro de 2013 a Rede DLIS esboçou os conteúdos de um documento institucional, denominado “Carta da Rede DLIS”, trecho já citado em parágrafos acima, que busca designar sua identidade política e descrever sua estrutura de organização. O documento foi apreciado pelo coletivo através de suas comissões, sendo pauta central do encontro ordinário do mês de outubro. Foram produzidos muitos elementos complementares para qualificar o texto, entretanto, a versão final do documento ainda não foi aprovada. Mesmo assim, trazemos aqui alguns trechos para termos uma ideia de como o coletivo se autodenomina: [...] “*a Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim – Rede DLIS, é uma instância de articulações de lutas envolvendo 35 entidades e movimentos da*

sociedade civil organizada, demandando questões específicas de cada bairro, consensuando atuações no que diz respeito ao conjunto da região e da Cidade”. E que toma como missão “Afirmar os direitos humanos como estratégia de luta por políticas públicas com participação popular para o desenvolvimento local”.

Assim, a Rede DLIS é entendida como um lugar político, composto por organizações associativas comunitárias locais e por outros coletivos de bandeiras singulares da organização social, enquanto espaço público que se propõe articular politicamente para visibilizar demandas e reivindicações específicas dos bairros, e negociar estratégias e formas da intervenção em atenção à região e à cidade. A Rede DLIS abraça o princípio da participação popular na gestão democrática da cidade e compreende os direitos humanos como estratégia de luta para o desenvolvimento local. Nos dizeres enunciados pelo referido documento, a palavra luta é basilar para compreender a mística da organização, palavra também que reflete, expressa ou resume os movimentos sociais, no seu propósito de conquistar as políticas públicas. Cabe ainda observar que a missão da Rede DLIS está bem próxima da missão da organização associativa que intuiu e se esforçou para lhe constituir no cenário social como fruto de uma convenção e de um pacto social, o CDVHS. Esta entidade toma como missão “a defesa da vida e a promoção dos direitos humanos”.

O próprio nome “rede” realiza a ideia de conjunto, de conexão entre organizações associativas enquanto pontos formando fios de ligação cuja articulação dar forma a uma trama de tecido social, capaz de sustentar uma matéria, no caso, um corpo político, um ente social com força de realizar aquilo que diz.

Uma institucionalidade só passa a existir de fato, tanto para os que fazem parte dela quanto para os outros, quando ela é distinguida das demais. E o poder de distinguir é um poder simbólico capaz de consagrar ou de revelar algo que já exista, através do poder de se fazer conhecer e reconhecer. Assim é a luta da Rede DLIS, de se arcar de instrumentos operacionais e estratégias discursivas para constituir o seu poder simbólico, com poder de ser conhecida e reconhecida, de impor com sucesso e efetividade sua visão de classificação de mundo social. Então, o poder político nada mais é que o poder de impor uma visão das divisões, o poder de tornar visíveis e explícitas as divisões sociais implícitas, de fazer-se existir, conhecido e

reconhecido como ser distinto e de direitos, cujo poder de domínio espacial seja tomado como referência pela cidade e pelo Estado e cujo território seja lugar privilegiado das políticas públicas. Em síntese, o poder político é o poder de constituir grupo e de mobilizar as estruturas objetivas da sociedade. Portanto, o poder performativo da linguagem, o de designar e de nomear tem o poder de fazer existir no Estado instituído um corpo constituído, um grupo corporativo, dotado de singularidades e com atributos de diferenciação.

Tomando como fundamento essa concepção do poder simbólico de fazer grupos com palavras, como os integrantes da Rede DLIS se veem investidos do pleno poder de agir e falar em nome de um grupo constituído pela força da linguagem performativa, produzido mediante a magia dos slogans, das bandeiras de luta, das palavras de ordem, com poderes de traçar e dizer as fronteiras entre os grupos no espaço social e fazer-se existir enquanto membro e, simultaneamente, representante da Rede DLIS? Ou seja, a Rede DLIS só existe por que existem pessoas dispostas a falarem pública e oficialmente em nome dela, ser o grupo em feições de gente, e por serem reconhecidas pelos demais integrantes como legítimos representantes e serem autorizadas a tais representações, e por fazer-se conhecer e reconhecer por outras mentes como uma posição na estrutura social, com poder de impor uma visão e de divisão do mundo social.

Para mudar a realidade periférica excludente, destituída de bens universais de consumo coletivos e socialmente rechaçada pela sociedade, é preciso antes alterar a percepção ou visão de mundo que se tem dessa realidade, ou seja, de uma região marginalizada para um território de direitos, e as operações práticas (tecnologias sociais e estratégias discursivas) responsáveis pela produção e pela reprodução do grupo. Assim, tomando o poder simbólico como uma forma de discurso performativo, o poder de realizar aquilo que diz está fundado na posse de um capital simbólico. Nesta direção, o poder de impor a outras mentes uma visão das divisões sociais está relacionado à autoridade social acumulada nas lutas pretéritas, enquanto um crédito depositado. Por isso, a relevância do resgate histórico das memórias sociais acerca do processo de formação e de composição dos quadros de agentes políticos e da estruturação de uma organicidade social. A memória, neste caso, é uma estratégia de reconstrução de sentidos, no presente, de

acontecimentos passados, como forma de centrar o discurso da Rede DLIS, conferindo-lhe e fortalecendo uma posição, de constituir e fortalecer novas identidades sociais e de afirmar uma identidade territorial. Portanto, a complexidade está na realidade social constituída na/pela linguagem.

Aos mais velhos, os ancestrais do grupo, e à experiência acumulada, cabem o poder de impor às outras mentes o reconhecimento de uma visão de mundo social. Assim, podemos inferir que o poder de constituição identitária, ou seja, o de fazer ser quer seja através da mobilização, da procuração ou da representação legítima e autorizada, apenas pode ser obtido ao cabo de um longo processo histórico de institucionalização, que, no caso da Rede DLIS, em 2014 faz dez anos de estatuto social.

Os agentes sociais se expõem à classificação ao tomarem suas escolhas, posto que estas escolhas sejam em conformidade com seus gostos, combinando gostos entre si e combinando esses gostos com eles, os agentes, ou seja, combinando com o que mais convém às suas posições e a seus interesses intrínsecos. Somente por serem socializados, de domínio comum, os agentes são capazes de perceberem a relação imediata entre as práticas ou as representações e as posições no espaço social. Assim, o habitus pode ser um mundo de senso comum capaz de evidenciar um mundo social, portanto, um instrumental metodológico de classificação.

As diferenças funcionam, objetivamente, como signos simultaneamente distintivos e de distinção. O mundo social é organizado segundo uma lógica da diferença e apresenta-se, objetivamente, como um sistema simbólico. Em outros termos, o espaço social funciona como um espaço simbólico, um espaço dotado de variados estilos de vida e de diversos grupos de estatuto. O Espaço social é multifacetado, é plural.

No tocante à Rede DLIS e segundo a conceituação em Bourdieu, aquela poderia ser classificada como uma classe real, ou seja, uma classe realizada, ela fruto de um investimento político de mobilização, resultante de uma luta de classificações, simbólica e política, dotada de uma capacidade de impor e construir uma visão de mundo e de divisão do mundo social, ou seja, ela não se faz somente

uma abstração teórica, fruto de um modelo de categorização, o de fazer ver (theorein), através de mecanismos técnicos, uma realidade.

Para ele, negar a existência de classe social é negar a existência de diferenças e de princípios de diferenciação. Com esta concepção ele se coloca na posição contrária de toda tentativa de homogeneização da sociedade (sobretudo a tendência analista de denominar democrático todo Estado em processo de desenvolvimento econômico), posto que seja qualquer tentativa neste caminho uma posição totalmente insustentável de leitura de mundo. Assim, falar de espaço social é falar de diferenças. Portanto, para a teoria da filosofia disposicional ou filosofia da ação de Bourdieu, falar de classe social é falar de espaço, ou mais ainda, falar de classes sociais é falar de espaços de diferenças. Não é que ele negue a existência de classes sociais, mas é que elas não são objetos dados, prontos e acabados, as classes sociais são para ele algo que se coloca e se trata de fazer, são estruturas sociais em movimento. As classes sociais são ação. A Rede DLIS, enquanto uma posição no espaço social local é uma estrutura social que se coloca e trata de fazer intervenção no lugar.

Neste caminho, o espaço social com suas divisões e diferenças, é algo que os agentes sociais locais têm a fazer, seja em suas ações individuais ou coletivas, seja na cooperação ou no conflito. Dessa forma, as concepções de grupo sobre o que seja o melhor para o lugar são também uma forma de divisão, de classificação de visão de mundo. Portanto, falar em *desenvolvimento local sustentável* é assumir um conceito de espaço social, de posição no mundo social, é expressão também de afinidades e de compartilhamentos de percepção, de pensamento, de ação, de opinião entre agentes. Ou seja, a noção de *desenvolvimento local sustentável* é um item de distinção e de diferenciação entre tantos outros grupos locais que também atuam no/para o lugar Grande Bom Jardim.

No entendimento de que o espaço social é uma estrutura de distribuição de diferentes tipos de capital (econômico, cultural, político, social), a noção de desenvolvimento local sustentável é um instrumento argumentativo que confere sentido e sustentação à posição ocupada pelo coletivo no espaço social. A primazia que se dá ao atributo argumentativo bem como ao instrumental correspondente fundamenta-se no entendimento de que é a posição ocupada na estrutura de

distribuição de diferentes tipos de capital que comanda as representações acerca do espaço e as tomadas de escolha nas lutas para conservar ou transformar o espaço social em que se atua. Portanto, a noção técnica é uma ferramenta política da ação. Poderíamos então arriscar a defender que o conhecimento técnico, expresso nas terminologias, nas metodologias e nas ferramentas – comumente conhecida como tecnologia social entre os consultores técnicos dos movimentos sociais - também pode se constituir no tipo de capital cultural ou, ao menos, num signo distintivo.

Tomando a perspectiva da multiterritorialidade, a posição conferida pela Rede DLIS no espaço social Grande Bom Jardim é uma entre outras tantas posições existentes localmente, mas constituída de elementos significantes que a diferencia distintivamente, dotada de princípio de visão e de diferenciação, de um ponto de vista situado no espaço social local, local pelo qual é percebido na/pela cidade como um todo. Situa-se localmente para ser situado no plano ampliado. Grande Bom Jardim é a posição de onde se fala e a respeito do que se fala.

Para Bourdieu, o espaço social é a realidade em si, posto que seja ele que comanda a construção das representações que os agentes locais e a cidade podem ter acerca do lugar. Assim, a Rede DLIS afirma o território um lugar de direitos, um lugar rico em organização social, um lugar de fortes relações sociais estruturadas numa rede de reciprocidade baseadas na confiança, na cooperação e na solidariedade. Assim, define e defende sua ideia de Grande Bom Jardim, o seu espaço simbólico, dialógica e dialeticamente, resultante e gerador de seu empreendimento de classificação e de visão de mundo.

4.2 O BINÔMIO TERRITÓRIO-REDE E SEU DESDOBRAMENTO POLÍTICO-CULTURAL

Em Territórios Alternativos (2012), Haesbaert propõe-se a uma visita conceitual aos termos na sua singularidade quanto na sua unidade binomial, e, lançando mão da empiria, à produção de um retrato da nossa realidade urbana concreta. Assume o binômio território-rede como um recurso analítico conceitual

para abrir novas perspectivas de estudos acerca dos efeitos da modernidade nos espaços urbanos.

Parafrazeando Milton Santos, Haesbaert critica o fazer geográfico, apontando que este se embasava mais numa concepção mais territorializada do espaço, valorizando mais os fixos e as fronteiras, do que os fluxos e as vias de circulação, o seu processo de territorialização.

Concentrado em lançar elementos ao debate bem como apresentar um panorama das naturezas conceituais das classificações possíveis, Haesbaert recupera algumas das principais perspectivas teóricas acerca da tentativa de conceituar território. Como leitores, podemos inferir das tendências que emergem de sua abordagem, enquanto arranjos discursivos para substanciar sua argumentação e base hipotética, que essas perspectivas conceituais apresentam, mesmo que latentemente, um substrato ideológico.

Assim, ele dispara. Sobressalta-se ao conceito mais clássico de região o termo “enraizamento”. [...] *“um espaço com limites claros de fronteiras bem definidas, onde os indivíduos e grupos sociais estariam bastante enraizados”*. (2012: p.117). Ao final do século XIX, Ratzel entendia progresso como a necessidade do homem em permanecer ligado à terra, provavelmente influenciado ainda pelos pressupostos dos fisiocratas. Já em meados do século XX, Dardel, preocupado com o desenraizamento simbólico do homem de sua terra, entendia que a territorialidade para o homem era seu modo de existência e do seu modo de destino. Então, supõe-se que dada à crise contemporânea, estaríamos a cabo construindo novos territórios.

Numa visita à história de surgimento da concepção de território e da relevância da relação imbricada que o termo sugere Espaço e Sociedade, sobressaem-se duas vertentes oponentes com suas variações. Senão vejamos. Uma vertente entendida por Haesbaert como naturalista, que [...] *“vê o território num sentido físico, material, como algo inerente ao próprio homem, quase como se ele fosse uma continuidade do seu ser, como se o homem tivesse uma raiz na terra”*. (p. 118). Pode ser relacionada a uma dependência física do homem à terra, condição e base vital de sua sobrevivência biológica.

Sobre a ideia defendida por Ratzel, um dos adeptos dessa vertente, a sua compreensão espelhava a ideologia dos países desenvolvidos, neocolonialistas, para justificar a dominação de países não desenvolvidos, qual seja, a de [...] *“que o crescimento de uma civilização [...] estaria diretamente relacionado à expansão territorial”*.

Uma concepção variante dessa tendência naturalista do território aproxima-se do campo dos sentidos e da sensibilidade humana, evidenciando e naturalizando a ligação afetiva dos indivíduos com o seu espaço. Um enraizamento do indivíduo mediado ou fundamentado na sua identificação com o lugar.

Outra vertente conceitual, a qual põe ao centro somente a cultura local como único potencial e força motriz, concebe o território como uma construção puramente humana, social, advinda de um poderio de domínio material sobre o espaço, e também de uma apropriação simbólica do espaço.

Haesbaert é da opinião da importância da articulação dessas dimensões da vida (político, cultural e econômico) para uma melhor conceituação e entendimento do termo território. Mas Frisa que tradicionalmente, as vertentes de interpretação do termo sempre relegaram a dimensão econômica e a ideia de uso da composição do conceito, sendo mais marcadas as ideias de controle, de domínio e de apropriação, relativas aos campos políticos e/ou simbólicos.

O autor credita ao geógrafo Robert Sack (1986), in *Human Territoriality*, uma conceituação mais rigorosa e operacional do termo território. Então, para Sack, territorialidade é: [...] *“tentativa por um indivíduo ou um grupo de atingir, influenciar ou controlar pessoas, fenômenos e relacionamentos, através da delimitação e afirmação do controle sobre uma área geográfica”*. (p.119). Configura-se uma ação orientada para fins, coercitiva, constrangedora, supondo-se uso da violência. O conceito coloca em destaque um dos componentes do território: a fronteira, forma elementar de controle do acesso. Esta conceituação está mais próxima de uma abordagem política de território. Depois da geografia, a ciência política é a área do conhecimento que mais manipulou e usou o termo.

Segundo Alliès (1980), o território é uma invenção política do mundo moderno, cunhado pela burguesia para o seu próprio benefício. Segundo Haesbaert,

o termo território, raro até o século XVII, surge concomitantemente com o fenômeno da expansão burguesa, a partir do século XVIII.

A vertente simbólica de conceituação do termo percebe o território como fruto de uma apropriação simbólica, através das identidades territoriais, ou seja, da identificação que os grupos sociais desenvolvem com seus espaços vividos.

Para Lefebvre (1986) existe uma distinção conceitual entre apropriação e domínio. O espaço natural se transforma e é dominado através das práticas sociais e da técnica. Numa visão funcionalista, o espaço natural é transformado e dominado para servir às necessidades e às possibilidades do grupo. A apropriação do espaço natural modificado dar-se mediante o uso fruto de sua finalidade pelo grupo. Um dos efeitos da atividade apropriativa é a posse, atividade sensitiva cujo ápice é os sentidos. Portanto, apropriação é o genuíno, profundo, sensível e efetivo processo de territorialização.

[...] “A reapropriação dos espaços, premente nos nossos dias, envolve aquilo que denominamos, aqui, um processo de reterritorialização em sentido pleno. Temos, assim, no conceito de apropriação definido por Lefebvre, um processo efetivo de territorialização, que reúne uma dimensão concreta, de caráter predominantemente “funcional”, e uma dimensão simbólica e afetiva. A dominação tende a originar território puramente utilitários e funcionais, sem que um verdadeiro sentido socialmente compartilhado e/ou uma relação de identidade com o espaço possa ter lugar”. (HAESBAERT, 2012: Pp. 120 e 121).

Entende-se o território enquanto um espaço simultaneamente dominado e apropriado, em que estão diretamente associados o controle físico ou a dominação objetiva e a apropriação simbólica ou subjetiva. No espaço territorial constrói-se tanto o controle físico como os laços de identidade social.

Acredito que para um movimento endógeno de constituição de uma força de dominação com poderes de afirmação de um espaço dotado de conformação e substrato, o sucesso ou insucesso desse empreendimento está diretamente relacionado com a legitimidade dos laços de identidade do grupo empreendedor com o espaço. Ou seja, quanto mais existir fortalecimento dessa ligação afetiva ou subjetiva com o espaço, quanto intensa e extensa for a abrangência da partilha dessa ligação enquanto código entre os agentes sociais envolvidos, mais objetivo será o poder de domínio material constituído e mais contundente será a identidade

desse grupo dentre outros possíveis existentes. [...] “a *apropriação e construção de identidades territoriais resulta num fortalecimento das diferenças entre os grupos, o que, por sua vez, pode desencadear tanto uma segregação maior quanto um diálogo mais fecundo e enriquecedor*”. (p.121).

Então, podemos afirmar que em um espaço podem coexistir vários territórios, dado que o território é o produto de uma relação desigual de forças, fruto das diferenças. E que toda identidade territorial envolve o domínio ou controle político econômico do espaço e a sua apropriação simbólica. A relação entre esses dois lados da mesma face da identidade territorial manifesta-se antagonicamente. Podem estar ora conjugados e mutuamente reforçados, e ora desconectados e contraditoriamente articulados. Ao cabo, o que importará em termos da capacidade de imposição de uma visão de mundo será a imagem percebida da identidade territorial engendrada por um grupo social ou do seu poder de domínio sobre o espaço.

Vivemos, então, uma realidade multiterritorial articulada. Assim como o termo território surge da expansão da burguesia, a partir do século XVIII, o termo rede nasce com o próprio capitalismo, no século XIX. Os primeiros estudiosos usaram-no para explicar as formas espaciais forjadas pelo sistema capitalista para sua disseminação, reprodução e distribuição. Assim, podemos citar as redes de infraestrutura urbana (transporte, água, energia elétrica, esgotamento sanitário), as redes técnicas especializadas na administração e na comercialização de capitais em forma de ações, destruindo e reordenando territórios e circuitos do capital financeiro.

A modernidade transformou o estilo de vida das sociedades através da dinamização dos fluxos das relações, da imprevisibilidade e da mutabilidade dos signos, da velocidade de deslocamentos das estruturas. As sociedades tradicionais, antes territorializadas, enraizadas e introvertidas foram avassaladas pelas forças normatizadoras e homogeneizadoras da ordem dominante, tornando-se cada vez mais extrovertidas, reticuladas e globalizadas.

No entanto, apesar do capitalismo, o espaço urbano não é produzido por uma lógica homoganeamente coordenada e generalizante, pois são características

do processo de significação do espaço uma crescente diferenciação e uma segmentação. Então, o espaço é gerado e recriado a cada momento.

O indivíduo, assim como o espaço que o abriga, é ambivalente e ambíguo, que o faz ser um indivíduo único e geral. A identidade geral da sociedade metropolitana é suas variabilidades, ou seja, o que cria o padrão da identidade metropolitana não é a uniformidade, mas a diversidade, a mistura de diferentes concepções de mundo, a indefinição no intervalo. O indivíduo metropolitano vive uma luta entre, digamos assim, ser escolhido pela ordem macroeconômica generalizadora e normatizadora e escolher e forjar as relações micropolíticas de subjetivação numa perspectiva contra-hegemônica. Ele é a própria mediação entre o poder geral estabelecido e o contra-poder a ser por ele constituído como um contra-espaço.

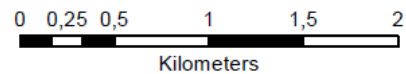
O processo contínuo da diferenciação da malha urbana das grandes cidades articulado à experiência assustadora do desconhecido e do inesperado, do por vir, motiva o indivíduo a recriar laços de identidade e de enraizamento, resultando no fortalecimento de grupos existentes ou no surgimento de novas forças de domínio e de apropriação, e de novos territórios e territorialidades, cujas características são: procurar reproduzir endogamicamente e criar todo um repertório cultural comum e exclusivo do grupo, como pode exemplificar: as comunidades religiosas de matriz africana e ameríndia (redes religiosas de matriz africana e/ou indígena), a organização das “bocas” de venda de drogas (redes ilegais), os grupos dos alcoólicos anônimos ou narcóticos anônimos (redes de auto-ajuda de combate ao vício etílico e reintegração social dos dependentes químicos), os grupos de capoeira (redes de educação cultural e prática desportiva), as ligas de times amadores de futebol de campo de várzea (redes de futebol amador) incrustados em logradouros da malha urbana das cidades brasileiras, a exemplo do Grande Bom Jardim, como podemos identificar a rede dos terreiros de umbanda e de candomblé e a rede das ocupações para fins de habitação de interesse social, mapeada segundo áreas de tensão entre os territórios do tráfico de drogas. Estes são dois exemplos de grupos com poderes de domínio sobre o espaço, existentes na região, que integram a Rede DLIS do GBJ.

Mapa de localização de terreiros Grande Bom Jardim



Legenda

- X TERREIROS
- + Limite de município
- + Limite de bairro
- ~ Curso d'água



Escala 1:20000
Projeção UTM
Datum SIRGAS 2000

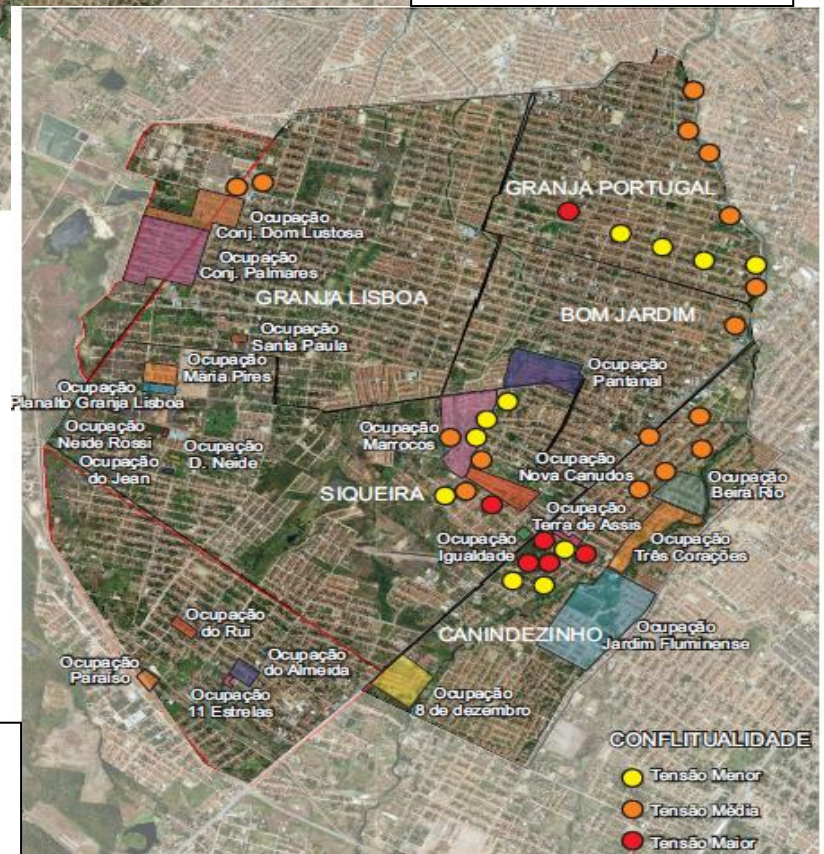
Fonte: Associação Espírita de Umbanda São Miguel (AEUSM)
Responsável Técnico: Victor Régio da Silva Bento
Geógrafo. Crea: 0609368699

MAPA VII DOS TERREIROS DE UMBANDA/CANDOMBLÉ



FONTE: Museu Comunitário da Identidade Territorial GBJ/Rede DLIS.

MAPA VIII OCUPAÇÕES COM ÁREAS DE CONFLITUALIDADE



FONTE: Museu Comunitário da Identidade Territorial GBJ/Rede DLIS.

Então, há cabimento em afirmarmos que as relações sociais contemporâneas não são mediadas por uma única força, mas por uma multiplicidade de centros ou novas posições de poder, os chamados novos antagonismos (Laclau e Mouffe apud Ferreira, 2012).

No caso na Rede DLIS, que não tem personalidade jurídica constituída, a instância que mais lhe confere a legitimidade de poder é o sentimento subjetivo dos moradores engajados de apropriação do lugar, motivada pelo apego afetivo, e amparada pelo consenso, quase senso comum, de que juntos são mais fortes. O coletivo blinda politicamente suas posições e facilita ganhos sociais em menos tempo e com menos desprendimento de energia. Ademais, a extensão do domínio é desterritorializada política e socialmente, sem fronteiras fixas, os sentidos de domínio do grupo alcançam até onde vão as ações dos seus atores sociais. É, por esta razão, que coexistem, no mesmo lugar, diversos agentes sociais dotados de força de domínio sobre o espaço, ou seja, múltiplos territórios, diversas jurisdições. (ZAMBRANO apud HAESBAERT, 2001: 17).

Como se não bastasse um território múltiplo, dotado de múltiplas jurisdições no seu interior, o território do Grande Bom Jardim, zona sudoeste de Fortaleza, justapõe-se a outro território da mesma região administrativa da cidade, o do Jangurussu e Ancuri, zona sul de Fortaleza, através de suas redes de organizações associativas da sociedade civil, para incorporar poder no trato com a municipalidade. Este tem sido o fenômeno político empreendido pelas forças políticas dos dois territórios, a Rede DLIS e a Rede do Jangurussu e Ancuri para pactuar com poder público municipal uma política de desenvolvimento sustentável para o período 2013 - 2016. O pacto foi firmado publicamente durante pleito eleitoral de 2012, em dois debates promovidos pelas duas redes com os prefeituráveis. Os momentos tiveram como mediador uma plataforma política elaborada pelos movimentos e endossada pelos candidatos a prefeitos da cidade. Estrategicamente, discurso e materialidade textual são mais que marcas simbólicas culturais, eles são as vozes que tributam poder de domínio e expressam os sentidos da apropriação, com marcas da vivência cotidiana. Eles com toda a legitimidade exigem direitos e afirmam territorialidades.

Portanto, é mito ou falácia a ideia de que a onda normatizadora e globalizante da ordem econômica tornará todos os territórios homogêneos, rumo a

um mundo “sem territórios”, a sociedade do consumo. Haesbaert, engajadamente, assume a posição de sua tese e afirma que os autores responsáveis pela propagação desse fim inexorável dos territórios enfatizam esta realidade apenas pela perspectiva de uma minoria privilegiada ou ideologicamente comprometida.

[...] “Na verdade, o que se tem é um constante processo de des-reterritorialização (RAFFESTIN, 1988), um refazer de territórios, de fronteiras e de controles que variam muito conforme a natureza dos fluxos em deslocamento, sejam eles fluxos de migrantes, de mercadorias, de informação ou de capital”. (HAESBAERT, 2012: p.122).

Esta concepção é certamente o centro de meu interesse neste estudo, o processo de reterritorialização do espaço enquanto um contra-poder constituído localmente contra uma ordem dominante e globalizadora, ou seja, o manejo autóctone e endógeno de elementos significantes para a resignificação do espaço territorial, destruindo e reconstruindo signos que marcam uma identidade territorial, confirmando a diversidade, as contradições e a unidade da organização comunitária local, a escala geográfica do espaço (GBJ), a extensão do poder de controle social de informações, de bens e de serviços, públicos e privados, conferidos pelo reconhecimento do poder de domínio e do sentido de apropriação do espaço e pela capacidade de deslocamentos empreendidos. Portanto, a sigla GBJ é “resto mortal” ou resíduo do empreendimento de reterritorialização do espaço.

Um indicador desse efeito do processo de reterritorialização do espaço social no Grande Bom Jardim empreendido pela rede de desenvolvimento local, integrado e sustentável pode ser o registro do uso, da recorrência desse uso e a marca temporal do referente territorial “GBJ” pelas mídias de comunicação, sobretudo, a mídia impressa por meio de seus periódicos diários.

A experiência de organização comunitária em rede no Grande Bom Jardim fundamentou-se conceitual e operacionalmente nas tendências filosóficas com fortes marcas do Estado neoliberal difundidas amplamente nos países periféricos, sobretudo, na década de 1990, por organismos financeiros internacionais. Taticamente, embebeu-se da filosofia política subjacente, e reapropriou-se para reordenar seu território, propondo uma organização territorial inovadora para a exigibilidade dos direitos, expressa na implantação e melhorias de

equipamentos e de serviços públicos essenciais para a promoção da qualidade de vida dos moradores locais.

Uma das características das redes é que elas formam apenas linhas que ligam pontos, canalizando fluxos (informações, tecnologias sociais, políticas públicas) entre os pólos (outras formas e escalas de organização em rede). No entanto, os espaços livres jamais são preenchidos, e, por isso mesmo, podem ser considerados como hiatos, interstícios ou intervalos de onde podem insurgir outras e novas formas de organização do espaço, enquanto contra-espaço ou contra-poder, uma espécie de dissidências. Então, o espaço social é por natureza criador de diferenciação e segmentação. Os espaços são, pois, multiapropriados, onde os processos de insurgências e de renovação geram um fluxo intermitente de deslocamentos.

Há uma simbiose inexorável entre território e rede na sociedade moderna, que se materializa contundentemente e interfere no estilo de vida do homem cosmopolita. Elementos em fluxo contínuo e com força avassaladora destrói fronteiras e territórios. Entretanto, nos interstícios deste contínuo fluxo outras forças adquirem poder de domínio e de sentido de apropriação do espaço e constroem e afirmam identidades e estruturam novos territórios. As redes que surgem enquanto contra resposta às ordens dominantes fortalecem processos internos e podem ser consideradas, por isso, redes territorializadoras.

A rede de desenvolvimento local, integrado e sustentável do Grande Bom Jardim é um exemplo de rede territorializadora, uma ramificação local, constituída enquanto contra-espaço, de um fluxo globalizante e normatizador da grande ordem econômica do sistema de produção mundial, através das redes desterritorializadoras. Aquela rede apresenta como característica a realização de um contínuo e permanente processo de manutenção das marcas simbólicas constituintes da identidade territorial, mística social que considera as diferenças, as contradições inerentes ao fazer político, as fragilidades técnicas da organização comunitária e o perfil de suas relações e práticas políticas, caracterizado por interdependências políticas partidárias e relacionamentos personalistas com os poderes instituídos, na tentativa de composição de uma unidade regional com vistas ao fortalecimento territorial, entendida por ela mesma, como o seu próprio nome já

enuncia, por desenvolvimento local, expressa pela capacidade de promover efeitos dos fluxos mobilizados (informações, tecnologias sociais e políticas públicas).

O documento produzido pela instância, intitulado: “Construindo a identidade e a estrutura de funcionamento da Rede DLIS” emite enunciados com poderes de realizar aquilo que se fala acerca de sua identidade, da sua estrutura organizacional e dos seus feitos. Dentre outros trechos singulares do documento, destaco o que conceitua sujeitos da instância e seus feitos: “*Ativos locais: Força da organização comunitária criando uma identidade territorial e social forte; atitude proativa da população e desejo de ampliar conquistas e consolidar outras já alcançadas*”. Subentende-se o papel enraizador da instância como um desencadeamento de realizações: o desenvolvimento local entendido pela melhoria da qualidade de vida de seus moradores, proporcionada pela implantação e ampliação dos bens e serviços públicos essenciais, que, por sua vez, é reflexo do fortalecimento da identidade territorial e social, produto de uma organização política comunitária forte e contundente.

Um indicador da relevância dada por esta instância à afirmação de sua identidade territorial é a inclusão da memória social como um dos eixos de intervenção, elemento componente da sua estrutura organizacional, bem com a escolha da linguagem museográfica comunitária. A rede assumiu estas temáticas desde 2009 e as entendem como ferramenta política para a transformação da realidade, claramente enunciadas em seus textos institucionais através de uma citação do literato José Saramago: “*Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos e sem responsabilidade talvez nem mereçamos existir*”.

Assim, a memória social e a linguagem museal são tomadas e aplicadas como uma tecnologia social encarregada de provocar o debate comunitário sobre fatos e questões relevantes, escolhidos e recortados pelos moradores envolvidos, e de produzir releituras e reescrituras sobre o passado comum dos moradores. Este mecanismo eminentemente discursivo desencadeia um processo de ressignificação de sentidos e das marcas simbólicas significantes da identidade territorial. Ao mesmo tempo em que promove deslocamentos, fortalece a relação dos moradores com o espaço social, pois estes percebem a importância política de suas ações

cotidianas, por mais simples e aparentemente despretensiosas que estas ações sejam para a transformação da paisagem.

A importância da dimensão cultural para uma leitura do caráter enraizador e territorializador de uma experiência política respalda-se na tese defendida pela corrente dos Estudos Culturais, preocupada em situar os produtos culturais em relação às estruturas e hierarquias sociais, destacava a centralidade da cultura na formação de identidades sociais como um dos fatores determinantes para a centralidade da cultura na vida social.

Um exemplo concreto do despertar dos moradores acerca da importância de suas ações para a mudança positiva do bairro foi o efeito provocado pelo vídeo *Finca Pé*, produzido em 1989 pela ONG Nosso Chão. O vídeo foi recuperado e exposto em um encontro sobre a memória social do bairro Canindezinho pelo movimento em memória social e museografia comunitária ligado à rede social local. O objetivo do vídeo foi documentar a organização dos moradores à época para exigir do governo do Estado melhorias viárias para a rodovia que corta o bairro. A rodovia tinha somente duas faixas de rolamento, sem acostamento, e batia recorde na produção de acidentes de trânsito com vítimas fatais. Hoje a rodovia é duplicada nos dois sentidos, é dotada de canteiro central e de ciclovia, sendo bem sinalizada e iluminada. Os moradores jovens que assistiram ao documentário ficaram impressionados com as mudanças na paisagem, comparando o estado da rodovia em 1989 e como ela é hoje. Eles destacaram que desconheciam que a melhoria da via fora resultado de mais de 10 anos de negociação entre moradores organizados e o Departamento de Estradas de Rodagem do Ceará (DER-CE).

Portanto, a Rede de desenvolvimento local, integrado e sustentável do Grande Bom Jardim é uma rede territorializadora, que surgiu como instrumento político inovador, forjado localmente, no fluxo do processo de homogeneização do sistema dominante, fundada no simbolismo e na solidariedade, voltada para a promoção de direitos e da qualidade de vida de uma população de 211 mil habitantes (censo IBGE/2010).

Uma estratégia discursiva lançada mão pela Rede DLIS para aferir peso à sua representação política e conferir legitimidade aos seus pleitos e demandas foi

superdimensionar a área geográfica, jurisdição do seu poder de domínio, comparando-se, em extensão territorial, às três maiores cidades do Estado do Ceará (Maracanaú, Crato e Sobral), depois da capital Fortaleza.

“Tomando-se os aspectos demográficos do IBGE/2000, percebe-se que a região do Grande Bom Jardim – GBJ possui uma população de 175.144 habitantes, equivalente ao município de Maracanaú (179.732 hab) e superior aos municípios de Crato (104.646 hab) e Sobral (155.276 hab). Assim sendo, o GBJ merece ser discutido em todos seus aspectos e indicadores tanto por sua importância geopolítica, quanto pelas peculiaridades de cada um dos cinco bairros que a compõem, sendo notório que é pela autonomia identitária de cada bairro que estes se integram nas ações políticas comunitárias para a construção de território”. (Diagnóstico Sócio participativo do Grande Bom Jardim, CDVHS e GPDU/UECE, 2004, Pp. 34 e 35).

No espaço metropolitano existem múltiplas redes territorializadoras que podem se interconectar dadas suas necessidades para garantir o pleno alcance de seus objetivos e resguardar seus prestígios, mesmo que para tal aliança muitas diferenças de pensamento e de estilo de intervenção tenham que ser reconsiderados, a exemplo do que aconteceu durante pleito municipal de 2012 entre a rede de desenvolvimento local, integrado e sustentável do Grande Bom Jardim e a rede do Jangurussu e Ancuri. Ambas se uniram para garantir a legitimidade da escala municipal das políticas públicas exigidas implantação e sistematizadas em uma plataforma por eixos temáticos.

4.3 O AGENTE REDE DE DESENVOLVIMENTO LOCAL, INTEGRADO E SUSTENTÁVEL

A Rede DLIS é fruto de um investimento político de organizações pastorais e missionárias atuantes na região desde 1981, movimento que resultou na criação da ONG Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, entidade que tratou de coletivizar o ideário do direito ao desenvolvimento local, sonho que foi compartilhado entre organizações associativas de moradores dos cinco bairros da região e que foi o mote da mobilização social e do engajamento cívico. Aquela ONG concebeu, captou recursos e desenvolveu projetos estruturantes do desenvolvimento territorial.

Neste sentido, a Rede DLIS é instrumento ou meio de realização do projeto institucional de desenvolvimento local dessa ONG, bem como estratégia de efetivação de sua missão institucional, já citada acima. Do final da década de 1990 até 2002 foram investidos esforços técnicos e políticos no fortalecimento do tecido social local, incubando organizações associativas de moradores estrategicamente, por meio do projeto institucional do CDVHS, denominado: *Projeto Identidade Territorial e Social do Grande Bom Jardim*.

Por meio do projeto intitulado Projeto *Um Futuro mais Humano para o Brasil*, desenvolvido entre 2003 e 2005, foi realizado, de forma participativa e com respaldo da universidade, um diagnóstico do território, o qual levou dois anos para ser realizado. Este diagnóstico foi tomado como base para o planejamento socioparticipativo da política de desenvolvimento do território Grande Bom Jardim, denominado pela ONG como “Planos Estruturantes”. Neste caminho também incluía a criação de um coletivo local para planejar, reivindicar, negociar e monitorar políticas públicas e denunciar violações de direitos.

A Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim nasceu em novembro de 2003, na I Conferência de Desenvolvimento Sustentável e Integrado do Grande Bom Jardim. Este evento é entendido como a culminância de um intenso processo de fortalecimento do tecido social local. Nele, 32 entidades associativas locais assinaram um Pacto de Desenvolvimento fundamentado pelos Direitos Humanos, Econômicos, Sociais, Culturais e Ambientais – a chamada Plataforma DHESCA, fruto da discussão das dimensões (política, social, econômica, cultural e ambiental) do desenvolvimento.

Desde então começou a ser pensada uma política de desenvolvimento sustentável e integrada desta região que envolve os cinco bairros oficiais (Bom Jardim, Canindezinho, Granja Lisboa, Granja Portugal e Siqueira) e as suas mais de 38 comunidades de pertença. Então, nesta I Conferência nasceu a Rede de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS).

Atualmente, o modelo de gestão da referida instância é colegiado e compartilhado. O seu foco de atuação da instância é o monitoramento de políticas públicas, nos eixos: 1) Projeto Rio Maranguapinho, recuperação e preservação de

recursos ambientais da bacia hidrográfica Maranguapinho, executado pelo governo do Estado do Ceará; 2) Políticas de Segurança Humana (saúde, educação, segurança pública); 3) Regulamentação do Plano Diretor de Fortaleza/2009 (PDPFor) com Implementação das Zonas Especiais de Interesse Social do Bom Jardim; 4) Ponto de Memória – Memória Social e Museologia Comunitária; 5) Comissão de Articulação (relações interinstitucionais). Também tem participado das reuniões ordinárias o grupo dos jovens animados e acompanhados por projeto do Centro Herbert de Souza, que atua na área da cultura de paz e da mediação de conflitos, com vistas à formação de novas lideranças.

Cada eixo forma uma comissão de trabalho. Existem, portanto, 05 comissões de trabalho. A comissão de Articulação é responsável pela mobilização, pelas macro-articulações, e pela concepção, planejamento e desenvolvimento das metodologias. As demais comissões são executivas, segundo eixos temáticos, responsáveis pela percepção das demandas locais, leituras de cenários, planejamento e execução das agendas políticas.

A instância máxima deliberativa são as plenárias realizadas mensalmente, sempre no quarto sábado de cada mês. As reuniões são itinerantes sempre nas sedes das organizações participantes do coletivo. Os encontros acontecem entre 9h e 13h. O formato metodológico de realização dos encontros mensais é: **primeiro momento**: acolhimento e plenária inicial para nivelamentos e informes; **segundo momento**: realização de 05 reuniões simultâneas de trabalho das 05 comissões de trabalho para identificação de demandas, avaliação e planejamento de ações para próximo período; **terceiro momento**: plenária deliberativa da agenda de trabalho da instância.

Existe ainda um momento formativo sobre temas previamente pautados, segundo necessidades instrumentais de operacionalização ou de articulações políticas com os setores do poder institucional parceiros. Mas como é do perfil dos movimentos sociais a ação, este momento reflexivo subsidiado pela teoria acaba sendo reduzido ou superposto pelos momentos de caráter mais operacionais. Para tentar superar essa limitação e buscar suprir a necessidade de caráter mais técnico-conceitual, o movimento decidiu, em uma de suas últimas reuniões, reservar uma quarta feira à noite, mensalmente, para os momentos formativos. Entretanto, as

inúmeras agendas de trabalho das organizações e dos seus respectivos representantes têm sido empecilho para a efetivação desses momentos formativos.

Sua composição é uma incógnita e os pronunciamentos acerca do quantitativo de organizações associativas componentes da Rede DLIS pode ser entendido como também uma estratégia político-discursiva. O número de integrantes anunciado sempre é aumentado como forma de enaltecer a força política da organização. Assim, o quantitativo de entidades participantes, geralmente, é resultado de uma média de participação. Nos anos 2005 e 2006, em que o coletivo mobilizava-se intensamente em nível territorial para fechar o documento “Política de Desenvolvimento Sustentável do Grande Bom Jardim”, como também aproveitava oportunamente para apresentar propostas de políticas públicas para a elaboração de peças da administração pública, tais como Plano Pluri Anual e Lei do Orçamento Anual, por meio da dinâmica do Orçamento Participativo (OP), na primeira gestão, 2005-2008, do Partido dos Trabalhadores (PT), o número divulgado do quantitativo de organizações integrantes chegou a 72 entidades participantes. Atualmente, a Rede DLIS trabalha com números variantes, mas sempre na casa dos 30, como exemplificado pelo documento *Carta da Rede DLIS*, trecho que define Rede DLIS, já citado acima.

Como a Rede DLIS ainda não possui um regimento interno e funciona como um Fórum de organizações comunitárias que se reúnem para fortalecer a luta por políticas públicas, então, por essas razões, não tem como exigir o controle rígido da frequência. A própria entidade animadora do coletivo, o CDVHS, sentiu a necessidade de estabelecer um número mais exato baseado na decisão institucional de cada organização participante. Então, em 2011 e 2012 elaborou, captou e executou o projeto “*Fortalecimento Institucional e Governança Territorial*”, financiado pelo Banco do Nordeste do Brasil, que partia de um mapeamento das organizações componentes da Rede DLIS para elaborar um plano de sustentabilidade institucional para as entidades participantes.

TABELA VI Mapeamento das Organizações da Rede DLIS/2012				
Nº	INSTITUIÇÃO	MISSÃO	CLASSIFICAÇÃO	ANO CRIAÇÃO/REGISTRO

01	Associação dos Moradores do Bom Jardim (AMBS)	Organizar os moradores da comunidade para defesa e promoção de seus direitos, materializada em políticas públicas para a melhoria da qualidade de vida dos moradores.	Associação de moradores	1980
02	Centro de Educação em Gênero e Igualdade Social (CEGIS)	Trabalhar com mulheres na perspectiva da promoção de igualdade social, com formação e inclusão no mercado de trabalho.	ONG	14/04/2002
03	Conselho Comunitário do Parque Santo Amaro (COMPASA)	Luta coletiva dos moradores por promoção de direitos e implantação de políticas públicas na comunidade, gerando melhoramento da comunidade e proporcionando bem estar dos moradores.	Associação de moradores	25.05.1985
04	Associação Comunitária do Parque Jerusalém (ACPJ)	Luta coletiva dos moradores por promoção de direitos e implantação de políticas públicas para o desenvolvimento da comunidade, pois os bens públicos implantados foram todos frutos da luta dos moradores organizados em comunidade.	Associação de Moradores	28.10.1989
	Organização Granja Portugal Solidária	Oferecer oportunidade de trabalho às pessoas,	ONG	Ano criação: 1999 Registro formal:

05	(SOLIDU)	através da experiência e formação. Através da SOLIDU, muitas pessoas moradoras produtoras com habilidades formadas ou incentivadas, aperfeiçoadas inseriram-se no mercado de trabalho formal.		01.04.2003
06	Associação Comunitária do Anel viário (ACAV)	Intermediar a relação comunidade – Estado na promoção da cidadania e em defesa de direitos dos moradores, garantindo a mobilização social e a prestação de serviços essenciais à comunidade.	Associação de Moradores	28.12.2008
07	Conselho de Umbanda do Estado do Ceará (CEUECE)	Ser meio e força política para as entidades umbandistas, congregando as entidades num coletivo; Defender a doutrina umbandista; Promover a evangelização; Promover ações sociais e culturais na comunidade espiritual e nas comunidades do entorno.	RELIGIOSA	20.01.2011
08	Associação Comunitária dos Moradores Vila Planalto (ACMVP)	Conquistar melhorias para a comunidade, defesa da vida e promoção de direitos, sobretudo, dos segmentos crianças	Associação de Moradores	2003

		e adolescentes.		
09	Associação Comunitária dos Moradores do Parque Nazaré (ASCOPAN)	Reunir os moradores num coletivo comunitário para identificar problemáticas comuns, priorizar demandas e se organizar para sanar em diálogos, pressão e negociação com os poderes públicos.	Associação de Moradores	26.03.1986
10	Núcleo de Apoio Socioeducativo (NASE)	Oferecer serviços educacionais à comunidade local, estimulando o envolvimento familiar e comunitário na educação de crianças e engajamento político em redes e espaços políticos deliberativos como forma e estratégia de atrair parcerias de fortalecimento da iniciativa educacional e investimentos em políticas públicas para a comunidade.	ESCOLA	03.07.2004
11	Associação Comunitária Projeto Paz (PROJETO PAZ)	Garantir a efetivação dos direitos das Crianças, Adolescentes e Jovens, tendo a arte como meio e estratégia de acessar os direitos.	ONG	18.09.2004
12	Associação dos Moradores da Comunidade do Marrocos (AMCM)	Incidir nos espaços fomentadores e deliberativos das políticas públicas e tencionar poderes públicos para assegurar políticas	Associação de Moradores	17.06.2011

		urbanas e sociais para a comunidade.		
13	Centro Popular de Educação e Cultura – Pé no Chão (CEPEC)	Mobilizar crianças, adolescentes e jovens da comunidade do Canindezinho e adjacências, contribuindo para a difusão e a valorização da cultura do Ceará.	ONG	Ano criação: 1989 Ano registro: 05.03.1996
14	Sociedade Comunitária Habitacional da Estrada da Urucutuba (SHEU)	Atuar na área social promovendo ações de formação para os seus moradores.	Associação de Moradores	12.02.1994
15	União dos Moradores do Bairro Canindezinho (UMBC)	Organizar os moradores em comunidade política para garantir políticas públicas que assegurem melhoria da qualidade de vida da população.	Associação de Moradores	16.06.1988
16	Centro de Cidadania e Valorização Humana (CCVH)	Animar a organização dos moradores na ocupação Nova Canudos no sentido de garantir a execução de políticas de habitação e de infraestrutura relacionada à moradia como forma de melhorar a qualidade de vida dos moradores da comunidade.	ONG	2003
17	Associação Espírita de Umbanda São Miguel	Defender os direitos sociais e humanos.	RELIGIOSA	27/09/1997
	Associação Cultural Santa Terezinha do	Promover formação	Associação de	01/10/2008

18	Menino Jesus	para a comunidade.	Moradores	
19	Liga Esportiva do Bom Jardim	Promover atividades esportivas.	ESPORTIVA	Criação: 1987 Registro: 1991
20	Associação Comunitária Estrela Guia	Lutar pela justiça para idosos, crianças e adolescentes. Trabalhar o social.	Associação de Moradores	04/05/2005
21	Associação Comunitária do Jardim Nazaré (ACOJARN)	Tornarmos uma instituição representativa legal da comunidade.	Associação de Moradores	28/07/2007
22	Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias	-	RELIGIOSA	-
23	Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS)	Defesa da vida e promoção dos direitos humanos.	ONG	1994
24	Visão Mundial – PDA Bom Jardim	O principal desafio, no Brasil, é incluir crianças e adolescentes em programas de desenvolvimento, tirando-as de situação de alta vulnerabilidade.	ONG	-

FONTE: Projeto *Fortalecimento Institucional e Governança Territorial*/Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS).

Sete das 24 organizações acima mapeadas foram criadas ainda na década de 1980, contexto de intensa atuação das congregações religiosas missionárias junto às lideranças pastorais daquela época, as quais muitas delas ainda perfilam nos quadros humanos das organizações associativas locais. Atuação aquela que resultou na criação de organismos coletivos para viabilizar a luta por políticas públicas para a região bem como atuaram nas lutas urbanas por políticas gerais durante o processo de redemocratização do Estado Brasileiro. Essas organizações mais antigas foram âncoras ou fundamentos da ideia de coletivização

do projeto de desenvolvimento territorial realizado pelo CDVHS. Apenas 04 organizações das 24 listadas acima foram criadas na década de 1990. E a grande maioria, 11 organizações associativas, foram criadas já na década 2000, muitas delas como resultado da decisão de criação e incubação de organizações associativas para o fortalecimento do tecido social do Grande Bom Jardim, enquanto uma das estratégias de criação da Rede DLIS.

Doze das 24 organizações listadas acima são classificadas como associações de moradores, 08 são Organizações Não-Governamentais, embora no campo jurídico não haja diferença estatutária entre associação de moradores e ONG, uma vez que os itens de maior diferenciação sejam da infraestrutura, do tipo e da natureza de serviço prestado, e do capital técnico agregado. E 03 organizações são religiosas, sendo 02 de religiões de matrizes africanas e 01 evangélica de carisma missionário e beneficente.

Outro instrumental de desenho da participação das organizações associativas do tecido social local na Rede DLIS utilizado pelo Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, em razão dos projetos *Fortalecimento do Desenvolvimento Local e Educação em Direitos Humanos (2010-2012)* e *Exigibilidade dos Direitos Humanos com Conhecimento e Lutas (2012-2015)*, financiados pela Misereor, apresenta o quadro com a listagem de 34 entidades participantes e a frequência de participação presencial da representação institucional nas reuniões ordinárias do coletivo no ano de 2012 e 2013.

No exercício 2012, a participação geral das entidades locais articuladas à Rede DLIS mostrou um quadro mais evasivo, com concentração da participação mais acentuada da metade do ano para o final, justamente quando esquentou a campanha eleitoral municipal, e a Rede DLIS se fez presente no cenário municipal articulando assessorias de candidatos e realizando o debate com os candidatos. A participação apresenta-se mais focada entre as 15 primeiras entidades listas. Observamos ainda a ausência total de algumas organizações em todas as atividades ordinárias mensais daquele ano.

O desenho da participação das organizações associativas da Rede DLIS nas atividades do exercício 2013 mostrou-se com mais uniformidade, sobretudo nos

dois primeiros meses, aquecidos pela dinâmica de debate sobre a cidade em diálogo com os candidatos a prefeito, final de 2012. Observaram-se dois meses sem atividade ordinária do movimento, nos meses 3 e 7. Apenas 02 organizações estiveram com ausência total nas atividades daquele ano.

Em tom de auto avaliação crítica, integrante da Rede DLIS trata de sua compreensão a respeito de uma unidade corporativa que seja este coletivo:

“a gente sempre coloca a rede como se ela fosse uma instituição à parte [...] mas o que é a Rede senão a minha fragilidade e as outras fragilidades. É o conjunto de organizações que têm as suas fragilidades. Se a rede é forte é porque o conjunto das organizações que fazem parte dessa rede estão vivendo as suas fortalezas. [...] A Rede não é nada mais nada menos que um conjunto de fraquezas e fortalezas que vem compor um todo. [...] se nós queremos ser uma rede forte nós devemos ter um olhar pra fora”. [...] A Rede não é uma instituição. Ela não é uma entidade. Ela é o conjunto das entidades”. (Representante do Centro de Cidadania e Valorização da Vida, organização integrante da Rede DLIS).

Buscando provocar no grupo uma reflexão acerca do que faz ser a unidade Rede DLIS, numa perspectiva fenomenológica, metafísica ou talvez holística, integrante tece o seguinte comentário:

[...] “A Rede não é só um ajuntamento. É porque quanto junta tem uma química ai diferente, ai os estudiosos da área social sabem melhor isso. Tem uma química que produz e aquilo que é fraco lá no meu lugar se junta, isso é coisa de física também, né, de negativo com negativo que vira positivo, tem alguma coisa ai pra gente entender. Porque é então que quando junta essa ruma de fraqueza das organizações locais a gente num sai da rede fraco, desanimado? Tem alguma coisa de especial! [...] mas por que é então que a rede é animada e consegue seguir funcionando, existindo há tanto tempo e fazendo a pressão que consegue fazer? (Representante da ONG Visão Mundial, projeto Plano de Desenvolvimento de Área, organização integrante da Rede DLIS).

TABELA VII PARTICIPAÇÃO GERAL DAS ENTIDADES REDE DLIS

EXERCÍCIO 2012

ENTIDADES DA REDE DLIS	ENCONTROS													
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	11	11	12
1. Associação Comunitária dos Moradores Vila Planalto		■				■	■	■	■	■	■	■		■
2. Associação Comunitária do Parque Jerusalém		■					■	■		■	■			■
3. Associação Comunitária do Parque Nazaré									■					
4. Associação Cultural Santa Terezinha do Menino Jesus		■								■	■	■		
5. Associação dos Moradores do Bom Jardim							■	■		■	■			
6. Associação dos Moradores do Sumaré									■		■			
7. Associação Espírita de Umbanda São Miguel								■		■		■		
8. Associação Projeto Paz							■		■		■			
9. Instituto de Arte de e Cultura/Bom Jardim Conectado														
10. Associação dos Moradores da Comunidade Marrocos							■							
11. Centro de Cidadania e Valorização Humana - CCVH		■					■	■	■		■	■	■	■
12. Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza – CDVHS		■				■	■	■		■	■	■	■	■
13. Centro de Educação em Gênero e Igualdade Social							■	■		■	■	■	■	■
14. Centro Comunitario e Social da Granja Lisboa						■		■			■			■
15. Centro Popular de Educação e Cultura – CPEC Pé no Chão								■		■	■			■
16. Conselho Comunitário de Defesa Social do Pantanal														

TABELA VIII PARTICIPAÇÃO GERAL DAS ENTIDADES DA REDE DLIS

EXERCÍCIO 2013

ENTIDADES DA REDE DLIS	ENCONTROS											
	01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12
1. Associação Comunitária dos Moradores Vila Planalto	■	■				■						
2. Associação Comunitária do Parque Jerusalém	■	■		■	■				■			
3. Associação Comunitária do Parque Nazaré												
4. Associação Cultural Santa Terezinha do Menino Jesus	■			■	■	■		■		■		
5. Associação dos Moradores do Bom Jardim	■								■	■	■	
6. Associação dos Moradores do Sumaré												■
7. Associação Espírita de Umbanda São Miguel									■	■	■	■
8. Associação Projeto Paz		■		■	■							
9. Instituto de Arte de e Cultura/Bom Jardim Conectado					■	■						
10. Associação dos Moradores da Comunidade Marrocos	■	■				■				■		
11. Centro de Cidadania e Valorização Humana - CCVH	■	■		■	■					■		
12. Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza – CDVHS	■	■		■	■	■		■	■	■	■	■
13. Centro de Educação em Gênero e Igualdade Social		■				■						
14. Centro Comunitario e Social da Granja Lisboa	■	■		■	■	■		■	■	■	■	

15. Centro Popular de Educação e Cultura – CPEC Pé no Chão	■					■		■				
16. Conselho Comunitário de Defesa Social do Pantanal	■	■								■	■	
17. Conselho Comunitário do Parque Santo Amaro		■				■		■				
18. Conselho de Integração do Bom Jardim												
19. Comunidade 7 de Setembro	■					■		■		■	■	
20. Espaço Geração Cidadã	■										■	
21. Fórum de Lutas da Granja Portugal											■	
22. Fundesol												■
23. Grupo de Pessoas Idosas Caminhando com Cristo;	■	■							■	■	■	■
24. Idep Social									■			■
25. Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias												
26. Instituto Ambiental Viramundo	■			■	■	■		■		■		
27. Jovens Agentes de Paz	■	■				■		■	■			
28. Movimento Livre da Granja Portugal						■		■				
29. Movimento de Saúde Mental Comunitária												
30. Núcleo de Apoio Socio-educativo – NASE	■	■	■		■	■		■				
31. Organização Granja Portugal Solidária												
32. Sociedade Habitacional Estrada da Urucutuba	■	■	■		■							

33. União dos Moradores do Bairro Canindezinho	■	□	□	□	■	■	□	■	■	□	□	□
34. Visão Mundial – Plano de Desenvolvimento de Área – PDA Bom Jardim	■	■	■	□	■	□	□	□	□	■	■	■

FONTE: Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS).

Todavia, a contradição é uma das características das práticas urbanas, como diz Gohn (1982), os movimentos sociais urbanos trazem em seu bojo todo um acúmulo de contradições históricas. Isso não poderia ser diferente no que diz respeito à organização social de movimentos reivindicatórios de políticas urbanas, como ficou bem explícito em falas de integrantes da Rede na primeira reunião do coletivo de 2014, as quais mostram que uma das fragilidades do coletivo é a não coletivização ou a não apropriação comum dos sentidos e dos significados atinentes aos conceitos que se enfileiram no próprio nome do coletivo, que especificam ou adjetivam o entendimento que a proposta fundadora tem sobre desenvolvimento, qual seja, desenvolvimento local, integrado e sustentável.

Dessa forma, a coletivização do próprio nome institucional, a qual pode considerar uma das bases da composição de sua representação simbólica, encontra-se ainda particularizada ao campo da categorização acadêmica, portanto, mais apropriada pelo proponente institucional do projeto de desenvolvimento local que pelo corpo associativo de moradores, agentes de direitos integrantes desse tecido social entrançado pela Rede DLIS.

Gabriel, que foi um menino que acompanhou de fora, durante algum tempo, da Alemanha, ele sempre disse isso pra gente, que se de repente o CDV todo mudasse pra um outro bairro seria difícil a continuidade daquele trabalho que a gente vinha fazendo na Rede DLIS. Ai nós não achamos o limite entre como o que é papel mesmo do CDV, nesse negócio. Se nós termos condições de deixar o nosso papel muito claro, que as outras entidades tenham muita clareza do seu papel nesse negócio, e que se as outras entidades não fizerem ou se deixassem dispersar nós vamos dizer que essa era a situação e acabou ou se nós vamos manter esse processo de sensibilização, luta conjunta, sensibilização permanente para sempre, né [...] por isso que eu digo, a pauta, se nós não ficarmos na peleja a coisa sai da pauta, né [...] nesse momento, para mim, as pautas a gente leva para negociar, a gente sensibiliza, e a gente vai criando um corpo, né! Por enquanto tem sido isso". [...] as pessoas têm parece que uma certeza de que nós somos meio que os responsáveis por aquilo ali. (Representante do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, organização fundadora/difusora integrante da Rede DLIS).

A dificuldade de assimilação do próprio conceito de desenvolvimento, que o coletivo abraça como bandeira política de luta, pode interferir diretamente na construção social de sua representação simbólica, bem como na dotação de poder de realização de sua fala como um forte pleiteante da condição de agente de poder

da sociedade política, com força capaz de mobilizar e interferir positivamente nos processos de tomadas de decisão sobre as políticas públicas para o território.

No entanto, quanto à fragilidade técnica e política do movimento popular local e seu grau de dependência à assessoria da ONG outra fala pondera esse quadro analítico negativo, se fundamentando no cenário ampliado dos movimentos reivindicatórios populares periféricos no Brasil:

[...] “Eu tenho que também a ver que processo de articulação não é um problema do CDV, do Bom Jardim, da Rede DLIS, é um processo de várias articulações. Ou uma turma, um grupo menor sustenta e leva o negócio ou a articulação não anda. Todos os espaços de articulações políticas que eu atuei, que eu vi, seja micro, como o Bom Jardim, seja em nível regional ou nacional sempre tem uma turma que puxa, um grupo que puxa. Não se percebe um nível de comprometimento igualitário entre todos. Então, a gente também num tem que cobrar e fazer um bicho de cabeça em relação a isso”. (Associada fundadora do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, organização fundadora/difusora integrante da Rede DLIS).

Ademais, a questão da centralidade do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza (CDVHS) no conjunto da Rede DLIS é fruto de uma decisão institucional quanto ao papel da ONG frente e intrínseco ao movimento, como atesta e resgata uma técnica integrante, bem como é frisado o aspecto sociológico, o que diz que as relações institucionais são mediadas por forças sociais ideológicas na disputa por poder. Portanto, o CDVHS tanto joga quanto dá as cartas. E os emblemas dessas cartas são reelaborados discursivamente e renegociados politicamente no espaço social. O jogo político é antes um jogo de linguagem.

“Nós já tomamos uma decisão em 2009, 2010, num sei quando, a gente não é só assessor, a gente é ator político. Então, como ator político nós tamo lá, e nós tamo dando centralidade maior é por conta de que a entidade tem, tem dado prioridade. Então, se as outras entidades se ressentem, essas entidades têm que reagir e vir pra dentro. Eu acho que nós temos que nos policiar pra num ter que carregar ela nas costas. [...] eu acho que somos ator político lá dentro. Então, não tem como num se comprometer e ter um nível de responsabilidade. Além disso, nós botamos tema no nosso projeto estratégico essa articulação como uma dimensão de nossas atividades, logo nós temos mesmo um comprometimento maior com elas, entendeu? Nós temos. A Rede enquanto uma problematização de articulação nós temos, nós colocamos isso pra nós. E temos que apresentar resultados pra isso. [...] A Rede tem potencial pra se chegar a sessenta entidades”. (Associada fundadora do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, organização fundadora/difusora integrante da Rede DLIS).

Podemos ainda pontuar como uma das leituras críticas possíveis acerca do sujeito de pesquisa que os conteúdos dos momentos formativos da Rede DLIS não são apropriados organicamente nos processos de planejamento pelo coletivo. Nesse exemplo, nenhuma das comissões da Rede tomou as provocações feitas por palestrantes convidados nas formações realizadas dia 26 de outubro de 2013, facilitada pelo professor Dr. Clésio da Universidade Christus, e dia 24 de janeiro de 2014, ministrada pelo professor Dr. Eduardo Gomes Machado, como ação estratégica no seu planejamento de ação. Há uma certa ausência de visão pragmática da teoria.

5. A FALA ENQUANTO AÇÃO

[...] “O escrito de Austin deve ser abordado como um fazer: afinal, uma das conclusões a que ele mesmo chega ao fim de suas peripécias é que todo dizer é, afinal de contas, um fazer, e enquanto tal precisa ser abordado com conceitos e categorias próprios para a análise de feitos e não de ditos. [...] um dito pode ser julgado verdadeiro ou falso, enquanto um feito só pode ser julgado feliz ou infeliz, nunca em termos de verdade e falsidade”. (RAJAGOPALAN, 2010: p.14).

5.1 UMA RÁPIDA COLOCAÇÃO

No esteio de uma realidade social aventada à luz de uma linguística aplicada, e empenhado em identificar as estratégias político-discursivas que o agente Rede DLIS aciona, ou seja, as políticas de representação que essas estratégias põem em cena e o que estas são capazes de realizar em termos de um processo de reterritorialização, através das formas de ação e suas práticas políticas do referido agente, buscaremos neste texto, a priori, circunstanciar uma das principais estratégias discursivas acionadas pela Rede DLIS no seu intento de constituir uma política de representação, qual seja, a noção de memória, bem como a forma como a instância se apropria desta categoria de forma instrumental.

Desenvolveremos um primeiro tópico acerca da memória social como projeto político-institucional, meio e suporte para a produção social de uma política de representação do sujeito pesquisado. Também investiremos no desvendamento de como o agente social pesquisado entende e aplica as categorias Memória Social e Museologia Comunitária, momento em que estabelecemos um recorte histórico na reviravolta paradigmática do setor museológico tradicional, o qual reconhece a função social dos museus frente a um mundo contemporâneo de extremas contradições e desigualdades. Este movimento, de cunho internacional, nasce no início da década de 1970 sob as bases e fundamentos da pedagogia libertadora de Paulo Freire, e da geografia crítica.

Buscaremos identificar e pontuar os fundamentos e as motivações institucionais para o uso dessas estratégias político-discursivas, a partir de textos

produzidos coletivamente por uma dinâmica promovida pela instância. O debate seguirá por uma apresentação de possíveis exemplos de tecnologias sociais apropriadas e empregadas pela Rede DLIS, enquanto estratégias para a constituição de uma política de representação.

Buscaremos em contextos específicos de atos de fala, tais como reuniões ordinárias da Rede DLIS e encontro deste agente social com pastas executivas da gestão municipal de Fortaleza (2013-2016), realizado em novembro de 2013, identificar proferimentos enquanto um jogo de linguagem com força de afirmar e fazer reconhecer uma identidade institucional e constituir um poder de domínio sobre o espaço como caminho para realizar uma região, um território de direitos, Grande Bom Jardim, gerando condições para um bem viver sustentável da população do território.

5.2 MEMÓRIA SOCIAL E POLÍTICA DE REPRESENTAÇÃO

“O projeto e a memória associam-se e articulam-se ao dar significado à vida e às ações dos indivíduos, em outros termos, à própria identidade”. (VELHO, 2013: p.65).

É do campo da escolha, portanto, do universo da política e da ética, a decisão da Rede DLIS, enquanto movimento social urbano periférico, de tomar, estrategicamente, a memória social e a linguagem museológica comunitária como ferramentas políticas de transformação social da realidade, em termos de estratégias discursivas constituidoras de uma posição social acerca do passado com vistas a reelaborar no presente uma perspectiva de futuro, com base numa identidade institucional e territorial instituída.

Essas ferramentas tecnológicas, como dissemos, põem-se nos termos de uma estratégia discursiva para empreender o seu projeto maior, o desenvolvimento sustentável do Grande Bom Jardim, de forma integrada em rede social. Neste sentido, a Rede DLIS põe em curso um projeto político, entendido aqui *“como conduta organizada para atingir finalidades específicas”*. (VELHO, 2013: p.65).

Neste caminho, podemos inferir que o jogo de linguagem oportunizado pelo processo memorial e museológico comunitário constitui, para a Rede DLIS, um meio estratégico para se definir no espaço social urbano uma representação feliz de organização social e de poder de domínio sobre o espaço. Sendo assim, tal processo coloca-se como um empreendimento social, em meio à diferença, com vistas a adquirir forças suficientes para desencadear, simultaneamente, uma alteração das estruturas sociais e urbanas e um processo de reterritorialização do espaço.

Portanto, tal perspectiva põe-se a estabelecer certas relações entre a memória e projeto social determinado com vistas a constituir e fortalecer identidades institucional e territorial num espaço de pluralidades sociais que tem por característica estabelecer relações de poder, posto que dois dos aspectos principais da complexa e heterogênea sociedade moderno-contemporânea são justamente a existência e a percepção de diferentes visões e estilos de vida. (2013: p. 62).

No entanto, o debate acerca da questão fica acalorado quando buscamos verificar em que medida a adesão de agentes locais a um estilo de vida com uma visão de mundo específica, no caso a Rede DLIS, torna-se significativa para promover a demarcação de fronteiras e a constituição de identidades sociais. Essa questão puxa outra, qual seja, em meio à fragmentação de referências de grupos, de práticas e de projetos, qual a motivação de participação em um grupo determinado com uma visão de mundo delimitada e um estilo de vida compartilhado entre os seus integrantes, em um espaço urbano de múltiplas possibilidades de identidades constituídas ou em processo de constituição. A nosso ver, uma pista mais ou menos dotada de um potencial esclarecedor dessa questão tem relação com um campo, o da economia da política, ou seja, trata-se da relevância capital do poder da representação institucional para um auto-fortalecimento político, seja ele de caráter coletivo – ao conjunto da Rede DLIS – ou de caráter singular – a cada uma de suas organizações membro –, no mercado de agenciamento das políticas.

Ademais, o espaço social constituído pela Rede DLIS quando da reunião em arena política de suas organizações integrantes é lugar de circulação de informações chaves, que tanto são responsáveis pelo desenho das diversas conjunturas possíveis de território, sempre em reelaboração pelas relações de poder

estabelecidas, quanto são conhecimentos, no sentido constituidor de poder, que levam ao lugar privilegiado dos recursos transformadores, ou seja, à botija das oportunidades. Ou seja, o que mantém a integração dos agentes participantes à Rede DLIS é uma noção compartilhada, enquanto um senso comum, um conhecimento incorporado e manifesto em práticas, expressa pela “união faz a força”. Assim, a tradição, marcada pelas diferenças e pela capacidade de segmentação social, é secularizada nas dinâmicas da sociedade moderna contemporânea, mas mantendo-se presentes em diversas áreas da vida social e do sistema de representação.

Assim, mesmo diante de um mundo de possibilidades identitárias e de visões de mundo existentes no espaço urbano local, caracterizado pela fragmentação, a ideologia individualista que marca a congregação de agentes locais no entorno do projeto de desenvolvimento local, integrado e sustentável da Rede DLIS tem sido perenizada, embora, de forma paradoxal, a instância acompanhe as transformações impostas pelos novos paradigmas que a ação de fazer o futuro no presente nos coloca, porque, como ressalva Gilberto, *“De qualquer forma, à medida que o indivíduo se destaca e é cada vez mais sujeito, muda o caráter de sua relação com as instituições preexistentes, que não desaparecem necessariamente mas mudam de caráter, embora de forma conflituosa”*. (VELHO, 2013: p.62).

Assim, as sociabilidades na nossa sociedade contemporânea são marcadas pela coexistência entre diferentes formas de visão de mundo, cada uma com sua configuração de valores, estilos de vida, formas de perceber, pensar e agir no mundo. Nesse emaranhado de relações de poder temos a oportunidade de escolher pela adesão política e militante, permanente ou provisória, a determinados espaços, sendo cada um dotado de uma vontade realizadora, por motivações segundo razões da trajetória pessoal, de interesses institucionais, de reconhecimento das problemáticas comuns, etc. ou mesmo nos mantermos indiferentes ao campo das possibilidades.

É a partir desse quadro de possibilidades de constituição e reelaboração de identidades ou formas de visão de mundo característico da sociedade contemporânea, marcada pela diferença e pela capacidade de segmentação social, que Gilberto Velho, em *Um Antropólogo na Cidade – ensaios de antropologia*

urbana, articula a relação ente memória e projeto como relevante para a constituição de identidades.

Reportando-se às incursões culturais pela via da antropologia em sociedades ditas tradicionais perceberam-se a persistência do chamado indivíduo englobado, cuja relevância encontra-se mais no que representa em termos de um conjunto, de uma unidade comum dada pelo nome, pela linhagem parental ou mesmo pela narrativa mitológica, que na singularidade biológica que sua existência poderia representar. Assim, conclui que a memória socialmente significativa é aquela da unidade englobante. E não importando qual seja a sociedade, por meio da afirmação do lugar do agente na sociedade, ou seja, a constituição de uma posição na estrutura social, bem como através do desempenho de seus papéis sociais, ou seja, da efetividade e dos efeitos de suas práticas com vistas aos seus propósitos e finalidades, há um processo de individuação. Dessa forma, a trajetória individual de vida tem um valor como elemento constituidor da sociedade. O potencial constituidor que tem a memória de cada indivíduo, o seu sentido de singularidade, é que se torna socialmente mais relevante. Assim, o psiquismo individual assume uma importância dada o seu poder de difusão de um discurso que passa a permear a sociedade.

No entanto, a individuação é um processo apenas inerente aos grupos ou aos segmentos sociais com florescimento de ideologias individualistas, aquelas responsáveis pela fixação no grupo ou no segmento social do agente socialmente significativo, como valor básico da cultura.

Inspirado em Alfred Schutz, Velho (2013) defende a noção de que é o indivíduo- sujeito que faz projeto, uma vez que “A consciência e valorização de uma individualidade singular, baseada em uma memória que dá consistência à biografia, é o que possibilita a formulação e condução de projetos”. (2013: p. 65). Assim, a própria noção de projeto está indissolivelmente imbricada à ideia de indivíduo-sujeito. Não aleatoriamente, a primeira exposição expográfica realizada pela Rede DLIS, através do seu processo memorial e museológico comunitário, enfatizou, em um dos painéis da narrativa denominada “Jardim das Memórias”, a figura dos guardiões da memória, que são personalidades da militância associativa local que dedicaram a vida às lutas sociais reivindicatórias de direitos sociais. Cada uma narra

a passagem de uma das diversas ações de pressão popular realizadas sobre os governos para reivindicar políticas sociais e urbanas para a população local.

A feitura de um projeto e sua validade prática está diretamente ligada à memória dos indicadores básicos de um passado, pois foi nessa realidade pretérita que se construiu as circunstâncias do presente, sobre o qual se geram as condições de construção do futuro, de um horizonte. Sem esse nível de consciência não é possível ter uma politização, que o projeto é expressão e materialidade.

A memória e o projeto individuais são amarras fundamentais para o processo de constituição da identidade social dos indivíduos, para a definição de suas ligações aos grupos e segmentos sociais. Do presente têm-se visões retrospectivas e visões prospectivas, visões estas que funcionam para situar os indivíduos, fazendo-se compreender suas motivações bem como o significado de suas ações dentro de uma conjuntura, nos variados ciclos da trajetória de vida.

Retomando o contexto das sociedades modernas contemporâneas, a memória também é fragmentada. Assim, a constituição de um sentido de identidade depende da organização dos diversos pedaços de memória, como numa colcha de retalhos tal qual a metáfora utilizada pelo cerimonial de programação da festa de aniversário de vinte anos do CDVHS, em que cada organização comunitária parceira local era convidada a desenhar e apresentar quadro que expressasse sua vinculação com aquela organização aniversariante. O evento, de caráter inter-religioso, foi realizado dia 26 de março de 2014, na sede da organização.

Aquela metáfora do retalho tomada pelo agente CDVHS apontava para a perspectiva de confirmação de projeto tomando o caráter descontínuo do passado e os seus enquadramentos possíveis. Cada instante é momento oportuno para verificarmos a consistência e o significado do passado e da memória, conteúdos básicos que são articulados no ato da elaboração de projetos. Os projetos são os responsáveis por dar o sentido e estabelecer a noção de continuidade entre os diferentes momentos e situações. Os projetos são o fio condutor de processos, articulando uma memória possível, dentre tantas, acerca do passado, de forma a forjar uma noção comum de continuidade, um discurso institucional.

Uma dimensão intrínseca à ideia de projeto é a da alteridade, pois o projeto apenas existe no mundo da intersubjetividade. Ele somente pode ser escrito usando conceitos, palavras, teorias, categorias que pressupõem a existência do outro. Ele é o instrumento básico por meio do qual se negocia a visão de mundo, de divisão e de classificação do mundo social. Foi com base no projeto de desenvolvimento local, integrado e sustentável, expresso na política de desenvolvimento sustentável do Grande Bom Jardim, ela elaborada e gerenciada de forma participativa e integrada em rede social, que o CDVHS coletivizou sua visão política sobre a região e tem realizado a realidade Grande Bom Jardim. Assim, o projeto é um suporte dialógico, um meio de negociação e de comunicação entre agentes sociais locais, como materialidade que expressa e articula interesses, objetivos, percepções, pensamentos, ferramentas e formas de agir, ou seja, aspirações de realidade para o mundo.

Podemos afirmar que o projeto é político porque ele é resultado de uma deliberação consciente a partir das circunstâncias tangíveis da realidade, em meio a um campo de possibilidades, de escolhas. E essa deliberação somente é possível quando existe um sentimento recíproco de crença e confiança entre os agentes envolvidos. Por conseguinte, a constituição e a sustentação de uma identidade dependem da relação do projeto e dos seus agentes envolvidos com a sociedade, em um processo permanente de comunicação e negociação.

Dada sua tendência à atualização de sentidos e significados, de forma a incidir e atuar na identidade faz-se necessário dar visibilidade permanente ao projeto no espaço público, sempre em estado de interlocução com outros setores e grupos da sociedade, bem como o submetendo ao debate, à apropriação e à manutenção em âmbito interno, uma vez que assim como a complexa e a heterogênea sociedade contemporânea, caracterizada, dentre outros aspectos, pela diferença e pela diferenciação, exige a produção de projetos, traz também a possibilidade de contradições e de conflito. *“Por isso mesmo, o projeto é dinâmico e é permanentemente reelaborado, reorganizando a memória do ator, dando novos sentidos e significados, provocando com isso repercussões na sua identidade”.* (VELHO, 2013: p.67).

Essa dinâmica dos projetos e, por conseguinte, da construção de identidade faz com que se coloque em curso um processo permanente de releitura e reescritura do passado, tal como o programa em memória social aludido pela Rede DLIS tem realizado como estratégia para a realização do seu projeto maior que é o de afirmar a região Grande Bom Jardim um lugar de direitos, para o qual se faz necessária uma política de representação, sempre articulando e negociando num processo permanente de desconstrução e reconstrução de memória, de projeto e de identidade sociais.

A construção do senso comunitário da memória, no sentido mais próximo de Bourdieu (2004), como tecnologia social ou como ferramenta política com vistas à mobilização e ao engajamento cívico como meio mais efetivo de transformação social encontra-se em processo na experiência comunitária do Grande Bom Jardim, expressa pela Rede DLIS. A apropriação da pertinência da categoria às finalidades pretendidas tem se dado por via da sua manipulação prática. Sempre foi muito cara para o movimento social local a necessidade do registro de suas ações. É característica dos movimentos sociais atender às emergências que a materialidade da vida e das contradições sociais lhes impõe, o que, às vezes, apenas aparentemente, pode passar uma ideia de descontinuidade das suas ações. No fluxo das ações, da participação ativa nas manifestações, nos protestos de rua, nas audiências públicas, a memória, geralmente, dessa trajetória é guardada apenas nas lembranças dos partícipes daqueles atos públicos de massa, correndo o risco de ser reservada apenas ao mundo do privado e, por conseguinte, não incluída na história, excluída da memória social.

Então, diante da clareza de que os sentidos da participação em instâncias e nos espaços políticos e as razões que embasam a decisão ao engajamento cívico, notadamente, são renovados, reconstituídos e fortalecidos na avaliação constante das conquistas parciais a que chegam e que conquistam os movimentos sociais nas lutas encampadas. A decisão de continuar a luta não depende apenas da necessidade de saciar e satisfazer um conjunto de demandas imediatas, mas, sobretudo, de perceber que muito do que se conquistou de bem público até então foi fruto de um investimento do coletivo no enfrentamento das problemáticas e da pressão sobre os poderes públicos. *“Por exemplo, lá no Siqueira tá sendo construída*

uma creche que foi solicitada pela comunidade em 2006. São oito anos, mas só que ela tá saindo agora. Mas tá saindo agora porque existiu a perseverança, como delegada lá está sendo a memória do governo, sempre tá indo lá, botando ofício, cobrando, botando, e até que acontece". (Representante da Associação dos Moradores do Jardim Sumaré, organização integrante da Rede DLIS). Podemos ainda transcrever a fala de representante de outra organização integrante da rede que vai ao encontro deste assunto abordado:

"Tem uma palavra que me incomoda, essa palavra fraqueza. Na verdade eu não acho que a Rede é fraca, até mesmo pelas conquistas que já conquistaram ao longo desse tempo. Eu acho que se adequaria mais aí a palavra limitações. Nós somos limitados. Não porque não dependemos só de nós, infelizmente nós dependemos do outro, né, no caso a parte que nós falamos aqui é a parte governamental. Aí é onde eu acho que entra a importância fundamental da comissão memória, porque nós precisamos também compreender a relevância dessa comissão que é pra gente saber ressaltar as conquistas que foram conquistadas ao longo do processo". (Representante da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias, organização integrante da Rede DLIS).

Assim, por essas razões, a dimensão e a prática técnica da memória faziam-se salutareas para o movimento Rede DLIS.

Em 2009 o Centro Herbert de Souza recebeu o convite direto do IBRAM para inclusão no Programa Pontos de Memória, único na América Latina em nível de política federal de cultura. À época, técnicos daquele instituto visitavam os doze territórios com menores índices de desenvolvimento humano de doze capitais de Estados brasileiros para colocar em rede nacional experiências comunitárias em memória e museologia social em andamentos, de forma independente, ou seja, com autonomia política sobre seus projetos, como estratégia de fortalecimento dos feitos e dos efeitos dessas experiências. E o Grande Bom Jardim era um desses doze territórios locais com organização social vocacionada para o desenvolvimento local e com mobilização sociopolítica das temáticas: memória social e museologia social.

Assim, diante da convocatória daquela autarquia, responsável pela gerência da política de museus do governo federal, o Centro Herbert de Souza decidiu por coletivizar a proposta do IBRAM de participação no programa em âmbito territorial e por promover amplo processo mobilizatório, junto com organizações parceiras locais integrantes da Rede DLIS, para criação e fortalecimento de

instância comunitária responsável pela gestão do processo comunitário em memória e museologia social, a partir da concepção e da execução de um plano de ação para inventariar o patrimônio cultural territorial. Dessa forma, a decisão de desenvolver a experiência territorial em memória deu-se por força das conjunturas. Mesmo tendo sido nessas condições, não perdeu sua legitimidade histórica nem política. Como também não perdeu sua autonomia sobre a condução de processos nem sobre a concepção e as finalidades do seu projeto político.

Muito embora seja forte o emblema federal chancelado pelo próprio nome do programa, dada à forma de designá-lo constituir-se por uma vinculação da imagem federal com a experiência comunitária: “Ponto de Memória” Grande Bom Jardim, na medida em que a chancela atribuída pela designação do programa de governo é favorável ao movimento, este o usa. Do contrário, o movimento prefere se autodenominar: “Museu Comunitário da Identidade Territorial do Grande Bom Jardim”. Uma das expertises do senso linguístico pragmático dos movimentos sociais, sobrevivendo por meio de um jogo político jogado com a linguagem.

Assim, a participação do Grande Bom Jardim num programa federal de governo deu-se em meio à conjuntura da gestão da política cultural brasileira. A apropriação conceitual ou teórica, que fundamentam metodologias e discursos, tem se dado mediante o campo prático do fazer, até porque este é o modo de vista que os movimentos populares têm sobre o mundo, não o da academia. E esta apropriação prática da teoria não acontece num fluxo regular contínuo. Ela é marcada pelas contradições intrínsecas às relações sociais da organização comunitária. Neste caso a aprendizagem segue por outros caminhos didáticos. A assimilação e o entendimento são mais resultados pedagógicos dos exemplos concretos e da realidade vivida que dos estudos conceituais e metodológicos. A consciência da força pragmática da memória social é fruto do fazer. O conhecimento advém da percepção dos efeitos práticos no fortalecimento da política comunitária. A sensibilização quanto à relevância das categorias memória social e museologia comunitária para o êxito dos projetos e empreendimentos da Rede DLIS é alcançada paulatinamente mediante os impactos sensíveis da materialidade expográfica e da visibilidade e da repercussão social dos registros. Ou seja, o exemplo pode até convencer, mas é o exemplo concreto que arrasta as pessoas e suas organizações

num processo de engajamento cívico. Do universo de organizações integrantes da Rede DLIS apenas dez fazem parte do eixo Memória Social. E deste grupo menor ainda são poucas as entidades que se liberam integralmente ao planejamento e à gestão do plano de trabalho do eixo. No geral, as entidades ligadas ao grupo de trabalho da memória social são também lotadas em outros eixos, os quais têm trabalhos específicos de monitoramento de políticas públicas e para os quais dão mais prioridade.

O entendimento mais ou menos consciente da pertinência e do poder de operação das categorias é expresso pelos técnicos disponibilizados pelo Centro Herbert de Souza. *“Então, eu acho que pra Rede, resumindo, é, precisa ficar claro acho que essa interface e a gente se apropriar mais conceitualmente da coisa pra poder fazer um trabalho cada vez melhor do ponto de vista colaborativo”*. (Técnico do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, organização proponente/difusora integrante da Rede DLIS, representante do Movimento Ambientalista ViraMundo).

Mesmo assim, com algumas reservas, devido ao não acúmulo teórico sobre o assunto, bem como à inabilidade do manejo instrumental com finalidades políticas, como podemos verificar isto numa fala, trecho de debate desenvolvido a cerca do melhor modelo de operacionalização e manipulação prática do conceito na organização e no planejamento da Rede DLIS, ou seja, como casar, de forma prática e operacional, a memória e a política comunitária:

“com relação à memória nas nossas lutas, que, é, eu sempre achei que foi um negócio que andou mais ou menos descasado porque tinha o projeto que funcionou muito rápido e não ter link com as nossas lutas diretas, e eu continuo com o mesmo, num sei, sentimento de que nós vamos, é, trazer isso pra nossa pauta porque a gente também num ver isso pautado nas comissões, num sei se é impressão minha, não sei, mas não vi nada a respeito”. (técnica da ONG Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, organização proponente/difusora integrante da Rede DLIS).

A pragmática política é do campo dos movimentos sociais. No que diz respeito à categoria memória, o grande desafio é sair do campo teórico e tornar os conceitos instrumentos operacionais para colaborar e fortalecer projetos e imagens institucionais, uma espécie de amalgama místico dos processos mobilizatórios. A fala a seguir foi extraída de momento avaliativo de uma reunião de equipe técnica da ONG CDVHS.

“As escolas se estressou porque as entidades, as escolas queriam o que era a parte prática daquilo que a gente tava propondo. E na sua cabeça o que tá prático num tá prático pra mim, por exemplo, ou pra outras pessoas. [...] se já é difícil a gente mobilizar e manter as coisas muito mais mastigada pra ver se dá uma concretude. Então, deixar numa, num desejo porque teve uma pesquisa, porque teve uma exposição o povo já deveria estar interessado nisso, num rola não, sabe. Isso é uma questão”. (técnica da ONG Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, organização proponente/difusora integrante da Rede DLIS).

A categoria memória é também percebida como um instrumento catalisador de energias internas, contribuinte do processo de retroalimentação dos sentidos a partir da memória das próprias práticas políticas, entendendo que uma das funções da memória é fazer mais luta política:

“Se é o tema memória, como é que o tema memória tá chegando? Só com essa coisa do registro, da pesquisa-ação, da recuperação dos guardiões, entendeu? Eu acho tudo isso muito fora da realidade. pra mim, memória é verdade. Pra mim, por exemplo, nós devemos três resgates históricos que a gente tem, fora os resgates das nossas lutas do dia a dia que nós fazemos, mas nós temos que fazer isso, esses resgates históricos de luta pra fazer mais luta, pra fazer mais luta”. (Associada do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, organização proponente/difusora integrante da Rede DLIS).

O sentido mais politizado acerca do uso da memória como instrumento político pode ser observado a partir dos efeitos produzidos pelo uso, como, por exemplo, como poderíamos denominar o de agregação de ações afins, qual seja, a decisão tomada pela Rede DLIS em incorporar a instância gestora da iniciativa comunitária em memória do Grande Bom Jardim, formada pela sua maioria por organizações associativas locais integrantes da mesma, na estrutura orgânica da Rede DLIS. Em outros termos, o entendimento da Rede DLIS de que a instância gestora da experiência comunitária em memória e museologia social do Grande Bom Jardim, antes um organismo à parte, embora colaborada para efetivação do mesmo projeto, deveria ser uma das comissões de trabalho do coletivo e ao seu serviço, com espaço-tempo ordinário nas plenárias deliberativas da Rede, dessa maneira, otimizaria esforços e tempo, como podemos verificar no seguinte proferimento de fala que equipara o eixo da memória ao eixo “cabeça pensante” da Rede, a comissão de Articulação, o qual precisa encontrar sua forma de organização e de trabalho para melhor contribuir e intervir no espaço ampliado: “Gente é o

seguinte: a comissão da memória ou o Ponto de Memória, assim como a Articulação vai ter que criar seu espaço próprio de organização porque num vai ser como os outros que nós definiu aqui”. (Representante do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, organização proponente/difusora integrante da Rede DLIS).

Outra catalisação propiciada pela aplicação pragmática da categoria memória social pelos trabalhos comunitários tem exemplo na perspectiva institucional do Centro Herbert de Souza de incorporar a categoria no seu estatuto social como uma das temáticas de sua atuação. A incorporação é processual e resultado de uma reflexão crítica acerca da prática social com o uso político do conceito:

“Primeiro, é o Ponto de Memória, grupo, articulação, conselho gestor que tá vindo pra dentro ou é o tema da memória que tá vindo pra dentro do CDV. Isso é a minha primeira questão [...] eu proponho que seja sistematizado melhor isso pra gente ler e debater institucionalmente na assembleia do CDV [...] acho que isso é um encaminhamento que deve ser feito”. (Associada do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, organização proponente/difusora integrante da Rede DLIS).

5.3 A PERSPECTIVA DE MEMÓRIA E DE MUSEOLOGIA DO AGENTE

“No momento em que estamos falando não somente de teologia da libertação, mas de filosofia da libertação, o museu está pronto para desempenhar seu papel libertador das forças criativas da sociedade, para a qual o patrimônio deixou de ser apenas um objeto de deleite, mas se tornou acima de tudo um recurso maior de desenvolvimento”. (VARINE, 2012: p. 144).

Como dissemos, a perspectiva conceitual da memória é tomada, pelo agente social Rede DLIS, como uma ferramenta política de transformação social da realidade, ou seja, numa perspectiva social, mais preocupada essencialmente com os processos comunitários e seus efeitos pragmáticos na realidade, quer seja na estrutura social, na estrutura urbana ou na estrutura política, do que nos produtos difusores ou na preservação e na valorização de narrativas, de bens, de artefatos ou de registros documentais expressivos ou significantes da manutenção do status quo dos grupos dominantes da sociedade, tão peculiar ao modelo tradicional da

museologia. O consumo cultural nessa vertente social também se alicerça em outro tipo de capital que não somente o esperado pela sociedade de mercado.

Esta perspectiva de memória põe o homem comum, o morador periférico, o cidadão ordinário, oprimido pela avassaladora dinâmica de urbanização e de metropolização das cidades, no centro da narrativa sobre a história da sua comunidade, de forma a incluí-lo decisivamente na sociedade, sobretudo, na sociedade política, no que tange gerar as condições de acesso aos espaços de decisão das suas estruturas de poder. A perspectiva da memória social, nestes termos, tem o propósito de situar centralmente a visão periférica nos espaços de tomada de decisão e conferir aos detentores desta visão poderes de imposição, em condições de estabelecer relações de poder com mais justezas sociais a fim de se garantir as condições necessárias para uma melhor qualidade de vida aos moradores de comunidades socioespacialmente vulneráveis.

Nestes termos, a categoria memória social que fundamenta e orienta a intervenção e as práticas sociais e discursivas do agente é herdeira do movimento político intelectual do setor museal conhecido como Nova Museologia ou Museologia Social, o qual tem como fato exponencial o evento conhecido como a Mesa Redonda de Santiago do Chile, ocorrido em 1972, evento que teve como marco documental a *Carta da Mesa de Santiago do Chile*, ou, simplesmente, *Declaração de Santiago*. Este documento é considerado produto político do referido evento e marco epistémico do setor, que catalisou ou consumou todo um processo discursivo que estava em curso desde a década de 1950.

A reflexão exigida pelos efeitos negativos do acelerado e hierárquico processo de urbanização das cidades latino-americanas desaguou na seara dos museus. Fomentado e promovido pela UNESCO, a Mesa Redonda de Santiago do Chile foi articulada pelo ICOM (Conselho Internacional de Museus), um organismo da cooperação internacional entre os museus, instância que havia, um ano antes, se dedicado à realização de uma conferência geral, na França, a qual, segundo Hugues de Varine⁷, trouxera: “*modificações substanciais ao espírito e à letra da cooperação*

⁷ Hugues de Varine é um agente de desenvolvimento, como ele mesmo costuma se autodenominar, aquele que faz aparecer os verdadeiros desenvolvedores. Ele é consultor internacional na área da museologia e do desenvolvimento. Formado pela Universidade de Paris, com pós graduação em

internacional entre os museus: revisão dos estatutos e da definição de museu; afirmação da importância do entorno da vocação dos museus; emergência de dimensão “política” no conceito de museus”. (VARINE, 2012: p.143).

A Mesa Redonda de Santiago do Chile reuniu uma cúpula de doze museólogos latino-americanos, os quais foram incitados e provocados pelas leituras contemporâneas, à época, acerca do urbanismo pelo especialista Jorge Enrique Hardoy, o qual exercia a função de diretor do Instituto Torquato di Tella, em Buenos Aires. Ao final dos dois dias de intervenção do especialista em urbanismo, a cúpula dos doze museólogos reunida percebeu que suas concepções e suas práticas museais postas a serviço da gestão dos museus estavam descontextualizadas à realidade urbana, caracterizada e radicalmente afetada pelo processo vertiginoso de industrialização e de urbanização, o qual estava em curso nos países subdesenvolvidos desde final do século XIX. Nas palavras de Varine, *“eles haviam ficado [...] à margem da realidade da explosão urbana que havia ocorrido nas duas últimas décadas. Eram incapazes de se projetar no futuro para imaginar o que iria se passar e quais seriam as necessidades culturais e sociais de populações imensas e, em geral, muito pobres”*. (Idem, ibidem).

A Mesa reuniu debatedores das seguintes áreas e nacionalidades: educação, do Peru; Agricultura, do Panamá; Meio Ambiente e Urbanismo, da Argentina. O brasileiro Paulo Freire, à época na função de conselheiro para a Educação do Conselho Ecumênico das Igrejas em Genebra, foi especialmente convidado para contribuir na condição de debatedor, mas, por razões políticas,

História e Arqueologia, ocupou cargos de vice-diretor e diretor do Conselho Internacional de Museus, o ICOM, fundou o Ecomuseu de Le Creusot-Montceau e atuou no Ministério da Cultura da França, na área de desenvolvimento cultural e de avaliação de políticas culturais. Fundador da ASDIC Consultores, entidade especializada em desenvolvimento de comunidades, participa de missões de desenvolvimento cultural, social e econômico de comunidades urbanas e rurais da França e da União Europeia, incentivando práticas culturais e de consolidação do desenvolvimento local. Assim, Varine tem contribuído com movimentos de construção, em diversos países, dos ecomuseus e museus comunitários. Partindo de princípios, ideias e sugestões dos sujeitos envolvidos nas experiências comunitárias, ele se baseia no vínculo entre patrimônio, ação comunitária e desenvolvimento local sustentável. (VARINE, 2012). Em dezembro de 2012, como parte do itinerário de turnê nacional de lançamento do seu livro *Raízes do Futuro – o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*, Varine visitou o Centro Herbert de Souza, no Grande Bom Jardim, conheceu a exposição “Jardim das Memórias” e se encontrou com boa parte dos moradores envolvidos na experiência comunitária local, de quem ouviu relatos reflexivos sobre o processo. Como disse na sua passagem pelas comunidades, eu não vim para ensinar, mas para aprender com vocês.

provavelmente atinentes ao regime repressor, o delegado brasileiro na UNESCO foi contrário à designação do especialista brasileiro para representar o país na Mesa de Santiago do Chile.

Depois de uma semana de intensos trabalhos reflexivos sobre a realidade material da vida urbana e rural contemporânea chegou-se aos resultados daquele expediente. Notadamente, um legado substancial que pode ser expresso através do conceito de “Museu Integral”, que subsidiou a produção da “Declaração de Santiago” ou da “Carta da Mesa de Santiago do Chile”.

Sobre o conjunto das resoluções a que chegou a cúpula reunida no entorno da mesa, Varine destaca duas noções primazes: a noção de museu *integral*, aquele que pensa a sociedade na sua integralidade, na totalidade dos seus problemas reais; e a noção de museu como *ação*, como instrumento dinâmico para a mudança social. (2012: Pp. 143 e 144). Estas são duas noções muito caras aos princípios e propósitos da Rede DLIS.

A Nova Museologia pode ser percebida, numa dimensão histórica, como uma reviravolta de caráter político ideológico no que se refere à noção da vocação, do conceito e da missão dos museus. Ela se apresentou como uma mudança de paradigmas nos certames teóricos e conceituais do setor museológico mundial, tocando, desconstruindo e reconstruindo tudo aquilo que, há mais de dois séculos, havia sendo constituído acerca da função dos museus.

Assim, pela profundidade ideológica da nova perspectiva do olhar lançado sobre os estatutos e conceitos museológicos, desencadeou alterações radicais nas suas práticas, sobretudo, na função do equipamento museu e na atuação das instâncias de caráter epistêmica e sistêmica, que se ocupam da reflexão acerca das práticas e dos procedimentos, e da cooperação entre os equipamentos museológicos.

Em relação à UNESCO, esses adventos vanguardistas produzidos a partir do setor museológico, catalisando acúmulos teóricos de áreas diversas do conhecimento, e expressando o potencial demandante do estilo de vida urbano que se represava no cotidiano das relações das grandes cidades, vieram para integrar

elementos para a constituição de um novo ideário, aquele acerca do papel de salvaguardar e gerir o patrimônio global, aquele de interesse coletivo.

Entretanto, devemos ponderar os efeitos disso nas relações de poder dos museus com a sociedade, bem como na sua percepção pelas escolas formadoras e na forma como é apropriada pelos profissionais. Evidente que um registro político por mais que seja o de um evento que é considerado o marco ideológico do pensamento, da concepção e da prática dos museus não altera do dia para a noite aquilo que estava se consolidando na esteira de mais de duzentos anos de história, processo histórico marcado pelas contradições sociais e pelas lutas entre classes na formação da sociedade. Um exemplo cabal da contradição que envolve a diferença entre o conceito e a prática, num processo de secularização, foi a forma como o Instituto Brasileiro de Museus, autarquia vinculada ao Ministério da Cultura, competente da política de museus no Brasil, se apropriou do suposto sentido revolucionário que a Nova Museologia conferiu ao setor e ao total da sociedade para tematizar a quinta edição do Fórum Nacional de Museus, intitulado “40 anos da mesa de Santiago do Chile – entre o idealismo e a contemporaneidade”, realizado na cidade de Petrópolis, Rio de Janeiro, em dezembro de 2012.

Aquele Fórum, que tinha como inspiração a concepção de museu integral e por finalidade refletir acerca da operacionalidade prático-transformadora dos pressupostos defendidos pelos integrantes da Mesa Redonda e expresso formalmente na Declaração de Santiago nos últimos quarenta anos. A sua condução, notadamente, teve muita dificuldade em elaborar uma programação em que oportunizasse um real e pragmático encontro entre os movimentos populares brasileiros, os gestores de museus institucionais, ditos tradicionais, e as instâncias políticas do setor. Emblematicamente, a própria arte que dava feição à institucionalidade do evento ostentava os símbolos dos grupos dominantes, os castelos, os palacetes e as coroas imperiais.

Nessas condições de contradição, o que se assistiu foi a um encontro de segmentos e grupos segregados, aos moldes da velha cena, aquela em que há a necessidade de luta dos movimentos populares e estudantis por espaço para colocar suas visões de mundo na cena pública, de forma que suas aspirações e demandas sejam contempladas no processo de refazimento das resoluções que

nortearão a formulação das políticas públicas setoriais, de tal que os pontos de memória e as iniciativas comunitárias em memória e museologia social, que fazem da memória suas práticas políticas, num processo contraditório da formação social da sociedade e de Estado, tenham as suas representatividades políticas reconhecidas e respeitadas.

À parte ou para além desses encaixos históricos das relações de poder no processo de formação social da sociedade, no tocante de se fazer real a Nova Museologia através das práticas sociais e da política do setor museológico brasileiro, e ao objeto de interesse desta pesquisa, numa perspectiva do museu institucional ou tradicional, a noção de museu integral possibilitou o entendimento de outra noção, a do museu como ferramenta de desenvolvimento, mobilizando, por conseguinte, as condições de reformulação da noção da função social do museu, bem como da responsabilidade sociopolítico do seu profissional encarregado. (Varine, 2012, p.144).

Na cadência pragmática que o desenvolvimento de conceitos permite tão bem, as próprias práticas políticas, com o uso da memória, elaboradas e desenvolvidas pelas comunidades urbanas e tradicionais, trataram por fazer inovações conceituais e metodológicas, como o museu de percurso, que se fundamenta na ideia do território como museu, utilizada pela comunidade indígena Jenipapo Kanindé, em Aquiraz, Ceará, como estratégia ao reconhecimento legal de seu território, e pelos moradores do morro Cantagalo-Pavão-Pavãozinho, no Rio de Janeiro, a partir da experiência circuito “Casa-telas” da organização Museu de Favela (MUF), que toma o morro, os seus moradores e as suas residências como *Standards* da Favela, patrimônios cultural e territorial numa proposta de museu comunitário de percurso, por exemplos.

Assim, inspirados nas concepções, pressupostos e resoluções do movimento intelectual de Santiago, e para além dos museus de arte e museus históricos, e dos museus científicos, os museus de hoje vivem a realidade do surgimento de museologias nacionais, fruto da incorporação de percepções, pensamentos e formas de ação bem próprias, expressas pelo grande aumento dos cursos universitários de museologia e dos grupos de jovens museólogos associados.

Como, sobretudo, vivem hoje os museus o fenômeno da multiplicação dos museus comunitários, devido à engenhosidade criativa das comunidades que põem em curso experiências comunitárias em memória com finalidades político pragmáticas, em busca de novos olhares e de produção de outras narrativas que fundamentem suas visões de desenvolvimento local, que sejam estratégia tecnológica para fortalecer e afirmar uma identidade dotada de um poder político, dado o poder simbólico que detém a memória, capaz de constituir e negociar por e entre os seus agentes locais e parceiros um projeto de território, igual a este sobre o qual falamos e estudamos nesta pesquisa.

Em *Raízes do Futuro – o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*, Hugues de Varine baseia-se no vínculo entre patrimônio, ação comunitária e desenvolvimento local sustentável. (VARINE, 2012). Dois princípios básicos são sustentados ao longo de sua obra. O primeiro é a afirmativa de que o patrimônio (natural ou cultural, vivo ou sacralizado) é o instrumento básico para o desenvolvimento local. O segundo princípio é decorrente do primeiro, que se apresenta na ideia de que o patrimônio é o DNA do território e da comunidade.

Ele disponibiliza, enquanto fruto de uma vida itinerante e militante pelo mundo, generosamente, as suas reflexões e as lições que tirou acerca da vivência, da observação e do registro de experiências comunitárias no campo da memória, do patrimônio e do desenvolvimento local aos interessados em refletir sobre os seus próprios patrimônios e sobre a experiência de desenvolvimento em seus próprios territórios. Distante do caráter etnocêntrico, a sua postura afasta-se de qualquer pretensão de apontar modelos padronizados típicos ideais para reprodução comercial de experiências de valorização de patrimônio, natural ou cultural, como estratégia de desenvolvimento.

Mesmo durante visita presencial às experiências comunitárias em memória e museologia social, como foi no Grande Bom Jardim, em dezembro de 2012, a produção de sua fala isenta-se do papel de dar recomendações. Varine arremata a questão afirmando que ele está para prender, posto que os verdadeiros e legítimos entendedores e mestres no assunto sejam os agentes locais de desenvolvimento.

FOTOGRAFIA I – VISITA HUGUES DE VARINE AO MUSEU COMUNITÁRIO DA IDENTIDADE TERRITORIAL GBJ/REDE DLIS



FONTE: Museu Comunitário da identidade Territorial GBJ/Rede DLIS

Varine é, assumidamente, discípulo de Paulo Freire, com quem esteve e trabalhou por três anos, em ações do *Instituto Ecumênico para o Desenvolvimento* (INODEP), organização que atuou por quase vinte anos em países da África, América Latina, Ásia e Europa. Ele “prega” o poder da ação coletiva, na força comunitária, de fazer sua própria alma e sua identidade cultural, esta fonte inesgotável da vida, a qual deve ser vivida com dignidade, com autonomia e liberdade.

O autor, inspirado no seu mestre Paulo Freire, aponta para uma “museologia da libertação”, onde os museus estejam a serviço do desenvolvimento. O educador Paulo Freire, antes do seu desaparecimento, prometera ao colega militante Varine adaptar a formulação de sua “doutrina da aprendizagem” e de seus métodos pedagógicos à prática museológica. Infelizmente, o tempo não permitiu a Freire cumprir a sua promessa. Entretanto, não por isso o educador Paulo Freire deixou de ser uma presença marcante nos textos e nas ideias defendidas por Varine no tocante ao trabalho do desenvolvimento comunitário a partir da concepção

ampliada do patrimônio cultural, cujos princípios pedagógicos que embasam a proposta da Educação Patrimonial de Varine são inspirados em Paulo Freire.

Ao longo das 255 páginas de *Raízes do Futuro – o patrimônio a serviço do desenvolvimento local*, Hugues de Varine (HORTA, 2012: Pp. 20 e 21) apresenta vários conceitos e princípios, a partir dos quais ele chega a duas definições provisórias, as quais nós nos esforçamos aqui em interpretá-las, como registradas na sequência.

O recorte do desenvolvimento local é uma decisão política que dar substância e orientação a um projeto político estruturante de transformações culturais, sociais e econômicas, que se estrutura por uma relação dialética e profunda com o patrimônio vivenciado, de forma que quanto mais a experiência se espelha no próprio patrimônio mais este é gerado e fortalecido. Destaca ainda que o patrimônio é um recurso local básico, um bem coletivo e temporal. Ele tem um passado, um presente e um futuro, e segue o pulsar tenso e oscilante da história. O patrimônio é uma parte do valor agregado da história, que não tem outra razão de ser senão a de catalisar a dinâmica de desenvolvimento. Ele é, simultaneamente, um produto e um produtor de desenvolvimento. Senão, vejamos:

“a de que o desenvolvimento local é um processo voluntário de domínio da mudança cultural, social e econômica, enraizado em um patrimônio vivenciado, nutrindo-se deste e gerando patrimônio”; “a de que o patrimônio (natural ou cultural, vivo ou sagrado) é um recurso local que não tem outra razão de ser senão a sua integração nas dinâmicas de desenvolvimento. Herdado, transformado, produzido e transmitido de geração a geração, o patrimônio pertence também ao futuro”; (Idem, p.14).

Com base nesses dois pressupostos listados acima, Varine chega a essas duas conclusões a seguir, a) a sustentabilidade do desenvolvimento, bem como do próprio patrimônio, está diretamente articulada tanto à relação do projeto estruturante de desenvolvimento com o patrimônio da comunidade, estabelecida pelos agentes do desenvolvimento, quanto à efetividade da função vital do desenvolvimento, que é contribuir para a vida e enriquecer do patrimônio. Bem como, b) sem a convocação de vontade comunitária à participação proativa e sem o engajamento efetivo das pessoas que detém o patrimônio em um processo

comunitário com vistas à realização de projetos estruturantes não há desenvolvimento local. Senão, vejamos:

“O desenvolvimento não será sustentável, e, portanto, real, se não for feito em consonância com o patrimônio, e se não contribuir para a vida e para o enriquecimento deste”; “O desenvolvimento não pode acontecer sem a participação efetiva, ativa e consciente da comunidade que detém este patrimônio”; (idem, ibidem).

O desenvolvimento local, diz Varine, deve ser um assunto de interesse restrito dos verdadeiros interessados, os atores locais. A criação de um espaço social, de forma que se esforce e assuma como missão a imposição de sua visão de mundo, como podemos considerar que seja a Rede DLIS, *marca uma evolução no patrimônio comum e participa da história cultural do desenvolvimento* (VARINE, 2012: p.18). Assim, a relevância da Rede DLIS para o desenvolvimento do Grande Bom Jardim.

O desenvolvimento local se nutre da fertilidade do patrimônio. Este fornece o húmus tão necessário ao desenvolvimento. As raízes do desenvolvimento se nutrem dos materiais presentes no patrimônio, tais como o solo e a paisagem, a memória, os modos de vida dos moradores, as percepções de mundo compartilhadas, as edificações, a produção de bens e de serviços conforme as necessidades da população e a matéria prima disponível. Ou seja, o desenvolvimento não acontece “fora do solo”, ele depende essencialmente do espaço social, dos substratos orgânicos e dos atributos simbólicos, os quais são contribuintes para lhe conferir o status de território.

A cultura, tal como a natureza, é viva. Uma vez apropriadas por pessoas externas, sobretudo, quando decodificadas, sistematizadas e, tecnicamente, categorizadas por estudiosos “de fora”, a tendência é que elas morram rapidamente, quando são esvaídos os seus sentidos, os quais apenas pelos seus próprios produtores e detentores eximamente são assimilados, compreendidos, expressos e classificados. A gestão do patrimônio deve ser feita o mais próximo possível dos seus produtores, ou seja, os moradores, que verdadeiramente o detém, de modo a não separar o patrimônio da vida daqueles que lhe dão o sentido, os habitantes do território.

Essa perspectiva de subsidiariedade da gestão bem como da manipulação científica do patrimônio lembra-nos a crítica que Bakhtin faz ao estruturalismo por este não conceber a língua real como objeto, por não considerar o indivíduo concreto, aquele localizado no tempo e no espaço, uma vez que “língua real é aquilo que falam os homens e as mulheres reais [...] a língua representa a imagem de um incessante fluxo de vir-a-ser” (RAJAGOPALAN, 1998: p.33). O que Bakhtin chama de língua real não passa de uma abstração ou ficção, uma vez que, como lembrou Rajagopalan, o que entendemos por língua não passa de um fluxo de vir-a-ser que nunca tem um fim e cujos limites são impossíveis de serem definidos.

Um território é o produto de toda uma história natural e humana, continua a afirmar Varine. E as condições para o seu desenvolvimento, envolvendo, sobretudo, as contradições e os conflitos, sairão ou decorrerão dessa história, a história das lutas sociais. Sem o respeito devido aos componentes patrimoniais todo determinado território não poderá servir de base para o desenvolvimento local equilibrado e sustentável. Neste entendimento, apenas o patrimônio e a população que o detém são os únicos recursos para o desenvolvimento. (2012: p.19).

Por essas razões, para se definir uma política de desenvolvimento ou mesmo as estratégias técnicas para se gerar as condições de seu desenvolvimento efetivo deve-se tomar como base o diagnóstico do patrimônio do território, tal como foi realizado pela Rede DLIS em 2012 em parceria com o Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM). O diagnóstico do patrimônio é um instrumental social que deve levar em conta a totalidade do patrimônio, a complexidade dos usos possíveis deste bem e o papel que os seus componentes podem desempenhar no processo de desenvolvimento, bem como atentar para a característica de interdependência ou de integração dos seus componentes.

Uma dinâmica de desenvolvimento tal qual a mobilizada pela Rede DLIS, enquanto um empreendimento que objetiva adquirir poder de domínio do espaço social urbano, ocupar espaços deliberativos das políticas públicas e gerar transformações na realidade social, incidirá, indubitavelmente, num processo de mutação do próprio patrimônio territorial, haja vista que o patrimônio “*É um recurso ao mesmo tempo não renovável*”, mas “*eminente transformável e reprodutível, que se regenera e faz aparecer novas formas*”. (VARINE, 2012: p.19).

5.4 MEMÓRIA E FALA ENQUANTO ESTRATÉGIAS PARA A CONSTITUIÇÃO DE UMA POLÍTICA DE REPRESENTAÇÃO

Neste tópico abordaremos, numa primeira instância, a proposição sócio-construtiva dos conceitos forjados pelo movimento em memória social e museografia comunitária vinculado à Rede DLIS enquanto estratégia discursiva em termos de uma tecnologia social inovadora com a finalidade de instaurar e afirmar uma política de representação. Assim, apresentamos os conceitos fundamentais em memória assumidos pela Rede, vistos como construtos discursivos. Para os procedimentos dessa abordagem tomaremos, então, estes conceitos elaborados pelos agentes sociais em questão como dados de uma segunda ordem, a saber, como dados secundários, coletados de material de comunicação institucional impresso.

Num segundo momento do tópico, procuraremos apresentar alguns exemplos de artimanhas metodológicas operacionalizadas em termos de um jogo político e acionadas pela Rede DLIS enquanto estratégias discursivas, buscando identificar atos de fala proferidos pelos agentes sociais reunidos em rede social, dotados de forças realizadoras dos discursos com o propósito de construir uma imagem positiva da instância em termos de uma política de representação.

Para a realização dessa abordagem lançaremos mão de falas proferidas pelos sujeitos da Rede DLIS durante a reunião do coletivo realizada no dia 23 de março de 2013, evento do qual participei. Portanto, o material trabalhado trata-se de dados primários por mim coletados, com uso consentido de gravador digital, na condição de observador total participativo.

Então, podemos no âmbito da experiência da Rede DLIS, grosso modo, entender o conceito de memória como experiências de vida sedimentadas que podem ser evocadas a qualquer momento conforme necessidade para atender a determinadas intenções, sejam estas individuais e/ou coletivas.

A Rede DLIS aciona a categoria memória através de meios operacionais, em termos metodológicos, para qualificar seu modo de atuação política e fortalecer

sua identidade. Assim, usa-se do recurso da pesquisa da memória social acerca do território e toma como uma das metodologias de coleta de dados a roda de memória.

Roda de memória pode ser entendida como uma dinâmica indutiva de coleta de dados através de fluxos individuais de memória em condições de gerar uma unidade discursiva ou uma memória coletiva, base para definição dos assuntos, questões e fatos que serão escolhidos [ação política] para uma releitura e reescritura discursiva, de forma a promover uma imagem positiva da instância, que fortaleça sua identidade social e lhe confira legitimidade política, credibilidade técnica e notoriedade pública que lhe permita um diálogo propositivo e efetivo com outros segmentos e setores políticos com vistas à implantação ou ampliação de políticas públicas no território.

Lançaremos mão em um primeiro momento dos conceitos institucionais mobilizados pela Rede DLIS através de sua instância destacada para o desenvolvimento da temática.

A memória é tomada como instrumento político em termos de uma estratégia discursiva pela Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim (Rede DLIS). Esta instância coletiva conta a memória social e a museografia comunitária como uma de suas comissões temáticas de sua estrutura organizacional. Desde 2009 ela vem promovendo a mobilização social e o engajamento de atores políticos locais no entorno dessas temáticas. Existe, em plena operação, um movimento comunitário em memória social e museologia comunitária internamente à rede DLIS, denominado Ponto de Memória, por ele mesmo definido como:

“Um lugar de celebração de experiências transformadoras e significativas da cidadania local e de valorização das variadas formas de expressão e modos de fazer da nossa gente. É também um lugar de recordação que oportuniza ressaltar o que há de bom e construtivo em nosso lugar”. (Museu Comunitário da Identidade Territorial do GBJ/Ponto de Memória do Grande Bom Jardim)

O texto é repleto de marcadores positivos acionados para demarcar o papel político e institucional do movimento frente ao empreendimento de afirmação positiva da identidade territorial.

No texto conceitual acima são apontados, pelo menos, três lugares ou funções atribuídas ao Ponto de Memória na Rede DLIS e no território: celebrar experiências de luta, valorizar expressões e saberes locais, e recordar positivamente o lugar. Ou seja, são ações orientadas a realizar o projeto de afirmação de uma identidade territorial.

O território é estigmatizado pela sociedade municipal, referido como lugar do “vixe” (abreviação de Virgem Maria), uma interjeição, uma expressão regional passível de produzir vários sentidos, dependendo das regras discursivas do grupo, das intencionalidades e do contexto da fala. No caso específico, comumente aplicada com o sentido de espanto e segregação socioespacial. Então, a memória é também estratégica para constituir um contra-discurso à tendência generalizadora do discurso hegemônico alardeado pelas mídias e reproduzido pela sociedade municipal.

A Rede DLIS do GBJ assume a memória social como uma artimanha de simbolização dos sentidos [subjéctiva e afectiva] objetivamente orientada como estratégia para a constituição de uma identidade em termos de uma política de representação, conferindo-lhe autonomia política e status de ente público em condições de negociar e agenciar com poderes públicos políticas públicas necessárias e suficientes para promover qualidade de vida dos habitantes.

Um dos argumentos apresentados pela Rede DLIS para assumir a memória social como uma temática estratégica para o alcance das suas finalidades diz respeito ao fato desta superar uma das principais falhas da organização comunitária, qual seja, a não produção de registros sobre suas ações. Produzir e organizar registros são recursos técnicos fundamentais para viabilizar a realização de leitura de cenário que seja socio-politicamente relevante e comprometida com a transformação social e a definição de uma concepção eficaz de intervenção na realidade, estratégia essencial para se entender o presente e intervir sócio-discursivamente na construção de um futuro socialmente melhor. Então, garantir as condições de produção da memória do movimento social seria uma motivação inicial.

Neste sentido, a incorporação da temática memória pelo agente social em questão é justificada por se tratar de uma de suas dimensões de intervenção política, pois se trata de uma forma estratégica para pautar questões, para promover debates acerca delas, para negociar diferenças e para produzir narrativas coletivas enquanto reescrituras ou releituras de fatos e acontecimentos vistos pela perspectiva e vivência dos próprios moradores, colocando-os de uma forma dual no centro da narrativa, eles próprios protagonistas, eles próprios historiadores.

Essa argumentação apresentada pela Rede DLIS traz uma tecnologia social inovadora, uma dinâmica de indução e promoção de práticas sócio-discursivas com vistas à produção de discursos institucionais com força de realizar transformações sociais. *“É inegável que o Ponto em algumas coisas contribuiu pras visibilidades de algumas diversidades relevantes, como é a questão dos terreiros, religiões de matrizes africanas, já percebemos isso na análise de contexto. Ele trouxe um conhecimento pra dentro do Bom Jardim que do qual não existia antes, né. Isso é inegável”*. (Associada do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, organização proponente/difusora integrante da Rede DLIS).

O próprio processo de elaboração do conceito de memória constitui-se uma estratégia discursiva, na medida em que ele é a sistematização dos variados conceitos definidos por cada um dos agentes sociais envolvidos. A estratégia foi produzir um texto que fosse uma marca institucional do grupo, que expressasse o entendimento de cada um dos moradores envolvidos sobre o referente ‘memória’, que revelasse o entendimento a que chegou cada um dos moradores participantes do processo. Então, um texto que não fosse uma simples citação de um teórico clássico, mas fosse uma espécie de retrato do coletivo e imprimisse suas posições ideológicas e políticas, onde cada morador fosse o seu autor.

Neste sentido e com este propósito eis o texto a que chegou o movimento em memória da Rede DLIS sobre o conceito institucional de memória: *“Memória é a possibilidade de recordar histórias que narram a trajetória de um povo e marcam a sua identidade de modo que revela quem somos a partir do que relembramos e do que esquecemos além de ser instrumento de luta para transformar a realidade”*.

Assim, os moradores põem-se numa posição astuta, escrevem eles mesmos um texto que ao mesmo tempo em que define um conceito antever o que eles podem ser capazes de realizar com o conceito que forjaram. Ou seja, um texto que fosse estratégico para a constituição de uma política de representação em marcha pela Rede DLIS.

Trazer à tona, de baixo, emergir à superfície do presente as marcas simbólicas e históricas de forma que estas possam ser reinterpretadas à luz do contexto presente, podendo fatos, acontecimentos e agentes receberem uma releitura e uma reescritura passíveis de serem tomadas discursivamente pela perspectiva política da Rede DLIS para efeitos positivos de seu empreendimento. Escolher o que lembrar e o que esquecer é antes uma posição política ante a realidade social. Este é também um conceito possível de memória e é também a forma como a Rede DLIS tem se apropriado e aplicado a memória social para a realização de seus propósitos políticos e institucionais.

Outro texto endossado institucionalmente, assumido de forma participativa pelo grupo, marca o discurso politicamente orientado da Rede DLIS quanto ao entendimento da memória como uma ferramenta transformadora, bem como uma estratégia de enraizamento de marcas simbólicas constitutivas da identidade territorial: *“Somos a memória que temos e a responsabilidade que assumimos. Sem memória não existimos. Sem responsabilidade, talvez não mereçamos existir”*. José Saramago.

Então, na mesma medida que o processo de elaboração dos conceitos institucionais da iniciativa comunitária em memória social da Rede DLIS se apresenta como uma estratégia discursiva, os conceitos elaborados e apresentados por este movimento em memória da Rede DLIS também são um construto social, enquanto uma síntese a que chegaram os moradores envolvidos no movimento, ou seja, resultado de um percurso formativo e de intervenção prática no campo da pesquisa participativa dos bens culturais do território no ano de 2012.

A partir de então apresentaremos alguns exemplos de atos de fala dotados de força ilocucionária capaz de realizar os propósitos de afirmar e fortalecer uma identidade institucional e instituir o poder de domínio sobre o espaço do agente

coletivo Rede através dos discursos proferidos pelos sujeitos engajados durante reunião ordinária da instância no mês de março de 2013.

A perspectiva é destacar através das artimanhas metodológicas de trabalho da Rede DLIS as condições de produção da força ilocucionária dos atos de fala, estratégicos de uma política de representação, ou seja, atos de fala capazes de realizar o fortalecimento de sua identidade institucional e, como desdobramento, seu poder de domínio sobre o espaço social GBJ e de sua capacidade de capilaridade na cidade haja vista sua força de mobilização social.

Portanto, trazemos à reflexão, além dos atos de fala relativos ao resgate de uma memória social ou territorial mobilizada pelo agente em questão, alguns exemplos de outros atos de fala que, a nosso ver, estão relacionados com uma política de representação do ator político rede DLIS pelo fato desses atos serem extremamente definidores de uma política de identidade do ator social ou sujeito em questão, que o colocam como portador de um grande poder de barganha política devido à sua grande capacidade de mobilização social e intervenção política.

Podemos apreender e apresentar facilmente o empenho e a energia dispensados pela Rede DLIS para o uso da memória como estratégia discursiva em termos do construto de uma política de representação:

[...] “antes da próxima comissão, eu queria só falar um pouquinho, que no dia 06 aconteceu um encontro do ponto de memória lá na UMBC e que tinha ficado previsto outro para o dia 20, que é lá na Canudos e não aconteceu, mas que precisa retomar isso, viu, Zélia, a ocupação Pantanal e a Marrocos, é, tá rearticulando esse pessoal pra que essa reunião aconteça pra fazer o resgate da ocupação, como aconteceu, e chamando aquelas pessoas que participaram das ocupações Marrocos e Pantanal, precisa se articular pra gente ver um momento aí com este pessoal pra gente tá resgatando a história das ocupações pra o Ponto de Memória. Precisamos de matéria pra nossa segunda amostra”. (moradora e liderança comunitária).

Esse foi um chamado realizado por uma das lideranças participantes da Rede durante encontro ordinária da instância no mês de março de 2013, momento em que o movimento em memória vinculado à Rede DLIS tem se concentrado na coleta de dados para a releitura e reescritura dos movimentos pastorais vivenciados a partir da década de 1980, sobre os quais aponto como portadores de valores e

princípios disseminados e inculcados subjetivamente constituindo-se marcas simbólicas e presentes ainda hoje nos *modus operandi* da rede bem como elementos fundamentais constituintes da vocação local em organização comunitária e do trabalho social articulado em rede, como estratégia de afirmação de uma política de representação para a negociação e agenciamento de políticas públicas em diálogo propositivo com poderes públicos em termos da exigibilidade de direitos, entendendo o território como um lugar de direitos.

A Rede DLIS também é perspicaz no arranjo e desenvolvimento de tecnologias sociais para leituras da realidade, de forma a lhe imprimir uma notoriedade pública e um grau de habilidade técnica. Ou seja, seus discursos são formulados tomando como base aspectos materiais da vida social, recurso que confere certa legitimidade aos seus argumentos, na medida em que se estrutura por meio de uma engenharia técnica.

Um exemplo de tecnologia social criada pela rede são as denominadas 'caravanas de monitoramento' de políticas setoriais. Coletivamente, as entidades da Rede DLIS vistoriam obras ou visitam equipamentos sociais e com base em observações diretas e de posse de um instrumental simples de anotação constroem, participativamente, relatórios comunitários sobre a situação a que se encontra o desenvolvimento dos serviços públicos, de forma a se produzir uma espécie de parecer e constituir elementos passíveis de serem negociados com autoridades competentes, em termos da exigibilidade de direitos:

[...] Essas visitas elas foram a, são as caravanas que nós já inventamos a muito tempo de fazer, fazemos das obras do OP, pra dizer que as obras não estavam sendo executadas, fizemos isso com o rio maranguapinho, pra ver a situação do rio maranguapinho, e estamos fazendo com a saúde pra ver o, por exemplo, o que é que tá acontecendo com a saúde do Grande Bom Jardim [...] a gente percebeu que as equipes de saúde da família são uma grande invenção, [...] a questão estrutural, enfim, vários problemas. Isso tudo a gente espera construir um relatório, que a gente chama, né. Depois do relatório a gente quer pactuar com as autoridades formas mínimas pra gente tentar operar situações. Ai é que a gente chama de audiências populares. Depois de construir o relatório, a gente quer construir audiências populares com as entidades da rede e as pessoas que respondem pelos órgãos de saúde [...] enfim, fazer pressão social [...] pra que a gente dimensione o tamanho da violação de direitos à saúde e construa pactos, pra responsabilizar e pra viabilizar o direito". (morador e técnico da ONG CDVHS).

Procedimento muito bem apropriado e sintetizado por uma das lideranças participantes da Rede DLIS: [...] *“conhecer a realidade, e depois que a gente ver a realidade formatar um relatório e denunciar”*.

Pontuando agora acerca da relevância da representação política territorial em nível de um conjunto das organizações associativas comunitárias de um tecido social, como num consenso, meio que tácito, acredita-se que o engajamento de uma instituição numa organização social como a Rede DLIS é duplamente estratégico, pois na mesma proporção em que a sua participação fortalece a instância, o fortalecimento da instância contribui para o desenvolvimento institucional da organização membro. *“Espiritualmente, a rede fortalece as entidades. Inclusive algumas entidades, a luta de algumas entidades incorporou a própria luta da Rede para além de suas atividades. [...] Nenhuma entidade é tão forte quanto todos nós juntos. É isso que garante nossa existência, a nossa resistência, inclusive, é estar pensando juntos”* (Representante da ONG Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, organização proponente/difusora e integrante da Rede DLIS). Assim, uma conquista alcançada por uma organização social membro da rede é comemorada pela instância e reconhecida como uma vitória coletiva.

[...] “fui habilitada [aplausos] e, pra melhor dizer, ontem às três horas da tarde fui assinar convênio pra começar terça feira [aplausos] [...] essa alegria que to sentindo e passando pra vocês eu queria dar essa notícia à minha comunidade, não o meu quarteirão, mas sim a minha comunidade, a gente tem muitas amigas, muitos amigos que gostam, né, que gostam de trabalho comunitário, de movimento, tem muita gente que pergunta [...] eu vim pedir ajuda assim, pra gente fazer uma reinauguração, com a ajuda de vocês, a gente fazer assim um ato simbólico [...] então, eu queria que vocês me ajudasse [...] gente, eu acho que foi uma conquista da rede, porque eu lutei por dentro da rede pela causa da criança [...] pra gente falar das conquistas, das lutas da rede, né”. (moradora e liderança comunitária).

O proferimento de fala acima foi realizado pela liderança em um tom entusiasmado, incentivado pelo contentamento de veicular boas novas, com um sentido de partilha como que sugerindo que o objeto, a conquista, pertencesse a todos, e ao mesmo tempo com uma intencionalidade, qual seja, a de persuadir a ajuda da Rede DLIS na realização de um ato público de inauguração de uma creche.

O proferimento em seu conjunto traz ainda dois atos de fala que considero singulares: [...] *“eu queria dar essa notícia à minha comunidade, não o*

meu quarteirão” [...] “gente, eu acho que foi uma conquista da rede, porque eu lutei por dentro da rede pela causa da criança”. O primeiro ato realiza a rede como a sua comunidade, uma escala que transborda o seu quarteirão. E o segundo ato de fala que realiza a conquista como sendo da rede, na medida em que se usou da instância como ferramenta e espaço para fazer ecoar seus discursos de proteção à criança. Ela quer se referir ao fato de que em inúmeros encontros da Rede DLIS com autoridades do setor ela pautou a necessidade de ampliar o número de creches na cidade bem como de reenvolver as organizações comunitárias na gestão desses equipamentos.

O ato de fala em questão produziu efeitos de sentido, pois foi apreendido pelos interlocutores de forma que as intenções pretendidas pelo sujeito falante foram realizadas, onde foram tirados encaminhamentos para planejar o tal ato de inauguração do equipamento a ser gerenciado pela associação representada pela moradora falante, também oferece substrato para uma compreensão de cenário, uma leitura de contexto. A falante declara, enquanto representante legal de uma organização comunitária, que foi habilitada pelo município e conveniada a este para desenvolver serviço junto à criança.

Um princípio de trabalho comunitário diretamente ligado ao perfil de intervenção dos padres combonianos, responsáveis pelo acompanhamento dos grupos pastorais da região a partir de 1988, é a ação simultânea de fortalecimento endógeno e de capilaridade da comunidade no contexto de cidade, ou seja, a ligação entre as relações micropolíticas locais e as relações macropolíticas.

Este princípio que é potente e um dos elementos constituintes da vocação política da região do Grande Bom Jardim é exemplificado a partir de um procedimento político da rede na luta pela regulamentação do Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor), aprovado em 2009, mas que ainda não tem aplicabilidade pois depende de regulamentação de mais 21 ou 22 leis complementares. O recorte que a Rede DLIS procede a despeito deste instrumento de gestão da cidade é a regulamentação das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS's) demarcadas na região por aquele instrumento. Ou seja, as áreas demarcadas como ZEIS pelo PDP de uma cidade passa a ser áreas prioritárias na execução de políticas públicas, sendo a gestão dessas políticas desenvolvidas de

forma participativa, com o acompanhamento da comunidade através de um conselho formalmente constituído pelo executivo municipal.

Dito isso, a Rede DLIS, por meio de uma comissão específica para este setor/temática, finalidade, articula-se em âmbito de cidade para a composição de uma frente municipal para pressionar pela regulamentação do PDPFor, mantendo um duplo movimento: articulação e formação comunitária local e articulação com outros segmentos e movimentos da cidade organizados com o mesmo propósito:

[...] a comissão hoje ela está dividida. Estamos aqui em quatro, é, em três entidades, porque hoje está havendo a avaliação desse ato, em nível de cidade. Então, a gente se organizou para estar aqui e lá no [...] o que nós estamos planejando para o mês de abril, nós só temos um evento para o mês de abril, que é o seminário das ZEIS do Bom Jardim. Também os meninos que foram para esta avaliação foram defender de que o nosso seminário do Bom Jardim seja também a nível de cidade. Então, a gente escolheu o local, vai ser na Nova Canudos, a priori, dia 20, que é o terceiro sábado de abril” [...] (moradora, liderança comunitária e técnica da ONG CDVHS).

Observamos que não existe outra forma de fazer política que não passe pela persuasão discursiva. Os intentos da Rede DLIS em promover um processo formativo em escala ampliada, ou seja, em nível de cidade, são realizados mediante uso perspicaz da fala, e para que o ato de fala realize o que o falar quer fazer são necessários elementos que confirmam força de convenção à fala, e um forte elemento é o poder da representação política, senão vejamos:

[...] “do nosso lado, é, a nossa área de ZEIS, que é o Bom Jardim, é, teve uma participação de aproximadamente de quarenta e duas pessoas. Então, nós fomos numa boa caravana pra a, pro ato. Então, a gente avaliou como um ponto muito [ênfase] positivo, foi o nosso primeiro, foi a nossa primeira manifestação do ano, né, que está na rua, em manifestação, quem já sabe como é que é, sabe que é bem complicado, né, então a gente teve uma disposição muito boa das comunidades que compõe as áreas da ZEIS, certo?” [...] (idem).

A capacidade de mobilização social é um elemento que impõe respeito e é entendido pelo movimento social como uma espécie de capital. Portanto, mobilizar quarenta e duas pessoas num ato político em nível de cidade confere uma posição de prestígio perante outras comunidades organizadas da cidade. A compreensão desse elemento significativo é expressa na ênfase dada pela falante quando do período do proferimento que se refere à avaliação do grupo quanto à participação deste no ato: [...] *“Então, a gente avaliou como um ponto muito [ênfase] positivo”* [...], bem como na declaração: [...] *“então a gente teve uma disposição muito boa das comunidades que compõe as áreas da ZEIS, certo?”* [...], como que sinalizando que

FOTOGRAFIA II REUNIÃO REDE DLIS MAIO/14



FONTE: acervo do pesquisador

a Rede DLIS tem estofo político para barganhar junto aos movimentos da cidade a realização de uma ação formativa em nível de cidade no Bom Jardim.

Em caráter de avaliação, integrante tece sua posição a respeito do potencial político da organização associativa pesquisada: *“E pra colocar, é, deixa eu ver aqui, o forte da Rede, a fortaleza da rede, eu digo o seguinte: é a articulação. A rede articula muito bem. Então, cada membro que compõe essa equipe tem que dá o máximo de si, eu reconheço isso. Tem que dar o máximo de si, pra articular as pessoas. Pra que isso aqui aconteça tem que alguém articular, pra que a gente tivesse aqui”*. (Representante da Sociedade Habitacional Estrada da Urucutuba, organização integrante da Rede DLIS).

Outro exemplo de capilaridade e representação da Rede DLIS em movimentos ampliados de direitos, veiculado na programação do encontro da Rede DLIS de maio de 2014, é expresso pela participação de quatro integrantes da Rede DLIS no I *Encontro Nacional dos Atingidos da Articulação Nacional da COPA – Quem perde com os megaeventos e megaempreendimentos?*, que reuniu moradores de bairros e comunidades urbanas atingidos pelas obras da COPA, realizado dia 1º de maio de 2014, na cidade de Belo Horizonte. O posicionamento do coletivo do GBJ, denunciando e evidenciando as especificidades da realidade territorial no panorama nacional, foi registrado nos documentos elaborados durante o encontro, os quais são tomados como instrumentos políticos pelos movimentos urbanos populares para exigibilidade de direitos. O evento, além de indicar a estratégia política da Rede DLIS em promover a visibilidade das necessidades locais e garantir a representação do território na leitura geral de cenário dos bairros e comunidades atingidos pelas obras da COPA 2014 também aponta para o nível de articulação da Rede DLIS, através dos seus eixos Projeto Rio Maranguapinho e Zona Especial de Interesse Social, em movimentos regional e nacional. “*Eu quero só completar aqui, é, a gente fez, é, lá a organização, os organizadores fizeram uma carta, fizeram um documento, né, tiraram um documento, elaborado por todo mundo. Todo mundo participou do documento, esse documento ser enviado pro governo, né, pros governantes*” [...] (Sócio fundador do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, organização integrante da Rede DLIS do GBJ).

Um evento desta natureza política, reunindo pessoas de lugares diferentes, mas que historicamente lhes foram negados direitos básicos e que vem passando por uma mesma situação de opressão pelos poderes executivos em razão da preparação das cidades para a realização de um campeonato internacional de futebol, gera um sentimento recíproco de identificação e reconhecimento entre os participantes. Essa catarse identitária de resistência, fundamentado num patriotismo militante, tanto fortalece o movimento em sua capilaridade e amplitude nacional quanto confere os sentidos de participação entre os moradores de cada bairro e comunidade periféricas e constitui elementos que contribuem para consolidar a organização social local.

[...] “*E ela disse: - olha, os problemas da nossa cidade de São Paulo, que ela mora vizinha ao Itaquerao não é diferente das demais comunidades em*

todo o Brasil. O que essa terrorista, FIFA, ela chega e dá uma ordem para os nossos representantes, que é o governo brasileiro, e ele acata a ordem da FIFA. E nós queremos esse estádio pronto até determinado mês. Ai joga os operários pra cima, não importa que caia guindaste em cima de ninguém, mate. [...] e não se importam [...] com as pessoas que moram a trinta, quarenta anos naquele lugar. Tem que ser removidos dali para dar lugar a esse megaempreendimento. E qual é o legado dessa copa vai deixar pra nós? Copa pra quem? Pra mim não é, num vou ser beneficiado por nada disso! [...] Olha as restrições que são colocados: Lá no Mineirão não pode vender um pãozinho de queijo, que é a coisinha gosta, que é a tradição mineira [...] você vai lá em Itaquera num pode vender aqueles produtos que é industrializado em São Paulo. Você chega na Ponte Nova lá na Bahia, lá em Salvador, não pode vender o acarajé lá dentro. Que isso?! Quer dizer, o cara chega, dá ordem na nossa casa. É como eu tô na minha casa, tem um aniversário aqui, mas eu não fui convidado, a casa é minha, mas eu num fui convidado”. (Representante da Associação Comunitária 07 de Setembro, organização integrante da Rede DLIS do GBJ).

O enunciado citado acima inicialmente traz a fala de dois sujeitos, num hipertexto. Uma voz feminina é evocada pelo interlocutor para afirmar a identificação recíproca quanto à realidade comum de opressão independente da geografia. O texto produzido e proferido pelo interlocutor tem um recurso performativo para evidenciar e reiterar a violação das identidades regionais e locais, negando as culturas culinárias, através da supremacia da Federação Internacional de Futebol Associado (doravante, FIFA) diante um fraco Estado Brasileiro. Por fim, o interlocutor usa a metáfora da casa e do aniversário para designar a fragilidade da soberania da nação e do povo brasileiro.

A Rede DLIS do GBJ integrou nos dias 19 e 20 de maio de 2014 o movimento ACAMPAMENTO PELO DIREITO À CIDADE, realizado na porta do poder executivo de Fortaleza, Paço Municipal, articulado pela Frente de Luta por Moradia Digna, junto com Pastorais Sociais da Arquidiocese de Fortaleza, Movimento dos Conselhos Populares, Unidade Classista, Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, Movimento Nacional das Populações de Rua, Escritório Frei Tito de Alencar. O acampamento foi organizado para dar visibilidade às violações de direitos à cidade nas periferias da cidade de Fortaleza e exigir o fim das remoções violentas; a instalação do Conselho Municipal da Cidade; a regulamentação das leis complementares do PDPFor de 2009, em especial, a lei das ZEIS's; a democratização de acesso à rede de computadores em Banda Larga para a população e para a juventude; a efetivação de política pública para a

população em situação de rua; o atendimento das demandas imediatas das comunidades: Raízes da Praia, Alto da Paz, Bom Jardim, Pici, Serviluz, Palmeiras, Praia do Futuro.

FOTOGRAFIA III ACAMPAMENTO PELO DIREITO À CIDADE



FONTE: Rede DLIS do GBJ.

O que percebemos a partir da lista dos movimentos integrados ao acampamento e das comunidades, dos bairros e dos grupos sociais representados é que sem perder o foco na luta pela efetivação de direitos para o território GBJ a Rede DLIS abraça solidariamente as bandeiras de outras comunidades e segmentos periféricas da cidade e da sociedade municipal, capilarizando e replicando a sua experiência de organização social das periferias em rede para planejar, reivindicar e monitorar políticas públicas, enquanto estratégia e instrumento de constituição de uma política de representação, onde, notadamente, três territórios periféricos da cidade de Fortaleza são mobilizados e se fazem representados, Jangurussu, Praia do Futuro e Grande Bom Jardim, sustentado no princípio *Comunidade de comunidades*, que por compreender o direito da periferia ao centro fortalece também a integração estratégica às lutas de movimentos sociais da cidade.

O *Movimento Acampamento pelo Direito à Cidade* repercutiu nas mídias locais. Entre elas destacamos a mídia O Estado, que circulou no seu periódico de

terça feira, 20 de maio de 2014, a matéria intitulada “Manifestantes pernoitam em frente à Prefeitura”. A matéria apresenta o fato político e pontua as reivindicações dos movimentos articulados participantes do acampamento, as quais podem ser centradas na regulamentação jurídica do direito à moradia, como podemos verificar: [...] “*revisão da Lei do Aluguel Social, Instalação dos Conselhos Gestores das Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), além da implantação dos Planos de Regularização Fundiária e Urbanística nos termos do Plano Diretor de Fortaleza*”. Entretanto, em termos técnicos e até jurídicos, o atendimento dessas reivindicações por parte do poder executivo municipal passa inevitavelmente pela regulamentação de instrumentos básicos da política local de desenvolvimento urbano, tais como o instrumento magno Plano Diretor Participativo de Fortaleza (PDPFor), aprovado em 2009 pela gestão municipal anterior, mas sem validade até meados de 2014 pela não regulamentação de pelo menos 20 outras leis complementares, e o Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), igualmente elaborado pela gestão municipal anterior e também não regulamentado.

A questão central do debate e a que tem inviabilizado a efetivação jurídica desses instrumentos urbanísticos é a relação de interdependência entre governos e mercado, notadamente, com o setor da indústria da construção civil, que exerce uma influência político eleitoral considerável. No entanto, para escamotear a razão de impedimento à regulamentação da política de desenvolvimento urbano da cidade de Fortaleza, o governo lança mão do artifício do discurso ideológico. A resposta do órgão responsável pela política de habitação da cidade ao movimento quanto à efetivação ou não da reivindicação de instalação dos conselhos gestores das ZEIS bem como de implantação dos planos de regularização fundiária e urbanística em assentamentos precarizados e/ou subnormais, através de seu discurso veiculado naquela matéria jornalística, camufla uma intencionalidade subjacente, qual seja, a de destituir marcas, símbolos e legados técnicos e jurídicos da gestão anterior como estratégia de afirmação institucional da atual gestão (2013-2016).

[...] “não constava dos arquivos nem da Instituição e nem do Gabinete da Prefeitura, perdido durante a transição de governos, de 2012 para 2013. Segundo o órgão, os dados foram apagados pela gestão da ex-prefeita Luizianne Lins. “Tal documento está sendo finalizado para, em seguida, ser entregue à análise do prefeito Roberto Cláudio. Só depois deste estudo, poderemos estipular prazos para a efetivação das políticas de Zeis”, frisou”. (Jornal O Estado, 20 de maio 2014, coluna Cotidiano).

A artimanha discursiva operacionalizada pela gestão municipal (2013-2016) objetiva macular a imagem da gestão municipal antecessora (2005-2012) construindo um imaginário do boicote, da teoria da conspiração e do terrorismo político partidário. Enquanto este jogo discursivo é jogado no campo político partidário, a cidade fica no campo da ilegalidade e da permissividade construtiva, o paraíso da indústria da construção civil e imobiliária, onde tudo é possível, tornando a cidade mais desigual, mais excludente e uma das mais caras do país para se viver, com uma das maiores altas na inflação da cesta básica e com o metro quadrado sendo um dos mais caros do Brasil.

Outro registro do I *Encontro Nacional dos Atingidos da Articulação Nacional da COPA – Quem perde com os megaeventos e megaempreendimentos?* e que levou também a marca do território GBJ foi um vídeo produzido pelos organizadores daquele encontro, reunindo depoimentos e testemunhos de familiares que tiveram de ser reassentados, ou seja, removidos de suas comunidades de origem, em virtude da execução de obras de mobilidade urbana em decorrência da preparação das cidades para sediar a realização dos jogos de futebol promovidos pela FIFA. Um dos quatro representantes da Rede DLIS participantes do referido evento fez uma fala no vídeo. Este foi projetado durante a programação do encontro mensal da rede do mês de maio de 2014. Assistir à participação do morador da comunidade naquele vídeo gerou um sentimento coletivo de comoção e de reconhecimento entre os integrantes da Rede, como um efeito perlocucionário frente à importância política e identitária da representação da fala proferida pelo morador naquele vídeo. No momento de aparição do morador conterrâneo no vídeo as pessoas presentes ficaram extasiadas e uma salva de palmas foi emitida após a intervenção do mesmo. O vídeo, além de ser um registro daquele evento, será tomado como instrumento político para dar visibilidade aos direitos violados pelos empreendimentos construtivos preparatórios das cidades sedes dos jogos da COPA 2014 e, por essa via, fazer pressão aos poderes públicos para exigibilidade de direitos.

Por esse caminho, o vídeo põe a fala do território no centro da luta por posição social no espaço do poder instituído, na estrutura de poder da sociedade

contemporânea, lugar onde as decisões são tomadas. A territorialidade constituída socialmente pela organização Rede DLIS incorpora-se, portanto, ao movimento permanente de construção do Estado, enquanto uma das peças ou uma das posições sociais na luta pela classificação da visão de mundo.

“Tenho 20 anos que moro num lugar. Sai daquele lugar pra fazer pista, fazer rua lairga, fazer prédio, pra mostrar pra FIFA, que aquilo é uma coisa que serve pra FIFA, pra nós num serve. Joga nós lá, faz um barraco lá, umas casas, uns apartamentos pra nós lá, num tem um posto de saúde com qualidade, num tem um colégio de qualidade, num tem saneamento básico de qualidade, lá faz só lá e joga nós lá, o Estado tá fazendo isso com nós no Ceará”. (Morador da comunidade Nova Canudos, no Grande Bom Jardim, e representante do Centro de Cidadania e Valorização Humana na Rede DLIS do GBJ).

No sentido de Organização entendido por Chauí, em que a criação de uma lógica racionalizada com vistas a atenuar o peso da estrutura de poder, de forma a transparecer que o poder não seja exercido por ninguém, mas emanado da racionalidade da organização e da competência exigida pelos cargos e funções, a Rede DLIS é constituída numa coisa pública, um ente integrante da sociedade política local, com capacidade de se fazer reconhecida e de legitimar aquilo que diz. Ela lança mão de recursos da burocracia racional, do discurso competente, buscando catalisar energias para o fortalecimento cada vez mais crescente de sua política de representação.

Assim, a Rede DLIS do GBJ mobiliza e se articula a outros coletivos urbanos e concebe, compartilha e desenvolve ferramentas e tecnologias sociais de planejamento de políticas públicas para as periferias⁸ da cidade, como a experiência de articulação com o coletivo de organizações da sociedade civil atuantes na região

⁸ O coletivo atuante na região sul da cidade de Fortaleza, Rede de Articulação do Jangurussu e Ancuri, representa as seguintes comunidades periféricas no entorno dos bairros Jangurussu e Ancuri, da Grande Messejana: Sítio São João, Maria Tomásia, Santa Filomena, São Cristóvão, Conjunto Palmeiras I e II, João Paulo II, Parque Santa Maria e Santa Fé. A Rede DLIS atua na periferia sudoeste da cidade de Fortaleza, compreendendo 05 bairros da regional administrativa V, Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho e Siqueira. As regiões representadas, territórios de atuação dos dois coletivos, são as mais populosas e com os menores índices de desenvolvimento bairro da cidade. Somadas as populações dessas duas regiões temos um contingente de mais de 300 mil habitantes, parte significativa da população total da cidade de Fortaleza.

sul de Fortaleza, área da Grande Messejana, a Rede de Articulação do Jangurussu e Ancuri (REAJAN), através do instrumental *Plataforma de Lutas Prioritárias do Grande Bom Jardim, Jangurussu e Ancuri*.

Este instrumental político é um documento institucional que define um programa de lutas prioritárias e de demandas de políticas públicas de curto e médio prazo, organizado em dois eixos prioritários, respectivamente, *Direito a uma Cidade Justa, Democrática e Sustentável e Segurança para a Vida e Promotora de Direitos*, para dois territórios periféricos da cidade de Fortaleza. A plataforma de políticas públicas foi elaborada de forma participativa pelos referidos coletivos atuantes nas regionais administrativas V e VI⁹ da cidade de Fortaleza, e utilizado como instrumental para se pensar, debater e comprometer candidatos ao cargo de chefe do poder executivo municipal acerca da cidade de Fortaleza, como parte da programação do pleito eleitoral municipal de 2012.

A tecnologia social utilizada pelos coletivos das organizações sociais da sociedade civil periféricas foi inovadora em termos de recurso de debate em campanha eleitoral. Tradicionalmente os debates são organizados por emissoras de televisão e ou representações classistas. Nessa oportunidade, o debate entre comunidades periféricas organizadas e candidatos a chefe do poder executivo municipal foi realizado por duas forças da sociedade civil periférica da cidade, oriundas de duas regiões pobres e socioespacialmente segregadas da cidade. A burocratização e a Organização expressa pelo instrumento político *Plataforma de Lutas Prioritárias do Grande Bom Jardim, Jangurussu e Ancuri* contribuíram para conferir às duas redes de movimentos sociais periféricos o status de entes da sociedade política municipal, representações políticas em condições técnicas e políticas de proferir um discurso competente, que é ouvido e aceito como verdadeiro ou autorizado, posto que seja socialmente reconhecido e, portanto, legítimo, ou seja, um sujeito político em condições de dizer a qualquer outro ente interlocutor uma visão de mundo a partir de um lugar privilegiado e em circunstância adequada com força de fazer aquilo que se diz.

⁹ Todas as sete Regionais administrativas da cidade de Fortaleza apresentam bairros em situação preocupante. As SERs V e VI, entretanto, são as mais críticas. Somam 75.628 pessoas em bolsões de extrema pobreza. (IPECE, 2012).

Depois de mais de seis meses de exercício do mandato do prefeito eleito, Roberto Cláudio, pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB), os movimentos conseguiram uma audiência com o chefe do executivo municipal, sob muita pressão política junto à bancada de parlamentares da situação e líderes de governo na Câmara e com uso de estratégia de constrangimento público pelas redes sociais com a veiculação do vídeo em que o candidato a prefeito se compromete com os dois territórios articulados através de discurso e assinatura de próprio punho endossando publicamente a legitimidade e a exequibilidade da *Plataforma de Lutas Prioritárias do Grande Bom Jardim, Jangurussu e Ancuri*, selando um compromisso político. Segundo relatório da audiência com o prefeito elaborado pelos movimentos sociais, o vídeo, publicado no site *youtube* recebeu amplo apoio dos internautas, muitos deles, com influência na opinião pública. Foram registrados à época 908 acessos.

Outra estratégia utilizada pelo movimento para pressionar o chefe do executivo a receber os movimentos articulados e tratar da execução da plataforma foi o *Ato pelo Direito à Participação*, realizado no dia 27 de maio de 2013, às 14h. As redes mobilizaram os territórios e a cidade para participar, concentrando o público no Paço Municipal. O prefeito foi abordado pelo grupo no estacionamento, sendo acertada data indicativa para receber uma comissão de 10 pessoas, no dia 03 de junho de 2013.

FOTOGRAFIA IV ATO PELO DIREITO À PARTICIPAÇÃO



FONTE: Rede DLIS do GBJ



FONTE: Rede DLIS do GBJ

O primeiro encontro entre sociedade civil e governo depois das eleições foi realizado dia 03 de junho de 2013 no gabinete do prefeito, onde este confirmou o compromisso político assumido em campanha. Dentre as ações acordadas entre movimento social articulado e poder executivo municipal consistiu da realização de um encontro entre as duas redes e as pastas executivas da gestão municipal para definir formas e prazos de execução da plataforma de políticas prioritárias. Assim, esse encontro foi realizado dia 30 de Novembro de 2013, no auditório Dom Aloísio Lorscheider na sede do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, reunindo todas as pastas da gestão municipal, com exceção da do transporte (ETUFOR), da educação (SME), e da representação da Secretaria Executiva Regional¹⁰ VI, região

¹⁰ Administrativamente, Fortaleza é estruturada em sete Secretarias Executivas Regionais (SER's). A proposta atende ao modelo Descentralizado e Intersetorial que se consolidou tomando como base o Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano e Ambiental da cidade de 1994, estruturação regulamentada pela Lei, nº 8.000, de 25 de janeiro de 1997. A cidade reorganizou-se para atender os seguintes objetivos: Garantir o acesso do cidadão aos serviços, às informações e participação nas decisões referentes ao espaço urbano onde ele vive e atua; Ampliar a efetividade das ações realizadas pelo Governo Municipal e a responsabilização de seus agentes, mediante transparência,

em que o território do Jangurussu e Ancuri é circunscrito. A partir de então daremos destaque aos atos de fala proferidos neste evento político.

Então, a gente, é, os eixos da plataforma, num sei se a Terezinha ou a Cleide querem falar, o primeiro é a zona especial, na gestão democrática da cidade, tem a implementação da zona especial de interesse social, que o Henrique Botelho já falou; a defesa do Rio Maranguapinho, sua recuperação; é, habitabilidade para Jangurussu e Ancuri, e gestão democrática e controle social para a cidade nesta perspectiva nós estamos propondo, né, na própria plataforma uma mesa permanente de diálogo, num sei se esse é o nome que possa ficar, mas é de forma que a gente faça tipo PMA, né, planejamento, monitoramento, avaliação. Num é tão simples, a gente sabe que num é simples o que a gente tá fazendo, certo? (Coordenação da ONG CDVHS e integrante da comissão de articulação da Rede DLIS do GBJ).

FOTOGRAFIA VI AUDIÊNCIA COM O PREFEITO DE FORTALEZA (2013-2016)



FONTE: Rede DLIS do GBJ

Da fala acima podemos observar que ela se coloca na condição de porta voz da sociedade civil articulada a qual tem como cerne central propor ao poder executivo municipal a instalação de uma mesa de diálogo permanente como espaço de controle social da plataforma de políticas públicas elaborada pelos movimentos

moralidade e descentralização da Gestão Municipal; aproximar o governo do cidadão, identificando seus problemas e dando soluções integradas; As Secretarias Executivas Regionais (SER) foram criadas com a responsabilidade pelo atendimento da população em suas respectivas áreas de abrangência, proporcionando condições para a Melhoria de Qualidade de Vida e desenvolvimento de espaços de convivência saudáveis através de programas integrados e de garantia do acesso aos serviços básicos. (RIBEIRO, 1997: Pp. 47-54).

articulados com participação popular e comprometida pela gestão municipal (2013-2016). Dando sequencia as intervenções, vemos a representação que a gestão municipal faz da Rede DLIS e posição política do poder público acerca do principal pleito do evento, qual seja, a instalação de uma mesa de diálogo permanente para o monitoramento da execução da *Plataforma de Lutas Prioritárias do Grande Bom Jardim, Jangurussu e Ancuri*.

Segue a primeira fala proferida em nome do poder público depois da fala propositiva e provocativa, com força ilocucionária, feita por representante da sociedade civil organizada.

Nós acreditamos nesse processo de construção coletiva, que é um processo democrático, onde a gente escuta os movimentos sociais, escuta os movimentos que são ai, que tão acompanhando realmente tudo que tem pensado em termos de política pública pra cidade e pode nos sinalizar realmente algumas questões que algumas vezes não estão sendo priorizadas, que vocês que vivenciam isso no cotidiano sabem exatamente como é algo que precisa ser o tempo todo pautado em termos das políticas públicas". (Coordenação de Políticas sobre drogas).

FOTOGRAFIA VII ENCONTRO DAS REDES COM A GESTÃO MUNICIPAL



FONTE: Rede DLIS do GBJ

O proferimento de fala da representante da gestão municipal acima registrado reconhece a legitimidade do documento mediante o processo participativo e mobilizatório da plataforma de políticas públicas, reconhece o papel dos

movimentos sociais de orientar o governo na gestão dos interesses públicos, uma orientação com consistência técnica, cuja proposição seja respaldada na realidade vivida. Entretanto, o poder público coloca-se como mero ouvinte dos movimentos sociais, indicando tomar o momento ou aquele espaço político meramente como ouvidoria, recurso de gestão empresarial, que tem o papel de produzir registros e estatísticas sobre reclames, insatisfações e demandas dos consumidores e transformar a base dos dados em novos produtos e ou simplesmente aperfeiçoá-los. Tudo isso indica o conceito de participação tomado pela gestão municipal e o modelo de gestão democrática da cidade que compreende e adota.

[...] “numa perspectiva de resolutividade, a gente precisa compreender essas necessidades do território. E compreender, para compreender essas necessidades do território a gente precisa dialogar com ele. Então, eu acho que isso também é um processo de construção coletiva porque a gente tá adentrando esse espaço, né, e precisa tá junto da comunidade pra que a gente possa construir realmente respostas efetivas praquele local. Essas respostas elas são realmente diversificadas. A gente não pode ter um modelo único pra cada área, né, que precisa mesmo ter suas especificidades, precisa trabalhar dentro dessa perspectiva, realmente de quais são de fato as necessidades daquele local”. (Idem).

A representante da gestão reconhece o espaço social criado pelos movimentos sociais articulados como estratégico para coletar subsídios que deem efetividade às políticas. Ela reconhece o espaço de domínio do movimento, ou seja, o território. No entanto, na mesma medida em que se reconhece o espaço privilegiado de elaboração das políticas específicas para efetividade real da intervenção do poder público, a fala da gestora não sinaliza posicionar o espaço social forjado pelos movimentos à luz da plataforma na estrutura de gestão da cidade. Não obstante, ela vislumbra a possibilidade de conceber e executar políticas públicas contextualizadas, que pela natureza da burocracia do Estado são universais.

Aqui repousa uma evidente confusão dos papéis entre os entes da sociedade política, qual seja, entre o poder público e as organizações privadas do terceiro setor. A intervenção das ONG's é rica pela criatividade metodológica e pelas ferramentas sociais que concebem, pelos conceitos que forjam e que operacionalizam, mas ela é restritiva quanto à incidência e abrangência. Ela é uma ação local e contextualizada. Por outro lado, a intervenção do Estado é por essência

irrestrita e universalizante, mas operacionalmente fragilizada, lenta e muitas vezes fora da realidade, no descompasso do tempo e da demanda necessários, ambígua quanto aos interesses que defende e aos conceitos que lhe fundamentam a prática de conduzir a coisa pública, como observa criticamente uma moradora representante de organização integrante da Rede DLIS:

[...] “a gente ver se resgata essas ideias e fazer o investimento nesse sentido, né, rumando para o que a Juliana traz, para a prevenção através da ocupação mental, física e afetiva da juventude. E aí eu digo isso em massa, tá, num dar pra ser num pontinho aqui e um pontinho acolá. Se o consumo e o tráfico das drogas está em massa, então vamos fazer a prevenção considerando o mote da massa. E aí eu quero propor isso pra vocês convidar as secretarias e as coordenadorias afins que possam estar contribuindo”. (Representante do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, integrante da Rede DLIS do GBJ).

Em resposta à moradora, a representante institucional do Instituto de Planejamento de Fortaleza (IPLANFOR) busca defender a gestão acerca da crítica quanto à integração setorial na execução das políticas públicas e apresenta a reestruturação daquele órgão como uma solução para o problema da desintegração dos órgãos da prefeitura na execução das políticas públicas, buscando afirmar e fazer reconhecer o novo papel do órgão para a gestão pública e destacar a inovação dessa concepção de gestão. *“Eu queria falar sobre a integração, certo! Vou reforçar aqui. [...] É a minha fala aqui é no sentido de dizer, de falar um pouco mais aprofundado sobre essa questão da integração das políticas públicas. Esse é o papel do Instituto de Planejamento de Fortaleza”. [...] “Mas hoje o IPLANFOR nada mais é, ou sobretudo é, muito mesmo, tá, uma incubadora das ações estratégicas do município. [...] Então, o instituto de planejamento tem esse papel integrador”.*

Nesta medida, a fala da agente público continua seu esforço em persuadir a assembleia de organizações associativas da sociedade civil quanto ao novo papel administrativo do órgão para a efetividade da governança municipal, o qual traz para o centro o planejamento e a integração, se constituindo um exemplo modelar para a sociedade brasileira. *“Então, eu quero dizer a vocês que esse momento que Fortaleza vive, é um momento que o Brasil inteiro vive. O planejamento no Brasil foi ele desmontado, foi esfacelado, foi acabado. Então, a gente tem dificuldade, dentro da própria gestão, porque somos seres humanos, vivemos todos porque somos*

brasileiro, esse processo de desmontagem do planejamento. Então, a gente tá trabalhando a questão com as secretarias”.

Assim, a fala acima tanto responde à crítica da moradora, a qual foi tomada como gancho para a produção de um discurso estratégico de afirmação de linha estratégica de atuação do governo, quanto apresenta a concepção de gestão que fundamenta a reestruturação do órgão. Entretanto, essa reestruturação escamoteia a necessidade do governo em lançar mão da ciência e da tecnologia para fundamentar e orientar as decisões de governo, a montagem de um setor de inteligência para o controle da cidade e a manutenção do poder sobre ela. “Nós temos o MAPFOR, que é um sistema onde todos os projetos da prefeitura passam por esse sistema. E o instituto de planejamento, é, ajuda o prefeito a dizer esse projeto tá de acordo com a agenda estratégica do governo, esse projeto não está de acordo com o combate a pobreza, vamos derrubar o muro da vergonha, da pobreza, como o prefeito bem falou”. A agente pública recupera discurso de efeito proferido pelo candidato a prefeito durante a campanha para legitimar a nova função do órgão, fazendo, assim, cumprir uma dita promessa de campanha.

Mesmo que legalmente a reestruturação do órgão tenha acontecido no final da gestão anterior (2012), foi no início da atual gestão (2013) que a mudança foi regulamentada de forma a ser operacionalizada, e isso recebe um cuidado todo especial no discurso por tratar de questões que se referem à disputa político-partidária e às divergências no campo teórico quanto à retirada da categoria ‘urbanismo’, e ao que tudo isso implica em termo da disputa de mercado imobiliário e da especulação do solo urbano, embora a defesa do gestor feita pela agente pública se perca no fluxo do discurso. “Né, no ano passado esse instituto, ele foi criado por lei, né, em 2012, mas não foi implantado. Né, e o prefeito Roberto Cláudio, muito sabiamente tá, embora no primeiro momento incompreendido ainda pela academia, que ainda vai ter um tempo pra maturar esse novo instituto. Né, é tirou a palavra urbanismo e tá aqui agora, nesse exato momento, o nosso vice prefeito tá aqui, trabalhando a nova legislação do instituto de planejamento.” Uma marcação textual que se evidencia no proferimento é a expressão “né”, a qual busca garantir o jogo dialógico, num engajamento discursivo, a confirmação positiva do interlocutor, como que buscando seu comprometimento.

A sequência das intervenções de fala dos moradores e representantes de organizações associativas integrantes da Rede DLIS do GBJ, destacada abaixo, feitas no encontro entre comunidades organizadas e prefeitura de Fortaleza, realizado dia 30 de novembro de 2013, são reveladoras do sentimento de pertencimento ao lugar e de enraizamento à identidade territorial. Notadamente as falas são construídas na primeira pessoa ou do singular ou do plural, mas não apresentam pleitos personalistas, de interesse privado, e sempre estabelecem vínculos com coletivos. Elas partem ou da experiência pessoal ou da coletiva, do desenho vivencial da realidade local e são falas construídas com argumentos consistentes e com posicionamentos críticos à competência do Estado no provimento das políticas públicas, chamando-o à responsabilidade, enquanto prática da exigibilidade de direitos. Todas as falas marcam e definem a territorialidade enquanto visão de mundo da Rede DLIS no exercício de seu poder simbólico. Notadamente, o lugar de fala de todas as intervenções destacadas abaixo é o território Grande Bom Jardim, referido e marcado textualmente. As falas são proferidas por representantes de organizações sociais na condição de integrantes da Rede DLIS do GBJ, durante interlocução com poder público executivo municipal.

[...] “Faço parte do movimento do Grande Bom Jardim em diversas atividades, é agora mesmo nós estamos fazendo também, lutando pelo ponto de memória do Grande Bom Jardim, que nós temos aqui o coordenador, Alexandre. Aqui atualmente nós somos quinze associações trabalhando na, no ponto de memória. Mas a minha fala aqui sobre esse momento que eu vejo assim um grande problema, aliás, não vejo, sinto a falta de políticas continuadas. São políticas pontuais que iniciam e com no máximo o que dura é um mandato, muitas vezes o candidato, quando dura, porque na maioria é de um ano”. [...] “E aqui essa família, essa mãe ficou com cinco atestado de óbito na mão. [...] e essa família foi acompanhada pelas políticas existentes. O conselho tutelar no primeiro instante notificou. O conselho tutelar quis processar a avó, que a avó não tomava de conta dos netos. Depois chamou a mãe pra também ser responsabilizada. E infelizmente o que a nós chegamos foi ao óbito. O último a falecer foi com um tiro de escopeta no rosto, né. Obrigado!” (Representante da Associação Espírita de Umbanda São Miguel, integrante da Rede DLIS do GBJ).

[...] “faço parte do Conselho de Integração do Bom Jardim. Bom, eu cheguei o professor já tava na metade da sua participação, mas eu senti ausência, quem me conhece sabe que eu cobro muito nas ações comunitárias a questão do transporte no nosso bairro, né. Eu só não nasci aqui, eu nasci no César Calls [hospital], mas há quarenta anos que eu moro no Grande Bom Jardim. Hoje felizmente não dependo de ônibus. Mas não é porque eu tenho o meu carro que eu não vou me preocupar com os demais moradores do meu bairro”. [...] Se há alguma intenção de acabar com o monopólio do transporte no Grande Bom Jardim? [...] mas a gente sente e sabe que nós temos potencial, inclusive da iniciativa do transporte alternativo, de ter essa condição de melhoria do transporte no nosso bairro”. (Representante do Conselho de Integração do Bom Jardim, integrante da Rede DLIS do GBJ).

[...] “dos anos 20 aos anos 60 como a saúde pública, como o saneamento básico foi tratado no Brasil, que era uma concepção muito mais doméstica e muito mais voltada para o interior da casa, né. Com o advento da industrialização, é, com o advento dos poluentes, etc, é que começa a partir dos anos 60, 70 a fazer esse debate, primeira conferência de Estocolmo, 72, depois a Eco 92. E a partir dos anos 80 é que começa de fato a ser construída políticas mais estruturadas para tratar disso. Então, isso só pra perceber o quanto nós somos provincianos nisso, nessas políticas. E aí a gente olha aqui pro Grande Bom Jardim, percebe que a concepção parece que ainda é a mesma. Nós estamos lá naquele período do, entre 20 e 60, né, igual naquele período, se a gente for olhar, toda a estrutura geográfica dessa região o quanto a gente precisa avançar, o quanto precisa de investimento” [...] (Representante da Granja Portugal Solidária, integrante da Rede DLIS do GBJ).

[...] “é, assim, nós temos no Grande Bom Jardim mais da metade da população é criança, adolescente e jovem, né, e aí, a minha questão é como que a secretaria de juventude esta fazendo a articulação com este outro programa porque, e também porque a minha questão é mais como se dá no programa que Juliana Sena apresentou de forma mais pedagógica e política também, né, num sei se foi tão rápido, que a abordagem feita pela polícia não dá muito certo, né, pra juventude que já está em situação de vulnerabilidade, né, então, acho que de fato é um programa urgentemente necessário, mas tem que ser pedagogicamente articuladíssimo com outras questões envolvidas, com concepção de jovem, de criança, e adolescente das periferias”. (Representante do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, integrante da Rede DLIS do GBJ).

Em resposta à fala crítica a respeito da descontinuidade na execução das políticas públicas, o governo reitera o posicionamento do representante da Associação Espírita de Umbanda São Miguel e o toma para justificar a criação de um órgão na estrutura administrativa de governo e profere, com base nisso, um discurso institucional de cunho ideológico para realizar um novo e inovador modelo de gestão da cidade.

[...] “política continuada o primeiro requisito dela é você ter memória, é saber o que você fez. Se você não souber o que você fez, você não pode continuar. Então, é bem básico, mas é fato. E Fortaleza carece hoje de um acervo, de um arquivo, dum, dum, enfim, uma memória da cidade. Sem nenhum tipo de crítica, isso é comum, isso é da nossa cultura. Isso não é Fortaleza, isso num foi Salvador, isso num foi noutra capital, não tem uma política de continuidade de polít., de ação. Você num sabe o que tavam fazendo necessariamente. Muitos documentos se perdem na transição. O IPLANFOR está fazendo justamente é, o primeiro delas, que vai ser sentido diretamente, vou falar um pouco. O observatório da cidade. É você concentrar os dados, concentrar pesquisa, concentrar documentos sobre a cidade para começar a observar a cidade a partir daí. Isso é um fato. Daí você tira um acervo e você começa a ter um sistema integrado de informações municipais, que a partir daí vocês da comunidade vão poder saber o que está sendo feito, qual foi o resultado, que tipo de pesquisa foi feito para gerar aquilo tipo de ação, que, por exemplo, o secretário Ramon tá fazendo uma obra no Bom Jardim baseado em que? Baseado numa demanda de onde? [...] Então, primeiro, ter a memória, sistematizar e

divulgar. Isso é uma das ações". (Vice-presidente do Instituto de Planejamento de Fortaleza/IPLANFOR).

Esse discurso institucional explicitamente intenta justificar a criação de um órgão de Inteligência da gestão, que seja responsável pela leitura permanente da cidade, como base e subsídio de planejamento das políticas públicas. No entanto, implicitamente o discurso institucional também se pretende negar a presença simbólica de uma gestão, quebrar qualquer vínculo que se possa ser estabelecido em termos de concepção de gestão entre o jeito PT e PSB de administrar a cidade, posto que negar é uma das formas de afirmar, como afirma Rajagopalan (2003). Isso fica marcado no seguinte período: *"política continuada o primeiro requisito dela é você ter memória, é saber o que você fez. Se você não souber o que você fez, você não pode continuar"*. Dizer isso é fazer uma cisão, é assumir que a atual gestão não é continuidade e sim recomeço, como afirma o trecho: *"Você num sabe o que tavam fazendo necessariamente. Muitos documentos se perdem na transição"*. E no fluxo do discurso proferido pelo representante do governo vem à tona a justificativa da criação do órgão que seja responsável pelo registro da memória da cidade, ou seja, um real legado da atual gestão para a cidade: *"E Fortaleza carece hoje de um acervo, de um arquivo, dum, dum, enfim, uma memória da cidade"*.

A fala de uma moradora do território representante da organização associativa dos moradores da comunidade Parque Jerusalém, do bairro Canindezinho, integrante da Rede DLIS do GBJ, apresenta-se como uma denúncia concreta de efeitos reais do tráfico de drogas, fazendo-se olhos da administração pública para intervenção pontual numa situação familiar, mas que reflete um fenômeno social urbano contemporâneo, como podemos observar abaixo:

[...] "E também uma senhorinha, de sessenta e dois anos, que mora na casa, um neto dela trocou a casa dela por droga, e ela está morando no meio da rua. A gente gostaria de saber o que a gente pode fazer com essa senhora, até porque ela paga em dia a sua contribuição e pra não ficar com nome sujo ela ainda está contribuindo. Agora, ela não mora mais lá. A gente gostaria de saber que posição tomar com essa senhora". (representante da Associação Comunitária Parque Jerusalém, integrante da Rede DLIS do GBJ).

A intervenção da moradora junto à esfera do poder público executivo municipal a partir de uma fala com caráter de denúncia provocou uma fala operacional da gestão. A fala denunciativa da moradora realizou o encaminhamento de uma ação de assistência social por parte de representante do governo, com competência sobre a política municipal de drogas, no sentido de buscar amparar a vítima, compreender o contexto da problemática e buscar solução mais eficaz. Isso demonstra a efetividade do espaço político forjado pela força da artimanha político-discursiva dos movimentos sociais para o diálogo propositivo entre coletivos organizados e a gestão municipal.

[...] E dizer que essa senhora que vocês tiverem os dados já, pelo menos o endereço dela, essa situação que foi citada, eu queria que fosse passada para Ana Maria pra que a gente já possa essa semana agendar uma visita, se a pessoa está em situação de rua, qual é o local que ela costuma permanecer pra gente pedir pras equipes de abordagem social na rua ir até esse local conversar com essa senhora pra gente realmente discutir o que pode ser feito. Se puder dar o endereço a gente já faz isso a partir de segunda feira, ok! (Coordenação de Políticas sobre drogas).

A fala a seguir de representante da pasta executiva responsável pela política de juventude da gestão municipal tem como ponto central situar os sujeitos dos coletivos organizados no plano de governo (2013-2016), buscando persuadi-los da pertinência da categoria principal norteadora do plano de gestão, a desigualdade social, bem como das prioridades e das estratégias escolhidas para sua execução, e, sobretudo, anunciar as políticas específicas para a Regional V, em especial aquelas para o território Grande Bom Jardim. No entanto, todos os pronunciamentos do secretário de políticas para a juventude, que também foi um dos coordenadores de campanha e assessores técnicos para elaboração do plano de governo do então candidato a prefeito Roberto Cláudio, em 2012, não comprometem a gestão com a proposta de encaminhamento do movimento a de instalação do espaço e instrumento de gestão compartilhada Mesa de Diálogo Permanente para monitorar a execução da plataforma de prioridades, que é objetivo maior do encontro. Por fim, muito embora a fala do gestor ratifique o compromisso da gestão municipal (2013-2016) com os territórios, essa decisão política de assumir compromisso com os territórios é justificada tecnicamente tão somente por meio do enfrentamento daquilo que a gestão denomina 'rede de desigualdade', através do seu plano de governo.

Entretanto, ao escolher o espaço social das redes articuladas e reunir quase todo o secretariado do poder executivo municipal o agente público reconhece esse espaço social como lugar privilegiado para comunicar o plano de governo como forma de afirmar na sociedade política local o lugar da gestão, pois é estratégico haja vista o poder de difusão do coletivo, sua capacidade de mobilização e de articulação com os movimentos sociais urbanos da cidade, bem como o seu nível político para tratar com a coisa pública, considerando o seu capital técnico de proposição de políticas públicas, facilitando o planejamento de governo.

Portanto, o feito das redes de organizações comunitárias territoriais em lançar mão de instrumento de planejamento de políticas públicas urbanas e de recurso de diálogo entre comunidades organizadas e poder executivo teve como principal resultado não apenas incluir suas demandas no plano de governo municipal, mas situar as referidas organizações da sociedade civil no espaço de poder da sociedade política municipal, numa conjuntura política da estrutura social municipal para o período 2013-2016, constituindo e fortalecendo uma política de representação das organizações e afirmando uma identidade territorial enquanto espaço legítimo de domínio e enquanto lugar de direitos. Por outro lado, as falas de representantes do governo apontam para a intenção da gestão em utilizar o espaço político criado pelas redes articuladas como ‘escada’ para divulgar os fundamentos e as concepções de gestão que estruturam sua engenharia e seu plano de governo.

A fala se inicia com o objetivo de conferir legitimidade político institucional ao agente de fala, como estratégia discursiva para instituir naquele espaço social onde a fala era proferida um poder simbólico ao agente público com força de fazer real aquilo que seria dito, ou seja, ‘não era qualquer um que iria dizer o que seria dito, constitui um lugar de fala baseado no poder político e técnico’: *“Eu era o coordenador, junto com o Eudoro Santana, que era o coordenador geral”. [...] “como gestor do poder público e como técnico, porque eu sou oriundo da Universidade, eu faço doutorado em sociologia, sou professor, estou aqui no poder público tentando fazer com que a gente melhore as condições da nossa cidade”*.

E em seguida o representante da gestão confirma o recebimento da plataforma de lutas prioritárias bem como a sua apropriação por parte dos técnicos da assessoria do candidato a prefeito pela legenda PSB, em 2012. No entanto, os

lugares das instâncias ficam confusos na fala, pois ora ela se refere ao lugar de candidato a prefeito, ora ao lugar de prefeito. “*E a gente recebeu esse documento. Esse documento foi analisado à época, é, por nós que estávamos na coordenadoria e, pelo prefeito*”. Ademais, na entonação de voz, a expressão ‘pelo prefeito’ recebe uma acentuação mais forte como que para demarcar lugar e reconhecer a relevância que a assessoria de campanha ou o secretariado de governo deu e dá à plataforma reivindicada.

Numa tentativa de conferir legitimidade política ao plano de governo elaborado em período de campanha eleitoral pelos filiados partidários, correligionários e apoiadores, mas não validado pela sociedade em processos participativos, enquanto mecanismo da gestão democrática da cidade, o agente de governo e que também foi um dos líderes de campanha do prefeito eleito estabelece uma aproximação comparativa, como um jogo de linguagem, entre o plano de governo e o espaço político realizado pelos coletivos para debater a cidade e negociar as políticas públicas prioritárias para os territórios: Grande Bom Jardim e Jangurussu e Ancuri, como forma de afirmar e confirmar sua legitimidade política.

[...] “Todos os secretários receberam o plano de governo. E esse plano de governo foi discutido à época por mil e quinhentas pessoas, aproximadamente, né, em debates. E muito mais porque houve algumas conferências lá, na própria, na própria, no próprio comitê que abrangeu, aproximadamente, mil e quinhentas, duas mil pessoas, mas efetivamente discutindo foram mil e quinhentas pessoas e a gente teve dois grandes encontros e mais de cem reuniões como essa aqui, por exemplo. Então foi isso que consolidou o programa de governo”. (Representante pasta executiva de Política de Juventude da gestão municipal 2013-2016 e um dos coordenadores de campanha PROS 2012)

E como forma de fazer entender o papel do Instituto de Planejamento de Fortaleza, a fala de agente público representante do órgão centra foco na política de controle social, para explicar, a partir de um exemplo, como é a engenharia de gestão da cidade do governo, onde cabe ao IPLANFOR a concepção, a maturação dos projetos, e as secretarias e coordenadorias a execução propriamente dita. Interessante destacar o parêntese que a representante do órgão abriu em seu discurso para notificar que a pasta responsável pelo urbanismo está ciente do projeto, “*Doutora Águida também tem conhecimento sobre isso*”, estratégia para

amortecer qualquer possível réplica à fala, pois reconhece o acúmulo dos interlocutores sobre a temática.

[...] “Dentro disso, nós temos alguns projetos estratégico que estão sendo tocados pelo Instituto de Planejamento [...] que já foram maturados lá dentro que já foram entregues as pastas [...] também a questão da fiscalização integrada, né, que vai redundar possivelmente na criação de uma estrutura dentro da gestão, só pra cuidar da fiscalização a partir de uns estudos que foram feitos. Doutora Águida também tem conhecimento sobre isso. Outro projeto que agente tá tocando e que diz respeito a esse momento que estamos vivendo aqui é o sistema de participação social, tá, que o município acaba, o IPLANFOR tá fazendo sua incubadora lá, daqui a pouco os secretários também vão ser chamados pra participar e a partir daí a gente entregar à Coordenadoria de Participação”. (Técnica do Instituto de Planejamento de Fortaleza).

Outra forma da fala do agente público representante da pasta de política para a juventude se referir aos interesses específicos dos territórios pleiteantes sem se comprometer foi reiterar tanto a categoria central do plano de gestão, a desigualdade social, e quanto o recorte espacial de maior prioridade para a gestão municipal para o período 2013-2016. *“Então, todos os secretários hoje, nas suas políticas públicas, e não é diferente na política pública de juventude está orientado para enfrentar a questão da redução da desigualdade em todas as áreas da cidade. Entretanto, prioritariamente, nas regionais I, V e VI”.*

Numa inclinação a buscar estratégias para despistar o poderio que detém na gestão e, assim, atenuar toda e qualquer fala de pressão por parte de integrante das redes, a fala da agente público representante do IPLANFOR entende a técnica como escudo protetor, *“também aproveito a oportunidade para dizer ao colegas da gestão, os secretários que estão aqui, que tem posição superior à nossa da área técnica, muitas vezes é antipática, né, entra na seara de vocês, a gente entra no intuito de fazer essa integração”.*

Como estratégia de destituir toda e qualquer positividade do legado da gestão municipal (2005-2012) e para afirmar a pertinência assertiva do atual plano de governo municipal (2013-2016) busca-se a anulação da presença simbólica daquela gestão no imaginário da cidade, assim, a fala do agente de governo diz: *[...] “Por exemplo, pela primeira vez na história Fortaleza terá escolas de tempo integral. Fortaleza não tem uma escola de ensino fundamental de tempo integral. [...] Porque pela primeira vez na história Fortaleza terá trinta e cinco escolas de tempo integral.*

A ordem de serviço vai começar agora em 2014. Em 2015 elas serão entregues à população de Fortaleza”.

A participação da cúpula do poder executivo municipal no encontro com as redes territoriais sinaliza que o governo tinha o propósito de validar o seu plano de governo, o qual estava ainda, passado onze meses de gestão, em fase conceitual, real apenas no papel, ao tempo que busca justificar também a necessidade de alterar a competência administrativa e setorial de um órgão estratégico para o governo e fazer convencer a todos de que esta alteração é uma inovação da atual gestão e um grande feito técnico para gerir a cidade, um legado da gestão (2013-2016) para a cidade de Fortaleza.

Então, o Élcio falou muito bem sobre o Plano de Governo. Mas o Plano de Governo tá naquela fase do Plano de Governo ainda da campanha eleitoral. O que fazer com o Plano de Governo quando você ganha uma campanha eleitoral, certo. Então, o Plano de Governo virou o plano estratégico de governo, tá certo, com ações estratégicas que vai ser compatibilizada, e está sendo compatibilizada com a realidade financeira, com a realidade econômica, né, com a realidade da gestão pública que o governo pegou, porque um governo só base quando entra também. Ele não tava no governo pra saber como era tava funcionando a máquina. Ele tem o que, ele tem os indicadores públicos, que são fraquíssimos, por sinal, porque nós não temos indicadores de nada, tá! Nós estamos construindo isso. (Técnica do Instituto de Planejamento de Fortaleza).

Seguindo no mesmo intento, a fala do agente público de política juvenil recorre ao recurso técnico, buscando subsídios no orçamento anual para exaltar a atual política de juventude:

“O orçamento da juventude desse ano ele foi 87% maior do que estava previsto para esse ano”. [...] “Nós estamos investindo, de forma prioritária, mais de 18 milhões de reais na política de juventude. Num é menor não. O orçamento do ano passado num chegou a 10 milhões. Nós estamos investindo 18 milhões. Nós estamos, praticamente, duplicando o orçamento. Para o próximo ano nós vamos ter um investimento que vai chegar, aproximadamente, a cinco vezes o investimento que foi feito para o ano passado. Nunca se investiu tanto como se investiu esse ano em política de juventude”. (Representante pasta executiva Política de Juventude gestão municipal 2013-2016).

Ele recorre ainda a dados quantitativos do setor habitacional para arrematar a sua tese de superioridade administrativa da cidade do plano de gestão do seu governo. Não obstante, sua base comparativa mostra-se sem plausibilidade,

pois ele compara números executados da última gestão da cidade com números de estimativa de execução do plano de gestão do atual governo. Salientamos ainda a força que ele busca integrar ao seu texto através do recurso de reiteração do recorte temporal 'dez anos'. *“Fortaleza, nos últimos dez anos, dez anos, Fortaleza praticamente entregou pouco mais de 4 mil casas, pouco mais. O programa habitacional dessa gestão prever aproximadamente 20 mil casas. É muito mais do que foi feito em dez anos”*.

Outra amostragem exemplar para fazer afirmar a imagem do governo e seu feito gerencial, o qual deixará um legado para a cidade de Fortaleza, o agente público da pasta de políticas para a juventude cita números de equipamentos da educação infantil pré-escolar. *“sobre a questão das creches. Essa é uma questão delicada e que precisa ficar muito claro. Na verdade, a gente tá em processo de construção de cento e doze creches aqui em Fortaleza. [...] desde Martins Soares Moreno até hoje nunca foram construídas na cidade de Fortaleza. Não tem esse número de creches na cidade de Fortaleza”*. Durante o proferimento, o agente público dá ênfase ao nome do navegante português o qual a história oficial reconhece como desbravador das terras provinciais do Ceará, como forma de fazer realizar um fato sem precedência na história da cidade, enquanto um feito da gestão que ele representa.

Num plano espacial mais recortado, no que se refere ao território Grande Bom Jardim, o agente do poder público em questão, persistindo no seu propósito político institucional de afirmar simbolicamente o governo municipal junto à sociedade civil articulada, profere uma fala em que desvincula a gestão municipal anterior das obras locais que se encontram em processo de execução, trazendo para o seu governo toda a competência executiva e toda a responsabilidade de conclusão e de entrega das mesmas.

[...] é bom vocês escutarem isso aqui, que quando a gente recebe, quando a gente recebe a prefeitura a gente precisa que a população saiba do que a gente tá recebendo e o que a gente pode entregar. Nós recebemos essa praça, [...] o valor dela era de dois milhões e duzentos mil reais, uma dívida com a construtora de aproximadamente oitocentos mil reais e para concluir a obra precisávamos de mais um milhão e quatrocentos mil reais, não tinha orçamento, não tinha dinheiro pra isso. Então, esse primeiro ano foi de reestruturação, de garantir que a gente tivesse dinheiro para concluir a obra, porque se prometer e não tiver dinheiro é uma irresponsabilidade de quem faz isso. Então, o que nós estamos fazendo é procurando entregar tudo

aquilo que começou e que não foi terminado” [...]. (Representante da Coordenadoria de Políticas Juvenis)

E, por fim, a fala do representante de governo, o qual fora também uma das lideranças de campanha e técnico participante da elaboração do plano de governo, compromete-se com os territórios promotores do debate à luz do plano de governo, o qual é ancorado na concepção de enfrentamento à rede de desigualdade, e não tomando, pelo menos num primeiro plano, o discursivo, como referente a *Plataforma de Lutas Prioritárias do Grande Bom Jardim, Jangurussu e Ancuri*, embora esta tenha sido o instrumento para o diálogo propositivo entre as esferas da sociedade, Estado e sociedade civil organizada, e a fonte de dados para subsidiar o planejamento da cidade para orientar a sua gestão no período 2013-2016. [...] *“Toda política pública dessa gestão é voltada para a rede de desigualdade, e o Bom Jardim, o Grande Bom Jardim, Jangurussu são prioridade dessa gestão pública”*. Observamos a correção à denominação do lugar que o agente público faz em fala. Primeiro ele se refere simplesmente ao bairro oficial ‘Bom Jardim’ e imediatamente reconhece a dimensão do poder de domínio do espaço daquela organização, denominando, assim, Grande Bom Jardim, reconhecendo a inventividade político-discursiva do movimento social local: o território.

Enfim, o poder público municipal posiciona-se a respeito da provocação inicial e central do evento, o da institucionalização de um espaço político e instrumental de controle social da plataforma prioritária de políticas públicas para os territórios Grande Bom Jardim, Jangurussu e Ancuri. Ele nega a proposta de criação da Mesa de Diálogo Permanente específica com as organizações dos territórios para o monitoramento da plataforma de políticas públicas prioritárias, mas aproveita para comunicar um modelo de gestão participativa da cidade inspirado numa experiência importada e igual ao modelo utilizado pelas redes de organizações associativas da sociedade civil do Grande Bom Jardim e do Jangurussu e Ancuri.

A fala de representante da gestão municipal (2013-2016) também aproveita para fazer uma crítica velada ao modelo de participação social na gestão da cidade adotado pelo governo anterior (2005-2012). A agente público utiliza-se da

comoção pública para massagear subjetivamente as pessoas integrantes do movimento social, mas não ‘compra’ a proposta de encaminhamento e ainda toma o instrumental forjado pelo movimento para incorporar no projeto de gestão participativa do governo.

Quando vocês falam na Mesa de Diálogo, tá, que tô tendo a preocupação de dizer pras meninas que foram lá, [...] é que a gente não pode tratar da mesa de negociação só daqui, tá. Então, pra isso, nós estamos trabalhando a criação dos conselhos regionais. Os Conselhos Regionais vão ser nesse modelo aqui. O poder público não faz parte do Conselho Regional. Ele é ouvinte. Tá, São Paulo, a gente acabou de voltar de lá, né [...] fomos conhecer a estrutura de lá. É uma, vamos dizer assim, uma inovação, é um crescimento do orçamento participativo, porque o orçamento participativo ele é descolado do planejamento. Ia lá ouvia a comunidade e depois não tinha dinheiro, certo! Então, essa rodada participativa de diálogo, né, que vai compor esse sistema de participação social, ele vai ter essa instância, que essa instância aqui, tá certo, dividida por bairros. Então, vocês estão avançados. Eu quero parabenizar vocês, tá, quero uma salva de palmas, mesmo. [ovação em massa. Aplausos.] Acho que vocês estão avançadíssimos! Nós estamos vindo do maior Estado do Brasil, da maior cidade brasileira, e eles estão começando esse processo lá também. A eleição vai ser agora em dezembro. Eles estão usando a estrutura do TRE pra isso, que é um termo que nós podemos trazer também pra cá. Os conselhos estão sendo criados como essa instância, tá”. (Representante do Instituto de Planejamento de Fortaleza).

O movimento social utilizou-se oportuna e estrategicamente do burburinho eleitoral de 2012 motivado pela corrida ao cargo de chefe do executivo municipal, através do uso do recurso do debate sobre a cidade com os candidatos, subsidiado por um documento técnico-burocrático contendo de forma objetiva as reivindicações da população de dois grandes territórios socialmente excluído da cidade, representados cada um por coletivo das organizações sociais comunitárias.

Por outro lado, o governo municipal levou seu secretariado, a cúpula de gestão, para o espaço político constituído pelo movimento social urbano articulado por reconhecê-lo como lugar estratégico para anunciar à cidade seus projetos executivos recém-maturados, depois de quase um ano de gestão, e soube usar discursivamente as intervenções de fala dos moradores como deixas para um jogo político jogado com a linguagem com o objetivo de afirmar positivamente sua marca simbólica, diferenciando-se da gestão anterior. O governo também transpareceu em sua postura e em seus discursos o interesse de verificar, como numa espécie de reconhecimento, de leitura comunitária e de pré-teste de instrumental, aquele

formato de espaço político para o seu projeto de gestão compartilhada da cidade, como o período a seguir é revelador: [...] *“nós estamos trabalhando a criação dos conselhos regionais. Os Conselhos Regionais vão ser nesse modelo aqui. O poder público não faz parte do Conselho Regional. Ele é ouvinte”*. [...] Os conselhos estão sendo criados como essa instância, tá”. [...]

Uma vez tendo o governo municipal se posicionado quanto à proposta de criação de uma mesa de diálogo permanente para o monitoramento da execução da plataforma de prioridades de políticas públicas para os territórios em questão, representante da Rede DLIS usa-se da fala para pressionar o poder público a ser mais claro quanto ao seu compromisso com os territórios: *“a gente precisa também entender qual é a medida da coragem dessa gestão para assumir as nossas questões como prioridades”*, como também se usou da fala para reapresentar e defender a proposta de criação da Mesa de Diálogo Permanente, entendendo o espaço como uma arena de luta entre entes da sociedade política local, como fala o representante: *“A minha questão é como a gente vai produzir prioridade e a construção, né, equalizar essa configuração de forças na cidade. Uma configuração de forças que interfere no orçamento da cidade, que interfere no planejamento da cidade”*. Uma arena de lutas na qual os movimentos buscam uma posição social na estrutura de poder para tomadas de decisão a respeito das políticas públicas, de forma a pautar o governo e não ser pautado por ele na construção social da realidade: *“nós agora vamos pra esse plano municipal, eu acho, a gente deveria criar um pacto entre nós aqui, sociedade civil e governo, pra que a gente dimensione de fato a prioridade e a gente construa, consiga construir, num é, essas ações nos projetos que impactam nossa vida”*.

Descontente e incomodado com a descoordenação dos governos e descontinuidade na execução das políticas, observando que nesse formato tradicional o tempo passa e a realidade social situa de estagnada ao retrocesso, e entendendo a organização social como uma estratégia de condução do governo na definição das políticas de forma a estabelecer recortes espaciais para os planos de gestão, o representante da Rede DLIS contesta a posição do governo sobre a não instalação da mesa de diálogo:

“E a gente vai passar, o Henrique vem aqui, desde 2007, apresentar essa conjuntura pra gente, e nos desafia e desafia as gestões e a gente vai passar mais dez anos apresentando esses mesmos números? Refletindo sobre esses mesmos números? A única condição, num é, a única condição da gente fazer isso é colocar maximamente os esforços da gestão municipal, estadual acerca disso, e ainda não compreender, por mais discursivamente, haja isso, por mais investimento haja isso, tem hora descoordena e a gente não avança, no pronasci era isso”. (Representante do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, integrante da Rede DLIS do GBJ).

O integrante da Rede DLIS continua na defesa da mesa de diálogo e da ideia dos territórios serem prioridades da gestão da cidade no atual governo, e cobra dos gestores uma posição de governo quanto aos recursos e respectivos complementos garantidos pelo movimento social, no orçamento municipal para o exercício 2014, mediante participação e incidência junto a parlamentares estratégicos, através de pressão e de negociação política.

[...] “A Mesa de Diálogo por quê? Porque nós temos um conjunto específico de questões destoantes da cidade. E nós temos razões pra sermos prioridades. Como é que vamos construir isso? Se a gente não construir! [...] Fomos fazer esse ano um exercício de briga no orçamento. [...] Fomos pras audiência, e fizemos acordos né com parlamentares. Foram três emendas. Emendas que não foram pras nossas entidades. Emendas que foram pras questões que tão nessa plataforma que estamos discutindo aqui. Uma é a Lagoa da Viúva, que temos uma conversa de entendimento com a universidade para construir o projeto conosco. Nós temos cento e oitenta mil pra isso. O prefeito acordou conosco que complementaria os recursos necessários, né. [...] Nós temos a emenda do Ponto de Memória, que é a SECULTFOR, né, que o Prefeito também assegurou que complementaria o necessário. [...] e nós temos duzentos mil pra nossa ZEIS, que dá pelo menos pra nós fazermos o nosso conselho e o nosso plano de desenvolvimento, o nosso diagnóstico da ZEIS. Então, qual o compromisso da gestão, pelo menos, com essas três emendas, que nós já garantimos no orçamento e que precisam de complementação e de esforço para que sejam executadas no próximo exercício”. (Representante do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza, integrante da Rede DLIS do GBJ).

A partir de então, dentre as falas proferidas em nome do poder público executivo municipal as que mais foram direcionadas para questões mais estruturantes e que mais se aproximam das questões acima provocadas foi a fala da representante da Secretaria Municipal de Cultura (SECULTFOR), a qual foi concisa e politicamente deslocada. A fala foi comprometida, mesmo que em nada sinalizasse que a gestão acataria a proposição do movimento. *“É, quero dizer que nós queremos participar da Mesa de Diálogo, especialmente por esse, por essa*

abordagem da cultura e da memória, e que ficamos também para ajudar no monitoramento do processo da emenda para o Ponto de Memória, tá". A fala feita pela representante da Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente (SEUMA), a qual mais divaga que tem objetividade técnica ou posição politico-institucional.

[...] "todo esse pacto que vocês fizeram com esses dois eixos, o eixo do Direito à Cidade e o eixo à Segurança, o eixo dois, que é o da Segurança, a gente só vai conseguir se o eixo um tiver bem orientado e em execução. Então, o eixo um, implantado na ZES [...] do Maranguapinho e de outros projetos que vocês é, é, é, tão, é tão contemplados é nesse protocolo de, de que vocês passaram na, na, da, da época da campanha pro Prefeito Roberto Claudio, nós só vamos ter segurança a partir deles, né, a de entorno da urbanidade, que todos nós precisamos. Inclusive e principalmente as áreas mais necessitadas da cidade são as que tem mais gente e gente que precisa". (Secretaria de Urbanismo e Meio Ambiente - SEUMA).

E para arrematar o debate e desfazer os males entendidos entre gestão e sociedade civil organizada, novamente a representante do Instituto de Planejamento de Fortaleza profere uma fala tentando apaziguar os ânimos. [...] *"tá sempre pertinente a esse momento que a gestão tá vivendo aqui. Tá! Não se furta a participar da Mesa de Diálogo, não é isso. Tá, o que eu disse é que dentro da formatação do Sistema Municipal de Participação Social, que nesse momento tá passando lá por aquela incubadora de ações estratégicas, né, do governo, dentro do Instituto de Planejamento"*.

No discurso, primeiramente a agente público explica como a gestão tem construído, a partir de estudos do IPLANFOR, o caminho para desenhar a política de participação social no governo. Em seguida reitera a leitura acerca do espaço político criado pelas duas redes de organizações associativas da sociedade civil, enquanto inovação tecnológica e política de participação social e modelo a ser replicado em nível municipal. Enquanto a experiência em nível de governo será um laboratório, no nível territorial e enquanto experiência da sociedade civil é uma prática exitosa: *"E essa mesa de diálogo que o IPLANFOR tá propondo e vai levar pro Prefeito é que seja já um embrião, tá certo, como é que pode tratar os conselhos regionais, qual o formato de participação. Então, na prática, e é por isso que eu parabeneizei vocês, que lá vai ser um laboratório"*.

Por último, a fala da representante do governo, em resposta à fala contestatória de integrante da Rede DLIS, compromete a gestão no acompanhamento específico da execução das políticas prioritárias definidas e reivindicadas pela plataforma elaborada pela Rede DLIS do GBJ em parceria com a Rede de Articulação do Jangurussu e Ancuri (REAJAN), ou seja, a Mesa de Diálogo Permanente foi deliberada positivamente pelo governo, no que se refere à *Plataforma de Lutas Prioritárias do Grande Bom Jardim, Jangurussu e Ancuri* enquanto proposta central do movimento no encontro com a gestão municipal: “Então [...] a gente continua com a mesa talvez trimestralmente. Esse primeiro momento vocês façam os encaminhamentos, né. Quando sair aqui o relatório mande lá pro IPLANFOR que o IPLANFOR vai articular junto com os secretários qual a solução, pra monitorar se tá acontecendo, se não tá acontecendo, o que houve, esse é o papel mesmo do Instituto de Planejamento”. Portanto, o objeto de interesse investido de ideologia e para o qual se montou toda uma parafernália tecnológico-discursiva foi realizado com sucesso através do embate dialógico entre a Rede DLIS e o governo municipal. A Rede DLIS colocou o território no centro da administração pública municipal e pautou a agenda de governo, fortalecendo a ideia de território Grande Bom Jardim bem como o poder de domínio do coletivo sobre aquele espaço.

Amparada no conceito de territorialidade ou de constituição do poder de domínio sobre o espaço social urbano, a Rede DLIS tem força política suficiente para influenciar determinados processos de tomadas de decisão do governo municipal acerca do seu planejamento de gestão, assim “São dois exemplos concretos de políticas públicas, de conquista de prioridades, de priorizações a partir de pressões que a pesquisa constatou”, que referendam os pressupostos e os resultados desta pesquisa e que foram citados por um dos integrantes da instância, representante das ONG’s CDVHS e ViraMundo, durante evento de socialização e compartilhamento de resultados da pesquisa, momento de devolutiva e de participação do sujeito de pesquisa no processo analítico:

Duas situações que eu acompanhei de perto: uma assim, em relação à HABITAFOR, na negociação que a gente fez, pressão popular, várias manifestações, das assembleias, seminários sobre moradia, sobre ZEIS e moradia digna, o representante da HABITAFOR, na gestão, numa das questões, isso tá até filmado, ele disse claramente: olha, o Bom Jardim num tava no hall de prioridades em relação aos procedimentos de regularização fundiária frente à caixa econômica, por exemplo, né, não tava. Mas a partir do nosso movimento ele disse: o Bom Jardim entrou no

hall das comunidades prioritárias, né [...] e a segunda coisa é justamente em relação à ZEIS, né, a ZEIS também não havia, no, na gestão anterior só entrou Lagamar e Serviluz, né. O Lagamar um pouquinho mais azeitado e o Serviluz um processo inicial que teve muito problema. Isto a gestão atual recuou e tentou desconstruir. Mas mesmo em relação à ZEIS, a gente percebeu que a ZEIS foi colocado pela gestão, pelo IPLANFOR, como uma ZEIS prioritária, vai sair assim que a coisa se desenrolar, o Bom Jardim vai tá lá contemplado, né. (Técnico do Centro de Defesa da Vida Herbert de Souza e representante do Instituto Ambientalista ViraMundo, organizações integrantes da Rede DLIS).

A instância de proposição e de controle social de políticas públicas, a Rede DLIS, é um instrumento político de desenvolvimento territorial que lança mão estratégica e oportunamente de uma engenharia organizacional e de diversas tecnologias sociais, as quais são operadas por determinadas marcas linguísticas que, como vimos, são capazes de empreender um processo de reterritorialização do espaço urbano. Assim, a sigla GBJ é “resto vivo” ou resíduo político do empreendimento sociolinguístico de reterritorialização do espaço concebido e mobilizado pelo agente social Rede DLIS.

A rede DLIS é, simultaneamente, um produto da força normatizadora da ordem dominante do capital financeiro em seu processo de internacionalização, e um contra-espço, dentre outros, dotado de um contra-poder, criado pela comunidade local como contra-discurso ou discurso de resistência política às violações de direitos sofridas.

O advento da instância coletiva denominada Rede DLIS coloca-se frente ao dinâmico fluxo expansionista e normatizador das ordens dominantes do capitalismo globalizado. Nesse sentido, a instância é uma inovação política local, pois se constitui uma contraordem local ao discurso dominante global, postulando e afirmando suas marcas simbólicas, deslocando significantes, destruindo e reconstruindo significados constitutivos da identidade territorial, processo entendido aqui como reterritorialização do espaço social urbano.

A Rede DLIS é tomada como uma inovação política com enraizamentos locais, a qual pode ser verificada através das estratégias político-discursivas que concebe e desenvolve, as quais são utilizadas, em termos de jogos de linguagem, com o objetivo de afirmar uma política de representação. Através das práticas políticas são constituídos os processos subjetivos de apropriação e do poder de

domínio do espaço físico e simbólico por esse sujeito na interação com outros movimentos sociais urbanos e com os poderes públicos.

A rede DLIS é um agente social com inovações tecnológicas dotada de estratégias discursivas capazes de mobilizar energias políticas realizadoras para dar cabo a um processo de reterritorialização do espaço social urbano, designando o território Grande Bom Jardim.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sem apegos à perspectiva positivista do evolucionismo, podemos falar de um ciclo de maturação social. Nestes termos, a Rede DLIS ainda é uma criança. Ao que se refere à experiência de vida, agora que este coletivo da organização associativa comunitária do Grande Bom Jardim tem 10 anos de vida. Ao longo de sua trajetória, a Rede DLIS já experimentou alguns modelos de organização política e de gestão. Ela está sempre em processo de metamorfose em face de sua proposta laboratorial e laboral, testando experimentos de engenharias e o funcionamento de tecnologias sociais, servindo, em grande parte, como exemplo de organização e de mobilização social em rede com vistas a identificar violações e negligências de direitos, a exigir e pressionar governos por direitos.

Mesmo a Rede DLIS tenha sido um instrumento político forjado pelo Centro Herbert de Souza para engendrar um espaço político em condições de situar aquela como ente político representativo territorial na sociedade política e lá exigir, negociar e reivindicar políticas públicas para a região do Grande Bom Jardim, a sua propriedade é de domínio público. Mesmo que a captação de recursos para viabilizar os projetos de sustentação da instância ainda esteja, grosso modo, nas responsabilidades do Centro Herbert de Souza, o papel desta ONG tem sido o de mediadora das relações gerenciais, transferindo e delegando a outras organizações integrantes do coletivo, de forma colegiada, a responsabilidade acerca das decisões de processo bem como sobre o planejamento, a organização e a operação das ações de enfrentamento e de luta do movimento. Ou seja, a Rede é de domínio público porque está no espaço público. E boa parte do esforço da instituição proponente tem sido o de conferir autonomia institucional ao ente que congrega a força da política comunitária local.

A reflexão sobre a Rede DLIS contribui para percebermos que o estudo acerca das práticas políticas nos leva a pesquisar, na verdade, sobre o tema da cultura política, na medida em que esta é resultante das inovações democráticas que os movimentos sociais põem em cena mediante o uso de determinadas

estratégias e certas tecnologias sociais para tornar reais seus projetos de desenvolvimento por meio de seus discursos institucionais mistificadores.

Ao longo desses dez anos de existência e de sobrevivência, a Rede DLIS já concebeu e desenvolveu algumas boas estratégias de luta, em que todas elas têm contribuído para constituir e fortalecer a imagem do movimento comunitário do tecido social da região que compreende os bairros Granja Lisboa, Granja Portugal, Bom Jardim, Canindezinho e Siqueira, cujo discurso faz ser o território Grande Bom Jardim.

Uma primeira grande estratégia de luta se deu mesmo antes da criação da Rede DLIS, qual seja, a incubação de organizações associativas de moradores a partir de um legado da mística “Comunidade de comunidades”. A mais genuína das estratégias trata-se da própria criação de um coletivo representativo de um espaço social enquanto um espaço político, cujo discurso e cujas práticas sociais afirmam e defendem um poder de domínio cuja abrangência abriga ou circunscreve uma territorialidade. Outra estratégia exitosa foi o planejamento participativo da política de desenvolvimento territorial, empreendimento que exigiu uma tecnologia social singular para a história de luta do movimento social urbano e periférico local, a elaboração participativa e com a assessoria da Universidade de um diagnóstico da realidade dos bairros que compõe o território a partir de indicadores de análise, o qual foi tomado como subsídio para o planejamento.

O entendimento do Grande Bom Jardim como uma porção geográfica da municipalidade, ou seja, parte da cidade de Fortaleza, enquanto uma das comunidades que compõe a Comunidade Municipal que se identifica com a realidade e com a causa de lutas de outras localidades e de outras periferias, é uma motivação basilar para a Rede DLIS fazer quórum em outros movimentos sociais urbanos reivindicatórios da cidade, da região e do Brasil. Isso nos remete àquela concepção de “sistemas locais territoriais” em que o território e a territorialidade são produtos do entrelaçamento entre sujeitos locais, entre sujeitos locais e o seu habitat e entre sujeitos locais e sujeitos de outras localidades, efetivando tramas transescalares entre diferentes níveis territoriais. (SAQUET apud MACHADO, 2010: p.194).

A atitude de agir em bloco político é uma das estratégias primazes dos movimentos sociais, influenciados, em grande medida, pela forma de atuação dos colegiados partidários em plenárias deliberativas. Dai a decisão da Rede DLIS de se engajar e de participar ao longo de sua história de coletivos ampliados como: a Rede Núcleo de Habitação e Meio Ambiente (NUHAB), o Fórum Estadual de Reforma Urbana (FERU-CE), Acampamento pelo Direito à Cidade, articulação com o Movimento Nacional de Moradores Atingidos pelas Obras da Copa, a articulação com a Rede de Articulação do Jangurussu e Ancuri (REAJAN).

O artifício político de visibilizar as políticas públicas prioritárias para os territórios Grande Bom Jardim e Ancuri/Jangurussu, utilizado pela Rede DLIS em parceria com a REAJAN, durante processo eleitoral para o cargo de chefe do poder executivo municipal de Fortaleza foi uma cartada de mestres para conferir credibilidade técnica e política às organizações comunitárias representantes daqueles dois territórios citados acima. O diálogo foi mediado e objetivado pelo documento *Plataforma de Lutas Prioritárias do Grande Bom Jardim, Jangurussu e Ancuri*. Este instrumental foi essencial para a constituição e afirmação de uma política de representação das duas redes articuladas, como confirmado pela decisão do prefeito em receber representantes das duas redes em audiência no seu gabinete e dar encaminhamentos às proposições do movimento para garantir a execução das políticas prioritárias contidas naquele documento, enquanto realização de compromisso assumido em campanha, bem como pelo encontro entre as comunidades organizadas e a gestão municipal, em novembro de 2013, ocasião em que se confirmou a instalação de uma mesa de diálogo para acompanhar a execução da referida plataforma, conforme vontade expressa das duas redes articuladas.

O espaço político forjado pelas duas redes através da estratégia de debate político sobre a cidade com candidatos a prefeito e o pleito de instalação de mesa de diálogo para monitorar execução da plataforma de políticas públicas prioritárias para os territórios em questão pode ser entendido como uma arena de luta pelo poder da classificação. Assim como a Rede DLIS lançou mão do espaço para fazer reconhecer o Grande Bom Jardim um território de direitos, pautando o território na agenda de governo, a gestão municipal também se utilizou do espaço

discursivamente, como num jogo de linguagem, para constituir sua política de representação, ou seja, para impor sua visão de cidade e de gestão, para anular o poder simbólico da última gestão municipal, a do Partido dos Trabalhadores, período compreendido entre 2005-2012, tomando para si a ideia de criação de um órgão de inteligência para orientar decisão de governo, como estratégias para afirmar e legitimar o seu plano de governo. O espaço público é por excelência o campo de luta pelas classificações.

Outro recurso estratégico utilizado pela Rede DLIS para visibilizar a violação de direitos e evidenciar o território como um lugar de direitos é a realização das caravanas participativas de reconhecimento dos serviços públicos básicos, como o monitoramento de funcionamento das unidades básicas de saúde, e da execução das políticas públicas, como o projeto Rio Maranguapinho, de competência da Secretaria das Cidades, do governo do Estado do Ceará. Estratégia essa que adota a relatoria como principal instrumental de registro e de denúncia. Essa tecnologia social conferiu à Rede DLIS o poder de mobilizar a gestão municipal de política da saúde, os órgãos de defesa e promoção da justiça, de fazer ser criada uma instância oficial de controle social do projeto Rio Maranguapinho, o chamado GTMI, Grupo de Trabalho Intersectorial e Intermunicipal de Monitoramento do Projeto Rio Maranguapinho, em 2009.

Muito embora a inserção da categoria “memória social” como eixo temático e executivo na Rede DLIS seja recente, decisão tomada no planejamento estratégico anual de 2012, a incorporação instrumental da categoria está em processo desde 2009. Assim, a apropriação técnica para finalidades políticas ainda é engenhosidade meio que abstrata para o conjunto do coletivo. No entanto, as ações práticas no campo da museologia comunitária, desenvolvidas por um grupo representativo da instância em parceria com moradores locais, em 2012, funcionaram como um espelho, desencadeando efeitos subjetivos na percepção, na identidade e na representação do coletivo. Lideranças antigas que estão afastadas dos movimentos comunitários sentiram-se valorizadas pelo reconhecimento público de suas contribuições na luta por políticas públicas. O processo de recuperação de memórias sobre fatos, acontecimentos e personalidades locais em rodas de diálogos forçou os moradores a visitar o passado e, assim, reconstruir significados sobre suas

histórias, as quais foram substanciais para objetivar a realidade, ou seja, para definir o desenho, a forma e a estrutura urbana do território Grande Bom Jardim.

Assim, o uso estratégico da memória nos faz retomar aquela noção de participação de Stassen, segundo Gohn (2011), a qual diz que para participar os indivíduos precisam de motivação e de autoestima, que para tal preocupam-se com a imagem e com as representações sobre suas vidas, razão pela qual os indivíduos precisam estar articulados a redes societárias, desenvolver interações frequentes e contínuas com seus pares.

Em síntese, o conjunto das estratégias políticas e das tecnologias sociais utilizadas pela Rede DLIS toma a linguagem enquanto ação política, enquanto instrumento de constituição e afirmação de uma política de representação que seja capaz de efetivar um poder de domínio sobre o espaço social de onde parte a fala e sobre o que a fala se refere.

Notifiquemos, antes de encerrar, que para continuarmos nesse caminho de pesquisa sobre a Rede DLIS se faz necessário nos concentramos na capacidade geradora de ideias e de instrumentais que detém o Centro Herbert de Souza. É buscar compreender por que mesmo sendo vista, em certos momentos e por certos agentes sociais, com desconfiança, seus projetos quando comunicados são amplamente coletivizados, compartilhados, endossados e desenvolvidos pela comunidade local. Elementos básicos para produção de prováveis respostas a esta questão talvez repouse sua origem na mística *Comunidade de comunidades* e na composição de seu quadro de técnicos. Um quadro de profissionais composto, eminentemente, por moradores locais que foram formados política e religiosamente nas áreas pastorais, aquelas acompanhadas pelas congregações missionárias atuantes na região, dispendo de uma privilegiada qualificação técnica e comprometidos afetivamente com o lugar.

Além desses acima, outros elementos indicativos podem cogitados, tais como: a estrutura física da instituição, que permite agilidade na execução do trabalho técnico-burocrático, com aparelhos e equipamentos de escritório, com acomodações que oferecem boas condições de trabalho; certo acúmulo teórico-conceitual que se catalisam em habilidade técnica para estruturar projetos

estruturantes de abrangência ampliada e para captar parcerias estratégicas que garantam impactos.

Entendemos que esta pesquisa cumpriu a tarefa a que se propôs que era identificar, apresentar e analisar algumas estratégias político-discursivas acionadas pelo agente Rede DLIS, bem como verificar as políticas de representação que essas estratégias colocam no cenário público e o que essas políticas de representação são capazes de realizar em termos de um processo de reterritorialização, através das formas de ação e das práticas políticas do referido agente por meio da linguagem.

Para tal empreendimento foi considerado um conjunto de atos de fala tomados contextualmente em eventos da Rede DLIS, dentre reuniões internas e reuniões com entes da sociedade civil e política, atos de fala dotados de uma força ilocucionária responsáveis por efetivar um processo de construção e de afirmação de uma territorialidade no espaço urbano, de forma a exemplificar como se constituem os poderes de domínio e os sentidos de apropriação do espaço, processos sociais e linguísticos que põem em curso a dinâmica permanente, múltipla e descontínua de reelaboração e de constituição da identidade social e territorial.

Foram recuperados a partir da memória social, a partir da sistematização e da análise de entrevistas, elementos históricos fundantes da vocação da região para se organizar socialmente e constituir um tecido social com tramas consistentes e articulado a diferentes níveis de territorialidades, conteúdos primazes do discurso mistificador da Rede DLIS, aquele repleto de simbolismos e atinente ao inconsciente coletivo, os quais podem ser sintetizados na mística ou na categoria comunitária: *Comunidade de comunidades*. Foi destacada, a partir da análise de conceitos institucionais, a relevância discursiva das categorias memória social e museologia comunitária, enquanto tecnologias sociais e estratégias políticas, para a constituição de uma política de representação e para afirmação de um poder de domínio sobre o espaço social, fazendo existir por meio do discurso um território pleno em direitos, o Grande Bom Jardim.

Por fim, para que este estudo sobre as implicaturas sociopolíticas de práticas político-discursivas do sujeito social Rede DLIS tenha justificado a sua

razão de existência e acontecimento é se o seu conjunto conceitual e analítico for tomado pelo referido agente social como suporte, recurso ou instrumento de tomada de consciência, para um encontro com a imagem de si, única condição para uma feliz e exitosa política de intervenção. Os significantes constituidores dos sentidos e dos significados encontram-se depositados no inconsciente, os quais podem ser mobilizados pelo consciente, como arrebatamento ou tomada de consciência. Foi por essa razão mítica/psíquica e também como estratégia de aproximação do objeto e de assimilação de conteúdos que se priorizou a devolução ou o compartilhamento de resultados à Rede DLIS, momento em que o próprio sujeito de pesquisa tornou-se pesquisador. Esta dissertação é uma devolutiva pessoal do pesquisador à Rede DLIS como forma de agradecimento dos aprendizados nesses dez anos de dedicação profissional e comprometimento ético.

REFERÊNCIAS:

- ARMENGAUD, Françoise. **A Pragmática**. Tradução: Marcos Marcionilo. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2006. (Na Ponta da Língua, v. 08).
- AUSTIN, John Langshaw. **Quando Dizer é Fazer – Palavras e Ação**. Tradução de Danilo Marcondes de Souza Filho. Porto Alegre, RS: Artes Médicas: 1990.
- BHABHA, Homi. **O Local da Cultura**. Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 1998.
- BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **A Igreja, Partidos Políticos e Movimentos Urbanos: A Constituição das Práticas, Seus Confrontos e Possibilidades de Autonomia**. Anais ANPOCS, 1986.
- BOURDIEU, Pierre. **Capítulo 1. Espaço Social e Espaço Simbólico**. In Razões Práticas: Sobre a Teoria da Ação. Tradução: Mariza Corrêa. 11ª edição. Campinas, SP: Papyrus, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **Terceira Parte: ABERTURAS. Espaço Social e Espaço Simbólico**. In Coisas Ditas. Tradução: Cássia R. da Silveira e Denise Moreno Pegorim. Revisão Técnica Paula Montero. São Paulo, SP: Brasiliense, 2004.
- CHAUÍ, Marilena. **O Discurso Competente**. In: Cultura e Democracia: O Discurso Competente e Outras Falas. 3ª edição. São Paulo, SP: Editora Moderna, 1982.
- FERREIRA, R. Ruberval. **A guerra na língua: as representações do “11 de setembro” na mídia e no discurso oficial**. Tese de Doutorado. Campinas, SP: Instituto de Estudos da Linguagem/Unicamp, 2005.
- FERREIRA, R. Ruberval. **O Conceito de Ato de Fala como Categoria de Análise: da Nova Pragmática a uma Pragmática Cultural**. 2012. (manuscritos).
- GOHN, Maria da Glória. **Reivindicações Populares Urbanas: um Estudo sobre as Associações de Moradores em São Paulo**. São Paulo, SP: Autores Associados: Cortez, 1982. (Coleção teoria e prática sociais).
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e a Luta pela Moradia**. São Paulo, SP, Edições Loyola. 1991.

GOHN, Maria da Glória. **HISTÓRIA DOS MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS: A Construção da Cidadania dos Brasileiros**. 5. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2001. 213 p.

GOHN, Maria da Glória. **Conselhos Gestores e Participação Sociopolítica**. 4ª edição, São Paulo, SP: Cortez, 2011 (coleção Questões da nossa época, volume 32).

GUATTARI e ROLNIK. **Micropolítica – Cartografias do Desejo**, 1986.

HAESBAERT, Rogério. **Da Desterritorialização à Multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

HAESBAERT, Rogério. **Territórios Alternativos**. 3ª Edição, São Paulo, SP: Contexto, 2012.

HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização: Do “Fim dos Territórios” à Multi-territorialidade**. 7ª Edição, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2012.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras. **Prefácio**. In *As Raízes do Futuro – O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local*. Porto Alegre, RS: Medianiz, 2012. (Pp. 09-14).

IBGE. **Censo 2010. Resultados do universo, aspectos populacionais e moradia/Sistema Integrado de dados agregados**. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/popul/default.asp?z=t&o=25&i=P>. Acessado em agosto/setembro de 2014.

JÚNIOR, Eduardo Marandola, HOLZER Werther, OLIVEIRA, Livia de. **Qual o espaço do lugar?: Geografia, Epistemologia e Fenomenologia**. São Paulo, SP: Perspectiva, 2012.

LACLAU, Ernesto. **New Reflections on the Revolution of our Time**. London; New York: Verso, 1990.

LEFEBVRE, H. **A Produção do Espaço**. Paris: Anthropos. 1986.

MACHADO, Eduardo Gomes. **Planejamento Urbano, Democracia e Participação Popular [manuscrito]: o caso da revisão do Plano Diretor de Fortaleza (2003-**

2008). Tese de doutorado. Universidade Federal do Ceará, Centro de Humanidades, Programa de pós graduação em Sociologia, Fortaleza, CE: 04.04.2011.

O Estado/Notícia/Cotidiano. **Manifestantes Pernoitam em Frente à Prefeitura**. 20 de maio de 2014. Disponível em: <http://www.oestadoce.com.br/noticia/manifestantes-pernoitam-em-frente-prefeitura>. Acesso em 10 de junho de 2014.

OLIVEIRA, M. A. **Reviravolta Linguístico-pragmática na Filosofia Contemporânea**. 3ª ed. São Paulo: Loyola, 2006.

OTTONI, Paulo Roberto. **Visão Performativa da Linguagem**. Campinas, SP: Editora Unicamp, 1998.

Prefeitura Municipal de Fortaleza. **Desenvolvimento Humano, por bairro, em Fortaleza**. Disponível em: <http://www.calameo.com/read/0032553521353dc27b3d9>. Acessado em 21 de agosto de 2014.

THIOLLENT, Michel. **Metodologia da Pesquisa-ação**. 18ª edição, São Paulo, SP: Cortez, 2011.

VARINE, Hugues. **Em torno da mesa-redonda de Santiago – Minhas lembranças da aventura de Santiago**. In Mesa redonda sobre la importância y el desarrollo de los museos em el mundo contemporâneo; Mesa Redonda de Santiago de Chile – 1972. José do Nascimento Júnior, Alan Trampe, Paula Assunção dos Santos (orgs). Brasília, DF: IBRAM/MinC/Programa Iberomuseus, 2012, vol. 01 (Pp. 143 e 144).

VARINE, Hugues. **As Raízes do Futuro – O Patrimônio a Serviço do Desenvolvimento Local**. Porto Alegre, RS: Medianiz, 2012.

VELHO, Gilberto. **Capítulo 5. Memória, Identidade e Projeto**. In **Um Antropólogo na Cidade: Ensaio de Antropologia Urbana**. Rio de Janeiro, RJ: Zahar, 2013.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **O Conceito de Identidade em Linguística: É chegada a hora para uma reconsideração?** In: Língua(gem) e Identidade – Elementos para uma discussão no campo aplicado. Inês Signorini (Org.). São Paulo, SP: FAPESP, 1998. (Pp. 21-45).

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **NOVA PRAGMÁTICA: Fases e Feições de um Fazer**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2010.

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Por uma Linguística Crítica: Linguagem, Identidade e a Questão Ética**. São Paulo, SP: Parábola Editorial, 2003 (Linguagem 4).

RAJAGOPALAN, Kanavillil. **Capítulo 6 Repensar o Papel da Linguística Aplicada**. In: Por uma Linguística Aplicada INDISCIPLINAR. MOITA LOPES, Luiz Paulo (org.). 2ª Edição, São Paulo, SP: Parábola Editorial. 2008.

Rede de Desenvolvimento Local, Integrado e Sustentável do Grande Bom Jardim, eixo Memória Social ou Iniciativa Comunitária em Memória e Museologia Social da Rede DLIS. Vídeo **RODA DE MEMÓRIA: Congregação Missionários Combonianos: Fé, Política e Desenvolvimento Humano e Territorial - Grande Bom Jardim**. Realizado em 06 de março de 2013. Acessado em abril de 2014.

RIBEIRO, Regina Célia. **A Construção de um município saudável: Descentralização e Intersetorialidade – Experiência de Fortaleza**. Saúde e Sociedade, 1997. (Pp. 47-54).

WACQUANT, Loïc. **Corpo e Alma – Notas Etnográficas de um Aprendiz de Boxe**. Tradução Ângela Ramalho. Rio de Janeiro, RJ: Relume Dumará, 2002.

YOUTUBE. **Encontro Nacional dos Atingidos da Articulação Nacional da Copa**. Publicado em 02 de maio de 2014. Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=v4qHRTF2jgw>. Acessado em 10 de junho de 2014.

YÚDICE, George. **A Conveniência da Cultura: Usos da Cultura na Era Global**. Tradução Marie-Anne Kremer. 2ª edição, Belo Horizonte, MG: Editora UFMG, 2013.

ZAMBRANO, C. **Territorios plurales, cambio sociopolítico y gobernabilidad cultural**. Boletim Goiano de Geografia 21(1) jan.-jul: 2001 Pp.9-49.

_____ **Diagnóstico Sócio-participativo do Grande Bom Jardim**. Fortaleza, CE: GPDU/UECE, CDVHS, 2004.

_____ **Carta da Rede DLIS**. Fortaleza, CE: Rede DLIS, 2013.

_____ **Construindo a Identidade e a Estrutura de Funcionamento da Rede DLIS**. Fortaleza, CE: CDVHS, 2012.